

ANAIIS DO 45° ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

**23 a 25 de maio de 2018
Prédio de Ciências Sociais e Filosofia
Universidade de São Paulo
ISBN: 978-85-92777-02-9**





Núcleo de Apoio à Pesquisa Centro de Estudos Rurais e Urbanos –
Universidade de São Paulo.

Anais do 45º Encontro Nacional de estudos Rurais e Urbanos [recurso eletrônico] / Organização: CAMPOS, M. C. S. S.; ANTUNIASSI, M. H. R.. São Paulo: CERU, 2018.

CD-Room e Internet.

Disponível em:

http://web.fflch.usp.br/ceru/eventos_45.html

ISBN: 978-85-92777-02-9

1. Educação. 2. Questões Culturais. I. Questões de trabalho. Questões Rurais. II. Questões Urbanas.

NDICE

PARTE I – EDUCAÇÃO

Com os pés no chão: lembranças escolares de um estudante da Educação de Jovens e Adultos GONZAGA, Marcos LUCINDO, Nilzilene Imaculada	2
Reflexões decoloniais e lutas sociais no Maranhão: a experiência da licenciatura intercultural para a Educação Básica indígena FURTADO, Marivania Leonor Souza MUNIZ, Sérgio César Corrêa Soares OLIVEIRA, Cássia Ferreira de	16
Convivência no espaço escolar: reflexões a partir da inserção de pessoas com deficiência LIMA, Solange de Freitas Branco ROCHA, Eucenir Fredini	32

PARTE II – QUESTÕES CULTURAIS

Escola rural sertaneja: proposições, ações e implicações na construção de identidades culturais de alunos rurais LIMA, Maristela Rocha SOUZA, Elizeu Clementino de	50
Os efeitos de sentidos no discurso pedagógico acerca da homossexualidade no Ensino Médio MACEDO, Iraci de Souza FERREIRA, Nilton Cesar MACEDO, Anna Karenina de Souza	64
Direito à educação e racismo no espaço escolar: a ação docente VALENTE, Gabriela Abuhab DANTAS, Adriana	76
A presença feminina no cenário musical brasileiro do Século XIX PAULA, Patrícia Amorim de	90
“Com os cacarecos na cabeça”: uma análise sociológica das duas destruições de Canudos – BA (1897/1969). LODO, Lucia	101

PARTE III – QUESTÕES DE TRABALHO

Hospitalidade consubstanciada na dimensão conforto associada à evolução técnica das aeronaves 116

KAPERAVICZUS, Alexandre Faro
CAVENAGHI, Airton José

PARTE IV – QUESTÕES RURAIS

Os outros em movimento contra a colonialidade do desenvolvimento: o impulso narrativo do conhecimento andino 129

ARISTIZÁBAL, Maria Fernanda Vallejo

Experiências brasileiras com eletrificação rural 144

JERONYMO, Alexandre Cosme José

A grande fazenda cafeeira do Oeste Novo Paulista da primeira metade do século XX: estrutura produtiva e relações de trabalho 164

SANTOS, Anderson Pereira dos

O agronegócio e os conflitos socioambientais na Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo no Cerrado do Pantanal Mato-grossense 181

MENDES, Giovana Rosangela Ferreira

PARTE V – QUESTÕES URBANAS

A hospitalidade no teatro contemporâneo paulistano 195

SANTOS, Reinaldo Rodrigo dos
CAVENAGHI, Airton José

A dengue enquanto manifestação da insuficiência estrutural do saneamento básico brasileiro: o caso do Litoral Norte Paulista. 208

SANTOS, Micael Henrique da Silva
GOMES, Cilene
MACIEL, Lidiane

Hospitalidade em uma estância turística paulista: a cidade de Campos do Jordão 223

MENDES, Bruna de Castro
CAVENAGHI, Airton José

PARTE VI – MIGRAÇÕES E FRONTEIRAS

Refugiados, organizações internacionais e Educação Superior 239

Gómez, Margarita Victoria



**ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

**PARTE I
EDUCAÇÃO**



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

COM OS PÉS NO CHÃO: LEMBRANÇAS ESCOLARES DE UM ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

GONZAGA, Marcos¹
LUCINDO, Nilzilene Imaculada²

Resumo: Estudos recentes em educação procuram recuperar experiências escolares a fim de compreender os processos e as práticas educacionais do passado. Para isso se valem de documentos diversificados e em alguns casos do relato oral. O objetivo deste ensaio é descrever e interpretar o relato oral de um estudante da Educação de Jovens e Adultos cuja primeira experiência escolar acontece nos anos 70 do século XX no interior de Minas Gerais. Trata-se de um recorte de uma pesquisa já concluída e que teve como sujeitos estudantes da EJA que cursavam o Ensino Médio em uma escola pública da rede estadual. A investigação de abordagem qualitativa empregou como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada, desenvolvida a partir de um roteiro constituído de dez tópicos que permitissem, a partir da narrativa, retratar três momentos distintos de sua trajetória: a infância; a escola; a Educação de Jovens e Adultos. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita. O relato apresentado foi analisado numa perspectiva social e histórica com apoio em Demartini (1994, 2011, 2013); Garnica (2011); Lahire (2005); Lucindo; Gonzaga (2016), dentre outros. Também recorreremos à teses e dissertações em educação que tratam de sujeitos envolvidos em processos educacionais na mesma perspectiva. Ao ser questionado sobre suas experiências de escolarização na infância, pôde-se observar no relato do entrevistado a recorrência de temas presentes ao longo da história da educação no Brasil. O relato ressalta ainda sua trajetória intermitente nos primeiros anos de escolarização e questões relativas à cultura do uniforme e da merenda, às estratégias docentes utilizadas para administrar a escola com os poucos recursos disponíveis. Acreditamos que a experiência descrita no depoimento apresentado possa ser representativa no conjunto de investigações que contemplam as condições do oferecimento educacional às camadas pobres da população brasileira em um espectro que vai das iniciativas de instrução elementar no século XIX e alcança períodos mais recentes.

Palavras-chave: Relato oral. Educação Rural. Educação de Jovens e Adultos.

Abstract: Recent studies in education seek to recover school experiences in order to understand the educational processes and practices of the past. For this they use diversified documents and in some cases the oral report. The objective of this essay is to describe and interpret the oral report of a student of the Education of Young and Adults whose first school experience happens in the 70s of the XX century in the interior of Minas Gerais. This is a clipping of a research already completed and that had as subjects EJA students who attended high school in a public school of the state network. The research of a qualitative approach used as a data collection instrument the semi-structured interview, developed from a script composed of ten topics that allowed, from the narrative, to portray three distinct moments of its trajectory: childhood; the school; the Education of Youths and Adults. The interview was recorded and later transcribed. The report presented was analyzed from a social and historical perspective supported by Demartini (1994, 2011, 2013); Garnica (2011); Lahire (2005); Lucindo; Gonzaga (2016), among others. We also resort to theses and dissertations in education that deal with subjects

¹ Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. E-mail: gonzagamarcos45@gmail.com

² Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. E-mail: nilzilenelucindo@yahoo.com.br



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

involved in educational processes in the same perspective. When questioned about his experiences of schooling in childhood, it was observed in the interviewee's report the recurrence of themes present throughout the history of education in Brazil. The report also highlights its intermittent trajectory in the first years of schooling and issues related to uniform and snack culture, to the teaching strategies used to administer the school with the scarce resources available. We believe that the experience described in the presented testimony can be representative in the set of investigations that contemplate the conditions of the educational offer to the poor sections of the Brazilian population in a spectrum that goes from the initiatives of elementary education in century XIX and reaches more recent periods.

Keywords: Oral report. Rural Education. Youth and Adult Education.

Introdução

[...] é impossível dizer onde terminam as forças da história e onde começam as nossas, e a questão não significa rigorosamente nada, já que só existe história para um sujeito que a vive e só existe sujeito situado historicamente. (MERLEAU-PONTY, 1999, p.635).

Para demonstrar que os microprocessos da vida social poderiam dar conta de esclarecer contextos históricos e sociais mais amplos é exemplar o estudo de Ginzburg (2006), intitulado “O queijo e os vermes”. Em sua obra, o autor coloca em evidência o testemunho de um indivíduo das classes subalternas da sociedade italiana do século XVI. É possível que as memórias do moleiro Menocchio, protagonista da obra, ainda estivessem perdidas para nós caso Ginzburg não tivesse encontrado documentos onde o testemunho transparece e caso não estivesse em movimento outro modo de conceber a escrita da história.

Também nos anos 70, a socióloga Zeila Demartini se encontrava envolvida com um estudo sobre a educação no meio rural. Como Ginzburg, essa socióloga estava interessada em um contingente pouco valorizado nas investigações acadêmicas. Assim, ela irá contribuir com os estudos em educação trazendo à tona as opiniões dos sujeitos comuns envolvidos nos processos educacionais – professores, pais, alunos e diferentes grupos étnicos na sociedade paulistana. Tal procedimento demandou o uso de metodologias rigorosas e de fontes pouco exploradas, como o testemunho oral vindo a preencher lacunas deixadas pelos registros oficiais e possibilitando “apreender o funcionamento do sistema educacional no contexto da sociedade” (DEMARTINI, 2013, p. 231).

Nosso interesse pela questão do esclarecimento de contextos históricos e sociais por meio de memórias individuais nasceu de uma investigação de abordagem qualitativa que teve como protagonistas estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA (LUCINDO;



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

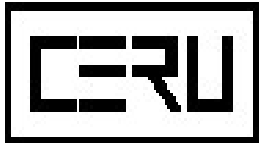
GONZAGA, 2016). As entrevistas foram realizadas em 2014 junto a cinco alunos do 3º módulo da EJA do Ensino Médio de uma escola pública estadual no município de Itabirito – Minas Gerais. Este grupo de alunos foi selecionado mediante dados de um questionário anteriormente aplicado no ano de 2013 na turma escolar por eles frequentada. A amostragem compôs-se de cinco adultos que apresentavam maior idade, quatro mulheres e um homem, com faixa etária acima de 40 anos. O instrumento de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada, desenvolveu-se a partir de um roteiro constituído de dez tópicos que permitissem, a partir das narrativas, retratar três momentos distintos da trajetória desses sujeitos: a infância; a escola; a Educação de Jovens e Adultos. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Ao explicitarem sobre suas experiências de escolarização na infância, observamos a recorrência de temas presentes ao longo da história da educação no Brasil. Os temas apresentados nos depoimentos individuais parecem se constituir em um “produto complexo” (LAHIRE, 2005, p. 33) dos casos mais gerais dos dilemas sociais enfrentados em outros períodos da história da educação pela população pobre no Brasil.

Dada a amplitude das experiências vivenciadas e das trajetórias construídas, dentre os cinco protagonistas da EJA, optamos por trabalhar neste ensaio com a narrativa de um único indivíduo: João Pedro dos Santos³. Dessa forma, o objetivo deste ensaio é descrever e interpretar o relato oral de um estudante da Educação de Jovens e Adultos cuja primeira experiência escolar acontece nos anos 70. A partir da experiência escolar por ele vivida e relatada, tentaremos compreender alguns aspectos apresentados no oferecimento educacional público nos séculos XIX e XX.

Acreditamos que a experiência dos enfrentamentos escolares descrita no relato de João Pedro dos Santos possa ser representativa no conjunto de investigações que contemplam as condições do oferecimento educacional às camadas pobres da população brasileira em um espectro que vai das iniciativas de instrução elementar no século XIX e alcança períodos mais recentes. Através de um caminho bibliográfico e qualitativo vamos recorrer a investigações no âmbito da educação entre outras a fim de confrontar e compreender como o testemunho oral em questão se situa dentro de questões políticas e sociais mais amplas.

³ Nome fictício escolhido pelo próprio protagonista da pesquisa para preservar sua identidade.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

História, Memória e Relatos Orais

A escrita da história contemporânea busca analisar as experiências vividas e as percepções dos sujeitos nos universos sociais concretos de suas práticas. Ao identificar novas fontes e fazer uso alargado das vivências cotidianas e do testemunho oral, a historiografia contemporânea valoriza, de maneira distinta da tradicional, o vínculo entre história e memória.

A escrita da história tradicional confundia-se com a memória dos grandes acontecimentos e feitos políticos dos considerados grandes homens. Este tipo de operação recolhia o passado como artefato cristalizado, como memória estática e definitiva. A nova historiografia se apoia não somente nos quadros esquemáticos e incompletos que os livros e narrativas gerais nos fornecem (HALBWACHS, 2003), mas em experiências vividas cotidianamente e, assim, sujeita a outras versões de fatos passados.

Segundo Burke (1992) para registrar estas experiências diversificadas foram ampliados os meios de recolha de evidências históricas. À tradicional concentração na análise de documentos oficiais acrescentou-se o uso de toda sorte de dados visuais e orais: fotografias, livros, revistas, atas, registros estatísticos, falas, enfim toda uma variedade de meios que pudessem fornecer evidências das atividades humanas.

Nesta direção, o estudo de Zeila Demartini, na década de 70, sobre a formação de antigos professores da zona rural de São Paulo é exemplar. Nele encontra-se, de maneira explícita, a adesão ao fato de que relatos orais podem ser utilizados como fontes importantes nas investigações sobre a história da educação no Brasil. Segundo Demartini (1994; 2013), em suas investigações, eles possibilitaram a apreensão de fatos desconhecidos por meio das visões de diferentes personagens envolvidos no processo educacional (professores, pais, alunos, diferentes grupos étnicos etc.), na época, pouco consideradas nas reflexões sobre a educação.

De acordo com Amado (1996) os relatos orais contêm uma dimensão simbólica que não deve ser negligenciada pelo historiador, pois é parte da história. Por meio da memória eles são capazes de legar e reelaborar vivências individuais e coletivas dando a conhecer práticas sociais de outros períodos e grupos. Ainda que a dimensão simbólica dos relatos não ilumine diretamente os fatos, autoriza o rastreamento das trajetórias inconscientes das lembranças e suas associações. Permite ainda a compreensão dos diversos significados atribuídos pelos indivíduos e grupos sociais às suas experiências.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Com os pés no chão: lembranças escolares de um estudante da Educação de Jovens e adultos

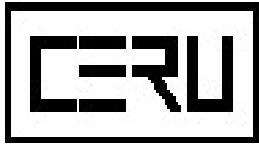
A cidade de Leandro Ferreira no Estado de Minas Gerais remonta ao século XVIII. Figurou como distrito subordinado ao município de Pitangui a partir de lei estadual de 1891. Inicialmente denominada Conceição do Pará somente foi elevada à categoria de cidade em 1962⁴. Cidade pequena onde João Pedro dos Santos de “família pobre” nasceu em 1963.

Conforme Inácio (2003), a situação da Vila de Pitangui na primeira metade do século XIX se mostrava precária quanto às condições materiais das escolas. É provável que não fosse diferente a situação de seu distrito. Em 1837 o governo de Minas Gerais instituiu uma lei que determinava que parte do orçamento da província devesse ser gasto com a instrução em escolas de 1º e 2º grau, buscando prover materiais indispensáveis ao ensino dos meninos pobres. O professor de primeiras letras Antônio José Soares recém-empossado no município de Pitangui à época da lei, solicita ao governo “livros de instrução”, visto que não encontra meios de arrumá-los no próprio local e a maior parte das famílias carecia de recursos para obtê-los. Ademais, sem os livros que o Governo ainda não havia enviado, “o Professor não pode cumprir com seus deveres e com o determinado na Ley” (INÁCIO, 2003, p. 54-55). Não eram somente dos livros que careciam as nascentes escolas para veicular a instrução pública e nem ainda somente, como dizia o secretário de estado Francisco Silvano de Almeida Brandão em 1887, do “professor com todas as habilitações que o regulamento exige”, era preciso atender “ao edifício da escola, aos livros e a todos os outros acessórios materiaes” (MUSIAL, 2011, p.155).

À demanda pela formação de professores, a construção e reforma de escolas e o provimento dos materiais necessários acrescentava-se outro problema a ser contornado pelo projeto de instrução à classe pobre: a frequência às aulas. De acordo com Veiga (2008) para enfrentar este problema foram instituídos diversos dispositivos legislativos no período imperial. O expressivo conjunto de leis previa a fiscalização das escolas e da atuação dos professores. Portanto a ação constante de visitantes oficiais na figura dos delegados literários e inspetores de ensino ou ambos.

⁴ Dados do IBGE. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=313830&search=minas-gerais|leandro-ferreira|infograficos:-historico>. Acesso 29 jan. 2018. População estimada em Leandro Ferreira em 2014: 3.297 habitantes.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Em 1835 o regulamento legislativo estabeleceu multa aos pais cujos filhos fossem infrequentes. A comprovação de infrequência poderia ser dada pelos mapas da população que os Juizes de Paz deveriam enviar à presidência da província. Não se pode esquecer que a vistoria realizada na atuação dos professores obrigando-os a produzir os mapas de frequência às aulas comprovando a existência dos alunos, era condição de recebimento dos salários. Estes procedimentos relacionados à estruturação do ensino público imperial não se deram sem fortes tensões entre as leis prescritas e as famílias cujas carências materiais impediam os filhos de frequentar as escolas (VEIGA, 2008).

Esta situação presente durante o governo imperial se manteve ao longo do primeiro período republicano (1899-1930). De acordo com Vieira (2011), a matrícula e a frequência representavam um desafio às escolas isoladas. Encontravam-se relacionadas ao descaso do governo e à atuação dos professores que apesar da constante vigilância estavam muitas vezes ausentes ou em licença saúde. No entanto, os fatores mais citados como causa da infrequência são relativos às condições dos alunos e de suas famílias, referindo-se ao descompasso entre o horário de funcionamento das escolas e a realidade das famílias que necessitavam dos filhos para ajuda-los nas tarefas diárias e no sustento do grupo familiar.

Como aponta Musial (2011), havia ainda uma distribuição desigual de aparatos materiais para o funcionamento das escolas e o desenvolvimento das aulas entre as regiões urbanas, os distritos e as áreas rurais no estado de Minas Gerais em fins do século XIX. Em 1897, O secretário de governo Henrique Augusto de Oliveira Diniz diante das providências do governo na provisão de materiais para as escolas públicas, argumenta que a distribuição de materiais às áreas distritais e rurais eram péssimas e solicita que sejam enviados, “senão a todas, ao menos as primeiras” recursos de mobiliário e os “indispensáveis objetos de ensino” (MUSIAL, 2011, p. 157).

Distintamente da situação das escolas de instrução elementar criadas nos primeiros anos do século XIX, os grupos escolares parecem ter recebido outro tratamento com relação ao aparato material. A criação dessas instituições instaurou um novo processo de constituição do ensino público e neste sentido procurou rivalizar com os processos da instrução elementar do período passado tanto em relação aos métodos de ensino quanto em relação aos aparatos materiais.

Vieira (2012) observa que produzir uma representação legítima do saber para esta nova instituição impunha quantidade e qualidade nos materiais a ela dispensados. Pode-se ilustrar



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

este exposto com o caso do Grupo Escolar D. Pedro II criado em Ouro Preto em 1908 (somente inaugurado em 1909). De acordo com a lista de materiais e mobiliário enviados ao Grupo Escolar no período de 1909 a 1911 apresentada pela autora acima observa-se que, apesar de alguns pedidos requeridos à Secretaria do Interior terem sido negados, muitos outros de material de qualidade foram atendidos. Salienta-se ainda que a obtenção de materiais não se fez unicamente através do Governo do Estado. Era possível consegui-los através da Caixa Escolar criada e referendada através de decreto datado de 1907 e constante no regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas como estratégia do governo para diminuir o orçamento com o ensino. No mais não se pode esquecer que a criação das caixas escolares eram obrigatórias nos grupos, mas facultativa nas escolas isoladas. Em relação ao Grupo Escolar D. Pedro II em Ouro Preto, ressaltando pedidos negados, o saldo pareceu positivo à inspetoria técnica que ao elogiar o cuidado dispensado pelo Governo do Estado com as coisas da instrução destaca a variedade de aquisições para o grupo escolar: “Quadros negros, mappas e glôbo geographicos, contadôres mechanicos, pesos e medidas, bibliotheca didactica, carteiras americanas, museu, apetrechos de costura, tympanos, etc.” (VIEGA, 2012, p. 154).

Escolas isoladas urbanas e rurais continuaram a atuar destarte a criação dos grupos escolares no início do século XX sob os projetos de modernização do governo republicano. Garnica (2011) lembra que nunca se contestou a necessidade destas, “mas a politica educacional vigente, que privilegiava flagrantemente os núcleos urbanos, as relegava a um continuo exercício de carências” (GARNICA, 2011, p. 71).

Ao estudar o Livro de Visitas da antiga Escola Mista da Fazenda Ponte Alta/Bela Vista, vinculada ao Grupo Escolar da cidade de Bariri - SP, no período de 1928 a 1948, entre as constatações feitas por Garnica (2011) encontra-se a de que neste período, atravessado pelas políticas do Estado Novo, a situação das escolas isoladas para as famílias que dependiam da terra e que gravitavam próximos ou distantes das zonas mais urbanizadas funcionavam à margem das políticas públicas. Havia um descaso quanto à frequência nas escolas, quanto ao número de alunos de várias idades numa mesma série e a parca ou nenhuma formação do professor para atendê-los e quando não às dificuldades enfrentadas por estes para viabilizar o ensino diante das muitas necessidades materiais das escolas. Daí a preferência dos professores formados e recém-formados pelas aulas nos grupos escolares nos centros urbanos e o desprezo pelas aulas nas áreas rurais.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Para Demartini (2011) o pensamento de que o ensino para as escolas urbanas deveria ser privilegiado em relação a um ensino inferior oferecido à população rural já estava presente e persistiu durante o período da Primeira República. Foi veiculado principalmente entre

os especialistas e encarregados da educação, a opinião de que o homem do campo não precisava de escolaridade nos mesmos níveis que o da cidade. Nesse quadro geral, a ideia que se formulava em documentos sobre a população rural nacional e seu relacionamento com o sistema educacional existente não poderia ser outra: partia-se do pressuposto, como se fosse fruto de observações diretas, de que era uma população indolente, atrasada, que não compreendia as vantagens da escola para si e para os filhos (DEMARTINI, 2011, p. 180).

Entretanto a autora constata ainda por meio da série de entrevistas realizadas junto à população rural que os colonos procuravam as escolas, não havia entre eles oposição ou indiferença em relação a elas. Se haviam queixas constantes nos relatórios da Diretoria do Ensino da baixa frequência ou a retirada dos alunos para o trabalho no campo, pode-se inferir que a escola era procurada (DEMARTINI, 2011). Também contra o preconceito citado em relação à indolência do homem da zona rural deve valer a fala generalizante feita de João Pedro dos Santos em entrevista assinalando que “o sonho de toda criança é estudar”.

Não é de se espantar que os professores fizessem a apologia do ensino, de suas condições no meio urbano e das imensas vantagens proporcionadas pela cidade. Também não é de se espantar que a cultura rural tenha se tornado símbolo do atraso que impedia o progresso da nação. O mesmo discurso que procurou através das transformações políticas e econômicas e sociais no Brasil veicular o progresso procurou contraditoriamente fixar o homem do campo ao mesmo tempo em que desqualificava sua cultura e mantinha de diversas maneiras muitas famílias rurais pobres às margens dos processos de escolarização. Uma dessas maneiras se apresentou sob a forma material dos uniformes escolares. Silva (2006) observou as transformações dos uniformes nas décadas de 60 e 70, tornaram este artigo mais prático e popular. Os sapatos, artigo raramente usado pelos que moravam nas periferias urbanas e nas zonas rurais, foram popularizados pela campanha da São Paulo Alpargatas através do calçado “conga” entre as décadas de 50 e 70.

Os uniformes escolares também eram considerados elementos que contribuíam com a economia dos alunos, por dispensar o uso de outras roupas, e, teoricamente, a Caixa Escolar fornecia tal roupa para quem não pudesse comprar. No entanto [...] esta instituição não satisfazia a necessidade de todos, havia uma seleção e apenas alguns conseguiam benefícios. Portanto, ao invés de democratizar o acesso à escola, a obrigatoriedade do uso dos uniformes pareceu promover a exclusão das crianças mais carentes. Mas não foi apenas a exigência dos uniformes, foi também a exigência dos



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

sapatos, do material escolar, do transporte e da alimentação. Desta forma, a obrigatoriedade de tal traje parece significar um empecilho ao acesso democrático às escolas. Tentando apagar através das roupas as diferenças que estavam na origem social de cada um, os uniformes escolares acabaram constituindo mais uma barreira, desta vez material, além da barreira cultural e daquelas erguidas pelo preconceito e pela distinção social, que tornaram mais difícil a permanência dos pobres na escola pública (SILVA, 2006, p. 140).

Na escola da pequena cidade de Leandro Ferreira onde João Pedro dos Santos estudava a cultura do uniforme era bem conhecida. Ele a descreve.

“Então a gente ia, o uniforme era uma capanga azul. Era uma capanga azul, um short azul e uma camisa branca. Eu já não tinha uniforme, eu chamava (cornal), tipo uma capanga pra colocar a, chamava (cornal) tipo uma bolsa igual essa assim hoje, e a gente não tinha e era uma conga azul que completava o uniforme, uma conga azul e uma meia branca e eu já não tinha nenhuma das três coisas. Ia era com o pé no chão”.

Se por um lado é preciso compreender as condições escolares dos alunos carentes é preciso também compreender a situação de cobrança para o funcionamento da escola que era exigida dos professores que, como vimos, se fez desde o início da instituição das escolas elementares no século XIX. Silva (2006) argumenta que a questão da ocupação com a merenda do aluno estava entre o rol de reclamações feitas pelos professores em relação às suas funções profissionais. Observou através da leitura de um fascículo da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1963) que os professores

queixavam-se do acúmulo de serviços diante da insuficiência de dias escolares, da quantidade de alunos por turma, da carência de materiais e, dentre outras, a necessidade de se ocupar com encargos escolares variados como “Caixa Escolar, Cooperativa, Merenda, Biblioteca, Centro Cívico, Serviço de Saúde, Chefia de núcleo, etc, que frequentemente desviam sua atenção do trabalho de classe” (SILVA, 2006, p. 155).

O que dizer então da situação vivenciada por alunos e professores diante das condições materiais das escolas em zonas rurais, onde se exigia a organização do tempo multivariado das classes multisseriadas, das carências materiais da escola e dos alunos e possível ausência de caixas escolares? João Pedro dos Santos nos fornece mais alguns indícios da situação material de sua antiga escola no município de Leandro Pereira. Através de seu relato é possível, questionar sobre a atuação do governo e do serviço de inspeção às escolas. E observar as estratégias docentes para administrar a escola com os poucos recursos disponíveis.

“E já outra coisa não existia merenda do Governo a merenda era feita assim, a professora já avisava ao término da aula: amanhã a merenda é sopa, quem puder traz



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

cebola de casa, uma folha de couve ou um ovo ou uma batata, qualquer coisa, aquele que não trazer nem saia da aula pro recreio”.

Souza (2015), em estudo sobre duas escolas isoladas rurais no município de Lomba Grande /RS argumenta que entre as décadas de 1940 e 1952 a merenda escolar não era uma prática comum e ocorria por meio de políticas sociais isoladas independentes da instância federal. Sob “motivação Estadual” realizava-se a sopa escolar preparada pela escola com recursos da Caixa Escolar. Salienta que nem todos os alunos traziam lanche e muitas vezes, nestas situações, os professores faziam pães ou compravam algum alimento local típico e ofereciam aos alunos carentes. Neste estudo, realça a realidade destes alunos, a narrativa da Professora Maria Lorena (2014):

“Olha. Me lembro até hoje as coisas. Porque naquele tempo o pessoal não ganhava merenda. Então tinha uma família que botava de merenda. Não sei se eu posso declarar isso aqui [ressente, pois fala da situação de pobreza]. Mas era uma coisa muita séria aqui. Tinha uma família que levava todo dia uma panelinha de angu com leite” (SOUZA, 2015, p. 73, grifo do autor).

Em algumas localidades, como evidenciado na investigação sobre o ensino primário rural em Uberlândia-MG (LIMA; ASSIS; GONÇALVES, 2016, p. 201-202), na década de 70 a prefeitura cuidava da fiscalização do funcionamento das escolas, da contratação de professores, dos salários e do fornecimento de material escolar. O espaço para a instalação da escola, lanche, hospedagem de professores e adiantamento de salário, caso a prefeitura atrasasse o pagamento, era assumido pelos fazendeiros.

A realidade dos alunos mais carentes materialmente era muitas vezes realçada em contraste àqueles que tinham condições de levar para a escola um lanche mais substancial, como o caso dos filhos de fazendeiros, que não raro, estudavam nas escolas. E, ainda, diante da prerrogativa para aqueles que não trouxessem a merenda que se fazia cumprir: ficar sem recreio. Este era o caso de João Pedro dos Santos em Leandro Pereira conforme apontam suas lembranças.

“E quando chegava a hora da merenda como a gente era de família muito pobre e não tinha condições de levar nada eu era barrado dentro de sala, eu ficava dentro de sala. Então vendo aquilo com fome, os alunos saía que aqueles filhos de fazendeiro levava merenda, levava bolo de fubá, outro levava pão de queijo, outro levava até mesmo queijo do bom. [...] É porque devido ser roça, tinha muito filho de fazendeiro e a gente pobre no meio deles. Então era aquela assim, aquele misto, aqueles pobre que levava a merenda, que levava pra fazer a merenda, merendava, saía, os filhos do rico saía com as merendeiras, os filhos de fazendeiro saía com as merendeiras. As merendas



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

boas, antigamente que as mães mandavam né. Eu vendo aquela situação eu chegava a pular a janela e ir embora.”

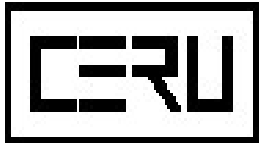
A “merenda do Governo” ou um programa de distribuição e cuidado da alimentação escolar só foi efetivamente estabelecido como política pública pelo governo federal na década de 50, vindo a ser o que atualmente conhecemos como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no final da década de 70 (PEIXINHO, 2011). Não temos informações se haviam repasses de verba do governo para a merenda escolar para o pequeno município de Leandro Ferreira à época escolar de João Pedro no início dos anos 70, mas ficamos sabendo que nem todos os alunos podiam contribuir com os alimentos para a organização da merenda provavelmente à cargo da professora. Sabemos também que tal situação se apresenta no rol de dificuldades da “dinâmica” do ensino relatada por João Pedro dos Santos.

“O regime era assim. Então devido às condições ser muito difíceis, o ensino era muito atrasado. O primeiro ano principalmente, do Ginásio você ficava escrevendo, fazendo risco, como se fosse a dinâmica hoje pra fazer desenho, eu achava aquilo muito monótono. Eu tinha uma vontade muito grande de aprender, eu achava muito monótono aquilo e achava desde menino sem saber ler e escrever eu achava que tava perdendo meu tempo ali, porque às vezes a fome era negra.”

João Pedro dos Santos teve uma trajetória escolar intermitente e de repetências durante estes primeiros anos escolares. Sabemos que ele começou a estudar aos 8 anos e abandonou a escola aos 12 sem concluir a primeira série. Quando retorna a estudar já adulto na EJA no município de Itabirito-MG recomeça o ensino primário para aprender a ler e escrever. Na escola desde os “oito ou nove anos”, ela já havia repetido “uns dois, três” anos a primeira série. Além das dificuldades materiais para frequentar a escola, ele recorda ter enfrentado problemas com a professora

“que era brava e muito rígida na escola, batia com umas varas de marmelo grande que de longe ela pegava a gente e batia pra machucar mesmo. Aí eu pulava a janela e ia embora novamente. Aí quando eu voltava, passava dois meses, três meses eu voltava, e era essa mesma professora e ela pegava só o primeiro ano, só o primeiro ano...”

A mãe de João Pedro chegava a intervir na situação comparecendo à escola. Como a situação não se resolvia, João Pedro interrompia os estudos para ajudar a mãe, catando lenha e esterco para vender: “o que tinha na roça naquela época era isso”, ele diz. Mas apesar disso, não abandonava a escola. Não até que sua mãe o tirasse definitivamente.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

“eu ia dois meses, ia voltava e parava, ia e parava, iniciava e parava. [...] Mas não tinha sequência que ia e ficava uns quinze dias, entra essas confusões, saía dois meses, voltava depois saía e ia embora, voltava. Aí quando passava, quando iniciava o ano era sempre essa professora no primeiro ano e ela me perseguia, foi perseguindo uns três anos até que minha mãe falou não tem como, eu vou te tirar você da escola. Aí eu parei definitivo e aí comecei a trabalhar em comércio, fazenda e o pessoal falava assim, mas você tem uma inteligência tão grande pra desenvolver com comércio, com vendas, essas coisas, porque você não aprende a ler e escrever e contava essas mesma histórias. Aí o tempo foi passando eu já tava com quinze, dezesseis anos...”

O que João Pedro dos Santos compreende, através das recordações dos seus primeiros anos na escola primária rural é que estava “perdendo tempo”. Para sua mãe que era, segundo ele, analfabeta valia muito mais “ajudá-la a buscar lenha ou esterco pra vender”. Ganhava-se “muito mais do que tá indo na escola e não tá aprendendo nada fazendo risco pra baixo e para cima”.

Considerações finais

A debilidade das instalações escolares, a ausência de materiais didáticos e formação para professores, a baixa frequência dos alunos, a desvalorização da escola pelos pais, a pobreza das famílias que forçava os filhos a se entregarem aos trabalhos no campo são situações evidenciadas em estudos sobre o processo de escolarização no Brasil. Estes estudos demonstram o descaso das ações governamentais em relação à realidade das famílias pobres e seu precário aparato material para frequentar as escolas. Mostram ainda que o projeto de construção nacional e sua modernização enfatizando a instrução elementar e a criação dos grupos escolares como pilares de desenvolvimento não proporcionou a todos o acesso à escola. Grande parte dos segmentos da população continuou excluída, material e simbolicamente, do processo educacional, nos meios urbanos e, em especial, nas zonas rurais.

A experiência vivida e rememorada por João Pedro dos Santos, estudante da EJA, compreende muitos dos aspectos dos processos de escolarização que estes estudos abordam. Ela nos ajuda a entender que muitas crianças de famílias pobres das zonas periféricas das cidades e das zonas rurais diante da obrigatoriedade de escolarização adquiriram e adquirem uma formação que excede o âmbito e as exigências da educação escolar. Desprovidas do apoio material da família e da lei que exige seu comparecimento, mas não lhe oferece condições, elas se encontram com os “pés no chão”. No duplo sentido de desprovidamento material e da condição de classe que lhes fornece uma “compreensão cortante do social” (BENJAMIM, 1984, p.90).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Parafraseando Errante (2000), concluímos que se quisermos compreender a experiência escolar em sua negação ou precariedade, não há somente uma experiência, mas várias, que juntas constituem a experiência escolar em sua negação ou em seu oferecimento precário a uma parcela significativa de pessoas que hoje, jovens, adultas ou idosas, retornam à escola.

Referências

- AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v 14, p. 125-136, 1995.
- BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo, Summus, 1984.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais: a participação dos sujeitos na pesquisa histórico-sociológica. **Cadernos CERU**, nº 5, série 2, 1994.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Educação rural: retomando algumas questões. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 20, n. 36, p. 175-189, jul./dez. 2011.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Algumas anotações sobre a história de vida e a prática de pesquisa em educação. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.15, n.31, p. 229-247, jul./dez. 2013.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas(8): 141-174, set. 00.
- GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. Memórias de uma escola isolada rural: estudo de um livro de visitas (1928-1948). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 69-86, jan.-mar. 2011.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- INÁCIO, Marcilaine Soares. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. 2003. 232f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições – para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 49, 2005, pp. 11-42.
- LIMA, Sandra Cristina Fagundes; ASSIS, Danielle Angélica; GONÇALVES, Silvana de Jesus. “Inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista”: professoras leigas e alunos das escolas rurais (Uberlândia-MG, 1950-1979). In: LIMA, Sandra Regina; MUSIAL, Gilvanice Barbosa (orgs.). **Histórias e memórias da escolarização das populações rurais: sujeitos, práticas, fontes e conflitos**. Jundiaí: Paço Editorial, 2016.
- LUCINDO, Nilzilene Imaculada Lucindo; GONZAGA, Marcos. Trajetórias escolares narradas por cinco alunos da Educação de Jovens e Adultos do ensino médio. **EJA em Debate**, Florianópolis, vol. 5, n. 7. jul. 2016.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. **A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899): quando a distinção possibilita a exclusão**. 2011. 258f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. 133f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Katiene Nogueira da. **“Criança calçada, criança sadia”**: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). 2006. 312f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952)**. 2015. 292f. Tese (Doutorado em Educação) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

VIEGA, Juliana Goretti Aparecida Braga. **O processo de legitimação do grupo escolar como instituição de saber (Ouro Preto, Minas Gerais, 1900-1920)**. 2012. 306f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VIEIRA, Livia Carolina. **Das escolas isoladas ao grupo escolar: a instrução pública primária em Mariana – MG (1889-1915)**. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

REFLEXÕES DECOLONIAIS E LUTAS SOCIAIS NO MARANHÃO: A EXPERIÊNCIA DA LICENCIATURA INTERCULTURAL PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA INDÍGENA

FURTADO, Marivania Leonor Souza⁵
MUNIZ, Sérgio César Corrêa Soares⁶
OLIVEIRA, Cássia Ferreira de⁷

Resumo: Este trabalho se debruça sobre a temática da educação escolar indígena a partir das experiências dos atores sociais envolvidos na realização da Licenciatura Intercultural ofertada para professores indígenas da rede estadual de ensino do Maranhão. Partindo de uma observação *implicada* ancorada em uma *antropologia da práxis*, o objetivo deste trabalho foi analisar a atuação de professores indígenas do Maranhão nos momentos de formação executados no âmbito da Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena, curso proposto e executado a partir de 2016 pela Universidade Estadual do Maranhão e que assiste a 73 cursistas dos povos Tenetehar/Guajajara, Krikati, Canela/Ramkokamekrá, Pukobyê/Gavião, para atender a uma demanda histórica dos Povos Indígenas do Estado por uma educação inclusiva e diferenciada que contemple a diversidade étnica e sociolinguística destes povos. Por meio das *experiências etnográficas* protagonizadas em colaboração com os cursistas, esta pesquisa demonstrou que, apesar das licenciaturas interculturais serem uma “invenção” do Ocidente, são também espaços de rupturas com o paradigma da modernidade, onde se produzem reflexões críticas sobre as estratégias de superação do modelo dicotômico de representação da realidade entre o Ocidente e “o resto do mundo”.

Palavras-chave: Educação. Povos Indígenas. Decolonialidade.

Abstract: This work focuses on the theme of indigenous school education based on the experiences of the social actors involved in the achievement of the Intercultural Licenciature offered to indigenous teachers of the state education network of Maranhão. Based on an implicated observation anchored in an anthropology of praxis, the objective of this work was to analyze the performance of indigenous teachers of Maranhão in the training sessions carried out under the Intercultural Licenciatura for Indigenous Basic Education, a course proposed and executed from 2016 onwards. State University of Maranhão and attends 73 students from the Tenetehar / Guajajara, Krikati, Canela / Ramkokamekrá, Pukobyê / Gavião peoples to attend to a historical demand of the State Indigenous Peoples for an inclusive and differentiated education that contemplates ethnic and sociolinguistic diversity of these people. Through the ethnographic experiences carried out in collaboration with the students, this research has shown that, although intercultural degrees are an "invention" of the West, they are also spaces of ruptures with the paradigm of modernity, where critical reflections on strategies of overcoming of the dichotomous model of reality representation between the West and "the rest of the world."

Keywords: Education. Indigenous Peoples. Decoloniality.

⁵ Universidade Estadual do Maranhão | marivaniafurtado@yahoo.com.br

⁶ Universidade Estadual do Maranhão | sccsmuniz@gmail.com

⁷ Universidade Estadual do Maranhão | cassia.oliveira86@hotmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

INTRODUÇÃO

A formação do território maranhense decorre de um processo no qual se verifica uma significativa presença indígena. Com estratégias próprias de intervenção e resistência ao sistema de colonização que aqui se desenvolveu, os povos indígenas integrantes desse território atualizam suas pertencas étnicas e assim configuram a multiétnicidade e pluralidade linguística verificada no Estado do Maranhão.

No Maranhão são identificados, oficialmente, nove povos indígenas cuja população total é de 35.272 pessoas, segundo dados do IBGE de 2010⁸. Não mais vistos como alvos de políticas civilizatórias, mas formalmente entendidos, a partir da Constituição de 1988, como integrantes do processo civilizatório brasileiro, os povos indígenas do Maranhão apresentam demandas específicas por políticas públicas, que devem respeitar suas características históricas e diversidade cultural.

Dentre as políticas específicas a que os povos indígenas têm direitos, a educação escolar, manifesta-se como uma das principais reivindicações. Antes utilizada como estratégia de dominação, através da catequese e civilização, sobretudo nos períodos colonial e imperial, a partir do período republicano a escola nas aldeias passa a ser um veículo de socialização de conhecimentos visando a participação dos indígenas na chamada comunhão nacional brasileira. Atualmente, com a promulgação da Constituição de 1988, a educação escolar indígena deve atender aos critérios de especificidade e pluralidade que caracterizam os povos indígenas do Brasil.

No estado do Maranhão, de forma geral, a escola é reivindicada pelos nove povos indígenas que disputam este território e têm suas terras inseridas em 18 municípios maranhenses, compreendendo um total de 280 aldeias em 16 terras indígenas. Em cada uma das aldeias indígenas a escola se faz presente como uma instituição mediadora entre mundos distintos e, na maioria das vezes, como expressão da relação de domínio e sujeição que tem pautado a história de assimetrias entre índios e não-índios neste Estado e em todo continente “americano”.

Com representações e significados distintos a cada experiência de contato interétnico desses povos, a presença da instituição escolar, atualmente, pode ser interpretada pelas palavras

⁸ Ver: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

do Prof. Alderico Guajajara: “a escola é para nós como se fosse uma ponte. Nela nós podemos passar pro mundo de lá e voltar trazendo pro nosso mundo informação pra (sic) defender nosso povo” (Alderico Guajajara, citado por FURTADO, 2009).

Embora entendida como uma estratégia para defesa dos direitos indígenas, a presença da escola nas aldeias pode levar ao oposto dessa expectativa e reverter-se em novos e ressignificados processos assimilativos e colonizadores, pois o protagonismo de não-indígenas assumindo essa importante instituição nas aldeias do Maranhão tem sido verificado.

Observa-se atualmente que, segundos dados de 2014 da SEDUC, do total de 933 professores atuando nas escolas das aldeias, 500 não são indígenas. A participação de somente 433 professores indígenas assumindo o processo de escolarização em suas aldeias aponta para o fato de que existe escolas nas aldeias, mas não necessariamente essas escolas possam ser consideradas “indígenas”. (PROJETO DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA-UEMA)

Articulados em esferas organizativas e em diálogo com mediadores e representantes do poder público, os indígenas no Maranhão têm, a partir das atribuições determinadas a cada ente governamental, reivindicado a sua qualificação para assumir o processo de escolarização das aldeias em todos os níveis.

Nesse contexto de luta, resistência e enfretamento o Movimento Indígena no Maranhão garantiu que a SEDUC-MA pactuasse com a Universidade Estadual do Maranhão um curso de Licenciatura específico para suas realidades e exclusivo para indígenas que já atuam nas escolas de suas comunidades.

Como resultado desse processo, a UEMA iniciou em julho de 2016 um projeto pioneiro no Estado, a Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena, que atende, atualmente, a 73 cursistas oriundos dos povos Tentehar/Guajajara, Krikati, Canela/Ramkokamekrá, Pukobyê/Gavião. Surge, portanto, para atender a uma demanda histórica dos Povos Indígenas do Estado por uma educação inclusiva e diferenciada que contemple a diversidade étnica e sociolinguística destes povos. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso, este assim se justifica:

Surge, portanto, da demanda apresentada pelos indígenas em fóruns específicos, e tem na participação de especialistas, gestores e cidadãos comprometidos com os direitos dos povos indígenas, uma resposta positiva ao chamado histórico para uma reparação de direitos já pactuados.” (PROJETO DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA-UEMA).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Este trabalho se debruça sobre a temática da educação escolar indígena a partir das experiências dos atores sociais envolvidos na realização da Licenciatura Intercultural ofertada para professores indígenas da rede estadual de ensino do Maranhão. Parte de uma observação *implicada* ancorada em uma *antropologia da práxis*, analisa a execução dessa Proposta como um espaço de (im)possibilidades de rupturas com o paradigma da modernidade, onde se produzem reflexões críticas sobre as estratégias de superação do modelo dicotômico de representação da realidade entre o Ocidente e “o resto do mundo”.

1. DOS TEMPOS, MODOS E SABERES: A DINÂMICA DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA NO MARANHÃO

O Curso de Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena, doravante identificado somente como Licenciatura Indígena, proposto e executado pelo Centro de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão, através do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades-LIDA/UEMA, do qual estes(as) atores(as) fazem parte, tem como público-alvo, indígenas que já atuam como docentes em suas aldeias. Teve como modalidade de acesso um vestibular específico e diferenciado e ofertou 90 (noventa vagas).

Atendendo, desde sua concepção à proposta da interculturalidade enquanto uma resposta às discussões políticas postas em cena pelos movimentos sociais, revelando seu sentido contra-hegemônico (WALSH, 2009), o vestibular não pretendia excluir os candidatos à Licenciatura Indígena, tão somente criar um critério mínimo para sua inclusão, mediante a restrição no número de vagas ofertadas em relação à demanda de candidatos habilitados. Nesse sentido, tal vestibular contou com uma produção textual em Língua Portuguesa versando sobre a temática da educação e luta por direitos dos povos indígenas. Foram inscritos mais de duzentos candidatos(as) ficando os não pontuados no total de vagas como excedentes e não “reprovados”.

Dos noventa selecionados, dois não efetuaram suas matrículas o que permitiu o direcionamento das vagas para os excedentes chamados por ordem de classificação. Entretanto, como não havia sido explicitado no Edital que a Licenciatura Indígena seria realizada em dois tempos envolvendo os deslocamentos dos(as) cursistas para a sede da UEMA na capital do Estado, 08 (oito) aprovados e matriculados “desistiram” do Curso. O curso iniciou-se, portanto,



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

em julho de 2016 com a participação de 82 cursistas oriundos das aldeias dos povos indígenas Krikati, Kanela-Ramokamekrá, Gavião e Tenetehar/Guajajara

A Licenciatura Indígena objetiva formar professores indígenas nas áreas das Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ciências da Linguagem, a fim de reverter o quadro deficitário de docentes indígenas atuando em suas próprias escolas, como dito anteriormente, bem como pretende, ainda, possibilitar a produção de material didático específico e diferenciado, visando a garantia da autonomia político-pedagógica das escolas indígenas. Desta forma, o curso objetiva também criar condições teórico-metodológicas e práticas para que os professores indígenas possam se tornar agentes efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico, planejamento e gestão da escola em que atuam.

A Licenciatura Indígena tem sua execução com base na modalidade “parcelada” ou de “alternância”, tendo suas atividades divididas em dois tempos: Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Também organiza-se em dois momentos de formação: a Formação Geral e a Formação Específica.

No período de julho de 2016 a outubro de 2017 a parte de Formação Geral do Curso foi concluída, e para tanto foram realizadas 3 etapas de Tempo Universidade e 3 etapas do Tempo Comunidade. A Formação Geral prevê uma matriz referencial comum a todos(as) os(as) cursistas e habilita para assumir os processos de escolarização nas aldeias correspondente ao ensino “fundamental menor”, conforma a organização da escolarização das escolas não indígenas.

Em cumprimento à modalidade da Pedagogia da Alternância, a Licenciatura Indígena realiza-se em dois tempos: Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), como já assinalado.

No TU os(as) cursistas estudam em caráter intensivo, preferencialmente, mas não exclusivamente, no campus da UEMA – São Luís. Essas etapas devem acontecer, prioritariamente, nos meses de janeiro, fevereiro e julho atendendo ao princípio da formação em serviço dos professores cursistas, tendo em vista que, nestes meses, em média, as escolas indígenas estão em recesso. Nessas etapas longas, de vinte dias cada, desenvolvem-se os conteúdos previstos no desenho curricular bem como é o espaço de articulações políticas dos professores indígenas e de socialização de suas práticas culturais.

O TC corresponde às etapas que ocorrem no interior de cada aldeia, onde os (as) cursistas realizam as tarefas determinadas por cada disciplina, complementando assim a carga



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

horária prevista para integralização dessas disciplinas. Ao término de cada etapa do tempo universidade, os(as) cursistas já são avisados de quando a equipe de monitores da Licenciatura Indígena farão o acompanhamento e recolha das tarefas desenvolvidas nas aldeias e encaminhadas aos ministrantes das disciplinas.

Este período de atividades pedagógicas, O T.C., tem-se manifestado como uma rica experiência intercultural onde não só os indígenas se deslocam para a cidade para “aprender conteúdos ocidentais”, mas também os monitores(as) que não são indígenas (graduandos e mestrandos de diversos cursos) adentram as aldeias vivenciando por uma semana a realidade de seus cursistas-orientandos(as).

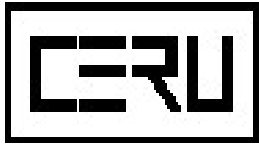
Essa articulação da Licenciatura Intercultural em TU e TC mais que atender a uma modalidade proposta para a “educação do campo”, nesse contexto de execução pela UEMA tem permitido a ampla reflexão dos diálogos (im)possíveis entre os saberes ocidentais e os saberes indígenas (r)existentes.

Iniciou-se em 2018 a parte da Formação Específica da Licenciatura Indígena. Para a composição das turmas – áreas de formação específica ofertadas: Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ciências da Linguagem – os(as) cursistas fizeram sua auto indicação para a área de sua preferência. A partir desse mecanismo de tomada de decisão e considerando o total de cursistas atualmente frequentes, o quantitativo de aluno por área de formação ficou assim distribuído: 15 para a área de Ciências da Natureza, 25 em Ciências Humanas e 32 em Ciências da Linguagem.

A maior procura pela área de Ciências da Linguagem demonstra a preocupação dos cursistas com a situação sociolinguística de seus povos e a relação que a escola poderia favorecer quanto ao prestígio das línguas indígenas, assim assumida pelos próprios falantes.

A segunda maior procura pela área de Ciências Humanas pode ser entendida como a expectativa de que os discentes além de professores em suas aldeias desenvolvem papéis de lideranças e representatividade das demandas de seus povos frente aos canais administrativos da sociedade envolvente e, para isso, estão se apropriando dos saberes proporcionados pelas discussões sociológicas, antropológicas, histórico-geográficas dentre outras oportunizada pela Licenciatura Indígena.

A menor procura pela Ciência da Natureza reproduz no contexto da educação escolar indígena a dificuldade de formação de professores para essa área do ensino básico.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Prevista para ser concluída em julho de 2021, a Licenciatura Indígena deve possibilitar o fortalecimento das línguas, tradições e visões de mundo de cada povo. Tendo na interculturalidade crítica o princípio norteador de todas as relações de formação e atuação da docência indígena, esta experiência deve contribuir para que os(as) professores(as) indígenas sejam inseridos(as) nos contextos de trabalho e das lutas sociais dentro e fora das aldeias.

Enquanto experiência em curso, a Licenciatura Intercultural Indígena permite uma reflexão decolonial dos processos de construção do saber considerado científico, mas que na prática se revela como subalternizante dos saberes constitutivos das identidades indígenas (r)existentes. Na seção seguinte tomaremos como campo de observação dos saberes indígenas uma atividade acompanhada/realizada no Tempo Comunidade, referente a uma das “disciplinas” integrantes da matriz referencial da Formação Geral, denominada *Teoria do Conhecimento*.

2.1 O *Mito* de Maír: por uma abordagem decolonial da Teoria do Conhecimento

No período de 14 a 17 de novembro de 2016 foi realizada uma etapa do Tempo Comunidade na aldeia Chupé, da Terra Indígena Araribóia, com cursistas da etnia Tenetehar/Guajajara moradores desse território. Nessa oportunidade, acompanhando as atividades da disciplina Teoria do Conhecimento tivemos acesso à forma tenetehar de explicação da origem do mundo. Isso foi possível pois a docente ministrante da disciplina sugeriu/indicou como tarefa para os(as) cursistas relacionassem a “forma de conhecimento” da sociedade ocidental – Ciência - à maneira como os Tenetehar/Guajajara conhecem/explicam o mundo.

Para executar essa tarefa os(as) cursistas deveriam entrevistar os mais velhos, coletar informações com quem “sabia das coisas”. No trato dessa atividade demonstraram “grande dificuldades”, sobretudo quanto à indisponibilidade de pessoas com idade avançada para darem “as entrevistas”, como pelo constrangimento que o próprio tema causava. Apesar de ter sido convidada uma senhora que conhecia o mito de criação do mundo na perspectiva tentehar, ela o narrou em língua materna e colocou muitas restrições quanto à sua publicização.

Um dos cursistas da turma é também liderança indígena e de idade mais avançada que os(as) demais colegas, fez a “tradução” do mito narrado pela idosa tentehar e permitiu acesso



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

mínimo a um saber importante e constitutivo da identidade do povo indígena que se auto denomina *o povo verdadeiro*.

Ele relatou que os mais antigos contam que o *Maír* (a pronúncia é “maíra”) é o criador dos fenômenos da natureza como a chuva, o fogo e a água, e acreditam que ele é o protetor e criador dos Guajajara.

Essa cosmologia própria dos ameríndios tupi-guarani conta que *Maíra* e seus filhos gêmeos *Maíra-ira* e *Mucura-ira* são os mais importantes criadores ou heróis responsáveis pela fundação e transformação do mundo.

A partir dessa narrativa fronteiriça entende-se uma série de acontecimentos que fazem alusões à vida cotidiana dos tentehar, explicando grande parte da sua realidade.

Nosso narrador contou que o tempo de colheita e plantio da mandioca está relacionado a “punição” que *Maíra* aplicou sobre os(as) tentehar por desconfiarem de sua existência. Segundo o narrador:

Antes dessa “desconfiança”, a mandioca, depois de plantada, demorava apenas um dia para crescer e a punição para a descrença foi um enorme tempo de espera para a colheita da mandioca. Em virtude disso, até os dias de hoje, nós pedimos permissão para *Maíra* para nossos plantios.

Darcy Ribeiro (1976) possui uma obra literária chamada *Maíra*, que conta detalhes sobre esta divindade, onde aponta que esta entidade aparece inclusive em registros e documentos escritos, não sendo apenas um agente platônico que teria criado o mundo e as coisas, mas um ser vivo e atuante. Segundo Ribeiro, as tragédias, catástrofes, tempestades e toda a vida é explicada pelo povo Ka’apor,⁹ por exemplo, através de um conflito entre um *Maíra* pai e um *Maíra* filho.

A explicação dos Tentehar/Guajajara para a criação do mundo por *Maír* e não pela divindade judaico-cristã, ou evolucionista, como assevera “a” Ciência, questiona a lógica da “monocultura do saber e do rigor científicos” (SANTOS, 2004, p. 790). Demonstra que outros saberes e outros critérios de rigor são possíveis em outros contextos e práticas sociais não-hegemônicas.

Ainda segundo Santos (2004), essa possibilidade deve ser considerada suficiente para que tais saberes tenham legitimidade para participar de debates epistemológicos com outros saberes ditos científicos.

⁹ O povo Ka’apor também é falante do tronco-linguístico Tupi.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

A sinalização do mito do *Mair* como uma forma de ser e existir no mundo está estreitamente alinhada à capacidade de reinvenção desses povos ameríndios frente às teorias cosmológicas dominantes. Entretanto, a explicação hegemônica da criação do mundo assentada na “diferença colonial”¹⁰ (MIGNOLO, 2003) se impõe desde a colônia até os tempos atuais. O eixo que rege a colonialidade está fundado na exclusão, negação e subordinação dessas diferenças dentro do “sistema-mundo capitalista”, camuflando tais fenômenos atrás de um discurso “neoliberal multiculturalista” (WALSH, 2009).

Portanto, é preciso reconhecer o lugar e centralidade da cosmologia tentehar a partir do debate decolonial para escapar dos riscos presentes nas análises multiculturais e interculturais. Nesse sentido, assumimos que este trabalho está apoiado em reflexões teóricas decoloniais influenciadas pelo teórico argentino Walter Mignolo e sua relação crítica com as teorias dos sistemas mundiais.

A construção de um pensamento capaz de “estar ou sentir-se entre” as fraturas do pensamento dominante é a proposta basilar no debate decolonial deste autor. Tal pensamento é denominado por ele como *pensamento liminar*, ou seja, a razão subalterna em disputa para estabelecer em primeiro plano a força e a criatividade de saberes que foram subalternizados durante um longo processo de colonização de todo o mundo, processo através do qual se construíram o que conhecemos como racionalidade moderna.

Pensamento liminar surge como uma crítica às fronteiras intelectuais da modernidade europeia e a possibilidade de expandir o horizonte do conhecimento humano além da academia e além da concepção ocidental de conhecimento e racionalidade, ou seja, a chance de uma futura ruptura epistemológica.

Mignolo (2003) procura demonstrar através das fissuras do sistema mundial colonial/moderno, a construção e admissão de outros discursos críticos dentro da lógica racional dominante, na tentativa de elaborar novas centralidades na produção do conhecimento, que fuja das pretensões universalistas da perspectiva eurocêntrica e abrindo espaço para as formas de conhecimento não-ocidentais.

Para além da crítica elaborada pelos teóricos pós-coloniais, que para Mignolo é uma crítica que ainda parte de dentro do sistema, o debate decolonial propõe rever a própria categoria

¹⁰ Para Mignolo (2003), a noção de diferença colonial está fundamentada na admissão de um único discurso crítico da modernidade, reproduzindo as pretensões universalistas da perspectiva eurocêntrica e ocultando as formas de conhecimentos não-ocidentais.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

ocidentalismo. Para o autor tal categoria, produzida no sistema mundial colonial/moderno, pressupõe a existência de uma cosmologia dominante subjugando outras cosmologias¹¹.

O que está no centro de sua discussão é a necessidade de constantemente revermos os “termos do diálogo”. Por exemplo, há distinções entre a noção de epistemologia enquanto uma conceitualização e reflexão sobre o conhecimento em sintonia com a coesão das línguas nacionais e a formação do estado-nação e não como um conhecimento que se constrói *em diálogo com* a epistemologia *a partir de* saberes que foram subalternizados nos processos de colonização.

Mignolo propõe um novo tipo de conhecimento produzido em uma perspectiva subalterna e concebido a partir das “margens externas” do sistema mundial colonial/moderno, ou seja, a partir dos conflitos com culturas que foram subalternizadas.

Essas experiências e reflexões nos encaminham para uma discussão de natureza metodológica a partir da seguinte indagação: os cânones da produção do conhecimento científico contemplam as especificidades dos diversos atores sociais envolvidos na dinâmica da presença indígena em espaços de ensino superior? Seria necessário propor novas metodologias de pesquisa que repensem os esquemas clássicos de oposição entre sujeito/objeto e pesquisa/extensão nessas relações? A seção seguinte é um direcionamento sucinto a esses questionamentos.

2. UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA DA/NA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA: A *ETNOGRAFIA NOS INTERSTÍCIOS*

Esta seção pretende discutir a construção analítica daquilo que propomos como sendo uma “etnografia nos interstícios”, intenção metodológica utilizada para a obtenção dos resultados que se seguem nesse artigo e que tem em seu alicerce uma crítica aos dualismos positivistas da separação entre sujeito/objeto e pesquisa/extensão. Tais razões analíticas tem representado, ao nosso ver/sentir, obstáculos para a compreensão da presença indígena nos espaços de ensino superior interculturais no Maranhão.

O legado positivista sobre a constituição das Ciências Sociais, entre elas a Antropologia, na passagem dos séculos XIX e XX, representou a consolidação de mecanismos e instrumentos

¹¹ Como exemplo desse imaginário sobrepujante do *ocidentalismo*, o autor cita as exaltadas revoluções burguesas – Revoluções Inglesas e Revolução Francesa – e a não mencionada Revolução Haitiana.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

de pesquisa que tem em sua base a separação epistemológica entre sujeito conhecedor e objeto conhecido. Essa cisão é produto da razão analítica positiva que supervaloriza o agente da percepção como ente responsável por reconstituir as regras, leis e estruturas da vida social dentro dos parâmetros metodológicos e semânticos propriamente científicos.

Dessa forma, estabeleceu-se, mesmo no campo da Ciências Humanas e Sociais, um relacionamento hierárquico sistematizado e sintetizado no dualismo sujeito/objeto, presente em boa parte das pesquisas realizadas em mais de 100 anos de consolidação acadêmica da Sociologia e da Antropologia.

Dentro do pensamento sociológico, o domínio da ideia de neutralidade e imparcialidade necessárias para o *fazer* científico reforçou a separação entre o *purismo* das estruturas conceituais elaborados pelos sociólogos (SUJEITOS) e as intermitências dos atores sociais em suas relações cotidianas (OBJETOS). Portanto, nesse viés, qualquer ‘envolvimento’ desregulamentado e fora das expectativas do projeto concebido pelo pesquisador comprometeria a ‘cientificidade’ dos resultados obtidos.

No campo antropológico, as primeiras elaborações analíticas, ainda na passagem do século XIX ao XX, eram dominadas por um *ethos* folclorista museológico que transformava o pesquisador em colecionador enciclopédico e aqueles e aquelas cujas as vidas foram ‘invadidas’ pela ‘ciência civilizadora’ em nativos exóticos catalogáveis.

Esse mesmo espírito colecionador predominou em muitas abordagens antropológicas que sucederam o evolucionismo cultural. Ainda que revolucionárias em suas propostas metodológicas e conceituais, o culturalismo boasiano e o funcional-estruturalismo de Malinowski (1976) e Radcliffe-Brown (1971), repetiram os preceitos positivistas do não envolvimento entre sujeito e objeto na medida em que trataram as especificidades culturais dos povos apreciados em seus trabalhos do ponto de vista preservacionista, considerando o inevitável processo de “aculturação” e “mudança social”.

Portanto, seria necessário preservar os elementos culturais e sociais dos povos estudados levando em conta o suposto desaparecimento de sua forma original subsumida pelos processos de aculturação e mudança social resultantes das ações coloniais imperialistas.

Mesmo nas contribuições do pensamento estruturalista dos trabalhos de Levi-Strauss (1962) que ajudaram a desconstruir a suposta ideia da inferioridade intelectual dos chamados ‘selvagens’ e ‘primitivos’ (o outro), realiza-se a divisão entre os que coletam e sistematizam o *outro* (os etnólogos) e outro-coletado (as pessoas e suas realidades origem).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

É somente a partir da antropologia hermenêutica levada a frente pelo movimento pós-moderno, que o estatuto que justifica a divisão entre *o que estuda* e *o estudado* passara efetivamente a ser questionado como elemento necessário para fazer antropológico. Os trabalhos de Geertz (1988) colocam sujeito pesquisador e objeto pesquisado como produtores de sentidos e significados sobre o mundo social definidos na relação. Nesse sentido, ambos são reconhecidos como interlocutores e atores da pesquisa.

Essa preocupação reaparece nos trabalhos reflexivos de Clifford (2016), Marcus (2016) e Rabinow (2016) quando propõem que os interlocutores da pesquisa antropológica (tradicionalmente vistos como antropólogo e nativo) devem ser vistos como autores e coautores posicionados como protagonistas da pesquisa. Entretanto, o reconhecimento da autoridade do pesquisado na produção do saber em questão não elimina a “diferença colonial” (MIGNOLO, 2003) presente na instituição do pensamento antropológico, recolocando os atores da pesquisa em suas posições assimétricas.

Nessas transformações da relação entre os sujeitos da pesquisa, a etnografia – reconhecida como método por excelência da antropologia – tem sido parte implicada do processo de reafirmação da separação entre os ditos *sujeitos cognoscentes* e os *objetos cognoscíveis*. Esse movimento, entretanto, não representou uma unanimidade no pensamento antropológico, tem gerado também revisões analíticas e, sobretudo políticas nos mecanismos, instrumentos e estratégias de pesquisa.

A noção metodológica que propomos aqui, emergindo de nossas experiências pedagógicas com professores e professoras indígenas dos diversos povos que compõem o cenário ameríndio do Maranhão e fundamentada no pensamento decolonial de Mignolo (2003), pretende construir uma abordagem política e investigativa que se afaste dos rastros de uma antropologia aplicada e se aproxime de uma antropologia da práxis (CARDOSO, 2006).

O que aqui chamaremos de uma *etnografia nos interstícios* busca promover uma fissura entre os dualismos positivistas anteriormente e a partir dela romper com a distinção entre sujeito/objeto e pesquisa/extensão como partes opostas dos processos de investigação e intervenção da realidade social, argumentando ainda que as ações de *compreender* e *transformar* a realidade social são parte de um mesmo processo e, portanto, são indissociáveis.

As experiências cruzadas dos atores sociais (indígenas e não-indígenas) envolvidos no processo de elaboração e execução da Licenciatura Intercultural para povos indígenas nos



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

colocaram diante a necessidade de revisitar de forma crítica e decolonial a História da Antropologia e a relação entre antropólogos e os sujeitos das realidades pesquisadas por estes.

A crença de que os pesquisadores estariam envolvidos com ‘objetos investigativos’ dos quais caberia ao antropólogo retirar suas análises de forma objetiva e neutra, e não com sujeitos intelectualmente autônomos de suas próprias realidades, reforçaria uma distinção hierárquica entre os protagonistas da pesquisa. Essa é uma herança da racionalidade epistemológica positivista que coloca as realidades observadas como movidas por leis gerais e naturais a serem desvendadas pelo pesquisador e seus instrumentos de pesquisa.

A *etnografia nos interstícios* parte da perspectiva de que as relações que se dão durante uma dinâmica de investigação compreendem sujeitos autônomos de pensamento, protagonistas de suas realidades e da própria situação de pesquisa que, nesse caso, também é uma situação pedagógica uma vez se desenrola em um contexto de formação acadêmica.

Isso se revela nos quadros de composição da equipe de execução do projeto que inclui indígenas e não indígenas, bem como na estratégia de execução do curso que, como já dito, ocorre em tempos distintos para respeitar as temporalidades dos cursistas indígenas, o ‘tempo universidade’ e o ‘tempo comunidade’.

A superação do dualismo sujeito/objeto nos permitiu ainda pensar para além de uma outra fissura que reforça a ideia de afastar a produção do conhecimento científico e a atuação política, nesse caso, a separação entre **pesquisa** e **extensão** que, historicamente, se transferiu das ciências naturais para as ciências sociais e humanas, consolidando a problemática ideia de que é possível produzir uma reflexão social que não mantenha uma relação implicada com a realidade social pesquisada.

Como posto anteriormente, a Licenciatura Intercultural para a educação básica indígena tem sido um projeto coordenado pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades (GEPEX LIDA) da Universidade Estadual do Maranhão. O LIDA tem ainda realizado investimentos analíticos e políticos com processos formativos de organizações quilombolas no Maranhão e acompanhamento das violências territoriais que coletividades tradicionais na zona metropolitana de São Luís - MA tem sofrido pelo avanço de empreendimentos portuários locais.

Em alguns eventos acadêmicos ocorridos entre os anos de 2016 e 2017 integrantes do grupo foram questionados sobre as estratégias utilizadas por seus pesquisadores sobre como



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

lidar concomitantemente com a pesquisa e a extensão, uma vez que os preceitos científicos dominantes as colocam como práticas distintas e opostas.

Nossas respostas a esses questionamentos argumentaram em torno da ideia de que não conseguimos dissociar tais práticas, nem as ver como opostas, mas sim como constitutivas do processo de produção do conhecimento, conhecedor-conhecido. Nesse contexto, nos deparamos com a necessidade de repensar nossos parâmetros metodológicos, uma vez que nossos cânones ocidentais reconhecem e ratificam a distinção entre o senso analítico e o posicionamento crítico do(a) pesquisador(a).

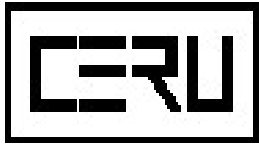
Essa tarefa nos levou a reavaliar nossas bases teóricas e nosso lugar de fala diante de outros atores que compartilham conosco espaços de investigação e intervenção sobre o social. As leituras sobre o “pensamento liminar” presente nos trabalhos de Mignolo (2003) nos levaram a pensar em uma abordagem metodológica que surgisse a partir de nossas próprias experiências acadêmicas e políticas liminarmente locais e resistentes, a saber, a “**etnografia nos interstícios**”. Essa etnografia nos permitiria pensar as fissuras a partir das fissuras, ou seja, pensar as transformações de natureza epistemológica a partir da subalternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “observação/participação” desses momentos formativos nos permitiu compreender como os curtos-circuitos que surgem do encontro entre saberes ocidentais e *histórias fronteiriças* “obrigam” estes povos a dominar a linguagem e as técnicas do “mundo dos brancos” para sobreviverem dentro de uma relação de dominação que se exerce, mas não sem *(r)existência*.

Uso assim a palavra *(r)existência* numa tentativa em enfatizar e fortalecer a compreensão de que todo processo de formação dos territórios indígenas, ou seja, a sua *existência*, se constitui em uma conflitualidade e uma *resistência* ao processo de colonização. Todo o modo de vida de povos indígenas é resistência o tempo todo, pois ele é fruto de um processo que sempre tentou negá-lo. Mignolo (2003) reforça essa reflexão ao afirmar que “a razão subalterna precede e coexiste com as situações/condições pós-coloniais/neocoloniais” (p. 141).

A razão subalterna é, sobretudo, um conjunto diverso de práticas teóricas emergindo a partir e como resposta aos legados coloniais no que o autor chama de “interseção da história



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

euro-americana moderna”. A configuração do pensamento crítico subalterno é fruto de uma transformação teórica e epistemológica na academia.

Apesar do paradoxo acerca do tratamento dado aos indígenas no Brasil e de licenciaturas interculturais serem uma “invenção” do Ocidente, a proposta e a execução de um projeto de educação intercultural indígena favorece, ao menos em tese, a construção e o exercício da cidadania desses povos. Possibilita também espaços de rupturas com o paradigma da modernidade, onde se produzem reflexões críticas sobre as estratégias de superação do modelo dicotômico de representação da realidade entre o Ocidente e “o resto do mundo”.

Do ponto de vista crítico, a Licenciatura Indígena pode ser analisada sob dois principais aspectos. Primeiro, tomando como pressuposto a demanda reprimida por formação de nível superior para indígenas atuarem especificamente no magistério em suas aldeias, verificamos que o Curso se mostra como uma grande conquista do movimento indígena.

Por outro lado, o grande desafio seria a efetivação do princípio da interculturalidade ir além do aspecto funcional, tal como ocorre hoje. Isso porque essa proposta implementa-se visando a inserção dos(as) docentes na carreira do magistério que já está delimitada pelo Estado. Associada a isso, temos as expectativas dos discentes em serem “funcionários públicos” e não, necessariamente, sujeitos críticos de um processo “neocolonial” que os seduz.

Dessa forma, a Licenciatura Indígena, enquanto uma proposta decolonial, poderia ser entendida como passo inicial para se efetivar uma sociedade mais plural, com uma presença indígena reconhecida e valorizada. Ademais, enquanto prática etnográfica nos/dos interstícios pode favorecer diálogos entre saberes construídos em bases distintas do padrão hegemônico.

Entretanto não se pode ter o controle do devir histórico. Cabe ao movimento indígena redefinir os termos do diálogo entre a perspectiva ocidental/universalizante/colonial e os seus próprios saberes. Das (im)possibilidades de simetria nesse diálogo...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLIFFORD, James. “Sobre a alegoria etnográfica”. In: **CLIFFORD, J., MARCUS, G. (orgs.). A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016. p. 151 – 181.

FURTADO, M.L.S. Do outro lado da ponte: um olhar sobre a política educacional indigen(ist)a. In: Max Maranhão Piorsky. (Org.). In: **Escolas indígenas e políticas interculturais no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Editora da UECE, 2009.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

GEERTZ, Clifford. “Estar aqui: de quem a vida, afinal?” In: **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. p. 169 – 193. Tradução da edição inglesa de 1988.

LEVI-STRAUSS, Claude. “A ciência do concreto”. In: **O pensamento selvagem**. Campinas/SP: Papirus, 1989. p. 15 – 50.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. V. Civita, 1976.

MARCUS, George. “Problemas contemporâneos da etnografia no sistema mundial moderno”. In: **CLIFFORD, J., MARCUS, G. (orgs.). A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016. p. 337 – 270.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais e Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

OLIVEIRA, C.F. de. **Cidadania Indígena: uma discussão do imperativo categórico da igualdade pela diferença**. São Luís: Monografia de Conclusão de Curso. 2017

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. Unesp, 2006.

RABINOW, Paul. “As representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na Antropologia”. In: **CLIFFORD, J., MARCUS, G. (orgs.). A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016. p. 323 – 358.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva** – 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Tradução da edição inglesa de 1971.

RIBEIRO, Darcy. **Maíra**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015. 1ª ed.: 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Cortez, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena**. São Luís: UEMA, 2016.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico**. Judith Salgado (comp.). Justicia indígena. Aportes para un debate, p. 23-36, 2002.

_____. In: CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. 7Letras, 2009.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

CONVIVÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR: REFLEXÕES A PARTIR DA INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LIMA, Solange de Freitas Branco¹²

ROCHA, Eucenir Fredini¹³

Resumo: Para que seja inclusiva, é fundamental que a escola considere que indivíduos com deficiência possuem diferenças assim como os demais alunos. Nesse ponto está a essência da inclusão, porque ela viabiliza a convivência com o outro e promove uma relação de respeito. Para tanto, a escola precisa ser consciente de que a inclusão envolve acolhimento; demanda modificação do espaço; e requer a aplicação de princípios e valores éticos no desenvolvimento de ideais de cidadania e de justiça para todos os alunos. Por isso, o caminho para que a inclusão seja efetivada é um processo longo que não poderá ser determinado apenas pela legislação. Para que possamos interpretar como o espaço é organizado e entendido, é fundamental observarmos as relações sociais e os valores que o ambiente envolve. Partindo dessas premissas poderemos compreender como são realizadas as ações no ambiente da escola regular. Assim, esta pesquisa teve como objetivo compreender o espaço educacional de uma escola que tem alunos com deficiência e descrever como são realizadas as relações sociais neste ambiente. A metodologia da pesquisa foi a técnica da Observação Participante. Foram realizadas observações na sala de aula, no pátio, na hora do lanche, nos horários de entrada e de saída dos alunos e nos momentos de formação dos professores. Os resultados apontaram para as dificuldades de interação deste grupo no espaço educacional. E mostraram que a presença da criança com deficiência, e os problemas observados nos espaços, são um reflexo do que ocorre no coletivo. Diante dos resultados é fundamental salientar que o papel da escola é respeitar as diferenças e modificar uma cultura que, de acordo com a tradição, valorizou a uniformidade e a conformidade. Nesta esfera, o diálogo é a base da relação entre professor e aluno, e entre os próprios alunos, porque ele promove o respeito e a interação social.

Palavras-chave: Escola. Deficiência. Inclusão. Professor. Aluno.

Coexistence inside the school space: reflections from the insertion of people with disabilities

Abstract: To be inclusive, it is critical that the school considers that individuals with disabilities have differences just like other students. At this point lies the essence of inclusion, because it enables the coexistence with the other and promotes a relationship of respect. To do so, the school must understand that inclusion involves welcoming; demands modification of space; requires the application of ethical principles and values in the development of ideals of citizenship and justice for all students. Therefore, the path to inclusion is a long process that cannot be determined by legislation alone. In order for us to interpret how space is organized and understood, it is fundamental to observe the social relations and values that the environment involves. Starting from these premises we will be able to understand how the actions are carried

¹² Pós-doutoranda no DIVERSITAS/FFLCH/USP. E-mail: solangelima@usp.br

¹³ Docente no REATA/FM/USP e coordenadora no DIVERSITAS/FFLCH/USP.

E-mail: eucenir@usp.br



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

out in the environment of the regular school. Thus, this research aimed to understand the educational space of a school that has students with disabilities and to describe how social relations are performed in this environment. The research methodology was the participant observation technique. Observations were made in the classroom, in the patio, at snack time, at the students' entrance and exit times, and at teacher training times. The results pointed to the difficulties of interaction of this group in the educational space. And they showed that the presence of the disabled child, and the problems observed in the spaces, are a reflection of what happens in the collective. Faced with the results, it is essential to emphasize that the role of the school is to respect differences and modify a culture that, according to tradition, values uniformity and conformity. In this sphere, dialogue is the basis of the relationship between teacher and student, and among the students themselves, because it promotes respect and social interaction.

Keywords: School. Deficiency. Inclusion. Teacher. Student.

1. INTRODUÇÃO

Para que seja inclusiva, é fundamental que a escola considere que as pessoas com deficiência possuem diferenças assim como os demais alunos. E, é nesse ponto que está a essência da inclusão, porque ela viabiliza a convivência com o outro e promove uma relação de respeito.

Nesse sentido, a escola precisa assumir o compromisso de que a inclusão envolve acolhimento; demanda modificação do espaço; requer a aplicação de princípios e valores éticos no desenvolvimento de ideais de cidadania e de justiça para todos os alunos (com ou sem deficiência); e rejeita propostas que envolvam segregação e promovam desigualdade, independentemente das peculiaridades dessas pessoas.

Partindo desse pressuposto, para que a inclusão de um aluno com deficiência numa turma de escola regular se concretize, é necessário que sejam criados mecanismos que possibilitem uma interação social, educacional e emocional com seus colegas e professores, bem como, com o conhecimento e com a cultura.

Para a concretização de trajetórias singulares e potentes na vida escolar dos estudantes, com ou sem deficiência, é necessário a flexibilidade na construção de projetos acadêmicos e essa maleabilidade não se circunscreve apenas no currículo intrínseco da escola, mas também no percurso escolar como um todo.

Além de cuidarmos para que esse percurso seja contínuo, é preciso pensar sobre qual a melhor maneira de incluir a criança com deficiência, e qual é a forma mais adequada para cada aluno. Pois, se por um lado, precisamos impedir o engessamento do aluno num arcabouço



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

educacional de classe regular a qualquer custo, de classe especial, de Educação de Jovens e Adultos (EJA) etc. Por outro, não podemos pender para a total ausência de direção e planejamento da escolarização.

Essa premissa parte do pressuposto de que, se a inclusão implica a adequação da escola às necessidades de cada aluno, faz-se necessário um planejamento constante da melhor forma de escolarização para eles, de acordo com suas condições e o seu desenvolvimento.

Isso posto analisaremos aqui um dos aspectos a ser observado no convívio escolar, a influência da organização do espaço educacional, os mecanismos que devem ser produzidos nele, ou seja, no ambiente onde se efetivará a inclusão das pessoas com deficiência.

2. COMPREENDENDO O ESPAÇO DA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

Para interpretarmos como o espaço é organizado e entendido, é fundamental observarmos as relações sociais e os valores que o ambiente envolve. Começemos, então, apontando como a legislação municipal e estadual definem o espaço do sistema educacional regular.

O sistema educacional da cidade de São Paulo, é administrado pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEESP). Ele atua como órgão normativo, deliberativo e consultivo da educação pública e privada. Estabelece normas para todas as escolas das redes: estadual, municipal e particular. Desde a educação básica até às modalidades de ensino profissionalizante, presencial e à distância (SEE/SP, 2013).

A educação especial é uma modalidade de educação escolar, que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para os alunos com deficiência. No município de São Paulo, os Serviços de Educação Especial são aqueles oferecidos, dentre outros órgãos, pelos Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) (SME/SP, 2016).

O CEFAI atua em conjunto com a Diretoria Regional de Ensino (DRE), articulando e desenvolvendo ações que garantam a prática das políticas públicas de Educação Especial e a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas.

O AEE tem como objetivos, dentre outros: identificar as necessidades e as possibilidades de desenvolvimento escolar do aluno com deficiência; preparar planos de atendimento, com o intuito de viabilizar o acesso e à participação dos alunos no processo de escolarização; produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares; acompanhar o uso desses



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

recursos em sala de aula conferindo sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes; e, orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno.

A Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI), local onde é efetivado o AEE, é um espaço onde deve ser aplicada estratégias de aprendizagem. O espaço pode ser empregado para o atendimento de diversas necessidades educacionais e para o desenvolvimento das distintas complementações ou suplementações curriculares. Assim, o AEE insere-se efetivamente nas escolas regulares, em horário distinto ao da classe comum, com professor regente, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas (SME/SP, 2016).

Diante do exposto anteriormente esta pesquisa teve como objetivo principal compreender o espaço educacional de uma escola que tem alunos com deficiência e descrever como se dão as relações sociais nesse ambiente.

3. MÉTODO

Com o intuito de abranger os objetivos apresentados optou-se por um estudo descritivo, a partir dos elementos da pesquisa qualitativa. A metodologia da pesquisa foi a técnica da Observação Participante de Cruz Neto (2002). E, para a efetivação da pesquisa, fizemos uma observação do espaço de uma escola municipal que está situada numa região de periferia da cidade de São Paulo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações foram realizadas durante o ano de 2016, no horário de entrada e de saída dos alunos, no intervalo para o almoço e o lanche, nas salas de aula, no horário de formação de professores e na SAAI.

4.1. Observação 1 – Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão

O atendimento da SAAI é realizado nos períodos da manhã e da tarde de segunda, terça e quinta, na escola. No dia da observação, a professora estava sozinha na sala preparando as atividades que iria utilizar.

Sobre as atividades realizadas no SAAI e professora informou que desenvolve as tarefas na sala de aula ou na própria SAAI. Contudo, afirmou que os alunos não ficam bem na sala regular e, por conta disso, ela os leva para sua sala para realizar as intervenções.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

É importante salientar que o AEE, efetivado pela SAAI, não é substituição de sala de aula. O aluno tem o direito de estar nesse espaço, mas as ações devem ser realizadas no contra turno da sala de aula regular, e as atividades que serão realizadas nesse espaço devem subsidiar o trabalho do professor em sala regular. Assim, a finalidade da SAAI, em todos os âmbitos da legislação (federal, estadual, municipal) é apontar as possibilidades e as necessidades escolares dos alunos com deficiência e ser um apoio para o professor da sala de ensino regular, não um substituto.

No momento em que o aluno com deficiência está na sala de aula, junto com os demais alunos, ele tem a oportunidade de relacionar-se com os demais, e os professores têm a ocasião de aprimorar a sua prática pedagógica. Nesse sentido, Stainback e Stainback (1999, p. 23) entendem que “embora uma criança com deficiência possa não ser capaz de absorver todo o currículo da educação regular, ela pode beneficiar-se das experiências não acadêmicas no ambiente educacional regular”.

Com base nesses princípios, quando a professora do SAAI leva o aluno para a sua sala no momento em que ele deveria estar em sala de aula regular junto aos demais. Ela acaba promovendo a segregação do aluno e demonstrando uma visão assistencialista da inclusão. Em relação ao assistencialismo, Freire (2015, p. 77) destaca que “o perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a ‘abertura’ de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica.”

Essa visão assistencialista faz com que os educadores apenas cumpram o protocolo, ou a sua função, e não considera os direitos fundamentais da pessoa com qualquer tipo de deficiência de estar no espaço da sala de aula.

O fato da professora do SAAI retirar os alunos com deficiência do ambiente de sala de aula e não os atender como determinado pela legislação, demonstra uma ação de exceção e, de acordo com Agamben (2010, p. 25), esse ato é um tipo de exclusão. Porque é um caso particular que é excluído da regra comum. “A situação, que vem a ser criada na exceção, possui, portanto, esse particular, o de não poder ser definida nem como uma situação de fato, nem como uma situação de direito, mas institui entre essas um paradoxal limiar de indiferença.”



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

4.2. Observação 2 – Sala de Aula do Ensino Fundamental 2

Uma das observações foi realizada no período de aula na sala do 7º ano, onde está matriculado um aluno cadeirante (decorrente de uma deficiência motora). No período de observação os alunos tiveram uma aula de inglês (45 minutos) e duas aulas de língua portuguesa (1h30).

Durante a aula de Inglês foi explicado aos alunos uma tarefa que eles deveriam fazer em casa. A atividade constituía-se numa pesquisa dos pontos turísticos da cidade e sua descrição deveria ser entregue na língua inglesa. Foi dado um prazo para a entrega do trabalho. O aluno cadeirante estava sentado à frente da sala. E, no final da aula a professora reclamou que o aluno não fazia nada alegando sempre estar cansado. Ao sair a professora, os alunos estavam organizados em grupo, numa atividade agitada, mas o cadeirante estava sozinho.

Na aula seguinte, de Língua Portuguesa, ao entrar na sala, a professora e a estagiária, não cumprimentaram os alunos. Não pediram que se organizassem em suas respectivas carteiras e não acalmaram a turma para lecionar o conteúdo. Apenas solicitaram que se dividissem em dois grupos, porém ninguém lhes deu atenção. Trouxeram um computador, tipo *notebook*, para o aluno com deficiência poder fazer a sua atividade. E, em meio, a bagunça, a professora anunciou-lhes que deveriam realizar a tarefa sozinhos e que passaria nas carteiras para ver as lições, com a ajuda da estagiária.

Os alunos permaneceram indiferentes às instruções e a professora acabou dando somente atenção para quem se propôs a fazer a atividade. Houve uma confusão na sala por conta das brincadeiras feitas pelos meninos, trouxeram o inspetor para chamar atenção dos alunos. E tudo transcorreu de forma desorganizada e barulhenta até soar o sinal de saída.

Em relação à postura da professora em sala de aula, Penin, Martínez e Arantes (2009) salientam que a ação do professor nesse ambiente, deve ser pautada por um conjunto de valores que os orientem a intervir na educação, de forma que a escola realmente seja um espaço de continuidade educativa. Para isso é fundamental suscitar um ambiente afetivamente rico, aceitar os alunos, elaborar normas de convivência e respeito junto com eles e valorizar o diálogo. Ainda que eles não cheguem a consensos, o diálogo pode auxiliar no desenvolvimento do respeito em relação às opiniões dos outros.

Quanto às aprendizagens implícitas e as explícitas no cotidiano escolar, Moreno et al. (2000) entende que essas relações provindas do fato de focar o ensino num arcabouço interno das áreas curriculares e não nas relações entre os conteúdos curriculares e a realidade social de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

quem está se relacionando com o conhecimento, acaba conduzindo a um conceito de que as disciplinas são entidades alheias às inquietações da vida cotidiana. Visto que o seu sentido tende a ficar limitado ao campo reduzido do pensamento científico.

Nesse sentido, o autor compreende que é imperativo que o professor efetue incursões pelo meio empírico dos alunos, a fim de que eles tenham a oportunidade de estabelecer relações entre os conteúdos curriculares e sua vivência diária. “A ruptura entre os interesses dos alunos e das alunas e os conteúdos curriculares é a manifestação de um fenômeno social mais amplo: a descontextualização dos conhecimentos científicos de seu ambiente social” (MORENO et al., 2000, p. 34).

Com base nessa constatação, o autor salienta que a ausência de uma educação para a própria vida afetiva e o desconhecimento das maneiras de entender as respostas adequadas diante das posturas, comportamentos e demonstrações emotivas das pessoas, faz com que os alunos fiquem à mercê de um ambiente no qual abundam modelos de respostas agressivas, descontroladas e inconvenientes. E não saibam como resolver os conflitos interpessoais, que, frequentemente se apresentam em todas as formas de convivência social. Nesse âmbito, o professor possui “um papel fundamental de mediador e guia das aprendizagens e não simples transmissor de conhecimentos” (MORENO et al., 2000, p. 57).

Diante dos dados da observação e dos apontamentos dos autores citados, podemos inferir que o espaço de sala de aula não existe por si só. Ele é um ambiente que deve propiciar condições específicas para que o aluno desenvolva a sua aprendizagem e o professor exerça a sua atividade docente, de tal forma que ele dialogue com esse espaço pedagógico.

Em suas reflexões Freire (2013a, p. 109) aponta a educação como uma “situação gnosiológica que solidariza educador e educando como sujeitos cognoscentes, abre a estes múltiplos e indispensáveis caminhos à sua afirmação como seres da práxis.”

Para o autor é importante ver o homem em sua interação com a realidade e a importância do conhecimento histórico-social-cultural no dia-a-dia dos homens, já que a história é feita pelos homens e ao mesmo tempo nela vão se fazendo. Assim, toda a ação educativa não deve ficar limitada a narrativas ou discursos sobre determinado assunto. Esse fazer pedagógico deve ser efetivado por meio de reflexões e de diálogos condizentes com a realidade social dos alunos. Pois, “não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que se darão estas técnicas” (FREIRE, 2013a, p. 110).



4.3. Observação 3 – Sala de Leitura do Ensino Fundamental 1

Uma outra observação foi realizada no período de aula da tarde, no horário da aula de leitura do 3º ano. Essa turma tem 25 alunos, um deles tem Dificuldades de Aprendizagem (DA). No horário de entrada da sala, o aluno com DA sentou-se na segunda carteira da primeira fileira, encostado na parede. Uma aluna pediu-lhe que saísse alegando que o lugar era dela, ele não saiu. Três alunos tentaram tirá-lo a força e lhe deram uma joelhada nas costas, por fim desistiram (ele não saiu). Em nenhum momento houve a intervenção de professora.

A proposta da aula era que cada aluno deveria pegar um livro, lê-lo e depois desenhar a parte que mais gostou. Contudo mais da metade da sala estava envolvida com outras coisas como brincadeiras, conversas, jogos e não fez a leitura.

Durante o período de 45 minutos, o aluno com DA levantou-se para pedir um lápis e mordida-se todas as vezes que tentava falar com a professora, os alunos retiraram arbitrariamente o seu material, caçoaram do seu desenho, contudo ele voltou para a sua carteira e permaneceu desenhando até final da aula. A professora permaneceu alheia a toda essa situação.

Como podemos ver, a aula de leitura, de forma geral, não cumpriu o seu propósito, porque a aula de leitura é um espaço privilegiado para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais essenciais à aprendizagem e ao convívio social das crianças. Assim, as atividades realizadas nesse espaço devem ser definidas pelo professor responsável pela aula e é importante que haja um preparo antecipado dos materiais que serão utilizados porque esse conteúdo deve contribuir com o desenvolvimento da atividade proposta.

Para Freire (1989, p. 7) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. Assim, a leitura deve ser significativa não um ato descontextualizado e mecânico.

Além disso, o professor não se envolveu com os alunos, nem mediou os conflitos surgidos durante a aula. Ensinar a importância do respeito que se deve ter com as diferenças dos colegas no ambiente escolar é primordial para que o ambiente de sala de aula seja um local de resolução de conflitos, diálogos e, principalmente, de respeito ao outro.

Nesse âmbito, Freire (2013a) destaca que a partir do jogo dialético das relações homem-mundo se dá a consciência humana. Ele está se referindo ao mundo humano e mundo cultural,



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

embebedos de significados construídos e desconstruídos constantemente pela ação e entendimento humano.

Visto ser o jogo dialético das relações homem-mundo a essência do pensamento Freireano acerca da consciência, apenas nessa ação dialética que acontece a tomada de consciência do mundo pelo homem. É nos atos, nas respostas advindas dos desafios da vida, na práxis, que o homem toma consciência de si, dos outros e do mundo.

Isso posto, a consciência não pode ser compreendida como um determinado espaço a ser ocupado no homem. Como se pudesse em alguma ocasião ser um espaço vazio, antes de seu preenchimento. Na verdade, ela é determinada pela sua intencionalidade, tendo sempre um objeto perante si.

E esse objeto tanto pode ser o mundo, como também ela própria. Pode voltar-se sobre si mesma e ser consciente de sua consciência, não se estabelecendo simples representação da realidade, mas tendo a possibilidade de se constituir reflexão crítica sobre seus próprios atos e na habilidade de superação de suas contradições.

Na visão de Paulo Freire, a consciência é intencional, porque toda consciência é sempre consciência de determinada coisa. De fato, para ele, não existe um eu que se organize sem um não eu (FREIRE, 2013b, p. 106).

A consciência crítica é o retrato das coisas e dos eventos como se dão na experiência prática da própria existência. Essa consciência crítica é fundamental para que os professores se reconheçam como mediadores do conhecimento e das relações interpessoais dentro do espaço educacional. E exerçam a sua ação pedagógica em termos individuais e coletivos.

4.4. Observação 4 – Sala de Aula do Ensino Fundamental 1

Um outro momento de observação foi realizado na sala do 5º ano do ensino Fundamental. A sala tem 25 alunos e, desses, quatro alunos têm deficiência (autismo, síndrome de Down e dois com deficiência intelectual). Nesse dia estavam presentes o aluno com síndrome de Down e um dos alunos com deficiência intelectual. A sala possui uma professora regente, mas as aulas especializadas como inglês, por exemplo, são lecionadas por outro professor. Contudo a professora regente permaneceu na sala.

Durante a observação o conteúdo da aula foi dado pela professora de inglês. Ela explicou a matéria do dia e deu tarefas para os alunos executarem, enquanto ela auxiliava o aluno com deficiência intelectual, a professora regente auxiliava o aluno com síndrome de Down. A aula



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

durou 45 minutos, ao término os alunos foram para o recreio. Após o momento de observação, a professora relatou que tem muita dificuldade com a turma pela quantidade total de alunos que estão matriculados na sala.

O fato da escola ter uma turma para cada ano fez com que essa sala tivesse uma quantidade maior de alunos com deficiência matriculados, porque era o ano respectivo dos alunos. Contudo, a colocação de uma auxiliar poderia dar um respaldo para a docente, porque esse direito está garantido pela legislação municipal, vemos que isso não ocorreu.

De acordo com a portaria 2. 963 de 15 de maio de 2013 (SME/SP, 2013) a escola deve ter Auxiliares de Vida Escolar (AVEs) para atender o aluno com deficiência em suas necessidades fisiológicas e, se necessário, acompanhá-lo na sala. A escola possui esse profissional, mas ele não acompanha o aluno em sala.

A portaria prevê também a presença de estagiários de pedagogia, para atuar junto aos professores e alunos com deficiência nas rotinas de sala de aula e nas atividades individuais e coletivas. Contudo, não vimos a presença dessa pessoa na sala de aula.

As dificuldades apontadas pela professora demonstram uma falta de diálogo entre educadores e gestores da escola. Na prática educativa, o diálogo é um valor essencialmente humanístico, é ver que o outro é alguém que merece respeito e deve ser ouvido.

Na obra *Pedagogia do Oprimido* Paulo Freire defende que “se é dizendo a palavra com que, pronunciando o mundo, os homens se transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isso o diálogo é uma exigência existencial” (FREIRE, 2013b, p. 118).

Nesse sentido, o ambiente educacional deve basear-se no diálogo, e os sujeitos envolvidos nesse processo de produção do conhecimento, devem estar permanentemente em condições de equidade.

A proposta pedagógica de Paulo Freire por meio do diálogo está na perspectiva de emancipar o sujeito. Com base nesses pressupostos, a dialogicidade é o método que possibilita a prática da liberdade aos não-livres. O diálogo tem o teor, tem a exigência da superação da assimetria na dialética dominador-dominado. Como relação democrática, o diálogo supre a dominação.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

4.5. Observação 5 – Horário de Entrada, de Saída e de Intervalo dos Alunos

O horário de saída dos alunos do Ensino Fundamental 2 é as 11h40, neste momento ficam 2 inspetores coordenando o pátio porque nesse horário é servido o almoço. E um terceiro inspetor ficou no portão de saída. Nessa ocasião observamos que haviam apenas 26 alunos no pátio. Um dos alunos que tem deficiência (Adrenoleucodistrofia ou Doença de Lorenzo), do 8º ano do Ensino Fundamental 2, também estava no pátio, mas sozinho. A AVE que estava no pátio fazia companhia para o aluno do 7º ano que é cadeirante.

Observamos nesses episódios que as crianças com deficiência ficam apartadas de qualquer lógica grupal e não há nenhuma intervenção nessa direção. O intervalo é tido como um momento de folga dos educadores e não mais como uma possibilidade de intervenção educacional.

No horário de entrada dos alunos do Ensino Fundamental 1, atendimento que é realizado no período vespertino, a partir das 13h30, os portões são abertos e eles formam uma fila para o lanche. No dia da observação haviam três alunos com deficiência no pátio, um com autismo, outro cadeirante com paralisia cerebral, e o terceiro com síndrome de Down, mas ninguém interagia com eles. Às 13h40 foi dado o sinal, os alunos formaram fila e cada professora foi buscar a sua turma.

O intervalo dos alunos do Ensino Fundamental 1 foi feito às 15h00, todos os alunos foram para o pátio. Nesse dia haviam dois inspetores observando os alunos. Os alunos corriam, brincavam, pulavam etc. Dos alunos com deficiência do período da tarde, estava presente apenas a aluna com síndrome de Down do 5º ano, no pátio. Ela ficou sozinha durante todo o intervalo. Não foi oferecida nenhuma atividade recreativa para esses alunos.

Considerando o que foi observado, vimos que no pátio e no refeitório não há uma interação com os alunos com deficiência, observamos que eles estão incluídos no espaço, mas todos agem como se eles não pertencessem àquele lugar, é como se fossem invisíveis. Quanto ao pertencimento destacamos o que Agamben (2010, p. 30) denomina Teoria dos Conjuntos:

Na teoria dos conjuntos distingue-se pertencimento e inclusão. Tem-se uma inclusão quando um termo é parte de um conjunto, no sentido em que todos os seus elementos são elementos daquele conjunto (...). Mas um termo pode pertencer a um conjunto sem estar incluído nele (...) estar nele incluído sem pertencer a ele.

Assim, entendemos que a pessoa com deficiência presente nesse espaço descrito anteriormente, é aquele que não pode ser incluído no todo do qual faz parte, por direito, e não pode pertencer ao conjunto no qual já está desde sempre incluído.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Ainda nessa linha de raciocínio sobre fazer parte ou não, Skliar (2003) aponta que o pensamento de que a deficiência é, unicamente, um fato biológico e que demonstra distinções universais deveria ser problematizado dentro de um contexto da teoria do conhecimento. Porque, para o autor, o objeto do discurso da deficiência, não é o sujeito que está em uma cadeira de rodas ou aquele que usa uma prótese auditiva, ou aquela pessoa que não aprende conforme o ritmo e a maneira como a norma espera. Essa fala está permeada pelas ações históricas, culturais, sociais e econômicas que condicionam e “controlam a maneira pela qual são pensados e inventados os corpos, as mentes, a linguagem, a sexualidade dos outros (...) A deficiência está relacionada à ideia mesma da normalidade e à sua historicidade” (SKLIAR, 2003, p. 158).

4.6. Observação 6 - Espaços de formação, interação e estudos dos professores

A equipe gestora desenvolve na escola um momento de formação continuada dos professores. Esse trabalho é considerado um espaço de reflexão sobre as atividades pedagógicas e é implementado por meio do Projeto Especial de Ação (PEA), com encontros de terças, quartas e quintas. E pela Jornada Especial Integrada de Formação (JEIF), com encontros de segundas e sextas.

Em relação à formação dos professores e apoio pedagógico, a escola conta com o trabalho de uma equipe de pesquisadores terapeutas ocupacionais de uma universidade. A equipe apoia a avaliação das crianças com deficiência e dificuldades de aprendizagem, o planejamento de atividades e a formação dos professores referente às práticas inclusivas para esse grupo e a produção de recursos que subsidiem as práticas de ensino e aprendizagem. Esse trabalho é efetivado no horário da JEIF, a convite da direção, a cada quinze dias.

Durante o período de observação das JEIFs, aos professores foi dada a oportunidade de discutir e compartilhar seus pensamentos e opiniões com relação à inclusão de crianças com deficiência no cenário da instituição de ensino regular. Essas discussões foram baseadas em textos com palavras chaves como: inclusão, deficiência, exclusão.

A escola possui 29 professores e eles podem optar por participar da JEIF ou não, para compor a carga horária docente, assim as reuniões contaram com uma presença de 10 professores, da coordenadora e, em alguns casos, com a presença da diretora.

Destacamos a seguir algumas frases proferidas pelos professores que foram registradas nas reuniões das JEIFs: “*É difícil trabalhar com todos os alunos e com os que têm deficiência*”



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

*(...) Durante a faculdade a gente não aprende as coisas (...) Me sinto sozinha na sala de aula
(...) Sinto pena desses alunos (...) Precisamos de um projeto de alfabetização para esse grupo”.*

Nessas reuniões, ocorreram também, alguns comentários em relação aos alunos com deficiência:

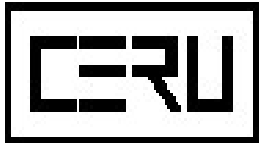
O aluno comeu o lápis, bateu no colega, a agressividade dele aumentou, não só com os alunos da sala, como também com os demais alunos da escola (...) A aluna está agitada e agressiva (...) A aluna tem dificuldade de aprendizagem, mas não tem diagnóstico, ela é do 8º ano, não consegue lembrar o conteúdo da escola, mas a música da igreja dela, ela lembra (...) O aluno do 7º ano fica nervoso depois do intervalo, na sala rasga o caderno, joga as coisas dos alunos (...) O aluno do 3º ano está muito agressivo (...) O aluno do 2º ano só faz atividades se a professora fica ao lado dele (...) Tenho dificuldades com os alunos com deficiência intelectual – não sei o que fazer (...) Fico angustiada por não conseguir trabalhar com alunos com deficiência, fico sem saber como agir (...) Quando o aluno com Paralisia Cerebral está medicado, ele não me dá trabalho.

A construção da segregação da deficiência intelectual e da pessoa com deficiência e o mercado de trabalho, a visão das pessoas com deficiência, também foram assuntos discutidos nas reuniões: *“Porque o caminho mais curto, não é o de quem precisa mais, A pessoa com deficiência precisa ser forte para aprender a lidar com seu dia-a-dia, precisa aprender a lutar. As pessoas não vão ter protetores para o resto da vida, precisamos ensiná-los a lutar.”*

Nas discussões e falas dos docentes observamos que as professoras não se sentem responsáveis pela aprendizagem do aluno em sala de aula. Em muitas situações, elas não acreditaram no potencial de seus alunos. Demonstraram, nas entrelinhas, que a prática pedagógica junto aos alunos com deficiência é um desperdício de tempo porque eles ‘nunca’ irão sair dessa realidade.

Nesse pensamento está implícito aquilo que Appadurai (2009) define como ‘identidade predatória’ que é um fenômeno frequente, a hostilidade em relação às minorias:

Defino como ‘predatórias’ aquelas identidades cuja mobilização e construção social requerem a extinção de outras categorias sociais próximas, definidas como ameaças à própria existência de algum grupo, definido como ‘nós’. As identidades predatórias emergem, periodicamente, de pares de identidade, algumas vezes de conjuntos maiores do que dois, que têm longas histórias de contato próximo, mistura e algum grau de mútuos estereótipos. A violência ocasional pode ou não ser parte dessas histórias, mas algum grau de identificação contrastante sempre está envolvido. Um dos membros do par ou do conjunto frequentemente torna-se predatório ao mobilizar um entendimento de si mesmo como uma maioria ameaçada. Esse tipo de mobilização é o passo-chave para transformar uma identidade social benigna numa identidade predatória (APPADURAI, 2009, p. 49).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Esse fato nos remete, também, ao que Skliar (2003) explicou sobre a questão do termo ‘deficiência’. O termo foi utilizado com objetivo de demonstrar ou tornar visível o problema e a discussão, em torno dos significados e sentidos culturais. Ao especificar as palavras ‘deficiente’ e ‘deficiência’, o autor diz não estar se aludindo aos indivíduos concretos, mas a uma das representações dominantes que circulam sobre eles. Porque, a sociedade decide como é o outro, o que é que lhe falta, de que necessita, quais são suas privações e anseios. Esse tipo de pensamento conjectura que a deficiência é do deficiente.

O reconhecimento do ‘outro’, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos, nossos corpos constituem-se na referência que dá suporte à identidade. Os corpos são constituídos pela cultura e são, sucessivamente, por ela transformados. Assim, é o outro quem precisa ser excluído, para poder conservar seus limites; o outro é que ameaça pela sua diferença e deve ser designado como tal (SKLIAR, 2003). Portanto, a exclusão da pessoa com deficiência confirma-se pelo fato do não reconhecimento de que essas pessoas têm direito à autonomia e à cidadania.

O entendimento, por parte do professor, de que o aluno com deficiência é um ser humano com direitos e deveres é o mesmo que Paulo Freire aponta como sair da contradição opressor/oprimido. Freire (2013b) mostrou quão simples é passar do extremo de oprimido ao outro de opressor. Apenas a compreensão de que este sistema: opressor/oprimido ignora a pessoa em sua integridade, como um ser humano de direitos, possibilita suplantação das contradições e seus efeitos.

A necessidade de informação das singularidades passa pelo desafio de aprofundar o conhecimento a respeito da criança com deficiência. No sentido de que o ‘diferente’ não é mais apenas um indivíduo do qual é preciso ter compaixão, mas é uma pessoa, cujas características individuais pode nos enriquecer, enquanto profissionais da educação e ser humano.

Esse enriquecimento, a partir da singularidade de cada pessoa, na ótica de Freire (2013a), faz com que o professor mude a sua posição de transmissor de conhecimento para a posição de construtor do conhecimento. Porque há uma valorização do aluno e de sua realidade social. A partir do momento que o aluno é levado em conta, amplia-se um espaço para a construção de um saber que vai além das questões escolares tradicionais, efetivando a modificação cultural.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos, a presença da criança com deficiência na escola, denuncia uma dinâmica que ocorre nesse espaço como um todo. Porque as dificuldades apresentadas pelos professores que têm alunos com deficiência, e os problemas observados nos espaços, são o reflexo do que ocorre no coletivo.

A criança com deficiência exige da escola um planejamento e uma postura com os estudantes que, muitas vezes, ela não possui. Assim o problema não se encontra na inclusão da pessoa com deficiência, mas na laboração do ensino e nas relações sociais estabelecidas no espaço escolar.

As ações observadas em todos os espaços demonstraram a construção de processos de exclusão, assim como a omissão dos educadores com as relações violentas e de abandono do processo educacional. E essa exclusão ocorre, não somente com alunos com deficiência, mas com os demais. Porque ela define quem é o outro e se ele pode ou não estar naquele espaço. As relações violentas são constantes entre todos – estudantes e educadores – e tratadas no cotidiano escolar como naturais no espaço escolar.

Para que haja uma convivência saudável no espaço escolar, ele deve dialogar com a realidade social do aluno, no sentido de considerar a contexto social dele. Assim, é fundamental salientar que o papel da escola é respeitar as diferenças e modificar uma cultura que, de acordo com a tradição, valorizou a uniformidade e a conformidade. Nessa esfera, o diálogo é a base dessa relação entre professor e aluno, e entre os próprios alunos.

O diálogo é uma possibilidade metodológica eficaz e produtiva entre alunos e os professores, porque promove o respeito e a interação social. Essa ação se mostra como um rico instrumento para ser utilizado na prática pedagógica, com o intuito de aproximar os sujeitos no cotidiano pedagógico. Essas discussões são significativas e importantes, pois os alunos e professores podem expressar suas opiniões e anseios, bem como promover o respeito com o outro e com as suas diferenças.

Como podemos ver, o diálogo não consiste unicamente numa troca de informações entre indivíduos, mas é uma forma de aprendizagem, um meio de socialização para todos os alunos e professores no espaço escolar. Porque tanto o respeito às diferenças pessoais, como o direito de cada um de existir em equidade, pode ser viabilizado por meio da interação com o outro. É por intermédio do diálogo que essa interação ocorre e aquilo que os divide e caracteriza é colocado de lado.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 197p.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ.** Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-75, dez. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>.

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. Tradução Ana Goldberguer. São Paulo: Iluminuras-Itaú Cultural, 2009. 128p.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 51-66

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez.1989. 90p.

_____. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013a. iBooks

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b. iBooks

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. iBooks

MORENO, Montserrat et al. **Falemos de sentimentos**: a afetividade como um tema transversal. São Paulo: Editora Moderna, 2000. 144p.

PENIN, Sonia; MARTÍNEZ, Miquel; ARANTES, Valéria Amorim. **Profissão docente**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2009. 139p.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO-SEE/SP- CEESP - Conselho Estadual de Educação de São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.ceesp.sp.gov.br/portal.php/conheca_cee Acesso em: 24 ago. 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO-SME/SP. Portaria n. 2. 963 de 15 de maio de 2013. Organiza o quadro de Auxiliares de Vida Escolar – AVEs e de Estagiários de Pedagogia, em apoio a Educação Inclusiva, especifica suas funções e dá outras providências, 2013. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 15 mai. 2013. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?al t=16052013P%20029632013SME Acesso em: 18 ago. 2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO-SME/SP. Decreto 57.379 de 13 de outubro de 2016. Institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Política



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 13 out. 2016. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57379-de-13-de-outubro-de-2016/> Acesso em: 18 ago. 2017.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. 224p.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. 451p.



**ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

PARTE II
QUESTÕES CULTURAIS



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

ESCOLA RURAL SERTANEJA: PROPOSIÇÕES, AÇÕES E IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES CULTURAIS DE ALUNOS RURAIS

LIMA, Maristela Rocha¹⁴
SOUZA, Elizeu Clementino de¹⁵

Resumo: Neste texto nos debruçamos sobre concepções e contextualizações sobre a escola rural sertaneja, objetivando compreendê-la enquanto *locus* de construção de conhecimentos formais, como também de identidades culturais. Em meio a uma sociedade urbanocêntrica e com ideologias hegemônicas, o que se percebe são escolas rurais alheias aos contextos no quais estão inseridas, configurando-se espaços “estranhos” à realidade de vida e formação identitária e cultural dos alunos. Destacamos a necessidade de uma reconfiguração e recontextualização das escolas rurais sertanejas a partir de estudos realizados no âmbito da pesquisa *Sou rural, sou gente, tenho identidade: cultura, cotidiano e narrativas de alunos de escola rural*, cujo *locus* foi a Escola Leandro Gonçalves da Silva, escola rural do município de Conceição do Coité, sertão da Bahia, a qual se aproxima do contexto político-educacional das demais escolas rurais brasileiras.

Palavras-chave: Experiências cotidianas rurais. Construção de identidades culturais. Escola rural. Empoderamento cultural.

Abstract: In this text we focus on conceptions and contextualizations about the sertaneja rural school, aiming to understand it as locus of construction of formal knowledge, as well as of cultural identities. In the midst of a city-centered society with hegemonic ideologies, what is perceived are rural schools alien to the contexts in which they are inserted, configuring spaces "alien" to the reality of life and the identity and cultural formation of students. We emphasize the need for a reconfiguration and recontextualization of the rural sertanejas schools based on studies carried out within the context of the *Sou rural survey, I am a people, I have an identity: culture, daily life and narratives of rural school students*, whose locus was the Leandro Gonçalves da Silva School, a rural school in the municipality of Conceição do Coité, in the sertão da Bahia, which approaches the political-educational context in other Brazilian rural schools.

¹⁴ Mestre em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc/UNEB. Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus XI. Especialista em Educação Ambiental. Professora de Geografia na Educação Básica nos municípios de Barrocas e Conceição do Coité, no semiárido baiano. Membro do Grupo de Pesquisa (Auto)biografia, Formação e História Oral – GRAFHO/PPGeduc/UNEB e do Grupo de Pesquisa GEO(BIO)GRAFAR: Geografia, diversas linguagens e narrativas de professores. E-mail: stellarochoa.geo@gmail.com

¹⁵ Pesquisador 1 C CNPq. Doutor em Educação pela FAGED/UFBA. Pós-doutor em Educação pela FEUSP e atualmente realiza Estágio Sênior – Pós-doutorado na Universidade de Paris 13-França. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGeduc-UNEB). Líder do Grupo de Pesquisa (Auto)biografia, Formação e História Oral (GRAFHO-UNEB-CNPq). Pesquisador associado do Laboratoire EXPERICE (Université de Paris 13 - Paris 8). Foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisa (auto)biográfica – BIOgraph (Gestão 2008/2010; 2010/2012 e 2012/2014), atualmente é Tesoureiro da BIOgraph. Membro do Conselho de Administração da Association Internationale des Histories de Vie en Formation et de la Recherche Biographique en Education (ASIHIVIF-RBE), Pesquisador do CIRBE. E-mail: esclementino@uol.com.br



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Key words: Rural daily experiences. Construction of cultural identities. Rural school. Cultural empowerment.

Reflexões e motivações iniciais

A escola rural sertaneja tem um papel primordial na construção identitária de alunos oriundos deste espaço, por ser compreendida como um dos *locus* relacionado à construção de saberes científicos e experienciais. Porém, no contexto das escolas rurais sertanejas, pode-se constatar uma organização curricular voltada para atender uma lógica urbanocêntrica, por meio de informações, valores e culturas que vão de encontro ao processo de construção de identidades culturais dos referidos alunos. Partindo deste contexto, nossa intenção é refletir sobre processos de construção de identidades culturais de alunos rurais do Território de Identidade do Sisal¹⁶, sertão da Bahia, tal como a perspectiva de Souza:

Tomar as escolas rurais e suas diferentes significações, no contexto social local/nacional, significa lançar olhares sobre os sujeitos da escola rural; aos modos como o trabalho pedagógico se forja no cotidiano das escolas e como as instituições escolares rurais se presentificam e constroem marcas de subordinação ou resistência frente à formulação e implementação de políticas públicas voltadas para os povos que habitem o meio rural, considerando o ambiente identitário dos sujeitos que dão vida e sentido às produções culturais próprias desses espaços. (SOUZA, 2012, p. 18)

Tendo a concepção de Souza (2012) como norteadora, faz-se necessário compreender a escola rural como lugar de construção e socialização de conhecimentos contextualizados ao modo como estas pessoas concebem e vivem suas experiências cotidianas. Significa conceber o rural para além de um espaço físico, mas como lugar de vida, pois é “onde se estabelecem relações cuja constituição retrata também o modo como os sujeitos organizam esse espaço e ali produzem a si mesmos e as suas experiências” (SOUZA, *et al*, 2017, p. 27) individuais e coletivas. Desse modo, se estabelece uma relação mútua e de complementaridade entre sujeito e lugar, lugar e sujeito.

¹⁶ Área de 20.454 km², o equivalente a 3,6% do território baiano e uma população de 625.852 (SEI, 2016), sendo que 42,8% encontravam-se no contexto urbano e 57,2% em contexto rural. A delimitação foi feita com base nos propósitos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR), apresentada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Os municípios que compõem o TIS são: Araci, Biritinga, Barrocas, Candéal, Conceição do Coité, Cansanção, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Quinjingue, Queimadas, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Este texto desdobra-se como entrada da pesquisa *Sou rural, sou gente, tenho identidade: cultura, cotidiano e narrativas de alunos de escola rural*¹⁷, tal investigação vincula-se ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC-UNEB/Campus I) e ao Grupo de Pesquisa (Auto)biografia, Formação e História Oral (GRAFHO), no âmbito da pesquisa matricial *Multisseriação e trabalho docente: diferenças, cotidiano escolar e ritos de passagem*, financiada pela FAPESB e CNPq.

Historicamente, as escolas rurais sertanejas são marcadas por invisibilidades e política de fechamento e nucleação que submetem os alunos a deslocamentos geográficos diários em transportes escolares desconfortáveis, comprometendo o descanso e a rotina alimentar. Tal realidade reverbera, ainda, na invisibilização de suas culturas através de processos educativos forjados na escola, do mesmo modo são submetidos a uma educação que atende a uma lógica estabelecida por um sistema que os ignoram enquanto sujeitos rurais. Diante de contextos como estes, os alunos rurais tendem a apresentar baixo rendimento escolar que ocasionam constantes reprovações, contribuindo para elevar as taxas da distorção idade/série, o abandono escolar e o elevado número de analfabetismo, principalmente funcional.

Esta realidade é uma evidência de que os alunos, assim como as escolas rurais, são “vítimas” de políticas que buscam excluir e homogeneizar os sujeitos e as culturas através de processos que os invisibilizam socialmente, economicamente e culturalmente, por apresentarem modos particulares de ser e viver o/no cotidiano. Esta percepção nos impulsiona a buscar compreender os espaços rurais a partir de diferentes olhares: o olhar do sujeito que o experiencia, na interface com o olhar e concepções de teóricos sobre estas discussões. Tendo estas concepções como premissas, buscamos tecer uma articulação entre o que nos revelaram os sujeitos da pesquisa sobre as experiências/aprendizagens escolares e as políticas curriculares que permeiam as escolas rurais sertanejas, de modo a perceber como estes elementos interagem e potencializam a construção de identidades culturais dos alunos.

¹⁷ Esta pesquisa apresentou como objetivo principal compreender disposições relacionadas à construção das identidades culturais de alunos de contextos rurais, a partir dos sentidos e significados atribuídos às situações experienciadas no âmbito escolar e do lugar onde vivem os alunos colaboradores, tendo com base os pressupostos teórico-metodológicos e epistemológicos da pesquisa qualitativa e da abordagem (auto)biográfica, sendo a escrita de diários reflexivos e a entrevista narrativa os dispositivos adotados para produção de dados para a pesquisa. O processo de análise, interpretação e compreensão foi realizado em consonância com a proposta interpretativa-compreensiva, sistematizada por Souza (2006), numa perspectiva de leitura em três tempos – tempo de lembrar, narrar e refletir sobre o vivido. Os colaboradores foram 8 (oito) alunos de contextos rurais, matriculados na Escola Leandro Gonçalves da Silva (ELGS), localizada no povoado de Amorosa, município de Conceição do Coité, no Território de Identidade do Sisal, sertão da Bahia.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

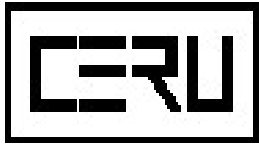
Escola rural: Contextualizações

As escolas rurais brasileiras foram historicamente relegadas a planos inferiores por atenderem e representarem uma parcela relativamente pequena (em números) da população brasileira diante de um país com dimensões continentais como é o caso do Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), a maior parte da população brasileira (84,72%) vive em áreas urbanas, enquanto que apenas 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais (IBGE, 2015). É claro que dados como estes são passíveis de questionamentos se levarmos em consideração o conceito de área urbana adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em detrimento das especificidades do conceito de rural.

Quando observamos que, dentre as Regiões do Brasil, a Região Nordeste conta com o maior percentual de sua população vivendo em áreas rurais, 26,88% (IBGE, 2015), a realidade torna-se mais preocupante, pois é um contingente gigantesco de pessoas vítimas de processos sócio-educativos que, muitas vezes, os ignoram enquanto sujeitos que apresentam culturas e identidades singulares. Tais perspectivas apresentam a cidade como o lugar das oportunidades, da modernidade, da civilização e do progresso, enquanto que o rural é caracterizado como sendo o oposto.

Como resultado deste modelo educativo, podemos constatar através dos índices de escolaridade e alfabetização das famílias sertanejas, o quanto as pessoas rurais foram historicamente esquecidas/marginalizadas, sendo socialmente abandonadas, lembradas apenas em momentos pontuais da história deste país. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Território de Identidade do Sisal apresenta a terceira pior taxa de analfabetismo do estado (30,7%); se considerarmos o analfabeto funcional, a taxa média sobe para 58,8% da população, sendo que a maior parcela se encontra em áreas rurais (BAHIA, 2011).

Estes números evidenciam a ausência de políticas públicas e sociais que garantam aos moradores rurais do Território de Identidade do Sisal formação e qualificação profissional, que valorize e reconheça o contexto de vida destas pessoas enquanto elemento significativo em seus processos formativos. Esta política de invisibilização e de negação de direitos resvala na



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

ausência de ações efetivas que visem à melhoria da qualidade de ensino e de vida das famílias rurais do território do sisal, bem como do sertão nordestino.

Historicamente, as escolas rurais sertanejas são marcadas por políticas de invisibilidade e completo descaso, sendo estas marcadas por modelos e opções que negam aos alunos acesso a uma educação de qualidade e contextualizada à realidade social e cultural, à saúde, às políticas de formação e beneficiamento de convivência com o sertão... São escolas que reforçam e legitimam, através dos currículos, ideologias hegemônicas e urbanocêntricas, negando modos pessoais e culturais de ser e viver em consonância com a cultura local. Para Santos (2003), é claramente perceptível que nunca houve, na história da educação brasileira, a preocupação com os alunos e escolas rurais:

Analisando a história da educação escolarizada no meio rural brasileiro, poderíamos afirmar que, verdadeiramente, nunca houve uma educação rural. A escola que existe na roça não tem servido para ajudar os(as) rurais a entenderem/compreenderem as contradições que marcam a sua realidade e melhorar a sua qualidade de vida; tampouco tem servido para preparar um futuro operário capacitado para inserir-se no mercado de trabalho urbano (agora mais exigente diante dos desafios postos por uma economia globalizada, marcada pela automação dos processos produtivos e pela informatização dos processos de comercialização e prestação de serviços). Na verdade, a escola existente na roça, tem-se constituído como um forte mecanismo de destruição da cultura local, através da imposição de uma cultura “urbanocêntrica” e é, por consequência, um fator que tem estimulado o êxodo rural. (SANTOS, 2003, p. 149-150)

As realidades que permeiam as escolas rurais brasileiras são extremamente perversas, por desconsiderarem as especificidades educacionais e sociais das pessoas que habitam estes contextos. Decorrente das escolhas curriculares implantadas nas escolas rurais sertanejas, estas são fadadas ao fracasso porque não buscam atender as demandas educacionais e culturais dos alunos. Ações como ausência de investimento e melhorias na estrutura física das escolas, falta de professores com formação adequada para atuarem nestes contextos, qualidade do transporte escolar, currículos que contemplem as especificidades locais e culturais dos alunos contribuem para o fechamento das unidades escolares, fortalecendo, assim, a política de nucleação escolar, atualmente uma realidade constantes nos territórios rurais sertanejos, assim como em todo território nacional.

O sujeito rural precisa ser pensado como preservador e criador de cultura, como agente dinâmico do processo social e cultural (MARTINS, 2005) e não como um mero trabalhador rural. Historicamente, a sociedade urbana concebe as pessoas que habitam o rural apenas como trabalhadores rurais. Não compreendem que ser rural é para além de uma condição de trabalho, pois envolve um contexto cultural e cotidiano marcado por acontecimentos e realidades que



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

fazem parte de um modo singular de ser e viver. Não se podem negar as influências que o modo de vida global exerce sobre a vida das pessoas rurais, mas mesmo diante deste contexto urbanocêntrico de vida, as famílias rurais apresentam particularidades, pois apresentam identidades e modos próprios construídos a partir das interações familiares e comunitárias no contexto do lugar onde vivem. Este jeito singular de ser e viver nem sempre é considerado, tal como argumenta Souza e Sousa (2015):

[...] nosso olhar unilateral, nossa postura positivista que nega a diversidade de saberes, as benévolas contribuições da multirreferencialidade nos fazem negar o que é diferente, o que não congratulam com a ideia de progresso sob a ótica neoliberal. Deveríamos celebrar a diversidade, pois sem ela não apreenderíamos a vida na sua multiplicidade de aspectos. (SOUZA; SOUSA, 2015, p. 390)

O processo de homogeneização impregnado pelo sistema global nos estimula a ser imparciais diante das imposições e determinações desta sociedade. Cabe a cada sujeito sair da “zona de conforto” e buscar formas de construir cotidianamente um modo de vida multirreferencial, dinâmico e contextualizado com a realidade local e contemporânea, principalmente quando se trata de escolas e alunos que acreditam e têm o processo de escolarização como uma forma de melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar. Para tanto, uma demanda se coloca: “rompermos silêncios e fronteiras – geográficas, sociais e culturais – no sentido de valorizar as particularidades das escolas rurais e seu contexto ímpar de organização pedagógica” (SOUZA, *et al*, 2016, p. 236), o que reverbera no reconhecimento e na valorização das identidades pessoais e culturais de um povo.

Outro fator preponderante considerado por este estudo é a estrutura física das escolas, uma vez que, em sua maioria, apresentam o mínimo de condições de funcionamento, pois sobreviverem “historicamente com uma política de recursos mínimos” (SOUZA; MEIRELES, 2015, p. 50). Assim, não atendem as necessidades básicas educacionais e de conforto físico para os alunos, ratificando o descaso que a educação rural brasileira historicamente foi submetida, sendo relegada a planos inferiores e a uma situação de completo descaso e abandono.

Escola rural: identidades culturais e cotidianos

A escola rural necessita ser uma instituição que reconheça e valorize o cotidiano, a cultura e as identidades dos alunos rurais, pois é neste lugar que parte da vida destes alunos acontece. A educação rural, assim como as escolas rurais brasileiras, historicamente foram



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

postergadas e esquecidas ao acaso, sendo submetidas a situações de verdadeiro descaso político e econômico. Na concepção de Souza *et al*:

As escolas rurais no Brasil apresentam características singulares e que precisam ser consideradas nas ações pensadas/empreendidas nesses espaços. Em termos dos recursos disponíveis, da infraestrutura e dos suportes didático-pedagógicos, estes ainda são insuficientes e precários. Com infraestrutura inadequada, estradas de difícil acesso, transportes impróprios e com professores sem formação específica para atuar nesses espaços, temos, superficialmente, um desenho da educação rural brasileira. (SOUZA *et al*, 2017, p. 32)

Em meio a esta realidade, emergem preocupações e discussões que nos fazem refletir sobre como acontece o processo de construção de identidades culturais de alunos que vivem cotidianamente este descaso social. O desejo de todos que experienciam, estudam e/ou tem alguma relação pessoal/social com o rural seria que estas escolas tivessem, como norteadores do currículo, práticas que valorizassem a cultura e o cotidiano dos alunos. Tal especificidade potencializaria “ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, as suas necessidades e seus projetos” (COCHE, 1999, p. 10) adquirindo, assim, “um novo significado para a vida de cada um se constituindo sujeito de sua própria história” (CALLAI, 2009, 179), e do mesmo modo construtores de identidades a partir de saberes experienciados cotidianamente na interação com as pessoas e o lugar de vivência.

Compreender o que é cultura perpassa por conhecer e entender as formas de vida e as práticas culturais de um povo (SILVA, 2014) aprendidas na coletividade, sendo passadas de geração por geração, pois “a cultura não se decreta; ela não pode ser manipulada como um instrumento vulgar, pois ela está relacionada a processos extremamente complexos e, na maior das vezes, inconscientes” (COCHE, 1999, p. 15). Tais práticas se manifestam através das atitudes, linguagens, valores, crenças, objetos artesanais, trabalho, brincadeiras, dentre outros.

Para além da compreensão dos elementos culturais presentes no cotidiano de um povo, Freire e Faundez (1985) reafirmam a necessidade da compreensão desta relação e como ela se manifesta na vida dos sujeitos:

A cultura manifesta-se, sobretudo, nos gestos mais simples da vida cotidiana. Cultura é comer de modo diferente, é dar a mão de modo diferente, é relacionar-se com o outro de outro modo. Cultura para nós são todas as manifestações humanas; inclusive o cotidiano, e é no cotidiano que se dá algo essencial: o descobrimento da diferença. (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 34)

Sendo instigados pelas concepções destes autores, compreendemos o quanto cultura e cotidiano dialogam e se complementam através das relações que estabelecem entre si, uma vez que se manifestam através dos modos como cada grupo e/ou pessoa vive(m), constrói(em)



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

conhecimentos, articulam entre si e com o outro numa relação de estar junto, interagindo e dialogando no contexto das diferenças.

Compreender o que é cultura, as formas como ela se manifesta no cotidiano escolar e para além deste contexto, a partir das ações de cada sujeito, do modo como atribuem sentido e significado aos acontecimentos da vida, as singularidades e especificidades que fazem parte da construção do sujeito rural, nos instigando a pensar sobre a diversidade cultural que compõe as subjetividades dos alunos rurais.

Nesta perspectiva, a cultura é compreendida como importante elemento da constituição pessoal e sociais do sujeito, pois possibilita e dinamiza práticas individuais e coletivas atribuindo sentidos e significados às relações, uma vez que os sujeitos são “seres interpretativos, instituidores de sentido” (HALL, 1997, p. 16). Assim, o paradigma singular-plural (JOSSO, 2010) expressa a concepção de que o sujeito se constitui de forma singular em meio às experiências vividas na coletividade.

Sendo assim, compreendemos que a cultura se manifesta nas e a partir das ações diárias que permitem aos sujeitos interagirem entre si, contribuindo para a formação e autoformação do sujeito. Nesta perspectiva, as práticas culturais/sociais cotidianas dos colaboradores desta pesquisa, serão estudadas enquanto ações pessoais/coletivas que acontecem nas interações com o lugar de vivência e com as pessoas, possibilitando a construção de identidades culturais destes sujeitos. Partindo desta compreensão e reconhecendo as potencialidades dos estudos culturais, buscaremos apresentar, a partir da narrativa de Ackles¹⁸, como ele concebe o lugar onde vive a partir da dinâmica natural e social e como estas experiências estão reverberando em seu processo formativo, enquanto aluno e sujeito rural:

O ruim da roça é a seca, se fosse um pouco mais verdinho aí seria bom. É muito sol quente e tudo parece está morto, é difícil de água porque demora até um mês pra cair, a sorte é que todo mundo tem cisterna... Mas quando a chuva chega tudo muda, tudo fica verdinho, o aroma agradável, um ventinho gostoso... Aí fica melhor, e quando dar a chuva de trovoada?... Fica tudo calmo, fica todo mundo quieto em casa [...]. Depois da chuva ou no outro dia eu vou pra roça, fico caminhando pra ver o que mudou, olhando as plantas, fico chutando as poças de água que tem na estrada, eu fico passeio pela roça... (Ackles – entrevista narrativa)

Ao narrar sobre o desânimo, o tédio e a tristeza comum entre as pessoas rurais durante os períodos de estiagem, Ackles nos revela sentimentos e comportamentos estabelecidos a partir da relação entre as questões naturais e sociais presentes no espaço rural, sendo estes produzidos pela sociedade e acentuados também pela escola ao ignorar/mascarar esta realidade. Porém,

¹⁸ Aluno colaborador da pesquisa. É importante salientar que se trata de um nome fictício.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

com o precipitar das chuvas tudo se modifica: a dinâmica natural, assim como a vida das pessoas, transformam-se adquirindo significados que permitem realizarem atividades (fazer o plantio, alimentar os animais, comercializar o que produzem), dinamizando e potencializando o sentimento de que a vida precisa ser vivida plenamente, sendo ressignificada a partir de experiências que permitem a estes sujeitos a (re)construção de identidades pessoais, sociais e culturais. Para Hall (2014), as culturas são construídas dentro e não fora do discurso, de modo que:

[...] precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formação e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2014, p. 109-110)

O processo de construção de identidades ocorre, principalmente, na relação com o outro e em diferentes conjunturas. Ao relacionar a narrativa de Ackles sobre a dinâmica natural e social do lugar onde vive, com o processo de construção de identidades, percebemos que cada sujeito em sua singularidade e especificidade experiencia diferentes realidades e contextos que podem provocar mudanças e até “transformações”. Tais movimentos constroem e/ou reconstroem subjetivações e especificidades que potencializam a formação de um sujeito com concepções e diferentes olhares sobre si, sobre o lugar no qual vive, e as culturas que experiencia no contexto local e/ou global. Desse modo, a concepção aqui apresentada perpassa por conceber a cultura, assim como o rural, articulados à sociedade global, aspecto que coloca o sujeito diante do processo de *hibridização cultural* (CANCLINI, 2015) e das complexas relações “entre o hegemônico e o subalterno, o incluído e o excluído” (CANCLINI, 2015, p. 40-41).

Tratando mais especificamente do contexto em que se insere esta pesquisa, cabe evidenciar que no âmbito das escolas rurais sertanejas é comum a prática de projetos/atividades que reconhecem e valorizam elementos da cultura local, porém são atividades desenvolvidas de forma desarticulada do currículo regular, muitas vezes se manifestando na forma de currículo oculto. No cenário da Escola Leandro Gonçalves da Silva (ELGS), escola *locus* da pesquisa *Sou rural, sou gente, tenho identidade: cotidiano, cultura e narrativas de alunos de escola rural*, os alunos narraram sobre projetos interdisciplinares comumente desenvolvidos na escola:



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

o Projeto Junino¹⁹, o Projeto do Programa Despertar²⁰ e a Gincana Estudantil²¹, além de atividades de lazer como viagens para cidades históricas da Bahia – Salvador, Cachoeira, São Félix – cujo objetivo é conhecer o patrimônio histórico-social-cultural do estado a partir de visitas a museus, monumentos históricos, praças, espaços e elementos representativos do sincretismo religioso, *shoppings centers*, fábricas, praias e parques aquáticos, dentre outros espaços.

O Projeto Junino foi relativamente contemplado nas narrativas dos alunos, porém constatamos que o projeto acontece de forma isolada, sem que aconteça uma reflexão sobre os sentidos e significados desta celebração cultural para as pessoas rurais. Sobre tal prática, os alunos Ackles, Rafael e Rebeca narraram:

O São João da escola é legal, tem as apresentações de dança, quadrilha e as comidas típicas que eu adoro. (Ackles – entrevista narrativa)

Eu também gosto de uma festinha, do São João. Uma festinha por aqui mermo, [...] aqui na escola no forrozinho. Eu apresentei a quadrilha aqui na escola e eu gosto de dançar um forrozinho com as menina, dancei muito. (Rafael – entrevista narrativa)

A escola ensina nossa cultura e é bom de viver porque a gente aprende muita coisa nas histórias, lendas, brincadeiras: tiro ao alvo com badogue²², ovo na colher, quebra pote, corrida de saco, acho essas brincadeira muito interessante porque a gente brinca [...] elas fazem parte de nossa vida. (Rebeca – escrita no diário)

O São João, para os sujeitos rurais, é uma época animada, divertida e prazerosa, pois representa, para além das manifestações culturais, o período de plantio e/ou colheita. Quando o ano é vindouro e a chuva chega na época esperada, os festejos junino é marcado pela ceifa do milho que foi plantado no período de louvores a São José (19 de março). O milho é o principal

¹⁹ Projeto realizado no período dos festejos juninos que objetiva contemplar temáticas referentes a cultura local, tendo a culminância no último dia do calendário referente ao primeiro bimestre do ano letivo.

²⁰ Programa promovido pelo sistema FAEB/SENAR/Sindicatos em parceria com prefeituras municipais que atua no sistema educacional com propostas vinculadas ao tema transversal Meio Ambiente, objetivando articular/aproximar a escola e a comunidades local/rural através de atividades práticas que objetivam melhorias da qualidade de vida dos alunos, assim como a qualidade do ambiente natural rural onde moram os alunos, uma vez que estes alunos atuam como agentes multiplicadores desses conhecimentos. A proposta do Programa Despertar perpassa por elaboração de projetos específicos de acordo com o problema ambiental identificado pela escola e comunidade local. Após a escolha da questão-problema, o projeto é elaborado coletivamente, ouvindo as necessidades e especificidades dos alunos e da comunidade. Este projeto é trabalhado durante um período e, após a conclusão deste, escolhe-se uma nova questão-problema, sobre a qual será elaborado um novo projeto articulando-o com o anterior.

²¹ Tipo de maratona interdisciplinar normalmente desenvolvido em comemoração ao Dia do Estudante objetivando promover a integração entre os alunos, além de trabalhar, de forma contextualizada, temáticas referentes a conteúdos e/ou temas transversais contemplados ao longo do ano letivo.

²² O mesmo que estilingue.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

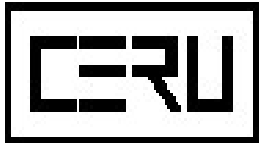
alimento dos festejos juninos, pois, além de ser consumido nas formas cozido e assado, é também o principal ingrediente de muitos pratos típicos como a pamonha, a canjica, o bolo de milho, a pipoca etc. Este festejo é animado com muito forró, brincadeiras e comidas tradicionais.

Em meio a esta diversidade cultural que direta ou indiretamente se manifesta na escola, a ELGS não apresente um currículo construído tendo como base as realidades e especificidades de uma escola rural e nem o contexto social e cultural dos alunos. De modo geral, a escola e os professores rurais se configuram como principais responsáveis por construções culturais e identitárias dos alunos, o que exige uma constante articulação entre o currículo, as práticas pedagógicas dos professores e a realidade local na qual esta se encontra. Sendo assim, Souza, E.; Souza, H. e Orrico propõem a seguinte reflexão:

[...] a escola e seus professores necessitam repensar as práticas pedagógicas, buscando perceber, valorizar e aprender a utilizar tais singularidades para a produção do conhecimento, a fim de não comprometer a formação e o futuro do estudante, bem como o desenvolvimento do lugar, tendo em vista que esse processo depende da educação plena, reflexiva e cidadã, que deve ser ofertada pela escola para seus alunos, tão diversos e singulares ao mesmo tempo. (SOUZA, E.; SOUZA, H. e ORRICO, 2015, p. 546)

O processo de (re)construção de identidades perpassa por inúmeros contextos e/ou situações cotidianas. Para as pessoas de contextos rurais, as experiências diárias na comunidade onde vivem e na escola se configuram como importantes possibilidades para a ocorrência deste processo. A escola, por apresentar uma lógica que permite dinamizar e experienciar o “novo”, além de ter a responsabilidade de “formar” o sujeito e de promover relativa dinâmica local, configura-se como importante espaço de socialização, interação, construção, desconstrução e reconstrução de identidades.

A luta pela reafirmação de identidades étnicas, rurais, culturais perpassa por dimensões políticas e culturais do sujeito, sendo estas pautadas na diferença. Para Silva (2014), “as identidades são fortemente questionadas [...]”. Elas estão baseadas em uma dicotomia do tipo ‘nós e eles’” (2014, p. 40). O fato das pessoas sentir-se no direito de questionar a cultura e as identidades do outro, de existir a separação entre grupos, culturas e sujeitos evidenciam as diferenças que é uma realidade do processo de construção das identidades. Silva (2014, p. 40) ainda diz que “a marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social”. As simbologias estão presentes no contexto cultural de cada sujeito e serão fundamentais para a construção de sua identidade,



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

a não aceitação do outro devido às especificidades e representatividades, gera o processo de exclusão, podendo ser entendido como sinônimo de segregação.

Todas as simbologias e expressões sociais aqui apresentadas – brincadeiras, o trabalho, as aprendizagens na interação com pessoas mais experientes, as práticas escolares – revelaram-se como práticas que atribuem sentidos e significados para a vida destes alunos enquanto sujeitos rurais em meio a uma sociedade globalizada.

Considerações

No contexto da investigação realizada no âmbito da pesquisa *Sou rural, sou gente, tenho identidade: cotidiano, cultura e narrativas de alunos de escola rural*, a escola se configurou como espaço formativo por potencializar aprendizagens e perspectivas de realizações pessoais e profissionais, assim, como espaço de diversão e socialização de conhecimentos.

Compreendendo que o processo de construção das identidades culturais dos alunos está entrelaçado às experiências cotidianas e culturais em interação com/no lugar onde vivem e a escola, constatamos que a escola se revelou como um espaço contraditório no que concerne à construção de identidades culturais, uma vez que o currículo é voltado para uma lógica capitalista, urbanocêntrica e hegemônica, as práticas dos professores permeiam entre o currículo regular e o oculto, provocando nos alunos dúvidas, inquietações, desencantos e até desinteresses pela cultural rural.

Neste sentido, a escola rural, muitas vezes, “tem-se constituído como um forte mecanismo de destruição da cultura local, através da imposição de uma cultura “urbanocêntrica” e é, por consequência, um fator que tem estimulado o êxodo rural” (SANTOS, 2003, p. 150). Esta realidade se delinea, dentre outros fatores, pelo fato da instituição escolar não apresentar um currículo que contemple a prática de ações afirmativas e políticas públicas que estimulem enfrentamentos em prol da valorização e reconhecimento destes alunos, de suas culturas e identidades, como sujeitos dotados de especificidades e subjetividades.

Diante de tal cenário, percebemos o quanto a cultura rural precisa ser fortalecida no contexto do cotidiano dos alunos – escola, família, comunidade. Acreditando e defendendo esta perspectiva, percebemos como as pessoas rurais conseguem interagir nesta sociedade que insiste em excluí-las, marginalizá-las, reprimi-las e invisibilizá-las, sendo a escola uma



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

importante instituição que pode ajudá-los a superarem estas imposições e tratamentos advindos de uma sociedade urbanocêntrica que não os reconhecem como cidadãos.

Nesta perspectiva, a escola rural pode estimular práticas que potencializem a formação cidadã dos alunos, que alimentem o desejo por reconhecimentos e melhorias, e do mesmo modo potencializam e valorizam as culturas e identidades rurais. Para tal, a escola rural precisa firmar-se enquanto instituição respeitada e, principalmente, lutar e colocar em prática a construção de currículos que atendam às especificidades dos alunos, configurando-se como promotora de saberes contextualizados à realidade social e cultural dos que atende, sendo necessário “entender a produção histórica desse processo, promover o resgate da memória cultural do povo da roça e a valorização de seus marcadores culturais” (SANTOS, 2003, p. 152), estimulando a construção conhecimentos e posturas críticas. São, portanto, possibilidades de tornar a escola rural mais comprometida com as causas e realidades da população rural e, principalmente, com o empoderamento pessoal, cultural e intelectual desta parte da população brasileira.

Referências

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. Salvador: SEI, 2011, V. 23, 182 p.

CALLAI, H. C. O lugar e o ensino-aprendizagem da Geografia. In: PEREIRA, M. G. (Org.). **La espesura del lugar: reflexiones sobre el espacio en el mundo educativo**. Santiago de Chile: Universidade Academia de Humanismo Cristiano, 2009, p. 171-190.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Gênese Andrade. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 3 ed. v. 15, 1985.

IBGE. **Porcentagem de residentes nas zonas urbana e rural**, 2015. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/populacao-rural-e-urbana.html>> Acesso em 24 abr. 2018.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução de José Claudino e Júlia Ferreira. Natal, RN: EDUFRRN. São Paulo: Paulus, 2 ed., 2010.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 15 ed., 2014, p 103-133.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997, p. 15-46.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

MARTINS, José de Souza. Educação rural e o desenraizamento do educador. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano V, n. 49, jun. 2005, s/p. Disponível em: <<https://www.espacoacademico.com.br/049/49cmartins.htm>> Acesso em 11 de jan. 2017.

SANTOS, Fábio Josué Souza. **Por uma escola da roça**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 12, n. 19, p. 147-158, jan./jun., 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 15 ed., 2014, p. 73-102.

SOUZA, Elizeu Clementino de; [et al]. **Escola rural: diferenças e cotidiano escolar**. Salvador: EDUFBA, 2017.

_____; [et al.]. Ritos de passagem de estudantes de classes multisseriadas rurais nas escolas da cidade. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 41, n. 1, jan./abr. 2016, p. 219-240. Disponível em: <www.editora.unoesc.edu.br> Acesso em: 23 de mai. 2017

_____; SOUZA, Hanilton Ribeiro de; ORRICO, Nanci Rodrigues. Metamorfoses do eu: estudantes rurais nas escolas urbanas. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas, SP, v. 17, n. 3, nov. 2015, p. 542-557. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8638272/9881>> Acesso em: 23 de mai. 2017.

_____; SOUSA, Rosiane Costa de. Condições de trabalho docente, classes multisseriadas e narrativas de professoras no território do baixo sul baiano: significados e sentidos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, maio/ago. 2015, p. 380-408. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/souza-sousa.pdf>> Acesso em 23 de mai. 2017.

_____; MEIRELES, Mariana Martins de. Educação em territórios rurais baianos: pesquisa-formação como dispositivo de extensão sobre cultura (i)material de classes multisseriadas. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**. Florianópolis, 2015, p. 47-59. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/40708/30492>> Acesso em 23 de mai. 2017.

_____. A caminho da roça: olhares, implicações e partilhas. In: SOUZA, Elizeu Clementino de (Org.). **Educação e Ruralidades: memórias e narrativas (auto)biográficas**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 17-28.

_____. **O Conhecimento de si: estágio e narrativa de formação e professores**. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador: UNEB, 2006.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

OS EFEITOS DE SENTIDOS NO DISCURSO PEDAGÓGICO ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO

MACEDO, Iraci de Souza²³

FERREIRA, Nilton Cesar²⁴

MACEDO, Anna Karenina de Souza²⁵

Resumo: A educação básica tem sido apresentada como uma possibilidade de (des)construir os discursos pautados no senso comum e, nesse sentido, a presente pesquisa objetiva compreender os efeitos de sentidos construídos acerca da diversidade sexual, enfatizando o tratamento frente à (homo)sexualidade, a partir das condições de produção do discursos de educadores, sobretudo do Ensino Médio, da rede estadual de ensino público do Estado de São Paulo. Para tanto, o *corpus* de análise consiste por meio de entrevistas com educadores (um de Biologia, um de Filosofia e um de Sociologia), o que nos permitirá refletir acerca da ideologia veiculada nos discursos produzidos no ambiente escolar e seus reflexos nas práticas e ações pedagógicas acerca do tema proposto. A coleta das entrevistas ocorre em uma escola da cidade de Presidente Prudente, no interior paulista, influenciando, porém, a localização geográfica (escola periférica), cujo intuito é perceber quais os graus de variações de discursos, ou de percepções, uma vez que se presume que a localização escolar influi de maneira significativa nas camadas sociais que a frequentam. Há que se analisar também as Formações Discursivas que se filiam e atravessam os dizeres desses sujeitos educadores. A metodologia é a Análise de Discurso de orientação francesa. A escolha pelo referido aporte teórico justifica-se devido ao fato de investigar a ordem dos enunciados, permitindo-nos uma reflexão sobre os recursos cristalizados no discurso pedagógico.

Palavras-Chave: Discurso Pedagógico. Ensino Médio. Homossexualidade. Formação Continuada de Professores.

Abstract: Basic education has been presented a possibility to (dis) construct discourses based on common sense and, in sense, the present research aims to understand the effects constructed senses on sexual diversity, emphasizing the treatment against homo sexuality, from the conditions production the discourses educators, especially the High School, the state public education network the State São Paulo. For this, the corpus analysis consists interviews with educators (one Biology, one Philosophy and one Sociology), which will allow us to reflect the ideology conveyed the discourses produced in school environment and its reflexes in practices and actions about the proposed theme. The collection the interviews takes place in a school in city Presidente Prudente, in interior of São Paulo, influencing, however, the geographical location (peripheral school), whose purpose is to perceive the degrees of variations of speeches, or perceptions, once presumes that the school location has a significant influence on the social classes that attend it. It is also necessary to analyze the Discursive Formations that are related and cross the sayings of these educating subjects. The methodology is the Discourse Analysis of French orientation. The choice for this theoretical contribution is justified due to the fact of

²³ Mestre pela UNOESTE- Presidente Prudente/SP. E-mail: irin hats@gmail.com

²⁴ Mestrando na UNIOESTE – Cascavel/PR. E-mail: nc.ferreirah@hotmail.com

²⁵ Bacharel em direito na Instituição Toledo de Ensino - Presidente Prudente/SP.

E-mail: kareninamacedo@hotmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

investigating the order of statements, allowing us to reflect on the resources crystallized in the pedagogical discourse.

Keywords: Pedagogical discourse. High School. Homosexuality. Continuing Teacher Education.

1. INTRODUÇÃO

Devido a se encontrarem envoltos de elementos culturais, imaginários e ideológicos construídos pelas instituições afins, os alunos do Ensino Médio estão em contato com um mundo complexo de possibilidades, que podem motivar a superação de preconceitos e, ao mesmo tempo, assimilar as imposições morais, éticas e sociais tanto da escola, quanto da família e da religião que, via de regra, impõem normas de condutas “aceitáveis”, causando sentimentos antagônicos.

Nesta fase o sujeito tende a se auto afirmar e, conforme referência de Osório (1992, p. 15), “o adolescente tem como tarefa básica a aquisição do sentimento de identidade pessoal, por isso se diz que a crise evolutiva é, sobretudo, uma crise de identidade” e, quando uma das instituições que funcionam como “formadoras de opiniões” – como é o caso, por exemplo, das escolas, ou mesmo o conjunto delas mobiliza discursos carregados de conceitos negativos, acerca da identidade homossexual, a tendência pode ser a negação ou a resistência desta orientação.

Contudo, nas escolas, o que se percebe, na maioria dos casos, é que os alunos tendem à negação da identidade de gênero, sobretudo acerca da orientação (homo)sexual, contribuindo, assim, para o processo de (re)produção de discursos institucionais impostos, com um ponto de vista bastante conservador (OSÓRIO, 1992).

Visando corrigir essas distorções, nos últimos anos, algumas leis, resoluções e orientações curriculares foram desenvolvidas no Estado de São Paulo com o intuito de se minimizar o preconceito contra os homossexuais, como é o caso da Lei 16.454, de 2010, “que institui o Dia Estadual do combate à Homofobia, como sendo o dia 17 de maio”, seguido da Orientação Pedagógica nº 01/2010, DEDI/SEED, a qual “orienta que os estabelecimentos de Ensino da rede Pública Estadual de Educação Básica, devem incluir no ato da matrícula, o nome social de travestis e transexuais no campo destinado para esse registro no cadastro do aluno”.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Além disso, o currículo proposto pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo propõe conteúdos e habilidades a serem desenvolvidas no Ensino Médio, os quais visam o combate ao preconceito e as diferenças, as quais serão analisadas no aporte metodológico.

Se por um lado, alguns avanços são registrados neste aspecto, por outro lado, sabe-se que o caminho a percorrer, no que se refere ao combate ao preconceito contra os homossexuais nas escolas é longo, uma vez que o discurso pedagógico estabelece “um dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende: a escola” (ORLANDI, 2006, p. 28).

Em termos de registro, a palavra “homossexual” surgiu num panfleto, publicado em 1869, e a sua autoria é atribuída ao jornalista austro-húngaro Karl Maria Kertbeny. As relações sexuais, por sua vez, entre pessoas do mesmo sexo, ingressaram no campo de projeção da ciência, com o artigo escrito pelo médico Karl Friedrich Otto Westphal, sobre as “sensações contrárias” (FOUCAULT, 2010, p. 50). Tão logo, a conduta do sujeito homossexual passou a ser medida em relação à sua sexualidade, uma vez que nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade.

Na virada do século XIX, o médico Francisco José Viveiros de Castro publicou, em 1894, as suas observações sobre a personalidade dos “uranistas”. Estes foram retratados como caprichosos, invejosos, vingativos, ciumentos e instáveis, os quais passavam “rapidamente de um egoísmo à sensibilidade que chora”, bem como incapazes de seguir “as profissões que demandam qualidades viris” (TREVISAN, 2000, p. 179). Os médicos da época, então, chegavam às mesmas conclusões adotadas pela religião cristã, frente à homossexualidade.

Até pouco tempo atrás, o Código Penal, instituído na década de 1940, em relação ao atentado violento ao pudor, considerava, em seu artigo 214, os atos libidinosos diversos da cópula vaginal. O que significava que a relação sexual era apenas a que acontece entre um homem e uma mulher, a qual se denominava “conjunção carnal”. E, assim como a Igreja concebe em absoluto a relação entre homem e mulher, a lei penal refletia essa normalidade em seus artigos.

Em relação à noção de “homossexualidade”, houve mudanças significativas. Deixou de ser considerada uma doença pela Associação Psiquiátrica Americana, em 1980. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina, em 1985, passou a homossexualidade do código 302.0, dentro da categoria de “desvio e transtorno sexual”, para o código 206.9, sob a denominação “outras circunstâncias psicossociais”. Em 1990, foi retirada do rol de patologias, pela Organização



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Mundial de Saúde (OMS). Por fim, o Conselho Federal de Psicologia, por meio da Resolução CFP n.º 001/99, definiu como antiético o tratamento da “homossexualidade” como “desvio comportamental” ou “doença”.

Contudo, a discussão acerca de um “tratamento” para a homossexualidade tornou a ganhar notoriedade com o polêmico Projeto de Decreto Legislativo n.º 234/11, conhecido como “cura gay”. Tal projeto consistia em suspender a resolução do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe aos psicólogos de considerarem a homossexualidade como patologia, além de tentarem mudar a orientação sexual de seus pacientes. Em 2013, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados assentiu ao projeto em questão, o que resultou em uma série de manifestações pelo país.

Ante o exposto, podemos afirmar que a “homossexualidade” tem história, uma posição política (SOARES, 2012, p. 120). A partir daí, o presente trabalho objetiva compreender os efeitos de sentidos construídos, acerca da (homo)sexualidade, nos discursos produzidos por educadores (um de Biologia, um de Filosofia e um de Sociologia), todos da rede pública de ensino, da cidade de Presidente Prudente, no interior do Estado de São Paulo. Isso nos permitirá observar o modo como a (homo)sexualidade é mobilizada por determinados sujeitos, os quais são significados no discurso pedagógico como “mediadores” necessários no processo ensino/aprendizagem (ORLANDI, 2009).

2. PROBLEMÁTICA

Para Pêcheux (2009, p. 277), a língua(gem) é o lugar onde se manifestam incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) os traços inconscientes do significante. O que implica considerar que o sujeito é efeito de sentido, “um ser de linguagem que foi falado antes de falar, que traz marcas do discurso do Outro”²⁶ (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 402-403), do inconsciente. A partir daí, os estudos acerca do inconsciente interessam à AD, no sentido de compreender a existência do sujeito, que se dá no próprio ato de enunciação. Em vista disso, a tarefa do analista consiste em fazer vir à tona, por meio de um trabalho simbólico, essa cadeia de significantes.

²⁶ O inconsciente é definido como o lugar do discurso do Outro, de onde emana o lugar da família, da lei, do pai, etc. (BRANDÃO, 2010, p. 69).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Assim, o objetivo do presente trabalho consiste em perceber, conforme a AD, o funcionamento do *corpus* discursivo e suas implicações, a partir das condições de produção do discurso acerca da importância, ou não, na opinião de educadores, instituídos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, de um ensino voltado para a (des)construção de paradigmas impostos socialmente aos homossexuais, no ambiente escolar. Nesse processo discursivo, será possível também observar a forma como essa posição-sujeito (acerca dos homossexuais) é construída nas Formações Imaginárias e nas Formações Discursivas presentes no nosso *corpus* de análise.

Para tanto, essa pesquisa objetiva responder aos seguintes questionamentos: Como o discurso produzido por educadores, vinculados à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, significa a necessidade, ou não, de uma proposta de combate à homofobia, no cotidiano da sala de aula? Como o sujeito de orientação homossexual, sobretudo discentes, são significados nesse processo discursivo? Qual é o espaço reservado a eles nesse discurso?

3. JUSTIFICATIVA

Em face da necessidade de um estudo que possibilita um lugar possível para se observar os efeitos de sentidos construídos nos discursos de educadores (um de Biologia, um de Filosofia e um de Sociologia), frente à questão do preconceito contra os homossexuais, situada no processo de ensino/aprendizagem, buscamos compreender, por meio da Análise do Discurso de orientação francesa (doravante AD), como a equipe docente de escolas periféricas, da cidade de Presidente Prudente, no interior do Estado de São Paulo, assume compromisso, ou não, com a desconstrução de certos paradigmas que as sociedades ocidentais impuseram à posição-sujeito homossexual, uma vez que Orlandi (2003) disserta, ao tratar sobre o discurso pedagógico, que

[...] ser crítico, tanto pelo lado do locutor quanto do ouvinte, é questionar as condições de produção desses discursos. Nessas condições de produção, é determinante a presença e função da escola, que é o lugar próprio do discurso pedagógico. (ORLANDI, 2003, p. 86)

Nesse sentido, busca-se refletir como a homossexualidade é mobilizada pelos sujeitos educadores, instituídos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, no ambiente escolar, bem como são significados por estes as normas, leis e orientações acerca do tema em voga, considerando-se os princípios norteadores da educação, a saber, “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser” (DELORS, 2003, p. 90). Isso nos



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

permitirá observar como os docentes se propõem, discursivamente, a romper, ou não, com um processo ensino/aprendizagem como forma de poder e de controle dos corpos.

4. OBJETIVOS

4.1 GERAIS

- Diante da análise do contexto escolar e das práticas pedagógicas, a presente pesquisa objetiva por meio da Análise do Discurso, compreender as ideologias cristalizadas nos discursos de determinados educadores e que atravessam as questões que envolvem o desenvolvimento da Educação Sexual, destacando-se a (homo)sexualidade e, se nesse processo os professores constroem aberturas que permitem uma prática discursiva que rompa a (re)produção de ideologias dominantes e excludentes, de modo a promoverem a formação de cidadãos comprometidos com o respeito e a valorização da complexidade humana.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Organizou-se um *corpus* de depoimentos de discursos produzidos por educadores (de Biologia, Filosofia e Sociologia) de uma escola pública, localizada em uma área periférica da cidade de Presidente Prudente, no interior do Estado de São Paulo, acerca da (homo)sexualidade.
- Identificam-se as formações discursivas e o imaginário no discurso de educadores acerca da (homos)sexualidade, com o intuito de se compreender os discursos e práticas de educadores no ambiente escolar;
- Analisam-se as ideologias veiculadas nos discursos de professores e a influência de suas práticas pedagógicas no que diz respeito às questões pertinentes à (homo)sexualidade;
- Observa-se como os educadores significam a homossexualidade e a importância, ou não, de se combater a homofobia em sala de aula;



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

- Compara-se os discursos dos envolvidos no processo de construção do ensino/aprendizagem, de acordo com os componentes curriculares (Biologia, Filosofia e Sociologia), no que se refere às questões acerca do respeito às diversidades de gênero e verificar se as formações discursivas desses educadores confirmam ou se confrontam com o currículo oficial proposto;

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para iniciarmos a exposição do presente trabalho, pretendemos pensar o discurso a partir da AD, cujas bases são edificadas por meio de três domínios disciplinares, que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise (ORLANDI, 2000, p. 19). O que implica considerar que essa corrente se interessa pelo movimento que a língua(gem) percorre entre sujeito, tempo, espaço e posição social.

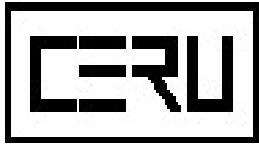
O discurso pedagógico, de acordo com Orlandi (2003), pela sua constituição e pela maneira como se apresenta na escola, tem se configurado como um discurso autoritário: “[...] um dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende: a escola” (p. 28).

Nesse sentido Pêcheux (1997) considera que o discurso é um instrumento a serviço de uma prática política e submetido a uma ideologia, e esta, por sua vez, é responsável por manter a divisão da sociedade em classes e as diferenças necessárias para o funcionamento das relações sociais. Dessa forma, entende que a linguagem vai muito além da simples função de comunicação.

Concebendo que toda ideologia precisa se materializar de alguma forma, o discurso será o instrumento para que isso ocorra de tal maneira, que as “formações ideológicas” comportam “formações discursivas” que irão determinar o que poderia ou deveria ser dito. Em suma, toda formação discursiva está relacionada às condições de produção.

Para Pêcheux (1997),

[...] ‘a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos’, esta lei constitutiva da ideologia nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características regionais [...] (GADET *et ali.*, 1997, p. 167)



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

O autor em voga chega à definição de que o sujeito não dá origem ao discurso, no entanto, é no sujeito que o discurso se constitui. Deriva, então, desse raciocínio o assujeitamento do sujeito.

Para entender melhor a ilusão discursiva do sujeito, vamos à definição das zonas de esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2:

[...] o esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade da língua. Desta maneira, pode-se adiantar que este recalque (tendo ao mesmo tempo como objeto o próprio processo discursivo e o interdiscurso, ao qual ele se articula por relações de contradição, de submissão ou de usurpação) é de natureza inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma [...] (GADET, 1997, p.177)

[...] A enunciação equivale, pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou ao campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”. Esta zona do “rejeitado” pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor – visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito indique com precisão “o que ele queria dizer” – que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar esta zona. Propomos chamar este efeito de ocultação parcial esquecimento nº 2 e de identificar aí a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito [...] (idem, p. 176)

Tanto o esquecimento pré-consciente quanto o inconsciente poderão explicar o porquê da repetição de conceitos, de exemplos, nos textos que propomos analisar. O esquecimento n.º 1, de efeito ideológico, vai justificar o fato de sermos submetidos a uma formação ideológica; assim, o sujeito teria a ilusão de ser o primeiro a criar uma sentença, esquecendo-se que o que diz pode já ter um sentido pré-existente. Segundo Orlandi (2000), o efeito de ilusão não se constitui como um defeito, mas como uma necessidade para que a linguagem seja exercida nos sujeitos e na produção dos sentidos. É uma condição para que tanto sentidos quanto sujeitos estejam sempre significando.

Pelo esquecimento n.º 2, o sujeito tem a ilusão de que aquilo que diz só pode ser dito daquela forma e não de outra. Na realidade, temos um conjunto de “famílias parafrásicas”, às quais podemos recorrer no ato da enunciação, para melhor explicar o que dizemos. Isso justifica que o que dizemos pode sempre ser dito de outro modo.

Outro ponto importante ao analisar a articulação da ideologia com o discurso, é a noção de Formação Discursiva (FD), a qual se constitui como “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

um programa, etc.) a partir de uma posição dada na conjuntura social” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Com isso, a significação não se encerra na natureza das palavras, mas reside também nas construções onde as palavras se combinam. Em outros termos, “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2011, p. 26).

Ante o exposto, entre os objetivos desse trabalho, procuramos compreender, tendo em vista o discurso e a ideologia materializada, como os educadores da rede pública de ensino, devidamente legitimados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, significam a importância, ou não, de uma educação que se propõe a desconstruir, em sala de aula, certos paradigmas impostos historicamente à (homo)sexualidade.

6. METODOLOGIA

Antes de se iniciar a exposição desta seção, torna-se imprescindível ressaltar que a abordagem teórica adotada é a da análise de discurso francesa (doravante AD), cuja edificação atribui-se a Michel Pêcheux, durante a década de 1960, na França. Esta corrente é produto de uma inquietação que transita entre a linguística, as ciências sociais e a psicanálise (ORLANDI, 2000, p. 19).

Para Michel Pêcheux (1997, p. 79-87), o discurso não deve ser entendido como simples transmissão de informações, mas como “efeitos de sentidos” entre (inter)locutores, definidos como lugares determinados na estrutura de uma formação social e, conseqüentemente, representados por uma série de formações imaginárias: a imagem que o sujeito tem de si, a que tem do seu ouvinte, a que tem de seu referente, etc.

Sendo assim, o conceito de *formação imaginária*²⁷ é essencial na produção do discurso, pois se trata da capacidade do sujeito se projetar no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras, possibilitando a construção das estratégias discursivas (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Estas imagens incluem também o referente, a “situação” na qual surge o discurso, por exemplo, contido nos testemunhos de vida, uma vez que se trata de um “objeto imaginário” e não propriamente da realidade física.

²⁷As formações imaginárias constituem parte das condições de produção do discurso e são responsáveis por antecipar as representações que possibilitam a construção de estratégias discursivas (PÊCHEUX, 1997, p. 82-83).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Com base nisso, Pêcheux (1997) ressalta que há “nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)” (*idem*, p. 82). E, em meio aos elementos que constituem um determinado estado das condições de produção de um discurso, um deles pode tornar-se dominante.

O discurso, por sua vez, é uma das instâncias onde a materialidade ideológica se concretiza, ou seja, é o espaço de funcionamento de ideologias (ORLANDI, 2000, p. 17). Em vista disso, ao se analisar a articulação da ideologia com o discurso, é imprescindível considerar duas noções: a de *formação ideológica* (FI) e a de *formações discursivas* (FD).

A FI constitui “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras” (HAROCHE [et. al.], 2011, p. 27). A FD, por sua vez, é entendida como “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada na conjuntura social” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Em vista disso, o sujeito da AD é pensado como “lugar”, ou a posição que ocupa para ser sujeito daquilo que enuncia, cujo espaço situa-se igualmente em uma posição ideológica e sócio-histórica. O modo como o sujeito “ocupa lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constituiu” (ORLANDI, 2000, p. 49). Com efeito, os papéis sociais é que falam por meio dos sujeitos: os lugares de mãe, pai, filho, professor, aluno, etc. Logo, os sentidos são determinados pelas formações ideológicas nas quais se inscrevem as posições dos sujeitos (*idem*, p. 42-43).

Nesta confluência, a significação não se encerra na natureza das palavras, mas reside também nas construções onde as palavras se combinam. Em outros termos, as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, ou seja, “mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE [et. al.], 2011, p. 27).

Com base nestas reflexões, ressaltamos que a escolha pelo referido aporte teórico justifica-se devido ao fato de investigar a ordem dos enunciados, permitindo-nos uma reflexão sobre os recursos cristalizados no discurso de determinados sujeitos professores acerca de uma educação que se importe, ou não, a desconstruir certos paradigmas impostos à (homo)sexualidade e ao combate contra a homofobia, em sala de aula.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Por sua vez, o *corpus* analítico deste projeto define-se por meio de depoimentos e entrevistas prestados por educadores (Biologia, Filosofia e Sociologia) de escolas públicas de educação básica (Ensino Médio), localizadas na cidade de Presidente Prudente, no interior do Estado de São Paulo, bem como algumas observações dos componentes curriculares das áreas dos respectivos educadores, enfatizando uma proposta de educação sexual e uma abordagem acerca da (homo)sexualidade no espaço escolar.

Além disso, busca-se apreender os efeitos de sentido construídos acerca da proposta e da prática de educação sexual e do tratamento dado aos que se assumem homossexuais nas escolas de educação básica, verificando como ela significa os estigmas atribuídos à (homo)sexualidade.

7. DESENVOLVIMENTO PARCIAL DA PESQUISA

A primeira etapa do trabalho consiste em revisão de literatura acerca do tema exposto, cujo referencial teórico apoia o aprofundamento e delimitação da pesquisa;

1. A organização do corpus da pesquisa, ou seja, análise das entrevistas, previamente acordadas com os professores ocorreu apenas com o professor de Sociologia, o que permitiu a produção deste artigo científico, indicando que:

* Embora a Proposta Curricular, as leis e resoluções que norteiam um modelo educacional mais inclusivo indiquem para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que combatam ou minimizem a discriminação, alguns tipos de segregação ou atitudes vexatórias acerca da homossexualidade, ainda são registradas no cotidiano escolar.

Por outro lado, quando se comparam as evoluções, embora mínimas, não há como se negar que alguns avanços e aceitações acerca da orientação homossexual tem ocorrido, fato este que se verifica também no discurso pedagógico do professor, que ao ser capacitado para essa finalidade, age como sujeito transformador e formador de opiniões mais tolerantes em face das diversidades da sociedade pós moderna, os termos – tolerância, respeito à diversidade, respeito às legislações inclusivas, assédio moral e valorização humana permeiam os discursos pedagógicos e tem servido de reflexão e construção de valores morais, afetivo, éticos e de resistência até o presente momento da investigação dos discursos pedagógicos.

Para tanto é necessário que a formação continuada dos professores seja uma constante neste processo de construção pedagógica, haja vista ainda há um longo caminho a ser percorrido.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

REFERÊNCIAS

DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2003, p. 89-102.

FOUCAULT, M. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque *et al.* 20.^a reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

GADET, F.; HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1983; 1997.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

_____. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2.^a ed. Campinas: Pontes, 2003.

OSÓRIO, L.C. *Adolescente hoje*. 2.^a ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi *et al.* 4.^a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

SOARES, A. S. F. Doente e pecador: ecos do século XIX sobre a homossexualidade na imprensa oficial (1985-2010). In.: TASSO, I.; NAVARRO, P. (orgs.). Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas. Maringá: Eduem, 2012, p. 111-129.

TREVISAN, J. S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

DIREITO À EDUCAÇÃO E RACISMO NO ESPAÇO ESCOLAR: A AÇÃO DOCENTE

VALENTE, Gabriela Abuhab²⁸

DANTAS, Adriana²⁹

Resumo: A grande heterogeneidade brasileira possui consequências sobre as políticas públicas e a vida democrática, e interroga a questão do direito à educação. Segundo Pacheco (2001), a cidadania é um direito conferido aos cidadãos para que participem das decisões políticas que buscam concretizar os direitos fundamentais. A educação nacional de uma sociedade democrática deveria se preocupar com a educação cidadã, sobretudo em um contexto de desigualdade social (SKIDMORE, 1989), que está profundamente relacionada com o racismo estrutural da sociedade brasileira (HASENBALG, 1979). A discussão do racismo continua sendo um problema importante, especialmente com relação ao direito à educação, pois ele liga as pessoas negras à estereótipos e à representações negativas que se auto-realizam e limitam o seu campo de ação. As escolas são instituições de socialização que participam do processo de construção da identidade individual. Consequentemente, a inclusão e a representação do multiculturalismo brasileiro nos programas escolares parece ser fundamental. As ferramentas de ação do Estado para a inclusão deste tema no espaço escolar tem sido de ordem legal. Desde 2003, a história e a cultura afro-brasileiras (Lei 10.639/2003) e da cultura indígena (Lei 11.645/2008) são incluídas no currículo básico de ensino. Será que esta valorização das culturas minoritárias oferece a garantia de uma educação cidadã? Como os professores agem frente à situações de discriminação racial? Como eles interpretam este tipo de situação? Para responder tais questões, foi realizada uma análise do currículo real (Gimeno-Sacristán, 2000), ou seja, a prática real dos professores face à determinadas situações. Para tanto, a metodologia utilizada foi inspirada na etnografia. Em um primeiro momento, recolheu-se narrativas de professores, na forma de entrevistas, sobre suas práticas docentes frente a situações reais nas quais a identidade racial é mobilizada. Foram entrevistados 18 professores de Ensino Fundamental II de sete escolas públicas diferentes no Estado de São Paulo. Em um segundo momento, fez-se observações de campo em duas escolas públicas com perfis muito diferentes. Os resultados revelam que apenas uma escola coloca a questão enquanto prioridade. A escola em questão é diferenciada em diversos aspectos e as discussões com os alunos se dá, não apenas no dia-a-dia da escola, mas na forma de um projeto ampliado dirigido por vários professores e envolvendo um grande número de alunos. Contudo, a maioria das situações de racismo na escola foram interpretadas pelos professores enquanto um jogo entre alunos, no qual os docentes não têm ferramentas para intervir. As leis são aplicadas raramente na prática docente e, quando acontece, existe uma resistência da parte dos alunos que impedem as sequências didáticas, principalmente mobilizando o argumento religioso. Tal naturalização da discriminação e a presença da "cultura racista" no centro da escola reproduzem as desigualdades sociais e são as provas de um acesso ainda difícil à educação de direitos para a cidadania. A pesquisa mostra que as prescrições oficiais são pouco aplicadas no real e as normas não são acompanhadas por políticas públicas de formação, consequentemente, elas não são recursos presentes nas práticas docentes e, portanto, não garantem o acesso universal à educação de todos os alunos.

²⁸ Doutoranda na Faculdade de Educação da USP. E-mail: gabriela.abuhav.valente@gmail.com

²⁹ Doutoranda na Faculdade de Educação da USP. E-mail: novadrica@gmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Introdução: contexto e questões

A educação nacional de uma sociedade democrática deveria se preocupar com a educação cidadã, sobretudo em um contexto de desigualdade social profundamente relacionada com o racismo estrutural da sociedade brasileira (HASENBALG, 2005). Segundo Pacheco (2001), a cidadania é um direito conferido aos cidadãos para que participem das decisões políticas. Tal participação teria como objetivo concretizar os direitos fundamentais individuais e coletivos, como por exemplo, a igualdade de tratamento e o direito à educação. Tais temáticas, por sua vez, ao que diz respeito à discriminação racial é um assunto árduo que espelha a maneira como a sociedade brasileira trata o tema. Isto porque a discriminação, em contraponto ao direito à educação, liga pessoas negras a estereótipos e a representações negativas que se autorrealizam e limitam o seu campo de ação. No final do século XX, análises relataram que a discriminação tem uma funcionalidade na estrutura da sociedade brasileira, pois, na competição social, os negros estão em desvantagem na mobilidade social em relação aos brancos, e a educação tem um papel crucial nesse quadro (HASENBALG, 2005; HASENBALG & SILVA, 1999). Mesmo em estudos recentes sobre as desigualdades nos últimos cinquenta anos, a questão racial ainda é um desafio persistente que diferencia o acesso aos melhores postos de trabalhos e à educação (LIMA & PRATES, 2015; MENEZES FILHO & KIRSCHBAUM, 2015).

As escolas são instituições de socialização que participam do processo de construção da identidade individual a partir do processo de socialização (DARMON, 2016), inseridas na cultura de uma sociedade. Por isso, refletem tal cultura. Como demonstrou Hasenbalg (2005), a democracia racial foi um mito creditado ao povo brasileiro, que nada mais é do que um instrumento de legitimação das desigualdades sociais. Uma das consequências do mito tem sido o impedimento do debate público do racismo na sociedade brasileira ao longo do último século pós-abolição da escravidão. Uma das conquistas do movimento negro para o confronto da problemática no espaço escolar foi de ordem legal: a inclusão da história e a cultura afro-brasileiras no currículo básico de ensino, decorrente da Lei 10.639/2003.

No entanto, algumas questões são levantadas neste trabalho: como os professores têm entendido essa lei? Será que ela oferece a garantia de uma educação cidadã? Como a situação racial da sociedade brasileira interfere na prática docente? Como os professores agem frente a situações de discriminação racial?



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Para buscar entender tais questões, foi realizada uma análise do currículo real (GIMENO-SACRISTÁN, 2000), ou seja, da prática real dos professores face à determinadas situações escolares. Para tanto, inspirada na sociologia pragmática (NACHI, 2012) e em uma etnografia sociológica (BEAUD e WEBER, 2003), recolheu-se narrativas de professores, na forma de entrevistas, sobre suas práticas docentes frente a situações reais nas quais a identidade racial é mobilizada. Foram entrevistados 18 professores de Ensino Fundamental II de sete escolas públicas diferentes no Estado de São Paulo. Em um segundo momento, fez-se observações de campo em duas escolas públicas com perfis muito diferentes.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar alguns resultados das análises de algumas das situações descritas por professores envolvendo a questão racial. Desta forma, em um primeiro momento apresentaremos uma breve discussão do racismo na sociedade brasileira; depois o perfil dos professores entrevistados; em seguida, apresentaremos a análise das situações divididas em três grupos, a saber, racismo estrutural, Lei 10.638/2003 e racismo religioso. Por fim, teceremos algumas considerações finais. Embora as entrevistas tenham um peso maior nestas análises, as observações de campo foram de suma importância para interpelar grande parte delas, como veremos a seguir.

1. O racismo na sociedade brasileira

Ao se acreditar na democracia racial brasileira, corrente da qual Gilberto Freyre foi o principal representante, a Unesco nos anos de 1950 patrocinou estudos para entender como esse fenômeno ocorreu, em contraponto a casos de forte segregação racial como nos Estados Unidos da América ou da África do Sul (Hasenbalg, 1999). Conforme Silva (1999, p. 110), impressionava aos estudiosos o fato de que a miscigenação no Brasil criou uma identidade racial “[...] marcada pela inexistência de distinções fortes entre categorias raciais, conforme indicado pela existência de uma miríade de termos raciais, cada qual referente a uma combinação fenotípica particular.” Por sua vez, para Nogueira (2006), estes estudos foram cruciais para ir de encontro a tendência de intelectuais brasileiros em subestimar ou negar o preconceito racial no Brasil, pois cientistas sociais, pela primeira vez, começaram a afirmar sua existência. Fato este, outrora e historicamente denunciado pelos movimentos negros, que teve o respaldo acadêmico de suas antigas denúncias. Uma das novidades é que as características do



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

preconceito no Brasil eram diferentes dos de países em que a segregação racial era mais forte e evidente, como nos Estados Unidos.

Ao analisar a diferenciação da situação racial entre este país e o do Brasil, Nogueira (2006) propôs que há um preconceito racial de origem que caracterizaria, por exemplo, o norte-americano e o preconceito racial de marca, o qual se insere no contexto brasileiro. Grosso modo, o primeiro refere-se à discriminação que um indivíduo sofre por descender de um grupo étnico que é estigmatizado socialmente, enquanto o segundo acontece por traços físicos do indivíduo, os quais correspondem a um grupo estigmatizado pela aparência. Em suas palavras, “onde o preconceito é de marca, a ideologia é, ao mesmo tempo, assimilacionista e miscigenacionista; onde é de origem, ela é segregacionista e racista” (NOGUEIRA, 2006, p. 297). O autor elenca algumas consequências do preconceito racial de marca como uma “consciência intermitente da discriminação” quando ela é contínua no preconceito racial de origem.

O mito da democracia racial dissimulou o racismo na estrutura social brasileira como demonstrou Hasenbalg (2005) e seu debate público na sociedade. Ideologicamente, a miscigenação e o projeto de embranquecimento não permitiram que os negros brasileiros construíssem uma comunidade coesa em defesa dos seus direitos como em países em que a segregação é evidente, por isso Nogueira (2006) sugere que a consciência da discriminação não é contínua no Brasil. Um dos resultados é a grande dificuldade de identificar as práticas racistas, pois elas estão camufladas. O projeto de embranquecimento valoriza a miscigenação que torna a pessoa mais próxima ao padrão do branco, assim como as práticas culturais do grupo dominante.

Essa característica da sociedade brasileira apresenta-se na prática docente, tanto na dificuldade do reconhecimento do racismo na sociedade tanto na estrutura social quanto na prática individual do dia-a-dia. As entrevistas que serão apresentadas no decorrer deste trabalho atestam a dificuldade de professores em reconhecer o racismo ou de convencer seus pares e alunos que determinada prática é racista. Revelam também a desvalorização das práticas da cultura dominada, especificamente ao que se refere à religião de matriz africana, pois é difícil de reconhecer em uma sociedade majoritariamente cristã, o racismo nesse campo, pois construiu-se a desvalorização no campo religioso. A falta de uma comunidade coesa de negros pode ser considerada um obstáculo de reconhecimento do racismo entre os próprios negros que muitas vezes não se consideram como tais, por causa da miscigenação, sendo eles próprios produtores de *bullying* contra aqueles que possuem a marca, o fenótipo negroide como a pele



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

mais escura, cabelo crespo por exemplo. De forma geral, o preconceito racial brasileiro de marca tem se caracterizado por deixar o racismo em um campo nebuloso, de difícil identificação, tanto por parte de quem é racista quanto de quem sofre o racismo, dificultando suas desconstruções. Isto afeta os professores que necessitam (re)conhecer essa faceta do racismo na sociedade brasileira para se posicionar em sua prática docente.

2. Perfil dos professores

Esta pesquisa inclui 18 professores brasileiros entrevistados, sem distinção de local de trabalho. A construção desse perfil foi feita a partir de uma análise indutiva do material coletado durante as entrevistas, em que buscou-se encontrar elementos comuns compartilhados por estes sujeitos de pesquisa.

Dentre os docentes entrevistados, temos dez professoras e oito professores. A maioria feminina não surpreende por se tratar de uma ocupação cujo processo de profissionalização foi acompanhado pela feminização do grupo profissional (SETTON, 2012). Apenas uma professora era negra.

Sete dos 18 professores entrevistados lecionavam a disciplina de História e seis, a disciplina de Língua Portuguesa/Redação/Gramática. Dentre os sujeitos que não lecionavam essas duas disciplinas, temos uma diretora (formação em Educação Física), um vice-diretor de escola (formação em História), uma coordenadora pedagógica (formação em geografia), uma professora mediadora (professora especializada em necessidades educacionais especiais) e um professor de ciências.

Quatorze são os professores que possuem mais de dez anos de experiência na área da educação. Portanto, trata-se de uma população com experiências docentes diversificadas, o que é interessante para essa pesquisa, pois eram professores com diferentes visões do sistema de ensino e da função social da educação.

As entrevistas com os professores seguiram um roteiro estabelecido pela coordenação da pesquisa internacional “Religião, discriminação e racismo no espaço escolar (REDISCO)”. Assim, a análise deste material permitiu contabilizar 78 situações envolvendo a questão religiosa, a discriminação e o racismo. Apenas onze docentes reportaram treze situações que tinham como tema central o assunto que nos interessa, à saber, a discriminação racial. O



limitado número de casos percebidos pelos docentes nos revela a pouca atenção que é concedida ao tema.

3. Racismo estrutural e dificuldades de sua desconstrução

A dificuldade de reconhecimento de casos de racismo pode ser representado pela fala de três professores de uma mesma escola, que se utilizaram de situações de discriminação racial para justificar a sua ausência. Para os docentes, tratava-se de algo pontual ou apenas brincadeiras entre os alunos:

Não, e olha que mesmo aqui, na escola, o racismo aqui da escola que às vezes “o seu preto, o seu cabelo duro, cabelo pixaim” ainda não é uma questão de racismo dentro da nossa escola. Porque aqui, aqui eu chamo até de “brincadeira de mau gosto”, porque depois eles ficam brincado. Eu, no social mesmo, nunca presenciei. (Natália, 2016)

É ainda mais preocupante quando revelamos o papel de Natália na escola. Enquanto professora mediadora, ela recebe encaminhamentos dos outros docentes, inclusive casos envolvendo a questão racial, segundo a professora de português:

Porque ali na sala, por exemplo, quando eu vejo o M. (aluno), as meninas chamando o M. de macaco, eu fui lá falar com a S. (coordenadora pedagógica), “olha está acontecendo bullying lá, eu não estou conseguindo controlar, pelo amor de deus”, aí a gente teve a intervenção da Natália que conversou com eles e eles falaram para ela, “pode ficar tranquila que aqui tudo o que a gente faz é brincadeira”. (Sofia, 2016)

Desta forma, os alunos aproveitam da fragilidade da docente para dar continuidade aquilo que eles chamam de brincadeira e que faria parte da cultura própria das crianças (GOMES, 2012, p. 102). A docente não teria acesso à tal cultura e, por isso, teria dificuldade de manter uma conversa mais aprofundada sobre o tema. A existência desta cultura é verificada também na fala de Monica, sobre o racismo, ela diz:

é uma questão muito velada, porque entre eles mesmo, existe esse código. Como aliás, entre nós brasileiros existe essa tendência em não aceitar porque é uma coisa que se discute muito, porque é errado, porque isso, porque aquilo, mas a gente percebe sim, algumas coisas veladas.... (Monica, 2016)

O que seria tratado como “cultura das crianças”, ou apenas “brincadeira” descredita a discriminação racial e reflete a forma como a sociedade brasileira tem identificado o racismo nas relações interpessoais. A percepção de Monica demonstra o lugar nebuloso, velado do racismo, e como a discussão sobre o tema ainda é incipiente, parte dos professores e



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

coordenadores apresentam dificuldades de entender teoricamente como isso é um espelho da própria sociedade brasileira.

Sofia sofre também as consequências da crise de autoridade que assola as sociedades modernas, em que a voz do professor é ignorada pelos alunos, assim como a voz de seus pais. A falta de recursos, de argumentos e de ações faz com que Sofia corrobore o racismo estrutural da sociedade brasileira, do qual ela mesmo foi vítima, como veremos abaixo.

Maraíde, professora de português em uma outra instituição escolar, expõe sua dificuldade em desconstruir o racismo. Ela propõe que todas as situações conflituosas acontecem por falta de conhecimento do posicionamento e da visão de mundo do outro. Neste sentido, situações envolvendo a questão racial devem ser solucionadas por meio de conversas entre as partes. A docente afirma que a atitude racista dos alunos é fundamentada principalmente na experiência familiar, mas, como aconteceu consigo, pode haver uma quebra na corrente das heranças familiares:

“E assim, o que eu percebo muitas vezes, há alguns adolescentes, ele vão muito de embalo, é aquela coisa assim, eu não gosto, sei lá, um exemplo assim, “eu não gosto do negro”, “mas porque você não gosta?” “Ah, porque minha família não gosta. (...) “mas, pera aí, por quê?” A pessoa não sabe. “Ah não, porque me ensinaram assim, ah porque...” eu partiria para a questão do conhecimento, sentar com os envolvidos e dizer vamos conhecer.” (Maraíde, 2016)

Maraíde identifica o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, sendo ele transmitido de geração em geração. Enquanto profissional da educação, não surpreende que a categoria e o recurso mobilizados na situação é o “conhecimento”. No entanto, não se trata de um conhecimento intelectual ou acadêmico, mas um conhecimento social e individual sobre o outro que garantiria uma abertura para o reconhecimento do outro diferente a partir da alteridade. Efetivamente, a solução encontrada por Maraíde pode ser funcional durante as suas aulas respondendo uma necessidade concreta de neutralizar o tempo e o espaço da escola e cumprir com suas obrigações profissionais.

Contudo, a solução proposta para os casos envolvendo a questão racial na escola é no âmbito individual e somente quando acontece alguma situação conflituosa. As conversas indutivas com os alunos para que conheçam e aprendam um com os outros segue uma lógica liberal em que as relações entre indivíduos são privilegiadas, não tocando assim no seio do problema do racismo brasileiro.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

No que concerne mais especificamente ao racismo de marca e aos efeitos da miscigenação, dois professores (Eduardo e Mônica) mencionaram o fato de que grande parte dos agressores são negros, assim como as vítimas. Eduardo comenta: “o que é engraçado é que é um racismo entre negros, não só entre branco e negro, um chama “oh, seu negão fedido”, um chamando o outro, né,” (Eduardo, 2016).

O professor Eduardo, assim como os alunos, não reconhece a seriedade deste tipo de comportamento entre os alunos e trata os casos enquanto pontuais e corriqueiros. Sua estratégia de ação é de evitar uma discussão aprofundada sobre o tema e procurar voltar a atenção dos alunos para a aula o mais rápido possível.

A hipótese de Monica é que os alunos percebem uma pequena diferença na cor da pele, o que seria a justificativa para a discriminação racial. Em outras palavras, alguns alunos negros, que não se reconhecem enquanto tais, agredem seus colegas negros que são portadores de características fenotípicas negras. Assim, o tom da pele determina aqueles que terão maiores obstáculos sociais e sofrerão mais preconceitos.

A docente explicita uma experiência que viveu e que lhe foi reveladora da posição geográfica, marginal, que ocupam os negros na sociedade brasileira. Monica tinha acabado de mudar de escola, indo lecionar na periferia de São Paulo e, em sua sala, percebeu uma aluna que chorava:

“ uma menina assim, bem negra, que é difícil a gente ver, né, bem negro, bem negro, o cabelo bem curto, e aí, ela não queria fazer nada, eu já percebi que tinha uns alunos rindo. Eu já tirei da sala para perguntar o que estava acontecendo, ela nem falava, estava em choque, não queria falar, não queria me falar e aí eu chamei a direção, a direção levou para conversar, eu não conhecia muita gente na escola na época (...). Aí uma aluna falou professora, “da hora que ela chegou, eles estão tirando sarro dela porque ela é preta”. Parece que ela tinha vindo de Minas. “Porque ela é preta, porque o cabelo dela é curto, porque ela estava de chinelo de dedo, ela estava com uma saíinha”, não tem nada a ver com as roupas que as meninas usam aqui, com uma saia, uma camiseta” (Monica, 2016)

A docente descreve que ficou surpresa e “meio sem saber o que fazer, apesar da minha [sua] experiência”. O fato de ser novata na escola, conferia-lhe pouca autoridade para tocar em um assunto tão delicado. Assim:

“preferi falar algo assim: “olha gente vamos respeitar, a aluna é nova, está num ambiente novo, já é difícil para ela e vocês ficarem tirando uma da cara dela”, mas, não passou muito disso, inclusive por questões de horário eu não consegui ficar nessa escola. Eu sei. Mas era uma



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

escola que tinha essa questão sim, muito mais evidente” (Monica, 2016)

Por mais que a estratégia de ação de Monica tenha sido envolver os alunos em uma discussão, a necessidade de se proteger enquanto docente nova na escola fez com que o seu discurso não correspondesse com as questões fundamentais que integram a discriminação racial. Ou seja, mais uma vez, a oportunidade de trabalhar as questões raciais aparece em sala de aula, mas ela é distanciada pela docente, por mais que seja uma profissional que tenha uma sensibilidade pessoal e uma capacidade intelectual para fazê-lo.

4. Lei 10.639/2003

Não gosto, mas me obrigam

Sofia é professora contratada de português e de inglês há cinco anos na rede estadual e se auto intitula “conteudista”. Sofia se identifica enquanto uma mulher negra e, ao falar de sua trajetória de vida, descreve diversos momentos em que sofreu discriminações sociais por conta da cor da sua pele. Contudo, descreve que as humilhações e as injustiças foram o que lhe impulsionaram a fazer escolhas e a chegar na posição ocupada (DUBET, 2014): sua profissão é vista enquanto uma forma de ascensão social.

Sofia não se identifica com a cultura africana e não traz a questão da ancestralidade negra nas suas formas de ser, agir e pensar. Sofia prefere seu cabelo liso e frequenta a Assembleia de Deus desde tenra idade. Outro indício de sua não identificação com a cultura negra está em sua fala. Ela utiliza o pronome “eles” para se referir aos negros, aqueles que “praticam” as africanidades. Ou seja, existe um grupo de pessoas ligado as africanidades que é diferente do grupo de pertencimento da professora: *“eles têm uma religião muito, uma religião que sofre bastante preconceito e nessa religião a gente percebe [situações em relação a diversidade social e cultural].”*

Assim, por mais que Sofia tenha consciência dos elementos culturais e das consequências que seu fenótipo lhe traz, ela ignora a sua identidade negra. Neste sentido, para a docente, trabalhar com a história e a cultura africanas é apenas responder à uma demanda legal:

“Eu estou trabalhando isso não porque eu gosto, eu estou trabalhando isso porque eu devo e está na legislação. (...) é minha obrigação, a legislação ela fala que eu tenho trabalhar africanidades todos os anos. (...) agora no português a legislação ela fala que você tem que inserir



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

algum projeto de africanidade com o objetivo que o aluno venha tirar esse senso comum e tolerar as outras religiões.” (Sofia Br. grifos nossos)

A injeção de trabalhar com africanidades no currículo é uma obrigação cumprida pela professora, para tanto, ela utiliza músicas, confecção de cartazes, capoeira e literatura (quando disponível). Seu principal objetivo na realização das atividades é transmitir o valor de *respeito*, mesmo que ela não se sinta à vontade para *defender*. Respeitar sem defender é, mais uma vez, uma ação individual que não toca as estruturas do coletivo e acaba reproduzindo o racismo estrutural de marca brasileiro.

Justificativas para o não cumprimento da lei

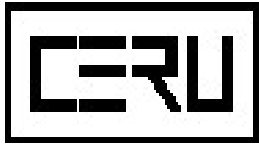
Três docentes mencionaram a lei 10.639/2003 explicitando as dificuldades e impedimentos para sua implementação na escola.

Voltando à professora mediadora, Natália afirma que a proposta de trabalhar com a história e a cultura africanas “não é aceita pelos professores ainda”, por conta de uma série de preconceitos, entre eles o de falar do papel da cultura africana no Brasil colonial. Efetivamente, se, por um lado, a lei força a reconhecer que os negros foram os grandes motivadores para a povoação e enriquecimento do Brasil colônia e o motor para a mudança social e política neste período histórico (MOURA, 1992) e, por outro, a estrutura social os coloca nas posições menos prestigiadas, o paradoxo parece ser muito grande para sua abordagem em sala de aula.

A resistência dos docentes é explicada por Natália por conta da ausência de formação. Contudo, esta justificativa está atrelada também ao fato de que os professores precisariam dispor de condições financeiras para tal, além de abrir mão de seu tempo livre. A própria mediadora afirma ter realizado um curso online, mas afirma que a ausência de trocas não virtuais prejudicou a qualidade do curso.

A formação poderia ser uma resposta e uma motivação para a ação também para a professora Maraíde. Para ela, o trabalho sobre a cultura e história afro brasileiras não sai do papel, pois os professores são inseguros e têm dificuldades para argumentar e enfrentar questionamentos dos pais, alunos ou colegas.

As resistências são outras para Carlos Alberto. O professor de História e vice-coordenador de uma escola da Zona Leste de São Paulo afirma que há uma objeção de trabalhar determinados temas na escola por parte não apenas dos professores, mas também dos alunos. Carlos Alberto nomeia o momento histórico de radicalidade pouco reflexiva que censuraria



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

determinados assuntos de serem trabalhados nas escolas, sendo um deles, a história e a cultura afrobrasileiras. Neste sentido, frente a uma situação de xingamento entre os alunos, o recurso utilizado pelo vice-coordenador são as leis nacionais, ameaçando fazer uma denúncia contra o aluno agressor.

De forma geral, as situações são apresentadas pelos docentes enquanto justificativas mais ou menos fundamentadas para o não cumprimento da lei 10.639/2003. De qualquer forma, fica claro que a injunção legal não passa por um processo de transposição didática, ela requer um esforço de militância, de formação e de interesse pelo tema por parte dos professores. Motivação esta que não pode ser imposta, sendo existente apenas se partindo do próprio professor.

5. Racismo religioso

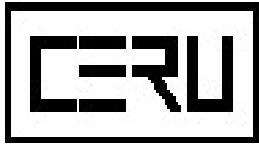
Jongo

Com a intenção do cumprimento da mesma lei 10.639/2003, um professor de Educação Física decidiu trabalhar com a dança do Jongo. Em se tratando de uma escola, na qual foi feito um trabalho de campo, os dados aqui apresentados são provenientes das entrevistas, mas também do diário de campo.

Embora o caso tenha sido descrito por três docentes (Gabriel, Marta e Sarah), nenhum dos entrevistados participou da situação ativamente. A situação aconteceu há alguns anos quando o professor de Educação Física preparava uma apresentação de Jongo na festa tradicional da escola no mês de junho. O pai de um aluno escreveu uma carta de repúdio dessa prática, alegando que a dança teria elementos “de macumba”.

Houve diversas trocas entre os professores para discutir como responder ao pai. Embora apenas uma professora tenha sido explicitamente solidária com a solicitação do pai, a decisão da direção escolar, naquele momento, foi de suspender a apresentação. Contudo, durante as entrevistas os três professores lamentaram esta decisão e afirmaram que o jongo seria, atualmente, uma bandeira da escola, representando uma manifestação cultural periférica e negra que faz parte da diversidade cultural brasileira.

Para Gabriel, professor de História, trata-se de um embate cultural entre o pai do aluno e a proposta docente. Enquanto o pai, vê o jongo enquanto manifestação religiosa, Gabriel e a equipe de professores percebe a dança de origem africana como uma manifestação cultural.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Segundo a professora de gramática, Marta, a decisão da escola parte de uma “frouxidão administrativa”, que é paternalista frente aos alunos e a comunidade escolar, aceitando demandas em uma lógica mercadológica: “a direção na época tomou um encaminhamento muito estranho que desrespeitou essa convivência entre todas as religiões”. Para Marta a decisão da escola fere não apenas o regulamento interno escolar, mas também o direito dos indivíduos enquanto cidadãos.

A cultura do jongo enquanto uma forma de transmissão da diversidade cultural brasileira não é um princípio individual desses professores, mas um dos princípios norteadores da escola: “A Escola alargará a relação do sujeito com o objeto do conhecimento para além do conteúdo das disciplinas escolares tradicionais, incluindo as dimensões da produção cultural.”.

É preciso lembrar que o jongo é uma dança popular originária na região africana Congo-Angola, trazida pelos escravos para o Brasil, sendo praticada principalmente nas zonas rurais. Ou seja, embora faça parte da cultura, sua origem negra e mística torna o jongo uma prática periférica vítima de preconceitos, motivo pelo qual tal prática merece a defesa da docente.

Repertório, experiência e respeito são as categorias mais utilizadas pelos entrevistados para avaliar a situação do jongo. O fato de possuírem grande parte da experiência enquanto profissionais dentro da mesma escola (entre 15 e 20 anos de casa) favorece um compartilhamento de categorias de pensamento e visões de mundo, a qual valoriza a autonomia docente, a troca formal e informal entre os profissionais e a diversidade cultural brasileira.

O caso do jongo representa a expressão do que tem sido popularmente chamado racismo religioso. O racismo religioso consiste na combinação de discriminações religiosas com combinações raciais e vice-versa. Esta forma de racismo tem crescido muito no Brasil nos últimos anos, principalmente com o crescimento das igrejas pentecostais e neo-pentecostais.

Empoderamento do aluno negro

Na mesma escola em que aconteceu o caso anterior relatado, existe um projeto chamado Negritude. O projeto propõe encontros mensais e é oferecido para os alunos desde o Ensino Fundamental I até o Ensino Médio. Por meio deste projeto a escola busca dar conta da heterogeneidade dos alunos, empoderando os alunos negros em sua construção identitária e promovendo debates sobre a discriminação racial no Brasil.

Contudo, mesmo com tais propriedades, ocorre nesta escola uma outra situação de racismo religioso, descrita pelo professor Ricardo que lecionava a disciplina de história.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Uma aluna sofre retalhações dos colegas por conta do uso de um turbante, visto enquanto um símbolo de pertença religiosa. Neste sentido, a dimensão religiosa se mistura com a dimensão racial, uma vez que a menina era negra. A atitude do professor frente a esta situação é de buscar o empoderamento da aluna, sobretudo utilizando o argumento de que ela não precisa se envergonhar ou se esconder de sua identidade.

O empoderamento do aluno é utilizado também em uma segunda situação de xingamentos racistas entre alunos descrita pela professora Ana. Os dois professores são docentes experientes que lecionam a disciplina de história. Nas duas situações o empoderamento gera efeitos na construção identitária do aluno, indo além dos muros da escola.

6. Conclusão

Os resultados revelam que apenas uma escola coloca a questão enquanto prioridade. A escola em questão é diferenciada em diversos aspectos e as discussões com os alunos se dá, não apenas no dia-a-dia da escola, mas na forma de um projeto ampliado dirigido por vários professores e envolvendo um grande número de alunos. Contudo, o diferencial é, com efeito, o empoderamento dos alunos.

Na maioria das situações de racismo na escola foram interpretadas pelos professores enquanto um jogo entre alunos, no qual os docentes não têm ferramentas para intervir. Quando os docentes propõe soluções para os conflitos, elas se fazem a nível individual e pontual e não tem potencialidade para o questionamento social sobre o racismo estrutural vivido no Brasil.

Tal naturalização da discriminação e a presença da "cultura racista" no centro da escola reproduzem as desigualdades sociais e são as provas de um acesso ainda difícil à educação de direitos para a cidadania. A dificuldade do corpo docente em lidar com o tema do racismo sugere que educação para igualdade precisa, primeiramente, ser destinada aos profissionais da educação. Desconhecer o racismo estrutural da sociedade brasileira não os instrumentaliza para enfrentar as práticas racistas que permeiam as relações sociais no ambiente escolar.

A pesquisa mostra que a lei 10.639/2003 é uma conquista do movimento social negro e representa um passo em direção a mudança da estrutura social. Contudo, ela é pouco aplicada no currículo real pelo fato de não ser acompanhadas por políticas públicas de formação, nem por uma militância docente e nem por um empoderamento negro. Consequentemente, a norma legal não é um recurso constantemente presente nas práticas docentes e, portanto, não garante o acesso universal à educação de todos os alunos.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Referências Bibliográficas

DARMON, Muriel. *La socialisation*. Armand Colin : Paris. 2016.

GIMENO-SACRISTAN, José. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed. 2000.

GOMES, Lisandra Ogg. *Particularidades da infância na complexidade social – um estudo sociológico acerca das configurações infantis*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.

HASENBALG, Carlos. O negro no Rio de Janeiro: revisitando o projeto Unesco. In: Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva, Márcia Lima. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional do Brasil. In: Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva, Márcia Lima. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2005.

LIMA, Márcia & PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* / Marta Arretche (org). São Paulo: Editora Unesp; CEM. 2015.

MENEZES FILHO, Naercio & KIRSCHBAUM, Charles. Educação e desigualdades no Brasil. In: *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* / Marta Arretche (org). São Paulo: Editora Unesp; CEM. 2015.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática. 1992

NACHI, Mohammed. *Introduction à la sociologie pragmatique*. Armand Colin : Paris. 2012

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 19, n. 1, pp. 287-308. 2006.

PACHECO, José. A educação para a cidadania: o espaço curricularmente adiado. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2. 2001.

SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. In: Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva, Márcia Lima. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

A PRESENÇA FEMININA NO CENÁRIO MUSICAL BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

PAULA, Patricia Amorim de³⁰

Resumo: A constituição de grupos sociais artísticos brasileiros entre os anos 1830 a 1889 e as condições históricas nas quais se configuraram a formação e trabalho na música, com a participação social de ambos os sexos, compõem um problema eminentemente sociológico, que carece sempre de reflexão. Este trabalho encontra-se no segundo ano de execução e propõe um exame histórico-sociológico da participação feminina no cenário musical do período e sua contribuição para a formação das novas gerações de músicos e musicistas brasileiros a partir do século XIX. Para tanto, fazemos uso de pesquisa documental a partir das seguintes fontes: jornais, biografias, dicionários e enciclopédias de música, obras literárias, cartas, obras de história da música e também do Brasil, entre outros documentos relevantes à temática. O uso de “palavras-chave” na análise sociológica do passado permite-nos dar uma nova ênfase ao vocabulário geral que uma dada sociedade compartilhava, bem como aos modos de vida impressos na cultura e sociedade de um momento histórico distante do nosso. Trata-se de um método de investigação que se inspira nas análises de Raymond Williams sobre o contexto inglês, mas que será reorientado para compreender como os processos sociais e históricos se constituíram no interior da cultura impressa no Brasil do século dezenove. Além disso, autores como Erich Auerbach, Carlo Ginzburg, Raymundo Faoro e Antonio Candido auxiliarão a composição da análise dentro das diferentes dimensões delimitadas para a abordagem do problema, a saber: 1- Palavras-chave; 2- Gênero; 3- Trabalho ou vocação e 4- Estrangeiras e brasileiras. Outros trabalhos foram selecionados a fim de preencher as lacunas acerca da participação feminina na história da música nacional dentro do período citado e também para abordar a temática da imigração de artistas francesas e portuguesas.

Palavras-chave: Mulheres. Musicistas. Século XIX. Brasil.

Abstract: The formation of a Brazilian social artistic stratum in the 19th century and the historical conditions that configured the musical work and training, with the social participation of both genders, compose an eminently sociological problem, which always require reflection. This work is in the second year of execution and proposes a historical-sociological examination of women participation in the musical scene of the period and its contribution to the training of the new generations of Brazilian musicians starting from the 19th century. In order to do so, we make use of documental research from the following sources: newspapers, biographies, dictionaries and encyclopedias of music, literary works, letters, works of history of music and also of Brazilian history, among other documents relevant to the theme. The use of "keywords" in the sociological analysis of the past allows us to give a new emphasis to the general vocabulary that a given society shared, as well as to the way of life printed in the culture and society of a historical moment distant from ours. It is a research method that draws on Raymond Williams' analyzes of the English context, but it will be reoriented in order to understand how the social and historical processes occurred within the print culture of Brazil in the nineteenth century. In addition, authors such as Erich Auerbach, Carlo Ginzburg, Raymundo Faoro and Antonio Candido will help the composition of the analysis within the different dimensions delimited to approach the problem, namely: 1- Keywords; 2- Gender; 3- Work or vocation and 4- Foreign and Brazilian. Other works were selected in order to fill the gaps about the female

³⁰ Doutoranda em Educação na área de Ciências Sociais na Educação, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação do Professor Doutor Alexandro Paixão.

E-mail: paulaapatricial@hotmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

participation in the history of the national music within the cited period and also to address the issue of the immigration of French and Portuguese artists.

Keywords: Women. Female musicians. 19th century. Brazil.

Introdução

Na atualidade a participação feminina tanto na formação quanto no trabalho com música é significativa e crescente; já em relação ao seu passado, encontra-se apenas o silêncio, logo, a invisibilidade. Há poucos registros sobre o itinerário profissional de mulheres na música entre os séculos XVIII e XIX; porém, historicamente, elas estão presentes, mas há uma ausência de pesquisa que demonstre a relevância desse grupo social³¹. No campo da música, o que sabemos sobre a trajetória profissional, narrada no vernáculo, acerca de Maria Anna Mozart (1751-1829) ou “Nannerl”, irmã de Wolfgang Mozart, que pela rivalidade estimulada nas lições diárias de piano que o pai dava a eles, acabou sendo silenciada? (ELIAS, 1995, p. 79); o que sabemos sobre Clara Schumann (1819-1896), esposa do compositor Robert Schumann, a qual era compositora e pianista de talento considerável?; ou sobre Lucília Guimarães Villa-Lobos (1866-1966), compositora e professora de música, que foi a primeira esposa do compositor Heitor Villa-Lobos? O rol de musicistas invisíveis não para aí (PAULA, 2016, p. 89)³².

Ao se interrogar sobre a história da participação social das musicistas no Brasil oitocentista, é preciso considerar todas e quaisquer pistas, indícios e vestígios que permitam acessá-las. O historiador Carlo Ginzburg, ao construir o paradigma indiciário como meio interpretativo, abre caminhos analíticos para o estudo dos casos nos quais as causas não são reproduzíveis, cabendo apenas ao pesquisador a possibilidade de inferi-las por meio dos efeitos (GINZBURG, 2007, p. 169).

³¹ No levantamento realizado até o presente momento localizei os seguintes trabalhos sobre o tema anunciado nesta pesquisa: PORTELA, Angela Celis Henriques. **Mulheres pianistas e compositoras nos salões aristocráticos do Rio de Janeiro de 1870 a 1910**. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005; SILVA, Janaina Giroto. **O Florão mais Belo do Brasil: O Imperial Conservatório do Rio de Janeiro 1841-1865**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007; SCHLOCHAUER, Regina Beatriz Quariguasy. **A presença do piano na vida carioca do século passado**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992; ROCHA, Eli Maria. **Nós, As Mulheres**: notícia sobre as compositoras brasileiras. Rio de Janeiro: Rabaço Editora e Impressora Ltda, 1996; RIBEIRO, Luis Filipe. **Mulheres de Papel**: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis. Niterói: EDUFF, 1996; LOPES, Guilhermina; NOGUEIRA, Lenita W. M. **A presença feminina em três obras historiográficas panorâmicas sobre a música brasileira**. Comunicação Oral, Congresso da ANPPOM, 2014.

³² É importante enfatizar que ao nomear a condição de invisibilidade dessas artistas me refiro ao universo de pesquisas não realizadas no interior da universidade brasileira e produzida em língua vernácula sobre o tema, porque não me ocupei de pesquisas internacionais sobre essas musicistas.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Nesse sentido, analisarei as fontes documentais (jornais, biografias, dicionários e enciclopédias de música, obras literárias, cartas, obras de história da música e também do Brasil, entre outros documentos relevantes à temática) no período de 1830 a 1889. Darei especial atenção ao material impresso de época, pois será nossa forma de encontro com a experiência costumeira, com os modos de vida do grupo social que pretendemos descrever e compreender. Nosso foco será sobre as mulheres musicistas, com e sem lugar na sociedade oitocentista brasileira. Contudo, a perspectiva de gênero será considerada na análise, pois o masculino tem presença constante dentro desse grupo profissional que está inserido na lógica social do patriarcado.

Com o intuito de entender como se deu a presença feminina no cenário musical brasileiro da época, realizei uma pesquisa preliminar no acervo do *Jornal do Commercio* (RJ)³³, veículo de informação de grande difusão no século XIX. Neste levantamento, foi considerado o período de 1830 a 1889, e os resultados obtidos apontam para a viabilidade e relevância de estudo sobre o tema.

Sob as palavras-chave “compositora”, “musicista” e “pianista”, partimos para uma pesquisa documental nos jornais oitocentistas do Rio de Janeiro, através da Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional, e encontramos no acervo do *Jornal do Commercio* aproximadamente 350 referências a cada década. Aparecem indicações de músicos de ambos os sexos, todavia, a maior presença é de homens músicos estrangeiros. Citaremos apenas os mais célebres a título de ilustração: Arthur Napoleão, Aquiles Arnaud, Ernesto Visconti, Oscar Pfeiffer, Sigismond Thalberg e Archangelo Fiorito. Com o tempo, fomos percebendo que apareciam mais mulheres sob a descrição “professora de piano”, e encontramos aproximadamente 150 referências exclusivamente femininas a cada década, o que nos fez alterar a palavra-chave utilizada. A identificação dessas palavras num veículo de informação de grande difusão no século XIX, no Rio de Janeiro, aponta para a relevância social desses profissionais para a sociedade da época.

No início do século XIX, a música sacra, aos poucos, cede espaço à música profana, e não somente a ópera fez parte do cotidiano de nobres e da burguesia em ascensão, mas também

33 O *Jornal do Commercio* foi fundado em 1827 por iniciativa do editor francês Pierre Plancher. Ele constituiu um marco das transferências culturais entre a imprensa francesa e a brasileira na primeira metade do século XIX. Nesta pesquisa, damos especial destaque a seção de anúncios que estimulavam, em certa medida, a proliferação e indução da necessidade de um setor de serviços no país. (PAIXÃO, 2012, p. 29-31)



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

as danças tinham seu lugar nas festas e comemorações da elite colonial, em especial, a polca, a quadrilha, a mazurca e a valsa (ANDRADE, 1987; TINHORÃO, 1990).

A música associou-se ao idioma nacional por meio das canções, como modinhas e lundus³⁴, e dessa forma fez parte do cotidiano da elite local nos saraus e encontros realizados em suas residências. Os músicos convidados, geralmente, eram amadores (cantores, violonistas e violistas); nas casas de maior prestígio havia também o piano (ANDRADE, 1987; TINHORÃO, 1990).

O fator que contribuiu para a inserção dos pianistas profissionais e professores de piano no Brasil foi a difusão mundial da polca e do instrumento piano, como expressões indispensáveis para a execução da música de salão de tradição europeia. Cacá Machado (2007, p. 18) faz referência ao modo como as elites coloniais escravagistas se aburguesavam importando pianos como bens de consumo para suas residências. Lembramos que em *Ordem e progresso*, Gilberto Freyre foi um dos primeiros sociólogos a destacar a importância do piano na estrutura sociocultural do Segundo Reinado, quando reconhece que:

... o vasto piano de cauda que se tornou símbolo de distinção, de gosto e de prestígio social, quer em palacetes aristocráticos de subúrbio, quer em sobrados nobres ou burgueses, distinguindo também, nas casas-grandes de engenhos e fazendas, as casas das famílias aparentemente mais cultas das mais sincera ou rusticamente rurais (FREYRE, 2004, p. 313-314).

Ao enfatizarmos um vocabulário comum à sociedade de época, identificamos também a relação de transferência cultural do romantismo europeu na música nacional da elite colonial. Conforme declarou o compositor Alberto Nepomuceno (1864-1920): “Não tem pátria o povo que não canta em sua língua” - que em suas composições se esforçou para elaborar uma música culta brasileira com inspiração e forma europeia -, a tentativa de consolidar um repertório musical da nação foi frustrada pela necessidade de embranquecer a alta cultura colonial, o que fez com que os modos europeus fossem incorporados à música da época. Assim, os grandes centros culturais e artísticos, como Clube Mozart e Clube Beethoven (no Rio de Janeiro); Clube Haydn e Clube Mendelssohn (em São Paulo), disseminavam uma música essencialmente europeia, como forma de distinguir e de isolar as músicas, as danças e os costumes populares (ANDRADE, 1987; TINHORÃO, 1990).

³⁴ O lundu é uma expressão popular cuja origem está na dança negra de matriz africana. Sua incorporação ao modo de vida da elite colonial se deve a fusão do lundu ao fandango português. (SADIE, 1994, p. 554)



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

É desse ambiente histórico e social que irei recuperar alguns registros do fazer artístico feminino no campo da música, valendo-me em alguns momentos da referência literária destacada acima para aprender e apreender a experiência vivida por essas mulheres no Brasil oitocentista.

Onde estão as musicistas?

As mulheres que encontrei nos anúncios do *Jornal do Commercio* (RJ) trabalhavam não somente como professoras de piano e de canto (modo como se apresentavam nos anúncios), mas como professoras de línguas estrangeiras (francês, português, alemão e italiano), de humanidades (história, geografia, primeiras letras e desenho), de trabalhos de agulha (bordados) e também como governantas nas casas de boa reputação. Eram, em sua maioria, estrangeiras, mulheres idosas, de meia idade, viúvas ou jovens solteiras, recém-chegadas ao Brasil. Geralmente, ofereciam seus préstimos ou eram procuradas para atuar em colégios internos, em casas particulares ou em sua própria residência, e tinham como público alvo meninas de boa família. Essas artistas se comprometiam a oferecer todas as matérias necessárias para a educação de uma senhora da alta sociedade, sob uma provável referência de padrões europeus da época.

Raramente elas apareciam entre os anúncios de espetáculos públicos, como artistas solistas ou compositoras de peças que seriam lançadas na corte. Neste ramo, os músicos e compositores tinham maior protagonismo. Inevitavelmente, ao olhar para a presença feminina no cenário musical brasileiro precisamos também considerar a presença masculina e compreendê-las, mas a ênfase, insisto, é o feminino na música, o que significa que o masculino será inserido nesta análise de forma auxiliar, isto é, apenas para aquilatar as análises sociológicas das mulheres musicistas.

As requisitadas professoras de piano e de canto - Clara Freese Jeberghein ou Tiberghin, Maria de Mascarenhas Leitão, Mathilde Brillani, Sophia Emery, E. de Barry, C. Rhêne, Rény Gourmelin e Maria Domingas dos Reis Netto Valeriani - ocupavam a cena pública dos jornais por meio da oferta e divulgação de seus serviços e do prestígio social de que gozavam por formarem músicos e musicistas brasileiros.

Além disso, a atuação musical das mulheres nos salões aristocráticos, especialmente na segunda metade do século XIX, era não só aceita como também estimulada. Nesses espaços de encontro entre famílias da aristocracia, elas cumpriam o papel de anfitriãs, de mediadoras em assuntos políticos e de animadoras do público que, por ventura, se deleitava de seus dotes



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

artísticos ao piano e ao canto. Embora esses salões fossem uma espécie de extensão das casas dos mais abastados, temos no período um importante marco para a aparição pública do grupo feminino, cujo o respeito e a admiração estavam fundados no marcador social de uma educação refinada. As musicistas Vanda Freire e Angela Portella (2010, p. 69) registram que os analistas de cartas e romances da época reiteram esse tipo de participação feminina nos salões e, por outro lado, revelam que a exposição em teatros ou outros palcos externos ao lar eram alvo de desconfiança e críticas conforme apareciam nas páginas da imprensa ao mencionarem a atuação de atrizes e de cantoras.³⁵

Nisto consiste a relevância social desse grupo de mulheres que pretendemos conhecer e cartografar³⁶. O sucesso das atividades musicais por elas desempenhadas nos salões aristocráticos contribuiu para a disseminação das aulas particulares de música e, por conseguinte, das suas primeiras oportunidades como profissionais na área do magistério. Entretanto, a dimensão analítica de gênero é, para nós, inevitável, afinal, nesse mesmo período, os músicos tinham seu espaço profissional consolidado nos salões e nos teatros, já as mulheres, só puderam conquistar o espaço de atuação profissional nos teatros, com dignidade e respeito, no transcorrer do século XX (FREIRE; PORTELLA, 2010).

A intensa atividade de educação musical que demonstram os anúncios do *Jornal do Commercio* no que período que pesquisei, aponta que a circulação dessas mulheres musicistas, profissionais e amadoras, se dava no interior do ambiente doméstico das casas grandes aos salões aristocráticos ou em espaços sociais mais restritos como os colégios. Esse tipo de atividade feminina indica ainda um expediente comum entre as mulheres que de alguma maneira precisavam garantir seu sustento, por uma necessidade imposta por sua origem social, ou pela condição de imigração ou por uma fatalidade qualquer que as fizeram perder seus bens originais (endividamento familiar, falência ou perda de um parente).

³⁵ Freire e Portella (2010, p. 67) ressaltam que “o ambiente teatral, sobretudo o do teatro ligeiro, não era bem visto para mulheres ‘de família’.” Nos teatros cariocas, em particular no teatro ligeiro, destaca-se a presença feminina nas funções de cantoras e de atrizes, mas estas eram vistas com desconfiança e nem sempre gozavam de prestígio social; às mulheres no exercício de funções como a de compositora, maestrina e instrumentista profissional, o ambiente dos salões era mais bem aceito. Segundo as autoras, outros fatores influenciaram a boa inserção de mulheres musicistas em teatros e até mesmo nos salões, como a origem fidalga e o fato de serem estrangeiras (FREIRE; PORTELLA, 2010, p. 71-72).

³⁶ A geografia cultural ou literária, para usarmos os termos de Franco Moretti, é um importante instrumento na construção de significados que até agora nos escaparam em nossas análises sobre a cultura musical feminina brasileira. Cito as palavras do autor: “Tornar explícita a ligação entre geografia e literatura [aqui entendido como cultura], portanto – mapeá-la: porque um mapa é exatamente isso, uma ligação que se torna visível -, nos permitirá ver algumas relações significativas que até agora nos escaparam”. (MORETTI, 2003, p.15).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Compreensões distintas sobre o trabalho de uma professora de piano e de canto

A análise de FAORO (2001) sobre a obra de Machado de Assis fornece elementos para refletir sobre a estrutura social brasileira no século XIX. Numa sociedade onde havia baixa circulação e alta concentração de “dinheiro”, na qual o trabalho assalariado era praticamente inexistente e os trabalhadores que sustentavam a base social eram escravos, aparentemente, as figuras dominantes (barões, conselheiros, comendadores, patentes da Guarda Nacional, os banqueiros, capitalistas, fazendeiros, comerciantes e coronéis) ocupavam o mesmo estrato social, formando o ápice da pirâmide.

Porém, não podemos desconsiderar as diferenciações existentes nessas figuras dominantes que conduziram a sociedade estamental do Brasil Império a uma sociedade de classes em franca expansão. Banqueiros, comerciantes bem-sucedidos, capitalistas donos de rendas e senhores de terras e de escravos destacam-se socialmente por seu patrimônio ou pela percepção de rendas, mas não possuíam poder político e tampouco prestígio social próprios de outros marcadores, como a tradição, o modo de vida, a educação e a origem fidalga (FAORO, 2001, p. 15).

A herança e o casamento eram os meios mais eficazes para se ascender socialmente no Brasil Império. Contudo, tal possibilidade não se encontrava acessível a qualquer pessoa; era necessário possuir alguma base, dispor de uma propriedade, atividade mercantil, crédito e reputação, realidade muito distante dos trabalhadores, das mulheres pobres e dos escravos (FAORO, 2001, p. 32).

No livro *Senhora* de José de Alencar a temática da comercialização dos sentimentos e a transformação do casamento em negócio é bastante explorada. A execução do casamento geralmente se dava entre pares que compartilhavam da mesma condição social, portanto, constituía uma manutenção da estrutura social que se completava com a oferta do dote pela família da noiva ao pretendente que julgava-se interessante. Esse entendimento fica muito claro nas palavras da personagem Fernando Seixas:

“A sociedade no seio da qual me eduquei fez de mim um homem à sua feição; o luxo dourava-me os vícios, e eu não via através da fascinação o materialismo a que eles me arrastavam. Habituei-me a considerar a riqueza como a primeira força viva da existência, e os exemplos ensinavam-me que o casamento era meio tão legítimo de adquiri-la, como a herança e qualquer honesta especulação.” (ALENCAR, 2015, p. 276)



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Além disso, fazia parte do imaginário social feminino que o casamento seria a maior fonte de realização da mulher nessa sociedade, não necessariamente amorosa, isto ocorria somente se a sorte assim o permitisse, mas especialmente do ponto de vista de seu sustento financeiro, afinal, as mulheres trabalhadoras seriam somente as desafortunadas e as solteiras, nesse contexto social. O próprio Alencar deixa escapar seu juízo de valor ao se referir a personagem Mariquinhas, irmã de Seixas, que com a sua aparência não muito atraente e com a idade já avançada, como mulher solteira, estava “*condenada à mesquinha sorte do aleijão social que se chama celibato*” (ALENCAR, 2015, p. 55).

Outra característica marcante dessa sociedade, e que nos interessa especialmente, é o papel das mulheres, e esse está devidamente circunscrito pelos limites que os homens impunham a elas. Estamos falando de uma sociedade que se operava sob a lógica do patriarcado. Obviamente há diferenças significativas entre as mulheres de boa família que gozavam de prestígio social e as mulheres pobres relegadas à margem da sociedade de corte.

As mulheres que buscamos conhecer, professoras de piano e de canto, em sua maioria estrangeiras recém-chegadas à corte, certamente se aproximam mais da elite colonial por possuírem uma boa educação, nos moldes europeus dos colonizadores, importante critério de distinção social. Porém, do ponto de vista de sua condição econômica, aparentemente, vemos uma situação frágil, pois elas chegaram ao país desprovidas de posse e de renda.

Todavia, já é possível inferir que o ensino de música e de outras matérias desempenhado por essas mulheres era uma forma de garantir seu sustento, por uma necessidade imposta por sua origem social, ou pela condição de imigração ou por uma fatalidade qualquer que as fizeram perder seus bens originais (endividamento familiar, falência ou perda de um parente), muito embora não se descarte o desejo de realização pessoal e artística delas. As mulheres de boa educação nessa sociedade patriarcal, geralmente, dedicavam-se exclusivamente à administração do lar e à educação dos filhos, seu convívio social e inserção no espaço público era restrito e obedecia às regras impostas pelos homens.

Essas mulheres pertenciam as camadas mais abastadas da sociedade, mas também estavam entre as camadas populares, afinal o que as distinguiu das mulheres comuns era o fato de terem acesso a uma boa educação dentro dos padrões da época.

Retomando: ao oferecerem seus serviços nos anúncios do jornal por mim pesquisado, elas propunham o pagamento mensal ou por lição em residência própria ou particular (os valores variam entre 1\$500 a 2\$ por lição ou de 10\$ a 20\$ por mês), e também se dispunham a



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

morar nos colégios internos (recebendo 5\$ por mês) ou em casas particulares recebendo alimentação, roupa lavada, serviço médico e botica em troca de seu trabalho de ensino – é importante destacar que esses valores recebidos representam muito pouco.³⁷ Seguindo os passos de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2001), que realizaram os primeiros estudos acerca do preço da leitura e do livro no século XIX, nós pretendemos ainda construir o “preço” da música, de modo a pensar o sentido do dinheiro, do trabalho e/ou da vocação musical, porque o dinheiro andava de mãos dadas com a presença da mulher na sociedade.³⁸ A princípio a pesquisa preliminar no jornal citado permite inferir que o preço do piano (bem durável de grande status social) era equivalente ao valor de um escravo jovem, cujo valor varia entre 1:300\$ a 1:400\$; já o preço das aulas de piano é aparentemente inferior à recompensa dada pela captura de escravos fugidos (50\$000, 100\$000, 500\$000, por exemplo).³⁹

Outra forma de anúncio dirigia-se a fazendeiros viúvos que necessitavam de auxílio para educarem suas filhas, neste caso, as professoras ofereciam seu trabalho em troca de moradia. Identificamos esse tipo de oferta e de procura por parte de ambos os interessados. A princípio, encontro duas formas de trabalho: remunerado e não remunerado, além das compreensões distintas sobre o trabalho de uma professora de piano e de canto conforme tentei esboçar nesse texto. Não posso deixar de mencionar que a presença do dinheiro ou relação salarial é incipiente e prematura no Brasil do século XIX, por isso é preciso elaborar outros modos de ver e analisar o trabalho artístico nesse período.

Considerações finais

O esforço deste texto consistiu em esculpir o esboço de um perfil feminino das mulheres musicistas, profissionais e amadoras, descobertas entre os anúncios do *Jornal do Commercio*. A prova de sua existência, até o presente momento, se limita pelo conhecimento de seus nomes (cuja grafia nem sempre é exata por deterioração dos documentos e por prováveis falhas de

³⁷ Encontramos essas referências de preço nos anúncios, para citar alguns deles, indicamos as seguintes edições do *Jornal do Commercio*: 6 de janeiro de 1872 (no anúncio “Vassouras”); 28 de setembro de 1870 (no anúncio “Professora”); no anúncio “Professora – Piano, canto e francez” de 1869 (Edição 00161, data ilegível); no anúncio “Professora de piano e canto” de 1869 (Edição 00065, data ilegível); no anúncio de 1866 (Edição 00018, data ilegível); e no anúncio “Professora de piano” de 1860 (Edição 00223, data ilegível).

³⁸ Foi Georg Simmel que nos levou a pensar sobre essa equação “dinheiro e mulher” na virada do século XIX para o XX. Em “As grandes cidades e a vida do espírito” (1903), Simmel lembra o papel das mulheres prostituídas no desenvolvimento do capitalismo urbano em Berlim. Não estou dizendo que as mulheres musicistas são como as “meretrizes”, assunto da sociologia do dinheiro. Contudo, não podemos deixar de pensar como as mulheres vão assumindo diferentes papéis nas sociedades capitalistas, avançadas ou não, tendo todas elas um preço.

³⁹ *Jornal do Commercio*, 13 de maio de 1879.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

digitação) e dos seus endereços para contato. Contudo, o extenso levantamento feito entre os anos 1830 a 1889 e o exemplo literário aqui utilizado atestam a relevância do conhecimento sobre o papel das mulheres musicistas no cenário musical brasileiro do século XIX, das implicações disto para a formação musical das gerações posteriores e para a própria conjuntura atual de inserção das mulheres nessa profissão.

A intensa atividade de educação musical que demonstram os anúncios do *Jornal do Commercio* no que período que pesquisei, aponta para a circulação dessas mulheres musicistas, em especial, de origem estrangeira, no interior do ambiente doméstico das casas grandes aos salões aristocráticos ou em espaços sociais mais restritos como os colégios, educando sobretudo meninas de boa família.

É preciso ainda reunir muitos detalhes acerca de suas biografias, da inserção delas no espaço público por meio do ofício musical e dos desafios colocados para elas nesse processo. E para percorrer tais objetivos tenho ainda árduo trabalho de pesquisa pela frente.

A análise desenvolvida no artigo pretendeu interpretar alguns indícios, sinais de vida dessas mulheres, obscurecidos por um universo musical predominantemente masculino. É preciso ter em vista que a tradição e a demanda histórica são aspectos que movem historicamente o fazer artístico musical. Tanto no confronto quanto no reforço da tradição, há uma relação formativa de aprendizado, segundo a análise de Leopoldo Waizbort (2006, p. 192). Entretanto, como as mulheres musicistas encaram essa demanda histórica se a tradição que lhes precede, e da qual se nutrem, permanece permeada pela figura do masculino? É uma questão do passado, mas que sobrevive no presente e continuaremos refletindo sobre isso.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, José. **Como e porque sou romancista**. Apresentação de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1987.

_____. **Senhora**. Orientação pedagógica e notas de leitura: Douglas Tufano. São Paulo: Moderna, 2015.

ANDRADE, Mário. **Pequena história da música**. 9. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CERNUSÁK, Gracian; LAMB, Andrew. Polka. In: **Grove dictionary**. Londres: Macmillan Publishers, 1980, p. 573.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FREIRE, Vanda L.; PORTELLA, Angela C. H. Mulheres pianistas e compositoras, em salões e teatros do Rio de Janeiro (1870-1930). In: **Cuadernos de Música, Artes Visuais y Artes Escénicas**, Bogota, vol. 5, n. 2, jul-dic., 2010. Disponível em: <http://www.javeriana.edu.co/revistas/Facultad/artes/cuadernos/index.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 143-275.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **O preço da leitura: leis e números por detrás das letras**. São Paulo: Atica, 2001.

LOPES, Guilhermina; NOGUEIRA, Lenita W. M. **A presença feminina em três obras historiográficas panorâmicas sobre a música brasileira**. Comunicação Oral, Congresso da ANPPOM, 2014.

MACHADO, Cacá. **O enigma do homem célebre: ambição e vocação de Ernesto Nazareth**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2007.

MASSIN, Jean; MASSIN, Brigitte. **História da música Ocidental**. Nova Fronteira, 1997.

MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu 1800-1900**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PORTELA, Angela Celis Henriques. **Mulheres pianistas e compositoras nos salões aristocráticos do Rio de Janeiro de 1870 a 1910**. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SADIE, Stanley (Ed.). **Dicionário Grove de Música: edição concisa**. Trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. Lisboa: Caminho, 1990.

WAIZBORT, Leopoldo. Chaves para ouvir Schumann. In: **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 75, jul. 2006, p.185-210.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petropolis: Vozes, 2011.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

“COM OS CACARECOS NA CABEÇA”: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS DUAS DESTRUIÇÕES DE CANUDOS – BA (1897/1969).

LODO, Lucia⁴⁰

Resumo: A história da guerra ou do movimento de Canudos tem sido analisada em várias dimensões, e marcou o processo de transição política que deu origem ao regime republicano brasileiro. A busca de explicações para a necessidade do extermínio da população local, que chegou a se estimar em 25.000 sertanejos, produziu inúmeros trabalhos, dos quais, o clássico de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, é considerado essencial. A história canudense é permeada pela noção de progresso, já que a primeira Canudos foi um massacre em nome do fim da barbárie (1896-1897). O Brasil, recém republicano, legitimado pela elite intelectual implementou o projeto civilizacional renegando as especificidades brasileiras e um brasileiro que sempre esteve negligenciado dos projetos de nação, o sertanejo. Já a segunda “destruição” de Canudos por meio da construção da barragem do Açude Cocorobó em 1969, em meio a Ditadura Militar, cuja justificativa era a “providência tão necessária” (o desenvolvimento econômico da região e a resolução dos problemas sociais). Para isso, essa reflexão baseia-se em análises sociológicas e políticas sobre mudanças sociais, além de pontes reflexivas com a antropologia sobre a importância da preservação da memória, e utilizar-se-á metodologias, como análise de narrativas (história de vida) e documental e para a concretização da pesquisa.

Palavras-chave: Canudos. Destruição. Sociedade brasileira.

Abstract: The history of the war or the Canudos movement has been analyzed in several dimensions, and marked the process of political transition that gave rise to the Brazilian republican regime. The search for explanations for the need to exterminate the local population, estimated at 25,000 sertanejos, produced numerous works, of which the classic by Euclides da Cunha, *Os Sertões*, is considered essential. Canudian history is permeated by the notion of progress, since the first Canudos was a massacre in the name of the end of barbarism (1896-1897). Brazil, a newly republican, legitimized by the intellectual elite, implemented the civilizational project denying Brazilian specificities and a Brazilian who has always been neglected in the projects of the nation, the sertanejo. Already the second "destruction" of Canudos by means of the construction of the barrage of the Cocorobó Dam in 1969, in the middle of Military Dictatorship, whose justification was the "much needed providence" (the economic development of the region and the resolution of social problems). For this, this reflection is based on sociological and political analyzes on social changes, as well as reflective bridges with anthropology on the importance of memory preservation, and will use methodologies such as field work, narrative analysis (history of life) and documentary and for the realization of the research

A história de Canudos, município localizado no sertão baiano, é marcada por “destruições”⁴¹ e pela noção de progresso. Canudos ou Antiga Canudos, como se refere o povo

⁴⁰ Discente na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: Email: repfelafem@yahoo.com.br

⁴¹ Por destruição compreende-se o emprego da violência física por meio da guerra, mas também o extermínio de símbolos e significados de comunidades dentro do Estado brasileiro (HARDMAN, 1998).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

da região ao falar do povoado fundado, em 1893, pelo beato Antônio Conselheiro, foi o local de um dos maiores massacres realizados pelo Estado brasileiro, nos últimos séculos. Motivados por uma profunda religiosidade e liderados por Antônio Conselheiro, os sertanejos organizaram uma comunidade com princípios igualitários, em uma fazenda que denominaram Belo Monte.

A primeira “destruição” de Canudos foi no “dia 5 [outubro de 1897], ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores”, como foi exposto nas últimas frases de *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. A primeira Canudos foi massacrada “em nome” do fim da barbárie. O Brasil, recém republicano, precisava avançar no processo civilizatório e implementou, legitimado pela elite intelectual da época, através de uma concepção de que o soldado é um “cidadão armado”, tendo uma missão mais civilizatória que bélica (GALVÃO, 2001), um projeto civilizacional que não levava em consideração as especificidades de um tipo de brasileiro que sempre esteve negligenciado (REZENDE, 2001).

Anos depois do massacre no reduto conselheirista, alguns remanescentes da guerra, bem como outras pessoas de regiões vizinhas, retornaram e reconstruíram o povoado, a segunda Canudos, que na visão de Silva (1996), se transformou no símbolo de uma minoria, os “vencidos”. Contudo, esta foi apagada com a construção da barragem do açude Cocorobó, em 1969, em meio à ditadura militar, em busca da “providência tão necessária” (GALVÃO, 2009).

A partir de 1969, terminada a barragem e ante as águas que subiam, os moradores foram obrigados a deixar Canudos, instalando-se à margem do açude Cocorobó, num povoado que com o tempo adotaria o nome de nova Canudos (GALVÃO, 2009 p.156).

Ou seja, setenta e dois anos após a Guerra, Canudos sofreu sua segunda “destruição”, não mais pelas bombas lançadas pelo exército e, sim, pelas águas do rio Vaza Barris, represadas em um açude projetado pelo governo. Muitos canudenses saíram de suas casas “com os cacarecos nas cabeças”⁴² para a construção de uma obra que, para muitos sertanejos, veio para acabar com a memória de Canudos.

Logo, a pergunta central deste trabalho é: como foi construída a justificativa estatal para as duas “destruições” de Canudos?

As reflexões que Maria Isaúra Pereira de Queiroz (1972) realizou são centrais para um trabalho que almeja analisar as duas destruições de Canudos e as justificativas estatais para tanto. Já que a autora se debruçou sobre a realidade nacional, dando ênfase às singularidades sociais

⁴² *Com os cacarecos na cabeça* é uma expressão utilizada por Julia Maria dos Santos (dona Duru), 81 anos, filha de João de Régis, personagem importante na história canudense, filha e neta de conselheiristas, sobreviventes da guerra, central na manutenção da memória do antigo Belo Monte.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

e políticas no país (REZENDE, 2007). Pois, a partir do reconhecimento da existência de particularidades, locais, regionais e nacionais, a cientista social em questão, buscou entender o significado das ações que estimulam as mudanças sociais.

Ao traçar um “retrato sociológico”, Queiroz (1973) revelou a unidade social mínima constituída pela comunidade e demonstrou a relevância de uma civilização rústica, ou seja, de uma forma específica de civilização rústica (caipira) com características culturais específicas, assim como as relações entre a unidade e a sociedade mais ampla que a circunda.

Ao analisar a sociabilidade, a cultura e a estrutura social dos camponeses no Brasil, Maria Isaura logrou avaliar o lugar dessa camada no interior da sociedade brasileira, além de travar um diálogo, implícito ou explícito, com outros trabalhos que se dedicaram ao mesmo objeto, notadamente Euclides da Cunha, Emílio Willems e Antônio Cândido. O primeiro, reconhecido pela autora, como a base da descoberta na especificidade arcaica da vida rural brasileira, em oposição à vida moderna do litoral, e ao estudar a vida social e política no Brasil, também trouxe à tona os avanços e recuos presentes nas ações dos setores preponderantes ao longo do século XIX.

As reflexões teóricas sobre mudança social são importantes nessa reflexão, pois problematiza a noção de progresso e de desenvolvimento (econômico e ou social). Desta forma, as reflexões sobre processos de mudanças sociais serão utilizadas para se pensar a justificativa do progresso, que, possivelmente, pode ter sido responsável pelas duas destruições à cidade de Canudos.

A formação social e política de Belo Monte (1897)

Canudos (BA, 1893-97) foi um dos mais significativos episódios da história do Brasil. Comunidade de inspiração religiosa sertaneja que tentou o projeto de reinventar o sertão, buscando novas formas de governo local, produção e distribuição de riqueza coletiva e integração das dimensões social e espiritual do viver comunitário. Esta experiência considerada, à sua época, grande ameaça para a ordem republicana recém implementada, oferecia alternativas às populações privadas de seus direitos e até mesmo da sua dignidade de ser humano. Massacrado em quatro expedições militares que envolveram conjuntamente cerca de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

metade do efetivo do exército brasileiro da época. O arraial tombou em 5 de outubro de 1897, ceifando mais de vinte mil vidas.

Canudos foi resultado de mais de vinte anos de peregrinação de Antônio Vicente Mendes Maciel, que passou a ser conhecido como Antônio Conselheiro. O povoado denominado Belo Monte foi fundada em 1893. O lugar escolhido era uma fazenda abandonada, que ficava às margens do rio Vaza-Barris, local de uma confluência de estradas. O nome Canudos, que acabou por se popularizar, é referência uma planta da região, de haste oca como um canudo, utilizada por antigos para fazer canudos de pitos para fumar. Vale ressaltar que Canudos lembrava a decadência e o abandono, Belo Monte apontava o lugar da concretização de uma vida melhor (MACEDO, 2011).

O Arraial cresceu e atraiu gente de todo o sertão da Bahia, de Sergipe, do Ceará, de Alagoas e de outros estados próximos ou os mais distantes, sobretudo de locais onde Conselheiro havia peregrinado. Os sertanejos iam em busca de uma vida mais digna, de um pedaço de chão para plantar, além do auxílio espiritual na forma das pregações do Conselheiro.

Além disso, os grandes períodos de secas eram algo um tanto quanto rotineiro, agravando ainda mais a situação de miséria e, conseqüentemente, a extrema pobreza no sertão. Houve ainda uma grande seca entre 1877 e 1879, que foi um grande divisor de águas no cotidiano do povo sertanejo. Somente no Ceará, durante a seca de 1877, teriam morrido em torno de 64 mil pessoas. Os corpos malnutridos e as péssimas condições de higiene favoreciam doenças infectocontagiosas (MACEDO, 2011).

A população sertaneja abandonada via algum apoio na religiosidade. Era uma fé popular, ligada ao misticismo, às crendices, que tinha o objetivo de compensar a fome e a situação de carência, e não um catolicismo oficial (que estava longe da realidade dos sertanejos). Muitos buscaram este auxílio e começaram a seguir Antônio Conselheiro.

Esta 'fé' adotada pelo sertanejo, na verdade nada mais é do que instinto de sobrevivência, pois ele recorre à religião como uma forma de solucionar seus problemas. Como a religião oficial não atende às suas necessidades essenciais -como a fome - através da religiosidade popular tenta suprir essa carência (SOLA, 1989, p. 18).

Segundo Roger Bastide (1951) seria “um catolicismo que era mais um clima de sentimento de que uma educação para uma vida espiritual (...) mais social que religioso, mais voltado para as coisas da terra, da terra brasileira, que para o sobrenatural” (BASTIDE, 1951,



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

P. 336). Um tipo de catolicismo de Gioconda Mussolini chamou de folk, e o caracterizou como típicos de capelões e novenas (MUSSOLINI, 2009).

O sertão significou muito mais do que o espaço e a região dos acontecimentos que compreende o Ciclo do Bom Conselheiro. A paisagem do interior baiano denotava a pobreza e o abandono, denunciando as profundas desigualdades entre as áreas costeiras e o sertão.

E é deste sertão, desta terra inculta e árida, deste sertão seco, embrutecido e inóspito, que milhares de pessoas em busca de alento para suas dores, desilusões, alimentando esperanças singulares, começaram a seguir Antonio Conselheiro.

(..)espontâneos, felizes por atravessarem com ele os mesmos dias de provações e miséria. Eram no geral, gente ínfima e suspeita, (...), farândola de vencidos da vida, vezada à mandria e a rapina. Um dos adeptos carregavam o templo único, então da religião minúscula e nascente. Entravam com ele, triunfalmente erguido, pelos vilarejos e povoados, num coro de ladainhas (CUNHA, 1985 ,p. 167).

O Belo Monte recebeu sertanejos, mestiços, índios, expulsos de seus locais de origem, seja pelo latifúndio, seja pela seca, ou ainda, pela falta de opção. Famílias inteiras abandonavam seu trabalho nas fazendas para juntar-se ao Conselheiro, vendiam os poucos pertences que tinham e iam para o arraial. A vida no arraial aparece no relato dos sobreviventes sempre caracterizada pela abundância. A cidadela transformou-se numa espécie de “terra da promessa”, a margem da terra de todos os males (MACEDO, 2011).

Em meados do século XIX, menos de 5% da população rural possuía terras. A concentração fundiária estava centralizada em poucas mãos das oligarquias locais. O arraial abriu seus braços, sem distinção, para todos os desvalidaos, refugiados e sofridos da sociedade da época.

Os números não são precisos e há muita controvérsia sobre o número de habitantes de Belo Monte. De modo geral, fala-se em algo em torno de 20 a 35 mil habitantes. Em três anos de existência, Canudos teria se tornado a segunda cidade da Bahia em número de habitantes, provocando escassez de mão de obra, nas fazendas, para descontentamento de muitos coronéis da região.

O Arraial e as regiões adjacentes ,sob a influência dos conselheiristas, constituíam uma espécie de república cabocla mais ou menos independente do Estado republicano. Como se fosse “um Estado dentro do Estado” (MACEDO, 2011, p.84).

Belo Monte era apenas uma comunidade de homens e mulheres pobres e excluídos que, apoiada na religião, realizava num ato de recua rústica e coletiva da sociedade de classes da época, na tentativa de construção de um mundo utópico em que todos



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

viveriam de seu trabalho, praticando solidariedade entre homens e mulheres (MACEDO, 2011).

A análise do modelo de organização e do sistema de poder/autoridade, implementadores-gestores do projeto do Belo Monte de Antônio Conselheiro, convida à investigação sobre importantes vetores do universo organizacional e seus imbricamentos, quiçá os mais relevantes, para a compreensão da tecitura social daquela comunidade e da própria sociedade brasileira.

Segundo Euclides da Cunha em Os Sertões (1985):

Os sertanejos que se refugiaram em Canudos, onde tentaram criar um estilo comunitário de vida, não poderiam ser vistos como culpados, mas sim como vítimas de uma série de fatores econômicos, geográficos, raciais e históricos. Abandonada pelo governo, a população miserável do sertão, formada pela mistura do branco com o negro e o índio, foi ficando cada vez mais isolada e acabou formando comunidades fechadas (...) facilitando o surgimento do misticismo e fanatismo religioso. Criava-se assim uma situação propícia à atuação de líderes capazes de eletrizar multidões com suas promessas de paraíso e bem-aventurança. (CUNHA, 1985, p.27)

Uma parte das intrincadas origens de Canudos. seria o abandono que a região sofreu durante anos devido ao total desconhecimento de um Brasil litorâneo europeizado. Canudos representou a aparição súbita de uma outra nação, mestiça e atrasada que assustou a recente República, instável e antipopular.

Importante salientar que se trata de um tipo de comunidade rural, tradicional e com ligações direta com a sociedade brasileira. Um modo específico de organização social que já foi denominado, diante do Brasil moderno, como resistências culturais à mudança. Para Queiroz, é necessário levar em consideração as relações estabelecidas entre este tipo de vida social e outros grupos sociais. O elemento definidor das populações rústicas não estaria no isolamento, e, sim, na relativa independência econômica, por viverem de uma economia de subsistência, para o seu próprio consumo, ou participarem de forma complementar tanto da economia monocultora quanto da economia urbana do país. Determinadas formas de interação com os núcleos urbanos poderiam gerar maior isolamento dos sertanejos, acarretando situações de miséria e exclusão social (LIMA, 2011). Daí a razão da existência de uma sociologia dos grupos rurais.

Assim como Santa Brígida (1975), Canudos é uma pequena comunidade rural que é parte da sociedade global, em vias de mudança (industrialização). Então, como Canudos, Santa Brígida (1975) estava afastada das zonas de latifúndio agroexportador e das cidades, e por isso



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

se configuraram em campos privilegiados para se estudar a maneira pela qual zonas camponesas se integravam à sociedade global.

Desta forma é um trabalho interpretativo que exige um vaivém entre a unidade pesquisada e a sociedade global brasileira. Para Maria Isaúra, não se pode estudar um grupo a fundo sem se conhecer a posição dele na sociedade nacional como um todo.

A destruição de Belo Monte

Se a oligarquia temia o esvaziamento do campo e a destruição da propriedade, o medo da Igreja se dirigia a outros alvos. Diante da tensão crescente, foi a Igreja a primeira instituição a tentar esvaziar e reprimir a comunidade. Em primeiro lugar, a perda de freguesia, com os fiéis sendo usurpados por líderes carismáticos, leigos como Antônio Conselheiro. Em segundo lugar, a Igreja percebeu os perigos de voltar a mergulhar nos anseios do povo, o que podia ser tão subversivo para a ordem quanto o fora o cristianismo primitivo, antes de tornar a religião dominante, hierarquizada e subserviente ao poder, esquecendo-se de suas origens enquanto fé e esperança dos pobres.

Os latifundiários viam sem nada poder fazer seus trabalhadores, espécie de semi-escravos, partirem para o reduto divino. O barão de Jeremoabo, um dos grandes oligarcas da Bahia e inimigo fígadal de Antônio Maciel e de Belo Monte, assinalou sobre a migração dos caboclos para a ‘cidade santa’: alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas e até do Estado de Sergipe ficaram desabitados, tal o aluvião de famílias que subiam para Canudos [...]. Causava dó ver exposta à venda na feira a extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino, além de objetos, por preços de nonada como terrenos, casas, etc. O anelo extremo era vender, apurar dinheiro e ir reparti-lo com o santo Conselheiro. [...]. Inevitavelmente, a falta crescente de braços obrigaria os latifundiários a subirem os salários dos trabalhadores e a baixarem as rendas dos arrendatários, meeiros e parceiros. A população do arraial de Belo Monte escapava à gestão política das oligarquias regionais”. (MACEDO 2011, p 88-89).

As safras apodreciam nos pés sem gente para colheita. Fazendeiros insatisfeitos cobravam providências das autoridades e o clima de insatisfação e alarmismo ganhava corpo, como registram os jornais da época como o Jornal de Notícias em 1895:

(...) cidadão recentemente chegado do centro do Estado veio ao nosso escritório hoje, pedir-nos chamemos a atenção das autoridades superiores para os incalculáveis prejuízos que continua a dar o célebre Antônio Conselheiro contra cujo fanatismo deplorável e nocivo tanto há reclamado a imprensa solicitando enérgicas providências. Ao que nos disse este informante, Antônio Conselheiro tem consigo milhares de pessoas arrancadas ao trabalho agrícola abandonando engenhos, povoados, etc.. Este êxodo já não é de agora. Noticiamos como um deprimente atestado da falta de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

providências contra estes fatos. Necessário é, pois, uma medida enérgica. Antônio Conselheiro, segundo nos informaram está precisamente no lugar Canudos.⁴³

Ou ainda, nas páginas de outra edição do mesmo jornal:

ⁱO povo em massa abandonava as suas casas e afazeres para acompanhá-lo. A população vivia como se estivesse em êxtase (...) Assim, foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade.⁴⁴

O rápido crescimento de Canudos sem o controle das elites locais e a Igreja, fez com que elas pressionassem a República recém-instaurada, pedindo que fossem tomadas providências contra Antônio Conselheiro e seus seguidores. Criaram-se rumores de que Canudos se armava para atacar cidades vizinhas com seus jagunços e partir em direção à capital para depor o governo republicano e reinstalar a Monarquia. Por fim, a posição de radical de Conselheiro contra o casamento civil, a separação da Igreja e Estado e a cobrança abusiva de impostos pela República selaram o destino de Canudos.

Logo no início do século passado, com a jovem República e sua conformação oligárquica e antipopular, o inimigo era identificado aos “bestializados” (cf. CARVALHO, 1998; HARDMAN, 1998), os sertanejos, ex-escravos, trabalhadores braçais marginalizados cuja revolta era tomada como ameaça irracionalista, assumindo os contornos do fanatismo religioso, de viés messiânico e contrarrevolucionário (como no caso de Canudos) ou do perigo sanitário (como na Revolta da Vacina e nas remoções de miseráveis, executadas pelas reformas do prefeito Pereira Passos, do Rio de Janeiro, então capital do país). Sua dominação e eventual extermínio eram urgentes, demandando a aplicação de políticas discricionárias ou francamente assassinas. Umas e outras redundaram ou na guerra civil de caráter genocidário ou no incremento da segregação social das periferias e favelas. Ambas experiências históricas marcadas pelo fenômeno comum da criminalização da pobreza e da politização absoluta dos corpos, da cultura e das formas de vida. A Campanha de Canudos, espécie de sangrenta introdução ao que viria a se tornar regra no país – a criminalização, o encarceramento e o extermínio de pobres, opositores e indesejáveis. Nestes extermínios, a vida nua da população pobre brasileira é exposta com crueza pornográfica. O que mais estarrece é o eterno retorno à

⁴³ Jornal de Notícias, edição de 21 de março de 1895.

⁴⁴ Jornal de Notícias, edição de 4 de março de 1897. APUD Consuelo Novais SAMPAIO. Repensando Canudos: O Jogo das Oligarquias. In: Frederico PERNAMBUCO DE MELLO. Que foi a guerra total de Canudos. Recife: Stahl, 1997. p.86 .



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

bárbarie. O trauma provocado pelo genocídio não gera os anticorpos, não permite ao corpo social criar as defesas que impediriam uma nova tragédia.

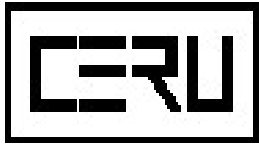
Canudos foi o evento emblemático. No início do novo regime, a campanha exterminadora do exército brasileiro contra a miserável e resistente vila do árido sertão baiano definiria os rumos da nascente república. Uma das piores chacinas da história do Brasil. Os sertanejos rendidos, mulheres e crianças que resistiam, em Belo Monte, eram degolados. A cidade inteira fora devastada, nenhuma edificação deixada de pé. Nas palavras de Euclides da Cunha, “Decapitaram-nos. Queimaram os corpos. Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças, regularmente espaçadas, fronteando-se, faces voltadas para o caminho.” (CUNHA, 1985, p.118)

Vale ressaltar que a capital brasileira, na época, era representante institucional e símbolo da nação (e do progresso), a cidade era o palco privilegiado para as ações e interesses de intelectuais e elites dirigentes, no sentido da concretização das aspirações norteadoras do projeto, que propagandeavam como regeneração nacional (CARVALHO, 1989) e que devia ser seguido em todo território brasileiro.

O Belo Monte era exterminado por ser visto, pelas autoridades do final do século XIX, como a representação do atraso, assim, era necessário exterminá-la para atingir o moderno, o progresso. Interessante notar que Queiroz em *O mandonismo local na vida política brasileira* (1969) aponta um outro significado à ideia de atraso. Para ela, o atraso configurava-se em ações que freiam as mudanças políticas e sociais, ações que se chocavam com um dado processo de modernização.

Assim, o tradicional é diferente de atraso. Enquanto o tradicional resiste às mudanças produzidas por uma urbanização crescente, o atraso está atrelado ao que é negativo, aquilo que dificulta as possibilidades de transformações e facilita a manutenção do mesmo quadro social. Já ao que se refere ao tradicional implica, na abordagem de Queiroz (1975), na resistência, nas mudanças produzidas pela urbanização crescente, capaz de alterar as relações sociais de todo um grupo, como a autora abordou em *O povoado de Santa Brígida* (1975).

Tais fatores, como os expostos acima, serviram de justificativa ao envio de tropas do exército brasileiro, ao interior da Bahia, com a intenção de conter possíveis ataques do grupo de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Conselheiro. Foram necessárias quatro expedições do exército para que grande parte da população de Canudos fosse morta e o povoado totalmente destruído.

O arraial calou-se, sem se render, em 5 de outubro de 1897, após ser incinerado mediante o lançamento de querosene e bastões de dinamite. Os últimos resistentes, tombados numa cova que servia de trincheira no largo das igrejas, não eram mais que quatro, dos quais dois homens, um velho e um menino. Sempre lembrado, esse final inglório tornou-se representativo daquilo que foi um extermínio contra uma população indefesa e desconhecida pela própria pátria.

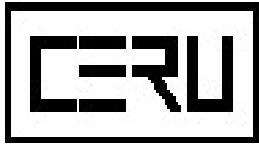
O caráter elitista da nova República se sustentaria porque a condição de marginalizado de boa parte da população já estava consolidada. O “outro”, o que não era tão igual, teria sua condição sustentada por argumentos constantemente renovados. Eram considerados pela história como intelectualmente inferiores. Aos negros a liberdade não significou reparação, pelo contrário, assumiram o papel do patologicamente criminoso, ideia essa importada do pensamento positivista eugenista em vigor na Europa da época. Conforme outrora apontado:

Fortemente associado à doutrina do positivismo de Comte, o pensamento político brasileiro do fim do século XIX, início do século XX enxergava no evolucionismo social a resposta ao atraso brasileiro, e todas as forças que fossem contra a maré da evolução estariam fadando toda a sociedade ao eterno subdesenvolvimento. (...) Assim sendo, os “cientistas” buscavam entender quais eram os atores que impediam uma evolução mais rápida ao positivo (sociedade burguesa industrial), e a resposta veio contundente: os mestiços. Uma política de eugenia racial instaurava-se no Brasil. (SILVA, HANSEN, 2010, p. 174)

O massacre tinha que ser total porque deveria ser exemplar. O terror do Estado tornava-se ali a política oficial no trato com a população miserável. A república é o Estado contra o povo, ou melhor, contra todas as formas de organização popular que possam representar uma ameaça à “verdadeira democracia”.

Belo Monte sofreu uma guerra total, tipo de conflito típico da alta modernidade, em que não basta somente derrotar o inimigo: trata-se de exterminá-lo, fulminá-lo, eliminá-lo da face da terra. É apenas de se espantar que sejamos o único país a tê-lo aplicado contra nós mesmos: não precisamos de invasões bárbaras, somos nossos próprios hunos.

O extermínio de Canudos foi estratégia política de higiene social. Mas a questão não era apenas varrer a miséria e a pobreza das ruas, o que de fato nunca foi alcançado. O importante era esmagar toda a capacidade da miséria e da pobreza de se organizarem coletivamente. Assim, o Estado brasileiro nascente exigia para si a missão de ser a única organização verdadeiramente política da nação. Outras organizações precisavam estar controladas sobre o braço patrimonial



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

do Estado ou, então, seriam anuladas. Como mostram vários estudiosos da formação da segurança urbana, nossa polícia nasceu com o foco em combater e desfazer, quando não, eliminar os embriões de coletividade ameaçadores da “ordem pública”.

Enquanto isso as teorias positivistas e sobre inferioridade das “raças” não europeias serviam como justificativa para a marginalização da população, em um regime republicano. Um tipo de raciocínio que revela, de imediato, tanto o preconceito e racismo dos “iluminados” pela “civilização” quanto a dificuldade de compreender o próprio contexto que viviam.

O fim da guerra de Canudos não teve nenhuma voz do mundo “civilizado” em seu auxílio. Constatado o erro de avaliação, o extermínio dos conselheiristas se tornaria uma mancha que os representantes do Exército procuram esconder, por meio de depoimentos sobre a bravura de seus combatentes, com o silêncio, e com a construção do açude Cocorobó em cima da segunda Canudos e dos destroços da guerra.

As justificativas que contribuíram para a “destruição”, tanto da primeira Canudos, um dos maiores massacres do Brasil republicano, quanto da segunda Canudos, que o progresso desejado e propagandeado pelo jargão do milagre econômico, durante a ditadura militar, destruiu uma cidade. Contudo, dois empreendimentos estatais que tinham como justificativa “resolução de problemas sociais”, não conseguiram alterar o quadro social e econômico local ou provocar mudanças sociais significativas.

Formação e destruição da segunda Canudos

A segunda Canudos surgiu por volta de 1910, sobre as ruínas de Belo Monte. Seus primeiros habitantes eram sobreviventes da guerra. Depois de uma visita do presidente Getúlio Vargas, em 1940, decidiu-se construir um açude no local. Em 1950, com o princípio das obras de construção da barragem que inundaria o vilarejo, os habitantes começaram a sair, partindo para outras localidades da região, principalmente Bendegó, Uauá, Euclides da Cunha. Além disso, um novo vilarejo formou-se aos pés da barragem em construção, numa antiga fazenda chamada Cocorobó, a 20 km da segunda Canudos. Com o término das obras, a segunda Canudos desapareceu por sob as águas do açude de Cocorobó em 1969.

Nesta data, o povoado foi pela segunda vez destruído, nesse contexto, pelas águas do Açude Cocorobó que se instalou na região com a justificativa de introduzir uma agricultura capitalista no semiárido. Contudo, mais do que uma política que tinha como cerne alavancar o



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

desenvolvimento agrícola na região, havia também o intuito de apagar, da memória das pessoas (dos sertanejos), não só a história de um Estado opressor, como também a lembrança de uma experiência comunitária vivida em Belo Monte. Para Silva (1996), as águas do açude serviriam de tumba, onde não apenas repousariam os mártires da guerra, como também as casas, o cemitério, a escola, o cruzeiro, as grandes referências daqueles que reconstruíram Canudos, depois da guerra.

É necessário considerar que a falta de água generalizada, no sertão era o principal motivo para a “destruição” da segunda Canudos. E que a ditadura militar encarregou-se de concluir e inaugurar a obra em 1969, ano seguinte ao Ato Institucional nº5 (AI-5), “quando a sociedade civil estava em convulsão e o evento, não divulgado, passou despercebido” (GALVÃO, 2001).

A partir da década de 1960, o governo federal investiu economicamente no desenvolvimento do país, em relação à expansão do capital nacional. Esta política atingia fortemente a população rural do norte, viam-se projetos de colonização da Amazônia e do Nordeste, através de planos de desenvolvimento em vales de rios, como existentes na região em que se localizava Canudos (IANNI, 1981; MARTINS, 1982).

Neste contexto histórico político ditatorial, o tema Canudos era, a rigor, evitado. Entre 1969 e 1972, com o estabelecimento do AI-5 e a chamada Lei de Segurança Nacional, as forças armadas combatiam severamente seus opositores, lançando-os no silêncio, no exílio, na prisão. (MACEDO, 2011). A memória do arraial cabloco serviu como parâmetro para os defensores do regime compreenderem as estratégias de luta dos “subversivos” de seu próprio tempo. Para o exército, o levante sertanejo constituía-se como uma humilhação. Três expedições infrutíferas. A terceira, mais traumática ainda, por ter levado à morte o famoso comandante-coronel Moreira César, pelas mãos dos canudenses. A quarta, supervisionada diretamente pelo ministro da Guerra.

Em 1969, no início do endurecimento da repressão ditatorial, com a inundação do local pelo açude Cocorobó, que no final do século XIX, situava-se o arraial de Belo Monte, visava solucionar os problemas constantes provocados pela seca na região, segundo autoridades governamentais do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (MACEDO, 2011).

Souza (2002) argumenta que, no momento em que águas do Cocorobó encobriram Canudos, parecia mesmo que era intenção deliberada manter encoberta, para sempre, a estranha



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

e vergonhosa “destruição” do arraial, que a República, proclamada recentemente, considerava uma ameaça (SOUZA, 2002).

Logo, a memória dos canudenses, por um longo período, foi silenciada e a memória oficial ditou a versão da guerra, enquanto os sobreviventes e seus descendentes permaneceram calados.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. O folclore brasileiro e a geografia, *Boletim Paulista de Geografia*, n.8, p. 19-34. São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Editora Cultrix. São Paulo: 1985.

GALVAO, W.. N. . *Euclidiana .Ensaio sobre Euclides da Cunha*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____, W. N.. *O império de Belo Monte: Vida e morte em Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu

HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Morte e Progresso: Cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998

IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Abramo, 2001.

MACEDO, José Rivair. *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência, a questão política no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MUSSOLINI, Gioconda. Persistência e mudança em sociedades de "folk" no Brasil. *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), São Paulo, v. 18, n. 18, p. 287-300, mar. 2009. ISSN 2316-9133. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45609>>. Acesso em: 17 may 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v18i18p287-300>.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de . *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, Edusp, 1978.

_____, Maria Isaura Pereira . *O povoado de Santa Brígida*. In F Fernandes (ed.) *Comunidade e sociedade no Brasil*. (pp.60-66). São Paulo: Nacional, 1975

_____, Maria Isaura Pereira de. *Pesquisas sociológicas sobre o subdesenvolvimento: reflexões metodológicas*. *Cadernos Ceru*, 5, p.41-75, 1972.

_____, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB, 1969.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

REZENDE, Maria José de. *Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 201-226, novembro de 2001.

_____, María José de. *Desvendando as dinâmicas internas singulares dos processos de mudança social no Brasil*. Athenea Digital, 12, 78-98. Disponible en <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/363>, 2007.

SILVA, José Maria de Oliveira. *Rever Canudos: historicidade e religiosidade popular (1940 – 1995)*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História Social) – FFCLH, Universidade de São Paulo.

SOLA, José Antônio. *Uma utopia no sertão*. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

SOUZA, Percival de. Conselhos de Antônio. In: *O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.



**ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

PARTE III
QUESTÕES DE TRABALHO



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

A HOSPITALIDADE CONSUBSTANCIADA NA DIMENSÃO CONFORTO ASSOCIADA À EVOLUÇÃO TÉCNICA DAS AERONAVES

KAPERAVICZUS, Alexandre Faro⁴⁵
CAVENAGHI, Airton José⁴⁶

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar pesquisa bibliográfica que retrate a forma como a hospitalidade descrita por Nameghi e Arifin (2013) no artigo intitulado “*The measurement scale for airline hospitality: Cabin crew’s performance perspective*”, publicado no ano de 2013, no *Journal of Air Transport Management*, mais especificamente no que se refere à dimensão conforto, sofreu modificações ao longo dos anos, por intermédio da evolução técnica das aeronaves. A base teórica para a construção deste estudo abordou uma quantidade extensa de autores, sendo que alguns destes podem ser tomados como marcos teóricos para o estudo da hospitalidade tais como Milon (2011) com o artigo denominado “Metrô: uma Trans Hospitalidade” no qual a hospitalidade é abordada no interior do metrô, podendo ser, assim, vista no contexto de todos os meios de transporte, neste caso, na aviação; Nilsson (2012) com o trabalho denominado “Hospitalidade na Aviação” onde por intermédio de pesquisa histórica o autor resgata detalhes dos primeiros voos comerciais e a configuração das cabines de passageiros que começavam a receber uma quantidade crescente de passageiros; Nameghi e Arifin (2013) que desenvolveram um construto capaz de aferir os níveis de hospitalidade a bordo das aeronaves tomando como base 4 dimensões, quais sejam, cortesia, apreciação, socialização e conforto; e Boutaud (2011) ao abordar a comensalidade contextualizando-a ao interior das aeronaves, no momento em que são servidas as refeições aos passageiros, haja vista que a comensalidade condensa os traços da hospitalidade e da mesa. No que se refere à metodologia, de acordo com Gil (2010), a pesquisa é de natureza bibliográfica, abordando a dimensão conforto da hospitalidade, estando relacionada com a área das Ciências Sociais Aplicadas. Em relação à finalidade esta pode ser vista como uma pesquisa aplicada, tendo em conta que busca a aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica. Relativamente às fontes de dados, foram realizadas pesquisas por intermédio dos portais Google Acadêmico, Banco de Teses da CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Blackwell Synergy*, *Cambridge University Press*, *Oxford University Press* e *EBSCO host*, nos idiomas português, espanhol e inglês. Os primeiros resultados apontam para um aumento no nível de conforto a bordo das aeronaves.

Palavras-chave: Hospitalidade. Aviação. Empresa Aérea. Passageiros.

Abstract: The purpose of this paper is to present a bibliographical research that portrays the hospitality described by Nameghi and Arifin (2013) in the article entitled "The measurement scale for airline hospitality: Cabin crew's performance perspective" published in 2013 in the *Journal of Air Transport Management*, more specifically with regard to the comfort dimension, has undergone modifications over the years, through the technical evolution of the aircraft. The theoretical basis for the construction of this study approached an extensive amount of authors,

⁴⁵ Ciências Aeronáuticas. Professor e Doutorando em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. <http://lattes.cnpq.br/1078842139043422>. farokape@gmail.com.

⁴⁶ História. Professor Dr. da Pós-Graduação Stricto Sensu em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. <http://lattes.cnpq.br/8415372088403504>. acavenaghi@gmail.com.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

and some of these can be taken as theoretical frameworks for the study of hospitality such as Milon (2011) with the article called "Subway: a Trans Hospitality" in which hospitality is approached within the subway and can therefore be seen in the context of all means of transport, in this case aviation; Nilsson (2012) with the work called "Hospitality in Aviation" where through historical research the author rescues details of the first commercial flights and the configuration of the passenger cabins that began to receive an increasing amount of passengers; Nameghi and Ariffin (2013) who developed a construct capable of measuring the levels of hospitality aboard aircraft based on four dimensions: courtesy, appreciation, socialization and comfort; and Boutaud (2011) when approaching the commensality contextualizing it to the interior of the aircraft, at the moment in which the meals are served to the passengers, since the commensality condenses the traces of the hospitality and the table. Regarding the methodology, according to Gil (2010), the research is of a bibliographic nature, addressing the comfort dimension of hospitality, being related to the area of Applied Social Sciences. In relation to the purpose this can be seen as an applied research, taking into account that it seeks the acquisition of knowledge with a view to application in a specific situation. In relation to data sources, research was done through the portals Google Academic, CAPES Thesis Bank, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Blackwell Synergy, Cambridge University Press, Oxford University Press and EBSCO host in Portuguese, Spanish and English. The first results point to an increase in the level of comfort on board the aircraft.

Key-words: Hospitality. Aviation. Airline Company. Passengers.

INTRODUÇÃO

A hospitalidade se faz presente nas mais singelas atividades do cotidiano, passando muitas vezes despercebida, quando transcorre dentro de padrões normalmente esperados.

Segundo Camargo (2015) a hospitalidade se dá em interstícios, significando dizer que esta é permeada por momentos visivelmente cercados de inospitalidade e até, porque não, de hostilidade. Significa dizer nas palavras do autor que hospitalidade e inospitalidade sempre caminharão juntas.

Mas o que seria verdadeiramente a hospitalidade? Na visão de Grinover (2002) a palavra hospitalidade pode ser entendida como recepção de hóspedes, visitantes e viajantes, podendo ser simplificada no ato de bem receber. Já Gotman (2001) considera a hospitalidade como o ato de acolher e servir alguém que esteja fora de seu local de domicílio, sendo resumida na relação entre aquele que recebe e aquele que é recebido por alguém.

Sabe-se, contudo, que a hospitalidade vai além do bem receber. É uma cena que supõe dois personagens agindo dentro de leis estritas que, se não seguidas, desandarão em inospitalidade ou hostilidade.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Assim, com o avanço dos estudos e dentro da multiplicidade em que se apresenta a hospitalidade, esta também pode se fazer presente no transporte aéreo, no interior da cabine de passageiros.

Desta forma, no universo do transporte aéreo, a hospitalidade a bordo das aeronaves está em consonância com Camargo (2004, p. 52) para quem: “Hospitalidade pode ser definida como o ato humano, exercido em contexto doméstico, público e profissional, de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu habitat natural.”

1.1 Evolução Técnica das Aeronaves

Ao se falar em evolução técnica das aeronaves, a primeira imagem que nos vem à mente é a figura do 14 Bis, de Santos Dumont, realizando seu célebre voo em Paris em 1906, contrastada com os modernos jatos de última geração, tais como o gigante Airbus A-380 ligando os continentes e a febre dos drones controlados por crianças e adultos entusiastas da aviação.

Retrocedendo no tempo o que se percebe é que com o término da primeira guerra mundial centenas de pilotos e aeronaves aguardavam por oportunidades geradas pelos novos tempos de paz. Estamos aqui falando de tempos em que a mobilidade era muito menor, onde os preços das passagens eram significativamente maiores e o transporte aéreo atraía principalmente os membros mais prósperos da sociedade (NILSSON, 2012).

Ainda conforme o autor, no início, a cabine de pilotagem era aberta e os passageiros posicionavam-se atrás de um piloto equipado com capacete, óculos, casaco de couro e luvas. Voar era uma aventura e o desconforto era suportado em favor do tempo ganho nos deslocamentos.

Nesse contexto, o que se constata é que a aviação é o mais jovem de todos os meios de transporte, tendo sido o primeiro voo comercial, transportando passageiros, realizado em 1919. Na prática, em termos de relação custo-benefício, é a melhor forma de conectar destinos separados por médias e longas distâncias. Em outra perspectiva, tal modalidade de transporte é dependente das mais modernas e dispendiosas tecnologias, tendo sido por muito tempo submetido a excessivas regulamentações e interferências governamentais ao redor do mundo. (LYTH, 1993)

Assim, apesar das excessivas regulamentações governamentais representarem obstáculos ao pleno desenvolvimento da aviação civil, tal fato não impediu seu exponencial



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

crescimento. Este cenário se confirma ao analisarmos o período 1950 - 1984 no qual o número de passageiros transportados saltou de 31 para 832 milhões.

É importante ressaltar que esse crescimento se deu, em parte, pelo incremento do segmento turístico na aviação. Conforme Lyth (1993) quando a aviação comercial teve início em 1920, não havia muitos turistas entre os passageiros. De fato não havia sequer muitos passageiros. Aqueles que se submetiam aos riscos e desconfortos do voo eram ricos e em pequeno número. Usualmente se tratava de homens de negócios e agentes governamentais para quem a urgência das travessias transoceânicas se sobrepunha aos custos e dificuldades da viagem. Com o passar dos anos esse quadro se manteve estável, haja vista que até 1932 menos de 9% dos passageiros das empresas europeias eram compostos por turistas.

Ainda na visão do Autor esta situação somente começou a ser transformada a partir da Segunda Guerra Mundial quando avanços na tecnologia de construção das aeronaves, capitaneada pelos Estados Unidos, permitiu priorizar o transporte de passageiros. Começando com o Douglas DC-3 na década de 1930 e na sequência com os Douglas DC-4, DC-6 e o *Lockheed Constellation* as empresas americanas iniciaram a construção de aeronaves que por suas capacidades de transporte de passageiros e velocidade viabilizariam a operação de empresas aéreas sem a necessidade de subsídios governamentais.

Nesse contexto, surgiram os mais variados modelos de aviões com inovações e gradual aumento da capacidade de transporte de passageiros, sendo impossível aqui apresentar todos os modelos. No entanto, com a finalidade de situar o leitor nos avanços tecnológicos experimentados pela aviação, optou-se, atendendo às citações de Lyth (1993), por apresentar quadro comparativo de desempenho técnico das aeronaves Douglas DC-3, Douglas DC-4, Douglas DC-6, Lockheed Constellation e por opção deste Autor o Airbus 380 o que permitirá ao leitor estabelecer uma linha do tempo mínima em termos de evolução técnica da aviação.

Tabela 1 - Especificação Técnica das Aeronaves

Aeronaves	DC-3	DC-4	DC-6	Constellation	A-380
Vel. Cruzeiro	270 Km/h	365 Km/h	507 Km/h	565 Km/h	945 Km/h
Alcance	3.296 Km	6.815 Km	7.600 Km	6.426 Km	15.400 Km
Capac. Pas.	30	40-66	54-102	60-109	480-530
Peso Decolag.	12,2 Ton.	28-33 Ton.	44 Ton.	62 Ton.	560 Ton.
Envergadura	19,65 m	35,81 m	35,81 m	37,49 m	79,75 m

Fonte: disponível em <<http://www.aviacaocomercial.net>>, acessado em 09/07/2017.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Toma-se aqui como exemplo comparativo da tabela o Douglas DC-3 que viajava a 270 Km/h e transportava 30 passageiros, alcançando um peso de decolagem de 12,2 toneladas em relação ao A-380 que em cruzeiro voa a 945 Km/h, transportando até 530 passageiros com peso de decolagem de até 560 toneladas, com níveis de sofisticação e conforto inimagináveis.

Apresentadas as aeronaves e suas respectivas especificações técnicas percebe-se que as aeronaves passaram por mudanças significativas que permearam basicamente velocidade, alcance e capacidade de passageiros alterando de forma significativa as condições do transporte aéreo e, por conseguinte, o ambiente da cabine de passageiros, afetando diretamente a dimensão conforto definida por Nameghi e Ariffin (2013).

Nesse diapasão, Camargo (2004) enfatiza que a hospitalidade se origina do sistema da dádiva e que ambas não são observáveis de maneira clara pelas ciências aplicadas que têm por objetivo a gestão. É assim que o estudo da hospitalidade embarcada pode trazer outro olhar para as cabines dos aviões. Ainda para o autor, quando percebida na sua dimensão de acolhimento, a hospitalidade revela-se como uma espécie de vantagem competitiva para a empresa aérea.

Na visão de Lashley (2001) a hospitalidade envolve um anfitrião e um hóspede que esteja fora de seu domicílio, permeando uma gama de fatores intangíveis que tem como objetivo prover ao hóspede segurança e conforto psicológico, estando relacionada aos domínios privado, social e comercial, sendo que, em todos os casos, o oferecimento de comidas e bebidas tem um importante papel.

Assim, não se pode esquecer que dentre as formas mais conhecidas de hospitalidade está o compartilhamento da mesa de refeição com alguém, o que conforme Boutaud (2011) é conhecido como comensalidade. Assim, para o autor, o comensal representa ao mesmo tempo o hóspede (isotopia da recepção) e o conviva (isotopia da refeição), sendo que a comensalidade condensa os traços da hospitalidade e da mesa.

Ao fazer esta abordagem é importante ressaltar que o resgate da comensalidade tem por objetivo demonstrar que o fornecimento de alimentos e bebidas a bordo das aeronaves não se dá por acaso. É indiscutível que como função primeira da alimentação está a necessidade fisiológica, sendo que, no momento seguinte, surge a necessidade de congregar os passageiros em um ambiente que apresente o calor da acolhida de um lugar que passe a sensação de segurança e bem estar.

É nesse contexto que Lashley et al (2005) apresenta estudo que revela que a qualidade das interações interpessoais na prestação de serviços se mostra mais efetiva na ocorrência de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

experiências memoráveis do que a qualidades dos aspectos tangíveis. De posse desse dado somos levados a acreditar que a associação dos aspectos intangíveis (sorriso, simpatia, calor humano, atenção, educação, delicadeza) aos aspectos tangíveis (assentos confortáveis, bom serviço de bordo, temperatura adequada, pontualidade) formam o cenário ideal para se acolher os passageiros.

Referindo-se agora ao interior das aeronaves o autor enfatiza que as aeronaves passaram a receber uma decoração que as aproximasse de uma sala de estar, propiciando um efeito calmante nos passageiros, trazendo a mensagem de que era perfeitamente seguro voar.

No mesmo contexto, Nilsson (2012) acrescenta que outro avanço tecnológico foi alcançado quando, em 1946, uma aeronave DC-6, utilizada na rota Nova Iorque - Copenhagen foi equipada com uma cabine pressurizada, permitindo às aeronaves voar em altas altitudes, reduzindo-se a turbulência a níveis mínimos. Tal fato aliviou o desconforto causado pelas súbitas diferenças de pressão não sendo mais necessário o uso das gomas de mascar e dos algodões nos ouvidos.

Desta forma, ao analisar o conteúdo das pesquisas apresentadas, é possível concluir que a aviação, nos seus primórdios, propiciava um tipo de transporte que poderia se chamar de aventura. Com o passar do tempo, as aeronaves foram se modernizando e as sofisticações passaram a ser trazidas para as cabines de passageiros, propiciando experiências de luxo e conforto, levando a hospitalidade a bordo a níveis inimagináveis para a grande maioria da população.

1.1 A Dimensão Conforto da Hospitalidade

Mas o que viria a ser a dimensão conforto da hospitalidade. No ano de 2013, Ehsaneh N. M. Nameghi e Ahmad Azmi M. Ariffin, graduados pela Escola de Negócios da Universidade da Malásia, no artigo intitulado “*The measurement scale for airline hospitality: Cabin crew’s performance perspective*”, publicado no ano de 2013, no *Journal of Air Transport Management*, desenvolveram construto para se medir os níveis de hospitalidade percebidos a bordo das aeronaves.

Assim, para que se defina o que é a dimensão conforto, na visão Nameghi e Arifin (2013), é necessário compreender o construto desenvolvido pelos autores. Para tanto, vejamos



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

na tabela abaixo a descrição de 27 comportamentos atribuídos às tripulações durante os voos tendo como referencial teórico os autores citados à direita da tabela.

Para se gerar os 27 comportamentos foram entrevistados 11 viajantes frequentes que eram alunos de pós-graduação da Universidade da Malásia.

Tabela 2 – Atributos Iniciais das Tripulações

Nº	Comportamento	Fontes Principais
1	Os tripulantes mantém uma expressão alegre durante todo o tempo.	Johanson and Woods (2008)
2	Os tripulantes mantém contato visual com os passageiros enquanto conversam com eles.	Johanson and Woods (2008)
3	Os tripulantes interagem com os passageiros de forma polida.	Gallarza et al (2002)
4	Os tripulantes interagem com os passageiros de forma respeitosa.	Wilkins et al. (2007), Gallarza and Saura (2006)
5	Os tripulantes se esforçam para dar atenção pessoal aos passageiros.	Kun and Lee (2011)
6	Os tripulantes se esforçam para manter conversas informais com os passageiros.	Johanson and Woods (2008), Mohsins and Lockyer (2010)
7	Os tripulantes se esforçam para dar atenção aos passageiros.	Painel de especialistas
8	Os tripulantes acolhem os passageiros de forma calorosa.	Barsky and Nash (2002), Johanson and Woods (2008)
9	Os tripulantes se despedem dos passageiros de forma afetuosa.	Barsky and Nash (2002), Johanson and Woods (2008)
10	Os tripulantes direcionam os passageiros para os seus assentos.	Johanson and Woods (2008), Mohsins and Lockyer (2010), Gilbert and Wong (2003), Wilkins et al. (2007), Hyun et al. (2011)
11	Os tripulantes se esforçam para auxiliar os passageiros com as bagagens de mão.	Mohsins and Lockyer (2010), Gilbert and Wong (2003), Wilkins et al. (2007)
12	Os tripulantes se esforçam para atender prontamente as solicitações dos passageiros.	Mohsins and Lockyer (2010), Johanson and Woods (2008), Wilkins et al. (2007), Gallarza and Saura (2006).
13	Os tripulantes mostram-se disponíveis para prestar qualquer tipo de ajuda aos passageiros.	Johanson and Woods (2008), Gilbert and Wong (2003), Wilkins et al. (2007).
14	Os tripulantes distribuem pequenas lembranças aos passageiros.	Hyun et al. (2011), Gallarza and Saura (2006).
15	Os tripulantes se esforçam para que os passageiros apreciem a comida.	Wilkins et al. (2007), Mohsins and Lockyer (2010), Wu and Liang (2009), Meng and Elliot (2008), Hyun et al. (2011)
16	Os tripulantes se esforçam para que os passageiros recebam comida e bebida suficientes.	Wilkins et al. (2007), Mohsins and Lockyer (2010), Wu and Liang (2009), Hyun et al. (2011)



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

17	Refrescos estão disponíveis durante todo o voo.	Painel de especialistas
18	Os tripulantes se esforçam para que os passageiros estejam confortavelmente acomodados.	Dubê and Renaghan (1999), Barsky and Nash (2002), Forgas et al. (2010), O'Connell and Williams (2005), Kim and Moon (2009), Gilbert and Wong (2003), Pakdil and Aydin (2007)
19	Os tripulantes se esforçam para que a temperatura da cabine esteja adequada à necessidade dos passageiros.	Kim and Moon (2009), Wu and Liang ((2009), Hyun et al. (2011)
20	Os comissários se esforçam para que a iluminação da cabine atenda às expectativas dos passageiros.	Painel de especialistas
21	Os tripulantes se esforçam para que os passageiros possam descansar ou dormir.	Painel de especialistas
22	Os tripulantes se esforçam para manter a segurança dos passageiros durante todo o voo.	Heung et al. (2000), Knutson et al. (2009), Forgas et al. (2010), Gilbert and Wong (2003), O'Connell and Williams (2005)
23	A empresa aérea disponibiliza aos passageiros informações úteis sobre o destino antes do desembarque.	Johanson and Woods (2008), Gilbert and Wong (2003), Wilkins et al. (2007), Kim and Lee (2011), Gallarza and Saura (2006)
24	Os passageiros são convidados a voar novamente com a empresa.	Painel de especialistas
25	A empresa agradece a escolha dos passageiros.	Painel de especialistas
26	A empresa expressa sua satisfação em servir os passageiros durante o voo.	Painel de especialistas
27	A empresa convida os passageiros a procurar o pessoal de terra caso encontrem algum problema no desembarque.	Painel de Especialistas.

Fonte: Nameghi e Arifin, *Journal of Air Transport Management* 30 (2013) 1 e 9.

Tendo em vista que a hospitalidade a bordo na visão dos autores é baseada no desempenho da tripulação, 3 itens foram eliminados por se tratarem de fatores tangíveis.

Antes de se passar à aplicação do instrumento de coleta de dados, foi aplicado um pré-teste em 15 doutorandos da Escola de Negócios da Universidade da Malásia que haviam realizado voos internacionais nos últimos dois anos. O pré-teste obteve resultado satisfatório.

Na sequência o teste foi aplicado em 400 passageiros no Aeroporto Internacional de Kuala Lumpur. Os entrevistados foram selecionados por conveniência enquanto aguardavam seus voos no saguão de espera.

Dos 400 questionários respondidos 9 foram descartados por estarem incompletos. Os demais foram utilizados.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Para se mensurar as respostas, foi utilizada uma escala de 6 pontos para se evitar a concentração de respostas no ponto neutro, com as seguintes frases descritivas:

- (1) Discordo fortemente
- (2) Discordo moderadamente
- (3) Discordo levemente
- (4) Concordo levemente
- (5) Concordo moderadamente
- (6) Concordo fortemente

No que diz respeito à amostra, quanto ao gênero houve um equilíbrio. 40,3% estavam na faixa entre 20 e 30 anos; 48% possuía bacharelado; 20% eram estudantes; 60% estavam empregados. Aproximadamente 20% não eram da Malásia, sendo que 8% eram de países Asiáticos tais como (Indonésia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Coreia, Iran, Japão, Jordânia, Paquistão, Iêmen e outros países árabes. E ainda 12% eram da Europa, Austrália, Nova Zelândia e África.

Dando continuidade ao processo e de posse dos dados coletados, os 27 itens foram submetidos ao software “*Statistical Package for the Social Sciences*” (SPSS) e a uma análise exploratória usando a rotação Varimax para reduzir o número de itens e agrupar as dimensões da hospitalidade.

Assim, após rodar o SPSS o número de itens foi reduzido de 27 para 19.

O primeiro fator compreendendo 6 itens, representado 22% da variância foi chamado pelos autores de cortesia.

O segundo fator consistindo de 5 itens foi chamado apreciação e englobou 16% da variância.

Já o terceiro fator com 5 itens explicou 15% da variância e foi chamado socialização.

O fator final chamado conforto explicou 14% da variância, com 3 itens.

Na sequência com os 19 comportamentos restantes o teste foi novamente aplicado em 546 passageiros, e após rodar novamente no SPSS, foram confirmados os dados obtidos anteriormente, quais sejam, que o construto baseado na hospitalidade embarcada pode ser efetivamente explicado utilizando as quatro dimensões chamadas cortesia, apreciação, socialização e conforto, escalonados em seu grau de importância.

Na tabela abaixo segue o resultado de Análise de Fator Exploratório obtido para cada uma das dimensões.

Tabela 3 – Resultado da Análise do Fator Exploratório



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Atributos	F1	F2	F3	F4
1 Os tripulantes interagem com os passageiros de forma polida.	0,847			
2 Os tripulantes interagem com os passageiros de forma respeitosa.	0,853			
3 Os tripulantes sempre mantém contato visual com os passageiros enquanto conversam com os passageiros.	0,741			
4 Os tripulantes mantém uma expressão sorridente quase o tempo todo.	0,728			
5 Os tripulantes se esforçam para atender prontamente os pedidos dos passageiros.	0,616			
6 Os tripulantes se esforçam para prestar atendimento personalizado aos passageiros.	0,592			
7 Os tripulantes agradecem com sinceridade a preferência pela escolha dos passageiros.		0,857		
8 Os passageiros são convidados a voar novamente com a empresa.		0,813		
9 Os tripulantes oferecem uma calorosa acolhida aos passageiros.		0,760		
10 Os tripulantes solicitam aos passageiros contatar seu pessoal de solo caso encontrem algum problema.		0,646		
11 Os tripulantes se despedem dos passageiros de forma gentil.		0,634		
12 Os tripulantes se esforçam por estar a maior parte do tempo com os passageiros.			0,801	
13 Os tripulantes se esforçam por manter conversas informais com os passageiros.			0,765	
14 Os tripulantes oferecem brindes aos passageiros.			0,678	
15 Os tripulantes se oferecem para auxiliar os passageiros em quaisquer necessidades.			0,644	
16 Os tripulantes se esforçam para que os passageiros apreciem as refeições.			0,608	
17 Os tripulantes se esforçam para que os passageiros possam repousar confortavelmente.				0,704
18 Os tripulantes se esforçam para que o controle de temperatura esteja adequado para cada passageiro.				0,686
19 Os tripulantes se esforçam para que os passageiros permaneçam confortavelmente sentados.				0,577

F1: Cortesia; F2: Apreciação; F3: Socialização; F4: Conforto

Fonte: Arifin e Nameghi, *Journal of Air Transport Management* 30 (2013) 1 e 9.

Para melhor entendimento do instrumento de coleta de dados, cabe apresentar a definição de Nameghi e Arifin (2013) para cada uma das citadas dimensões, conforme abaixo:

- Cortesia é a capacidade da tripulação de interagir com os passageiros de forma polida e respeitosa;

- Apreciação está relacionada a um tipo de aprovação e gratidão por parte do passageiro, demonstrando a sua disposição em voltar a voar com a empresa;



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

- Socialização se refere aos esforços da tripulação em se engajar de forma pessoal com cada passageiro fazendo com que se sintam acolhidos a bordo das aeronaves;

- Conforto está relacionado tanto a fatores tangíveis relacionados à qualidade da infraestrutura e das facilidades disponibilizadas a bordo, bem como ao conforto psicológico que trará a tranquilidade e a confiança necessária ao bem estar do passageiro durante a viagem.

Desta forma, para as finalidades deste artigo a dimensão que mais interessa é a relativa ao conforto consubstanciada tanto em fatores intangíveis resultantes das complexas relações interpessoais, abordadas diretamente pelos autores em sua pesquisa, como em aspectos tangíveis, pesquisados neste artigo e em tese de doutoramento em andamento por este autor, relacionados ao espaço interno das aeronaves, conforto térmico, limpeza, espaçamento entre poltronas, reclino de assentos, qualidade do serviço de bordo, preço cobrado pelo serviço de bordo, pontualidade, número de comissários, peso permitido para a bagagem de mão e entretenimento a bordo.

Nesse contexto, definida a dimensão conforto da hospitalidade na visão de Nameghi e Ariffin (2013) e a contribuição deste autor abordando os fatores tangíveis se passará à conclusão.

CONCLUSÃO

Ao finalizar este artigo se constata que as aeronaves, a partir da Segunda Guerra Mundial, passaram por inúmeras modificações técnicas tais como velocidade, alcance, peso de decolagem e capacidade de passageiros.

Assim as viagens que inicialmente eram realizadas em cabines onde os passageiros tinham contato direto com os pilotos podiam ser vistas como uma aventura que era suportada pela rapidez propiciada pelo meio aéreo.

Com o passar do tempo o interior da cabine de passageiros sofreu modificações no seu espaço e também no conforto proporcionado pela pressurização e pelos serviços de bordo que modificaram de forma indelével a forma de voar, gerando níveis de conforto nunca imaginados.

Desta forma, a dimensão conforto identificada por Nameghi e Ariffin (2013) está diretamente relacionada à evolução técnica experimentada pelas aeronaves a partir da década de 1940, cabendo aqui enfatizar que essa dimensão se faz presente pela congregação dos fatores intangíveis decorrentes dos complexos meandros das relações interpessoais entre passageiros e



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

tripulação, bem como às facilidades proporcionadas aos passageiros por intermédio dos fatores tangíveis relacionados ao conforto interno das cabines de passageiros.

REFERÊNCIAS

BOUTAUD, Jean Jacques. **Comensalidade**: compartilhar a mesa. In: MONTANDON, Alain. O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. São Paulo: Senac, 2011.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Os interstícios da hospitalidade**. Revista Hospitalidade. São Paulo, v. XII, n. especial, p. 42-69, mai. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GOTMAN, Anne. **Le sens de l'hospitalité**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. GRINOVER, Lúcio. **Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado**. In: DIAS, Célia M. (org). Hospitalidade: reflexões e perspectivas. São Paulo: Manole, 2002.

LASHLEY, C., MORRISON, A.. **In Search of Hospitality**: Theoretical Perspectives and Debates. Butterworth-Heinemann, Oxford, 2001.

LASHLEY, C., MORRISON, A., RANDALL, S. **More Than a service encounter? Insights into the emotions of hospitality through special meal occasions**. Journal of Hospitality and Tourism Management 8 (1), 80-92, 2005.

LYTH, J. Peter. **"The history of commercial air transport. A progress report, 1953-93"**. The Journal of Transport History. 1993.

MILON, Alain. **Metrô: uma Trans-hospitalidade**. In: MONTANDON, Alain (dir.). **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: SENAC, 2011.

NAMEGHI, Ehsaneh N. M.; ARIFIN, Ahmad Azmi M.. **The measurement scale for airline hospitality: Cabin crew's performance perspective**. Journal of Air Transport Management. 2013. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S096969971300032X> acesso em 18/10/2016.

NILSSON, Jan Henrik. **Hospitality in Aviation**: A genealogical study. Hospitality & Society Journal 2:1, p 77-98, 2012.



**ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

PARTE IV
QUESTÕES RURAIS



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

OS OUTROS EM MOVIMENTO CONTRA A COLONIALIDADE DO DESENVOLVIMENTO: O IMPULSO NARRATIVO DO CONHECIMENTO ANDINO

ARISTIZÁBAL, Maria Fernanda Vallejo⁴⁷

Resumo: A presente proposta pretende abordar, à luz das teorias críticas descoloniais e propostas epistemológicas andinas, as tensões, coerções, persistências e ressignificações que ocorrem entre as ações de desenvolvimento e as populações camponês-indígenas dos Andes Equatorianos. Tomando como base teórica a linha reflexiva de Aníbal Quijano e Arturo Escobar, que questionaram as bases epistemológicas do desenvolvimento como um paradigma que favorece o exercício global do poder capitalista, descrevermos algumas de suas implicações no campo do conhecimento camponês-indígena nos Andes centrais equatorianos depois da primeira década do século XXI. Também revisaremos, em validade e vitalidade epistemológica andina, com textos de Estermann, Grillo e Ishizawa, para desenvolver entendimentos sobre a comunidade, o conhecimento, o ethos em que ela é reproduzida. A partir deles propomos um diálogo com os depoimentos e as narrativas camponesas kichwa que, numa perspectiva intercultural, promova que suas vozes e seus conhecimentos interajam com as teorias e políticas. Tendo como contexto o processo de implementação de um projeto de desenvolvimento em torno da conservação de sementes.

Palavras-chave: Modernidade. Desenvolvimento. Colonialidade. Saberes andinos. Sementes.

Abstract: The present proposal intends to approach, in the light of the critical decolonial theories and Andean epistemological proposals, the tensions, coercions, persistence and re-signification that occur between the development actions and the peasant-indigenous populations of the Ecuadorian Andes. Taking as a theoretical basis the reflexive line of Aníbal Quijano and Arturo Escobar, who questioned the epistemological bases of development as a paradigm that favors the global exercise of capitalist power, we describe some of its implications in the field of knowledge and peasant-indigenous knowledge in the Andes the first decade of the 21st century. We will also review, in Andean epistemological validity and vitality, texts by Estermann, Grillo and Ishizawa, to develop understandings about the community, the knowledge, the ethos in which it is reproduced. From them, we propose a dialogue with Kichwa peasant narratives that, in an intercultural perspective, promote their voices and their knowledge to interact with theories and policies. Having as a context, the implementation of development Project, about seeds conservation.

Keywords: Modernity. Development. Coloniality. Andean Knowledge. Seeds.

1. Introducción

La historia del Ecuador republicano, no difiere mayormente del guión compartido por sus vecinos de la región. Tras la independencia de España y desde su nacimiento se configuró un Estado primario exportador, débil, dependiente y parasitario, respondiendo siempre a los

⁴⁷ Universidad Estadual de Londrina. E-mail: fernandavallejo1966@gmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

intereses de capitales metropolitanos, incapaz de generar procesos autónomos surgidos de un sentido de nación (o más bien, en nuestro caso, de naciones) que le dote de un proyecto histórico propio. De este modo, las estructuras semi-feudales⁴⁸ que se instauraron durante la colonia se mantuvieron en la región interandina mientras, la agricultura primario –exportadora se instaló con todos sus lastres en la región litoral, características que aún hoy, determinan el tipo de economía predominante en cada región. Desde fines de los 80, todos los 90⁴⁹, hasta 2006, el país pasó a someterse a las políticas de ajuste estructural que supuso en la práctica, el desmantelamiento del Estado como actor parcialmente regulador del mercado. Finalmente, a partir del 2007, con el triunfo electoral de Rafael Correa, se recupera el aparato estatal como agente central de la redistribución de renta social, protagonista de la economía y encargado de garantizar procesos de modernización del país.

En esta brevísima sinopsis del país, debemos subrayar dos aspectos importantes: a) los grandes hitos de la historia republicana (guerras, revoluciones), tanto como algunos de sus giros importantes (dictaduras, gobiernos nacionalistas, progresistas), todos estuvieron orientados de un modo u otro a la modernización del país sin poder conseguirlo plenamente; b) un actor histórico clave identificado siempre como “obstáculo fundamental” a la modernización y al desarrollo, han sido los pueblos y nacionalidades indígenas del país, de ahí que muchas de las políticas de invisibilización, paliativas, compensatorias, represivas, impositivas, etc. hayan sido históricamente dirigidas a este sector social, con éxitos parciales y muchos fracasos.

Esto es lo que nos lleva a reflexionar sobre la colonialidad del poder y del saber, como uno de los hilos de nuestra reflexión y es en torno al último período de gobierno que revisaremos el tipo de imaginario de desarrollo que permeó la gestión pública.

⁴⁸ A inicios del Siglo XX, con la Revolución Liberal de Eloy Alfaro, se emiten leyes de liberación de servidumbre; es apenas entre las décadas de 1960-70 que se legisla y ejecuta una Reforma Agraria muy poco redistributiva y altamente dirigida desde la Alianza para el Progreso, con el fin de apagar una inminente rebelión campesina, lo que produce una modernización parcial y privatizada del agro en el Ecuador; hasta 1992 todavía se estaba luchando por tierras de latifundio. El abandono de formas semi-feudales en el campo andino, es un acontecimiento muy reciente.

⁴⁹ En 1992 se produce el levantamiento Indígena más importante del S.XX reivindicando, más allá de las centenarias condiciones de despojo, el derecho a ser reconocidos en su otredad indígena, promulgando reconocimiento de la plurinacionalidad del Estado.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

1.1. El proyecto

Entre 2014 y 2017 (junio) se implementó el proyecto *Incorporación del uso y conservación de la agrobiodiversidad en las políticas públicas a través de estrategias integradas e implementación in situ en cuatro provincias alto andinas (Semillas⁵⁰)* ejecutado por Organización de Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), el Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), el Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias del Ecuador (INIAP), la Fundación Heifer-Ecuador (ONG de desarrollo) y financiado por el Fondo para el Medio Ambiente Mundial (GEF).

Por sus características, resulta muy representativo del modelo de gestión del desarrollo que predominó durante la década de gobierno de Rafael Correa -auto definida como Socialismo del Siglo XXI-, en lo que se refiere a la participación de fondos y asistencia técnica de entidades multilaterales, que pasaron a ser directamente tuteladas por instancias públicas pertinentes, como parte de las políticas de recuperación del protagonismo del estado en la sociedad y por la temática medular que aborda respecto de saberes y prácticas indígenas y campesinas.

Antes de abordar en detalle los elementos del proyecto Semillas, consideramos necesario revisar algunas definiciones teóricas que conducirán el análisis del mismo y la interpretación de los hallazgos.

2. Desarrollo y Saber Andino: dos epistemes enfrentadas

2.1. Colonialidad del saber

Nuestro marco teórico se organiza en torno a la crítica de la Modernidad, como constructo cultural euro-etno-céntrico, que trae implícita una condición determinante del despojo material de los pueblos amerindios y la negación de sus epistemes, por efecto de la colonialidad consustancial a esa narrativa.

La tesis básica es la siguiente: la «modernidad» es una narrativa europea que tiene una cara oculta y más oscura, la colonialidad. En otras palabras, la colonialidad es constitutiva de la modernidad: sin colonialidad no hay modernidad (MIGNOLO, 2001: 39).

⁵⁰ Dada la extensión e ininteligibilidad del nombre, en adelante lo denominaremos Proyecto **Semillas**



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Pero no es suficiente con develar esta colonialidad, es necesario disputar desde otras epistemes ese saber erigido como único. Esas otras epistemes, surgen principalmente de los saberes amerindios y sus aprendizajes en su experiencia colonial.

La colonialidad del saber es el lado oscuro de la modernidad del saber. Los proyectos de descolonización consisten, entonces, en dos momentos. Uno, poner de relieve la colonialidad debajo de la modernidad del saber. Otro, construir un saber que proviene de “experiencias coloniales” (MIGNOLO 2002: 203)

El ejercicio actual del poder hegemónico, además de ser global, es fruto de un continuum colonizador etnocentrista que no se detiene. Para Aníbal Quijano (1988) la modernidad se inaugura con la conquista de las sociedades y de las culturas que habitan lo que hoy es nombrado como América Latina. La modernidad representa una ruptura con respecto a las formas anteriores: sociedades predominantemente agrarias, culturas muy diversas con relaciones sociales directas, inmediatas y jerarquizadas, cuya base de legitimidad política y social era religiosa y el poder sacralizado y absoluto. En la modernidad se privilegia el valor de cambio, en detrimento del valor de uso, y la uniformización homogenizadora, en menoscabo de la diversidad cultural. Las sociedades mutan de agrarias a urbanas. Desde la mercancía hasta el Estado, las intermediaciones son las nuevas determinantes de las relaciones sociales, generando una enajenación económica y política. (Quijano 1988: 16-17).

En tal sentido, la modernidad es una forma cultural particular que se erige como universal, y que permite la consolidación y expansión tanto de una visión del mundo, como de prácticas específicas que hacen de la economía occidental una esfera autónoma y dominante de la vida social (Escobar: 2007). Como todo mecanismo ideológico colonial, su éxito radica en su naturalización como modelo de funcionamiento social y cultural. *Naturalizar* una visión del mundo supone su inmutabilidad consustancial, construye un imaginario sin historia y sin lugar. Esa visión universal se funda en la imposición del “progreso” como horizonte deseado de la civilización, que alude a un sentido unidireccional y teleológico del tiempo, cuya mensurabilidad reside en el “desarrollo”.

2.2. El desarrollo de un mundo donde no caben otros mundos

Hay un sentido en el que el progreso económico acelerado es imposible sin ajustes dolorosos. Las filosofías ancestrales deben ser erradicadas; las viejas instituciones sociales tienen que desintegrarse; los lazos de casta, credo y raza deben romperse; y grandes masas de personas incapaces de seguir el ritmo del progreso deberán ver frustradas sus expectativas de una vida cómoda. Muy pocas comunidades están dispuestas a pagar el precio del progreso económico (UNITED NATIONS, 1951 *apud* ESCOBAR, 2007:20).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Con la premisa de que la modernización era la única fuerza capaz de destruir supersticiones y relaciones arcaicas, para lo cual eran imprescindibles e inevitables la urbanización y la industrialización, que requerían la inversión de capitales para que juntos generen crecimiento económico, el **desarrollo** se configuró como el discurso único que logró colonizar la realidad a partir de la segunda post guerra:

(...) como una experiencia históricamente singular, como la creación de un dominio del pensamiento y de la acción, con tres ejes que lo definen: las formas de conocimiento que a él se refieren, a través de las cuales llega a existir y es elaborado en objetos, conceptos y teorías; el sistema de poder que regula su práctica y las formas de subjetividad fomentadas por este discurso, aquellas por cuyo intermedio las personas llegan a reconocerse a sí mismas como “desarrolladas” o “subdesarrolladas”. El conjunto de formas que se hallan a lo largo de estos ejes constituye el desarrollo como formación discursiva, dando origen a un aparato eficiente que relaciona sistemáticamente las formas de conocimiento con las técnicas de poder. (Escobar 2007:80)

De este modo es que se justificó la existencia del BM y el FMI o las agencias técnicas del sistema de Naciones Unidas (como la FAO, para nuestro tema específico):

El desarrollo social es el desarrollo que posibilita a la gente pobre a tomar acciones para ayudarse a ellos mismos. Esto implica que las estrategias de desarrollo comienzan con las aspiraciones y necesidades de la gente pobre y se concentran en las instituciones de apoyo (incluyendo a los mercados) que son incluyentes no solo para aquellos con dinero y poder, sino también para los pobres y marginados. (LYNN, 2008)⁵¹

Esta definición, producida desde uno de los centros ideológicos y financieros del sojuzgamiento tecnocrático al desarrollo: el Banco Mundial, evidencia el sentido último del proyecto civilizatorio: despolitizar la injusticia, borrando los sentidos de la existencia y difuminando los conflictos estructurales de despojo, concentración y acumulación; instalando la pobreza como problema y sacando a la riqueza del campo visual.

Pero además, se definió y designó los problemas y los ámbitos sobre los que el mundo debía actuar en concordancia con la búsqueda del progreso, tales como la *pobreza*, *tecnologías atrasadas*, servicios públicos inadecuados, *prácticas agrícolas arcaicas*, la plataforma irrefutable que colocó a las tres cuartas partes del planeta en la categoría de subdesarrollados.

(...) este tipo de “colonización de la realidad” pone de manifiesto este mismo hecho: cómo ciertas representaciones se vuelven dominantes y dan forma indeleble a los modos de imaginar la realidad e interactuar con ella (...) mecanismos mediante los cuales un determinado orden de discurso produce unos modos permisibles de ser y pensar al tiempo que descalifica e incluso imposibilita otros. (ESCOBAR, 2007: 78)

⁵¹ Bennett, Lynn, Using Empowerment and Social Inclusion For Pro-poor Growth: A Theory of Social Change.2008 en: www.worldbank.org/poverty/empowerment/retreat/bennet.pdf



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Como vemos, se trata de un aparato ideológico de potencia impositiva, que ha desarrollado por más de medio siglo los conceptos, las herramientas y las instituciones necesarias para cercar por completo la vida, las ideas, las instituciones y las relaciones de la mayor parte de la humanidad, ha venido operando libre y sistemáticamente.

2.3. El saber andino: la pluriversidad.

El término “andino” se refiere a una categoría espacial, un ámbito geográfico y topográfico (...) determinante en parte para la elaboración de un pensamiento filosófico propio (...). La situación geográfica de lo andino es entonces la “condición material” o el caldo de cultivo imprescindible y a la vez singular para el surgimiento de culturas y un cierto modo de concebir el mundo. (ESTERMANN 1998: 51-52)

Adentrarnos en el milenarismo mundo andino supone, siguiendo a Ishizawa (2008) ensayar otras vías de acceso, que trasciendan la teoría del conocimiento, y que discurran en el fluir de la vida. Tratar de asumir una “otra” epistemología, explorar un “otro” paradigma que permita explicar experiencias comunitarias, una reflexión sobre las “condiciones de posibilidad de un conocimiento riguroso que apoye al acompañamiento de un grupo culturalmente distinguible de quien acompaña y a un aprendizaje mutuo”. (ISHIZAWA, 2008: 9-10).

El entendimiento/vivencia del mundo andino, no experimenta la dislocación trabajo intelectual/trabajo manual, ambos procesos ocurren al tiempo y de ello deriva el aprendizaje, la experiencia, la producción material y de saber. Su larga interacción con occidente incluye un sistemático y ejercicio de combatir esa dislocación, que destruye el quehacer creador, supone su deshabilitación y pérdida de autonomía.

El saber andino es local/contextual, sensorial/emocional, encarnado en el ayllu, implícito/holístico, vivencial, se circunscribe a la circunstancia inmediata y dado que se produce en el proceso mismo de la crianza, maneja múltiples vías de acceso (Ishizawa 2008: 10). A diferencia del conocimiento técnico-científico, que se caracteriza por ser universalizador, cerebral, impersonal/desencarnado, articulado/explicito, resultado de la aplicación de un método teórico, y poner en oposición al sujeto del objeto.

En el mundo andino, el ciclo agrario es el ciclo de la vida, en torno a éste se organiza el tiempo, el espacio, la naturaleza, el conocimiento, las relaciones. No es posible desagregarlo de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

la totalidad del mundo; en tal sentido, es en él donde se recrea el saber, los valores, la cosmovisión y la filosofía. Un solo ejercicio sin dislocaciones y sin fin algo que los andinos llaman crianza mutua. La “crianza mutua con la chacra⁵²” es la expresión implícita y a la vez tangible de esa unidad holística entre filosofía y acción. Es esa simultaneidad entre lo concreto, local, circunstancial, ritual y relacional, con lo abstracto, universal, simbólico, mítico y sagrado, no está exenta de método y rigurosidad que le son propios, apela a la observación atenta pero también, a la escucha, a la intuición, a la percepción y al afecto, como herramientas de aproximación a la realidad.

Pacha, el tiempo/espacio, señalando la ruta del hacer en el territorio y en el ciclo. La comunidad de los seres del universo interactuando e instruyéndose en el cuidado mutuo que garantiza su existencia, en donde desaparece la noción de sujeto-objeto. La filosofía andina desconoce la separación epistemológica sujeto-objeto, no existe un equivalente de “sujeto” y menos individualizado, ni su forma de aproximación al mundo-objeto. Si acaso una condición de subjetividad le corresponde al ser humano andino, ésta está dada por la particularidad de su rol en la tarea cósmica: su función de puente entre los mundos, el sujeto como *chakana* (Estermann 2008).

Otro elemento implícito e identitario del mundo andino es su carácter comunitario. Siguiendo a Estermann “(...) el centro de gravitación no es el individuo o la persona absolutamente separada (...) El individuo, en sentido occidental, para la filosofía andina es un `nada`, un vacío total, un no-ente (...) La relacionalidad es constitutiva para la identidad antropológica andina (Esterman 2008:83). Esta premisa desborda incluso la noción del ayllu humano, para determinar la organización de la comunidad de la naturaleza y el cosmos. Pero además, es una “narrativa que incluye la palabra y la verbalidad, esto es: el hacer”. (Grillo 1993: 67).

En la medida en que cada lugar es un centro, el ciclo agrofestivo y su observancia constituye una herramienta de carácter local, único e irreplicable incluso de una comunidad a otra, lo que se comparte son los criterios y principios que surgen de una cosmovisión basada en la conversación permanente con los elementos. Esto le otorga un carácter permanentemente

⁵² La Chacra Andina o chagra, es la forma de agricultura propia de los pueblos indígenas kichwas del callejón interandino. Se caracteriza por una alta agrobiodiversidad y un complejo sistema de semillas y adaptaciones varietales que se desarrollan en los diversos pisos agro-climáticos de la serranía, aproximadamente entre los 2400 y 4500 metros sobre el nivel del mar. Desde una perspectiva epistemológica, es el ámbito situacional en que se vivencia el corpus filosófico andino.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

innovador y resiliente, puesto que la observación atenta en base a criterios aprendidos, se recrea y renueva con cada ciclo y demanda la identificación prolija de los cambios, anomalías y nuevos lenguajes de todos los participantes (elementos del cosmos); así como la definición de actividades de respuesta y reciprocidad acordes. Visto en contexto de crisis climática, alimentaria, ética, económica supone una capacidad invaluable de entender los cambiantes patrones y sujetarlos en un nuevo orden armónico a partir de los recursos y saberes locales⁵³; mientras que para la ciencia moderna, al servicio de nuevas modalidades de acumulación, supone experimentos costosos y de altísimo riesgo, sin garantías para la supervivencia del planeta (geo ingeniería, nanotecnología, organismos genéticamente modificados, biología sintética, entre otras falsas soluciones), lo que se conoce como “capitalismo verde”⁵⁴.

En ese sentido, el ethos andino representa una propuesta que procuraría desandar el camino de las tecnologías impertinentes (por incapaces de resolver las necesidades de reproducción de la vida), de la sustitución del trabajo vivo por el trabajo muerto planteado por Marx. Lo que la filosofía andina nos presenta en los hechos, en la resistencia de sus actores, es un continuo recomponer de los daños y efectos producidos por esa ciencia desencarnada, en cuyos altares mueren diariamente millones de humanos y no humanos, por efecto de envenenamientos masivos, de la destrucción acelerada y nociva que producen las máquinas en tanto instrumentos de despojo, por la enajenación de la labor creativa que realizan los humanos y los otros actores del cosmos.

2.4. Algunas constataciones generales sobre la eficacia “tecnológica” andina, su pertinencia y su vigencia.

La Región Andino-amazónica ha aportado al planeta más de 5mil variedades de papa (Valladolid 2001), y otros tubérculos como el melloco, la oca, la mashua; pero también el tomate, el ají, el cacao, varias cucurbitáceas, variedades de fréjol, varios tipos de frutales; yuca,

⁵³ **Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático de las Naciones Unidas** (IPCC en sus siglas en inglés) principal autoridad científica internacional en relación a todos los aspectos vinculados al cambio climático, otorga una gran relevancia al papel que juega el conocimiento tradicional en el desarrollo de estrategias que permiten a las comunidades hacer frente ellas mismas al cambio climático. Hace por tanto un llamado al reconocimiento de estos saberes como una herramienta de lucha contra el cambio climático. Véase: <http://soberaniaalimentaria.info/numeros-publicados/42-numero-20/192-el-cambio-climatico>

⁵⁴ Al respecto existen artículos producidos por la CLOC-Vía Campesina, ETC group y GRAIN. Véase <http://www.grain.org/es/article/entries/4495-de-un-vistazo-y-muchas-aristas-economia-verde-o-lucro-legitimado>



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

camote, maní; es también centro de diversificación de maíz, entre los más importantes. En su gran mayoría, productos estratégicos para la alimentación mundial.

Este hecho, de por sí sorprendente, resulta aún más valioso si lo miramos en una perspectiva de largo aliento. Aún en la actualidad, la agricultura (campesina-familiar) constituye la principal actividad económica en los países centro-andinos, ocupa la mayor población económicamente activa y, sobretodo, persiste en sus modos, tecnologías y saberes, coexistiendo eficazmente con la agricultura industrial. Sobreviviendo a los violentos cambios en el régimen de propiedad de la tierra, a la creciente concentración de la misma y también a todas las imposiciones tecnológicas que se fueron produciendo en cinco siglos. La Chacra andina, ese sistema de saberes productivo-afectivos de alimento-vida, continúa siendo criado con gran persistencia.

En Ecuador por ejemplo, a pesar de los programas de ajuste estructural ejecutados en los últimos 30 años, que fueron minando y desmoronando la producción campesina, ésta sigue siendo en la actualidad proveedora -entre otras cosas- del 44% del fréjol, el 38% de la leche, el 46% del maíz suave, el 42% de la papa, 36% del chocho, el 73% de las lechugas, el 40% del arroz que consumimos, por mencionar algunos rubros⁵⁵. Y esta producción la realizan el 84,8% de unidades familiares con el 20% de la tierra⁵⁶.

2.5 La extensión rural y la modernización del agro ecuatoriano: medio siglo de cruzada civilizatoria

En Ecuador, varios autores coinciden en la entrada de los programas de *extensión agraria* como parte de un esfuerzo por instaurar la modernización rural en Ecuador (Martínez 2002; Cervone 1997). El mismo nombre ya designaba la relación desigual y unilateral del conocimiento y la acción; presuponía el atraso ontológico del campesinado y su condición pasiva-receptiva del conocimiento, la tecnología y el progreso.

La Alianza para el Progreso, estrategia regional norteamericana para desactivar la insurrección en América Latina, implementó tres aristas de avanzada: 1) la ayuda alimentaria y donación de semillas, 2) la implementación de Reformas Agrarias controladas; y, 3) el programa de desarrollo y extensión agraria que en la subregión andina (Perú, Bolivia y Ecuador) se denominó “Misión Andina” (Martínez, 2002)

⁵⁵ Estimaciones a partir del Censo Agropecuario 2010, considerando las UPAS de hasta 5ha. INEC 2013.

⁵⁶ SIPAE, Atlas de la tenencia de tierra en Ecuador, p 14 Quito 2011



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Esta triple acción aseguraría la promoción y posterior venta obligada de productos agrícolas norteamericanos, la liberación de fuerza de trabajo campesino y la adopción por parte de los nuevos “propietarios” (minifundistas), de un paquete tecnológico que asegure su inserción al mercado y un fuerte endeudamiento por la compra de tierras en la mayoría de casos. Hay que enfatizar, que la casi totalidad de proyectos y recursos con enfoque de desarrollo se ejecutaron en territorios campesino-indígenas.

Durante el ciclo neoliberal (1990-2005), los programas estatales casi desaparecieron y el protagonismo lo asumieron las ONG’s, a través de quienes se canalizaron recursos de multilaterales y financiamientos privados internacionales. A partir de 2007, el Estado vuelve a asumir el control de los recursos de cooperación al desarrollo, estableciendo normativas y mecanismos que garanticen la intermediación y/o tutela de los recursos y programas, por parte del Estado.

2.6 Las semillas y el tiempo en el mundo andino

Esta manera de vivir el tiempo andino involucra un infinito recorrido donde el presente contiene el pasado y el futuro. Este sentido se expresa nítidamente en la semilla, como bien lo apunta Eduardo Grillo (1993):

En la semilla está la planta que luego se cosechará y en la cosecha está la semilla próxima. La semilla se re-crea y se renueva en la cosecha, y la cosecha se re-crea, se renueva, en la semilla. El antes y el después se confunden en el ahora ritual, en el ahora festivo, de las siembras y las cosechas. (GRILLO, 1993:16)

Tenemos entonces, el que quizás sea el más importante aporte tecnológico andino: el de la domesticación y diversificación de las semillas que garantizan la alimentación del planeta y no olvidemos que la agricultura moderna, con toda su parafernalia tecnológica, no ha sido capaz de aportar una sola especie al mundo:

La región andina es centro de origen, variación, dispersión y crianza de un gran número de especies, variedades, ecotipos y/o razas de plantas alimenticias y medicinales (..) El caso de la papa y el maíz son muestras de la gran variabilidad del material fitogenético andino, 3,500 cultivares diferentes de papas nativas cultivadas (...) y 1,600 entradas de maíz agrupadas en 55 razas, hacen de la región andina la de mayor variabilidad genética de papa y maíz en el mundo” (VALLADOLID, 2001: 6).

En contrapartida, globalización del capital viene incorporando nuevos mecanismos de erradicación de estos sistemas que nos han dado de comer. Se fortalecen instrumentos normativos de mercado y tratados comerciales, para justificar y legalizar la apropiación ilícita de esa agro biodiversidad, su información genética y los conocimientos locales que la



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

produjeron. Por sobre las resoluciones de los distintos estamentos del sistema de Naciones Unidas, la agenda que nuestros países cumplen irrestrictamente es la de la Organización Mundial de Comercio. Para el caso de las semillas, son los mandatos de la UPOV⁵⁷ que se plasman en leyes.

Las leyes UPOV, que se van aprobando en nuestros países son muy semejantes en lo medular: aunque en sus secciones declarativas reconocen el aporte de los pueblos indígenas, en el resto de articulados se les obliga a “certificar” sus semillas a través de los centros estatales (o privados) de investigación; se les impide o constriñe el libre intercambio y comercialización de sus semillas; se impide la reutilización de semillas comerciales; se establecen claramente mecanismos de punición ante el incumplimiento de estas nuevas reglas; el Estado asume la tutela de los conocimientos asociados y de la información genética.

Una semilla para ser certificada, de acuerdo al canon convencional, debe ser estable y homogénea; es decir, totalmente fragilizada y nada resiliente, supone la inhibición de su variabilidad y sus características adaptativas. Exactamente lo contrario de la estrategia milenaria exitosa que hemos descrito. La hiper-selección de variedades, junto con la masificación de tecnologías que diluyan el potencial germinativo y libre de semillas garantiza a las corporaciones controlar el sistema alimentario global. Es una estrategia de deshabilitación. La ciencia positivista y su técnica, no fueron capaces por sí solas de implementar un sistema de eficacia semejante, de modo que su opción mercantil radica en torcer las reglas para impedir procesos autónomos de producción de alimento propio y para la humanidad como hasta ahora lo hacen⁵⁸. Las corporaciones necesitan del saber indígena y campesino, pero sujeto y condicionado.

⁵⁷ UPOV son las siglas en francés de la Unión Internacional para la Protección de las Obtenciones Vegetales. Oficialmente un organismo internacional, UPOV trabaja exclusiva y explícitamente por la privatización de las semillas en todo el mundo, mediante la imposición de los derechos de propiedad intelectual sobre las variedades vegetales. Los estados miembros deben adherir a la Convención UPOV y convertirla en ley nacional. (Grain 2014:4)

⁵⁸ Para revisión de cifras globales del aporte campesino e indígena a la alimentación global, véase **Quién nos alimentará: ¿la red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial?** ETCgroup 3ª edición 2017.



ANAIS DO 45° ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

3. El contexto del proyecto

El proyecto SEMILLAS, surge de una convocatoria del GEF para financiar programas de conservación ambiental que cuenten con el aval del Ministerio del Ambiente de Ecuador (punto focal institucional del GEF) y que involucren ineludiblemente la participación de una agencia de la ONU, y el asocio entre entidades estatales (INIAP-MAGAP) y de la sociedad civil (en este caso, una ONG).

Ya desde su formulación, el proyecto constituye un Oximorón⁵⁹, puesto que su justificativa reconoce el valor de la diversidad agro-biológica producida en las chacras⁶⁰, su resiliencia ante el cambio climático, el mantenimiento de la fertilidad del suelo y la polinización, la regulación de plagas y enfermedades, y su aporte a la calidad en la nutrición; también resaltan el saber campesino y dicen promover el diálogo de saberes.

Pero esa sección declarativa, contrasta progresivamente con los mecanismos de implementación del proyecto, los productos a alcanzar, cuyo énfasis se concentra en mostrar que se impulsó el **desarrollo económico** de las comunidades. Es más, toda la narrativa formal utiliza el término **seguridad alimentaria**, en lugar de **soberanía alimentaria** reconocida constitucionalmente.

El proyecto se enfocaba en enfrentar 3 posibles causas de la acelerada pérdida de agrobiodiversidad: a) Insuficiente incorporación del tema en políticas públicas; b) **Deficiencias** en las estrategias de manejo y conservación de recursos **fitogenéticos**; y c) Desconocimientos de valores de la **agrobiodiversidad**.

⁵⁹ En esta sección hacemos énfasis en el tipo de lenguaje utilizado para negar la evidencia de una lógica indígena-campesina en el manejo de las semillas, a la que se deben las existencias actuales de diversidad y los efectos positivos que señalan, para evadir las causas estructurales (distribución de la tierra, acceso a agua o crédito, por ejemplo); y para superponer una perspectiva técnico-positivista como garante del desarrollo. Los términos resaltados dan cuenta de un posicionamiento político y de un saber colonizado.

⁶⁰ Los técnicos evaden en todos sus documentos el uso de la palabra chacra, en su lugar utilizan *parcelas campesinas agrobiodiversas*.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Para el efecto, la ejecución se estructuró en tres componentes: 1) Incidencia en políticas públicas; 2) Ampliación de **buenas prácticas** en la conservación y uso sostenible de la agrobiodiversidad *in situ* y *ex situ*⁶¹; y, 3) Educación y sensibilización a la población.

Nuestra investigación se encuentra actualmente organizando la vasta documentación producida por el proyecto, buena parte no fue recogida en los informes oficiales (parciales y final), especialmente memorias de talleres, reuniones y asambleas campesinas que, paradójicamente contienen reflexiones de mujeres indígenas (mayoritariamente). Esto, si bien responde a los constreñimientos de la tecnocracia y burocracia estatal y multilateral que obliga a un tipo de formato, un tipo de lenguaje y a un límite de texto; es en sí mismo la prueba del poder silenciador de este mecanismo, que privilegia unas voces sobre otras. Analizar los cambios de las estrategias de aplicación de proyectos de desarrollo en contextos de mayor participación estatal, así como las interrelaciones, las oposiciones, los usos del conocimiento andino frente ellos, que es nuestro objetivo, demanda escarbar en las materias primas documentales de la información generada. Por el momento, mencionaremos brevemente algunos hallazgos emblemáticos:

1. El producto estrella, generado para el componente de políticas públicas, fue a la aprobación de una ley de semillas que, en esencia se alinea con las leyes UPOV, mencionadas más arriba, mediante la participación de un equipo del proyecto en las reuniones consultivas parlamentarias, que no incluyó en este equipo a ningún representante campesino, ni a ningún delegado/a de la ONG. Sin embargo se habló en su nombre. Actualmente esa ley está siendo impugnada en la Corte Constitucional del país, con demandas presentadas por ONG's y organizaciones indígenas y campesinas, muchas de ellas participantes del proyecto.

2. En ese mismo componente, se intentó producir una normativa orgánica y de control estatal para las ferias agroecológicas impulsadas por campesinos e involucradas en el proyecto. La posición campesina fue radicalmente opuesta al enfoque que el Estado quería imprimir a la normativa de control, desconociendo procesos autogestionados de garantía de calidad agroecológica y sanidad de productos, reivindicando plena capacidad técnica y ética para ello.

⁶¹ Se busca mantener cierta porción de parcelas campesinas reproduciendo semillas, que garantice el abastecimiento de material genético en el Banco de Germoplasma del INIAP.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

3. El concepto de *buenas prácticas*, supuso una constante disputa de sentidos, por demanda y protesta campesina, los técnicos del MAGAP, dejaron la capacitación para permitir la presencia de campesinos y campesinas experimentados en procesos agroecológicos y ancestrales de manejo del suelo, semillas, sanidad vegetal y animal, entre otros.

4. Todos los estudios contratados, coincidieron en señalar la eficacia y el potencial de la producción en chacra. Potencial limitado por factores estructurales y no de conocimientos.

Las políticas públicas, los recursos financieros, las estrategias del desarrollo, la escuela, los estudios académicos, empujan en dirección contraria al modo de vida y saberes indígenas. La fragilidad de estas sabidurías no radica en su consistencia, ni en su pertinencia, sino en el potente ejercicio de exterminio que se opera sobre éstos.

Bibliografía

CERVONE, Emma, **El retorno de Atahualpa: Etnicidad y movimiento indígena en Ecuador**. PUCE. Marzo 1997. Mimeo. Ponencia preparada para el encuentro de la Asociación Estudios Latinoamericanos Guadalajara – México Abril 17-19, 1997.

ESCOBAR, Arturo, **La invención del Tercer Mundo**. Editorial El perro y la rana. Caracas Venezuela. 2007

ESTERMANN, Josef, **Filosofía Andina: Estudio intercultural de la sabiduría autóctona andina**. Ediciones Abya-Yala, Quito-Ecuador. 1998

ESTERMANN, Josef, **Si el Sur fuera el Norte**. Chakanas interculturales entre Andes y Occidente. Ediciones Abya-Yala, Quito-Ecuador. 2008.

ETC Group. **Quién alimenta al mundo**. Biodiversidad Sustentando y Culturas No 64 Abril 2010.

FAO **Incorporación del uso y conservación de la agrobiodiversidad en las políticas públicas a través de estrategias integradas e implementación in situ en cuatro provincias alto andinas** FAO/GEF/MAG/INIAP/Fundación Heifer-Ecuador/Quito, Ecuador. 2014

FAO. **Logros y lecciones aprendidas dentro del proyecto Agrobiodiversidad**. FAO/GEF/MAG/INIAP/Fundación Heifer-Ecuador/Quito, Ecuador. 2017

GRILLO FERNÁNDEZ, Eduardo. **La cosmovisión andina de siempre y la cosmología occidental moderna**. En PRATEC, Desarrollo y descolonización de los Andes. Lima 1993

GRAIN. **UPOV 91 y otras leyes de semilla**. Guía básica acerca de cómo las grandes empresas semilleras intentan controlar y monopolizar las semillas. 2015

IZHIZAWA, Jorge. **Notas para una epistemología de la afirmación cultural en los andes centrales**. En PRATEC, Epistemologías en la educación intercultural. Memorias del taller sobre



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

educación intercultural y epistemologías emergentes. Proyecto andino de tecnologías campesinas. Cusco, Perú. 2008.

MARTÍNEZ, Valle Luciano, "Desarrollo rural y pueblos indígenas: las limitaciones de la praxis estatal y de las ONG en el caso ecuatoriano". Ecuador Debate No 55. CAAP, Quito Abril 2002.

MIGNOLO Walter, **La colonialidad: la cara oculta de la modernidad**. En _____ **Cosmopolis: el trasfondo de la Modernidad**. Península, Barcelona, 2001.

MIGNOLO, Walter, **El potencial epistemológico de la historia oral**: algunas contribuciones de Silvia Rivera Cusicanqui. En: Daniel Mato (coord.): Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela. pp: 201-212. 2002

QUIJANO, Aníbal: "Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina". En **Anuario Mariateguiano**, vol. IX, no.9, Lima, 1998.

SIPAE, Atlas de la tenencia de tierra en Ecuador, Quito, 2011

VALLADOLID R, Julio, **Crianza de la Agrobiodiversidad en los Andes del Perú**. Kawsaymama 1, PRATEC, Lima-Perú, 2001.

INEC, **Superficie por categorías de uso de suelo**. Administración Central, Quito-Ecuador. 2013.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS COM ELETRIFICAÇÃO RURAL

JERONYMO, Alexandre Cosme José⁶²

Resumo: Esta pesquisa analisou o contexto da formulação da Política Nacional de Acesso e Uso da Energia Elétrica, o Programa Luz Para Todos, e o uso final do consumo de energia elétrica. Foi correlacionado que a crise no abastecimento de eletricidade, no ano 2001, contribuiu para reduzir as rentabilidades da Indústria Brasileira de Energia Elétrica (IBEE). Neste contexto a política da universalização do acesso e uso da energia elétrica foi incluída na agenda governamental. Foi desenvolvida na cidade de Muzambinho, MG, a parte empírica desta pesquisa. Foram entrevistados e aplicados questionários em uma Cooperativa de Derivados da cana de açúcar, uma Cooperativa de polvilho, e uma propriedade familiar produtora de hortaliças e morango. As Cooperativas apontam que existem rendimentos satisfatórios e insatisfatórios, e questões legais e administrativas pendentes para o exercício efetivo da atividade. Para a propriedade familiar os rendimentos são satisfatórios e as questões legais não estão pendentes

Palavras-chave: Eletrificação rural. Geração de renda. Centros comunitários produtivos.

Foram muitas as experiências brasileiras com eletrificação rural, algumas exitosas e outras nem tanto. Estão envolvidas com interesses pessoais, públicos, privados.

O contexto da evolução da eletrificação rural brasileira inclui o Seminário Latino-americano para Eletrificação Rural, na cidade do Recife, PE, a lei paulista nº 41.019/1957 que obrigava e responsabiliza a Concessionária pelo fornecimento de energia elétrica regional, os Programas de eletrificação rural do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) no Estado de São Paulo, em 1961, e os da Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), em 1962, o Fundo de Eletrificação Rural (FUER) implementado pelo decreto nº 67.052/1970.

Órgãos dos governos federal e estaduais, empresas privadas desenvolveram programas de eletrificação rural ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990 (Jeronymo, Guerra, 2018: 139) que requeriam do usuário o pagamento pela instalação.

Na transição da década de 1980 para a 1990 foi desenhado e implementado o projeto piloto de eletrificação rural no Estado do Rio Grande do Sul, o PROLUZ I e o PROLUZ II. O diferencial desses dois projetos foi o atendimento da população baixa renda e o custo reduzido das instalações, a mão de obra comunitária, elementos que diminuem o custo da instalação.

⁶² Professor na Secretaria Estadual de Educação SP. E-mail: alexandrecjj@gmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Objetivamente, o custo da infraestrutura para a prestação do serviço de energia elétrica é sensivelmente reduzido quando é utilizada a mão de obra comunitária e materiais com menor custo, e esta mesma metodologia produz sentimentos subjetivos de pertencimento e integração dos usuários e do Bairro Rural quando participam deste processo (JERONYMO; SINCLAIR, 2018: 142).

A experiência gaúcha foi decisiva para expansão da eletrificação rural paulista. No Estado de São Paulo foi realizado o Programa de Eletrificação Rural “Luz da Terra”, a partir do decreto nº 41.187/1996. A concepção do Luz da Terra continha o atendimento da população rural mais pobre, a partir da eletrificação rural de baixo custo.

Posteriormente, foi criado pelo governo federal o Programa Luz no Campo, a partir do Decreto Federal de 2/12/1999. Este Programa repassava o ônus da conexão para a família interessada e este procedimento contribuía para ocorrer a inadimplência e a marginalização das famílias.

O paradigma da eletrificação rural no Brasil é o acesso gratuito, a partir do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz Para Todos”.

A POLÍTICA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO – O PROGRAMA LUZ PARA TODOS

As políticas e os programas de eletrificação rural reduziram o déficit de famílias sem o fornecimento de energia elétrica. O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz Para Todos” tem contribuição decisiva para reduzir este déficit e está no contexto da crise do fornecimento de energia elétrica, no ano 2001.

ASPECTOS POLÍTICOS DO LUZ PARA TODOS: O APAGÃO E O SETOR ELÉTRICO

A crise no fornecimento de energia elétrica significou a imposição do PEERCE (Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica), o qual impunha a sociedade medidas de suspensão do fornecimento de energia elétrica, regimes especiais de tarifação, limites de uso e fornecimento de eletricidade e o racionamento de energia elétrica de 01/06/2001 até 28/02/2002. Por um lado, as medidas limitaram a capacidade de consumo, por outro lado, a redução do consumo de eletricidade implicou na redução do faturamento das



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

empresas fornecedoras do serviço de energia elétrica e os contratos de concessão da prestação deste serviço obrigavam o governo a recompor o equilíbrio econômico e financeiro das empresas, em contrapartida.

Para definir as regras de compensação houve o denominado Acordo Geral do Setor Elétrico, o Acórdão, firmado entre geradoras, concessionárias distribuidoras e o poder público federal.

Foi instituída a Medida Provisória (MP) nº 14, de 21/12/2001, sobre a oferta de energia emergencial, os custos de aquisição de eletricidade e contratação de capacidade de geração, a instituição do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, a recomposição tarifária. Conforme a MP nº 14 foram destinados para a recomposição das empresas de energia elétrica: R\$10,22 bilhões, os empréstimos do BNDES, aumentos tarifários (de 2,9% na tarifa de energia elétrica da classe de consumidor residencial, e outro de 7,9% na tarifa de energia elétrica para as demais classes de consumidores).

Muito da MP nº 14 foi convertida na Lei 10.438, de 26/04/2002, que dispõem sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, a recomposição tarifária extraordinária, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de energia Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e inclusão da universalização do serviço público de energia elétrica.

A universalização é identificada pelo Congresso Nacional (2002) como um mecanismo para revitalizar o setor elétrico. Não é absurdo correlacionar o desenho e objetivos da universalização do acesso à energia elétrica no meio rural, com a cadeia de interesses políticos e macroeconômicos envolvidos na crise do setor elétrico.

O PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) identificaram a existência de 2.035.154 de residências sem o serviço de energia elétrica, para o período que antecede o Programa Luz para Todos. É este o cenário da lei de Universalização do Atendimento nº 10.438/2002 que discorre sobre a não obrigatoriedade do interessado pelo acesso à eletricidade em pagar pelos custos dos serviços de conexão. Em novembro de 2003 foi lançado, por meio do Decreto 4.873 de 11/11/2003, o Programa Luz para Todos com o desafio



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

de acabar com a exclusão elétrica no país, e com a meta de levar o acesso a energia elétrica, gratuitamente.

A particularidade universal e sem custo, bastando o interessado contatar o agente executor, rompe e elimina a tradição da eletrificação rural como projeto limitado pelas barreiras técnico-econômicas.

Reserva Global de Reversão e a Conta de Desenvolvimento Energético

Os recursos para implementação da política de eletrificação do PLPT são os encargos incorporados na conta de energia elétrica: a Reserva Global de Reversão (RGR), e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A RGR é um valor estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente pelas concessionárias, que equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária. A CDE é paga pelas Concessionárias para Eletrobras, conforme o art. 13 da lei nº 10.438/2002.

Parcela dos investimentos é partilhada entre governos estaduais e as empresas distribuidoras de energia elétrica. Os investimentos chegam a R\$ 22,7 bilhões. Desses R\$ 16,8 bilhões são recursos do Governo Federal (Luz para Todos, 2016).

Demanda Reprimida e Demanda Decorrente

A estrutura operacional do PLPT envolve o Comitê Gestor Central, o Comitê Gestor Regional, o Comitê Gestor Estadual, e Parceiros, que estabelecem as políticas e diretrizes para o uso da energia elétrica como vetor de desenvolvimento integrado no meio rural. O PLPT é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e operado pelas empresas que compõem o sistema ELETROBRAS.

A demanda reprimida integra o quantitativo dos domicílios que necessitam do serviço de eletricidade, mas sem identificar o surgimento estimulado da demanda decorrente [...] em decorrência da notícia da chegada da energia elétrica à determinada região, ou seja, devido ao próprio avanço do Programa nas áreas rurais, foi verificado o retorno de famílias, filhos, além da efetiva ocupação de lotes e sítios até então sem moradores (Camargo, Ribeiro, Guerra: 2008: 23).

A experiência da Comissão de *Eletrificação Rural* do Estado de São Paulo (CERESP) apresenta elementos que estimulam a demanda decorrente.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Estímulo da atividade rural de pequeno e médio porte. Reversão do processo de êxodo rural, possibilitando melhoria do processo de qualidade de vida desta população, agregando conforto e valor econômico à produção rural. Expansão dos bairros rurais, intensificando o desenvolvimento da agricultura de subsistência. Expansão de Programas de assentamentos rurais desenvolvidos por diversos institutos. Fomento do agronegócio, estimulando o uso da mão-de-obra do trabalhador rural. Elevada despesa para a manutenção do custo de uma moradia nas áreas urbanizadas (BETIOL, 2005: 106 - 107).

Isto significa dizer que o desenho da política de universalização necessita atenção à demanda decorrente. O PLPT iniciou com a demanda de 2.035.154 residências, e os últimos indicadores apontam para “3.323.683 de residências atendidas”, o equivalente a “15,9 milhões de pessoas (novembro/2016)”. (Luz para Todos, 2016).

A multissetorialidade do Programa Luz Para Todos (PLPT)

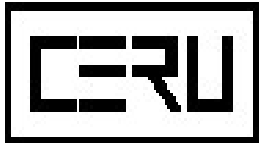
A multissetorialidade do PLPT é uma das suas características. A estratégia é combater a pobreza rural e incentivar a geração de renda nos Bairros Rurais beneficiados pela universalização.

Os objetivos das ações multissetoriais, de modo geral, envolvem o incentivar políticas orientadas para a transformação social, e o potencializar o uso social e produtivo da energia elétrica.

O acesso à energia elétrica soluciona o tema que é o fornecimento da eletricidade. Entretanto, o desenvolvimento rural exige estratégias multissetoriais como: o acesso ao crédito e ao mercado consumidor, apoio técnico, associativismo, logísticas, entre outros, são necessários para integrar o desenvolvimento da política de eletrificação.

O PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PLPT) E A DINÂMICA ECONÔMICA NO BAIRO RURAL

Após o acesso à eletricidade foram identificados Bairros rurais que iniciaram ou intensificaram atividades voltadas para geração de renda. Após esta constatação foi iniciada pesquisa empírica na cidade de Muzambinho, MG, em tipologias de geração de renda. Foram consultados os Centros Comunitários de Produção (CCPs) da Palmeia e o de Macaúbas, o quais integram os “projetos complementares ao PLPT que visam o cooperativismo como forma de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

“aumentar a produção e a qualidade dos produtos, bem como a geração de renda das famílias” (FURNAS, 2015). Foi consultada uma produção agrícola familiar de hortaliças e morango.

CENTRO COMUNITÁRIO DE PRODUÇÃO COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES RURAIS DA PALMEIA (COOPALMEIA)

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Familiares Rurais da Palmeia (COOPALMEIA) está localizada no Bairro Rural Palmeia, a 15 km ao norte do centro urbano municipal.

Os produtos da COOPALMEIA são derivados da cana de açúcar. A história da Cooperativa está relacionada com o reduzido preço da saca do café e a insatisfação dos produtores com a situação. Participaram da pesquisa 11 (onze) cooperados.

As atividades presentes nas propriedades das famílias cooperadas que participaram da pesquisa é diversa. Há o cultivo comercial do café. Há, ainda, o cultivo do milho, do feijão e a criação dos animais (gado leiteiro, suíno, galinha) correspondem à subsistência familiar.

Para as 11 famílias entrevistadas, apenas 2 (duas famílias) possuem recursos do PRONAF. A política social bolsa família compõe o quadro que integra o perfil das famílias cooperadas. 6 (seis famílias) possuem o bolsa família, contra outras 5 (cinco).

As atividades da COOPALMEIA estão orientadas para a produção de derivados da cana de açúcar, como: cachaça da estação, açúcar mascavo, rapadura e o melado.

Infraestrutura do CCP da Coopalmeia

A infraestrutura da COOPALMEIA foi construída a partir dos investimentos dos cooperados, contribuições privadas e algumas ações multissetoriais, que se seguem:

- Empréstimo feito pela Fundação Banco do Brasil. R\$190.000,00.
- FURNAS. Doação de caminhonete zero km.
- ELETROBRAS. Doação de R\$3.800,00.
- Doação de caminhão zero km (modelo Ford, f400, 4x4, ano 2011) no valor de R\$112.000,00.
- Banco do Brasil. Empréstimo para construção do prédio (empréstimo quitado) e instalação das máquinas no valor de R\$132.000,00.
- Terraplanagem para construir a agroindústria



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

- Assessoria técnica da Emater.
- Instalação do transformador na Agroindústria da Palméia.

A produção de cachaça e rapadura no CCP COOPALMEIA

Todos os produtos da COOPALMEIA são orgânicos, entretanto, não recebem esta denominação para a comercialização.

A COOPALMEIA tem 2 tonéis que comportam 10.000 litros de cachaça cada. A produção da cachaça alcançou 5.000 litros, no ano 2009. Para o ano 2010 a produção da cachaça alcançou 10.000 litros. Para o ano 2011 a produção da cachaça ficou comprometida porque o produto não é portador do registro da ANVISA e a comercialização fica restringida.

O consumo de eletricidade da COOPALMEIA é baixo.

O consumo de eletricidade atual é para a produção de rapadura, melado e açúcar mascavo e a conta chega baixa, entre R\$56,00 e R\$58,00. Enquanto o alambique estiver parado a conta vai vir baixa (ANTONIO, 2011).

Existem questões técnicas-administrativas e autorizações necessárias para a Cooperativa funcionar plenamente.

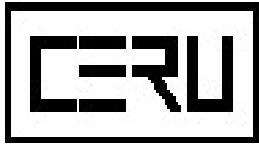
Canais de comercialização da rapadura e da cachaça da no CCP COOPALMEIA

Todos os produtos da Cooperativa são colocados no Barracão, uma pequena casa de madeira na beira da estrada, na entrada da agroindústria. A comercialização da cachaça é restrita ao Barracão porque existem processos de registro do produto que estão em curso e que impedem a sua maior divulgação nos mercados da região.

A rapadura pequena (30 gramas) é a principal atividade da Cooperativa e os consumidores são as prefeituras de Muzambinho, MG, e Nova Resende, MG. O recurso para pagamento do fornecedor é proveniente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O licenciamento ambiental, a legalização da cachaça e a renda da NO CCP COOPALMEIA no contexto familiar

A Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Sul de Minas Gerais (SEMAD), analisou e concedeu certificação (nº 745006/2009) atestando que a



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

COOPALMEIA apresenta potencial poluidor reduzido, não passível de licenciamento e nem mesmo de autorização ambiental para funcionar. A Cooperativa precisa requerer junto aos órgãos ambientais competentes a outorga para o uso dos recursos hídricos.

O principal problema da COOPALMEIA é a ausência de documentos que formalizam a comercialização do principal produto da cooperativa, a cachaça. A Cooperativa está registrada no Ministério da Agricultura, mas não tem a documentação emitida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Sem este documento a comercialização da cachaça fica restringida.

Houve desencontro entre a visita dos técnicos da ANVISA e os cooperados para receber os visitantes. Os cooperados trabalham na cooperativa nos finais de semana e durante a semana trabalham nas próprias propriedades, e a ANVISA faz as visitas durante a semana. Segundo Labanca (2011) a visita da ANVISA não é agendada, não é avisada, é uma visita surpresa.

Outra dificuldade da COOPALMEIA é o registro da cachaça na Receita Federal. A Cooperativa iniciou o registro da cachaça na Secretaria da Receita Federal para obter o selo de controle que indica o registro do produto. Para o momento resta aguardar o parecer da Receita Federal. Enquanto o parecer não é emitido a produção e a comercialização da cachaça ficam condenadas.

Um terceiro ponto levantado é a gestão da Cooperativa. Segundo Domingos (2011) [...] o nosso contador não conhece como funciona uma Cooperativa e a agricultura familiar não tem que pagar tanto imposto. Existe, como se percebe, ausência de informação sobre o funcionamento da própria Cooperativa. Aí é pertinente o seguinte questionamento. Como preparar os Cooperados para responder aos questionamentos de organização administrativa, tributária e legal da Cooperativa?

Independente das dificuldades da Cooperativa e, inclusive, dos negócios perdidos, os cooperados reconhecem que a COOPALMEIA gerará ser fonte de ingresso atraente.

O consumo residencial de eletricidade e a valorização econômica das propriedades no bairro palmeia

O acesso à eletricidade nas residências dos cooperados tem a seguinte representação para o contexto familiar: pagar pelo próprio consumo de eletricidade, aquisição de eletrodomésticos, valorização do Bairro Rural.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

O primeiro ponto, segundo relatos catalogados ao longo da coleta de material primário, significou o final de um problema que insistia em perturbar o cotidiano do Bairro: a conta de energia elétrica compartilhada. O acesso à eletricidade no Bairro Palméia foi feito entre 1982 e 1983. Algumas residências foram beneficiadas e outras não. O crescimento das famílias (casamentos e nascimentos dos filhos, por exemplo) e outras que adquiriram propriedade no Bairro testemunharam o aumento de pessoas. Para este novo contingente populacional não foi disponibilizado o fornecimento de energia elétrica da rede de distribuição de energia elétrica oficial.

A resposta para o problema foi a extensão ilegal da rede de distribuição de energia elétrica popular (gatos). A partir das residências com o abastecimento de energia elétrica oficial foram iniciadas extensões populares até as residências não abastecidas. Nesta situação a qualidade da energia elétrica é ruim. Por exemplo:

- Banhos frios: chuveiro elétrico dificilmente aquece a água.
- Iluminação deficiente e amarelada.
- Interrupções, quedas abruptas no fornecimento de energia elétrica seguido de longo período para reativar o fornecimento.
- Alimentos estragando no refrigerador (refrigerador não refrigera e o congelador do refrigerador não congela).

Com o PLPT ocorre maior consumo de equipamentos eletrodomésticos eletrônicos, sendo que os mais citados são: geladeira e TV, rádio e celular, microcomputador, forno (Pesquisa de campo, 2011).

O gráfico 1 apresenta o valor médio das contas de energia elétrica.

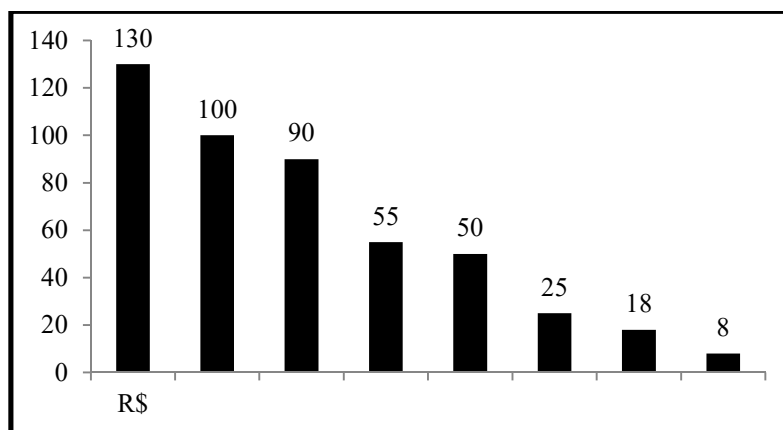
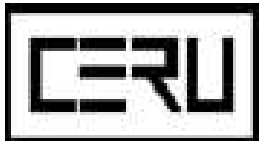


Gráfico 1 - Valor médio do custo da conta de energia elétrica residencial, últimos 12 meses, Bairro Palméia (dez. - nov.). Fonte: Pesquisa de campo (2011).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Embora a instalação do padrão nas residências do bairro Palmeia esteja implementado é frequente a ocorrência de interrupções no fornecimento. A qualidade da eletricidade disponibilizada é ruim.

Foram identificadas as reformas na infraestrutura residencial e extensões nas residências (novos cômodos), construção de galpões e projetos futuros.

Os interlocutores atestam que as reformas e extensões estão contribuindo para a valorização econômica do Bairro. A observação de Piza (Piza, 2011) reflete a valorização da propriedade após o fornecimento de eletricidade no Bairro.

Quando você vai comprar um pedaço de terra a primeira pergunta é se tem luz. Se existir luz a propriedade tem preço alto e se não existir luz a propriedade baixa o preço (PIZA, 2011).

No plano da representação política os interlocutores responderam o seguinte: Em quem o Sr./Sra. votou nas duas últimas eleições presidenciais? O gráfico 2 apresenta os resultados

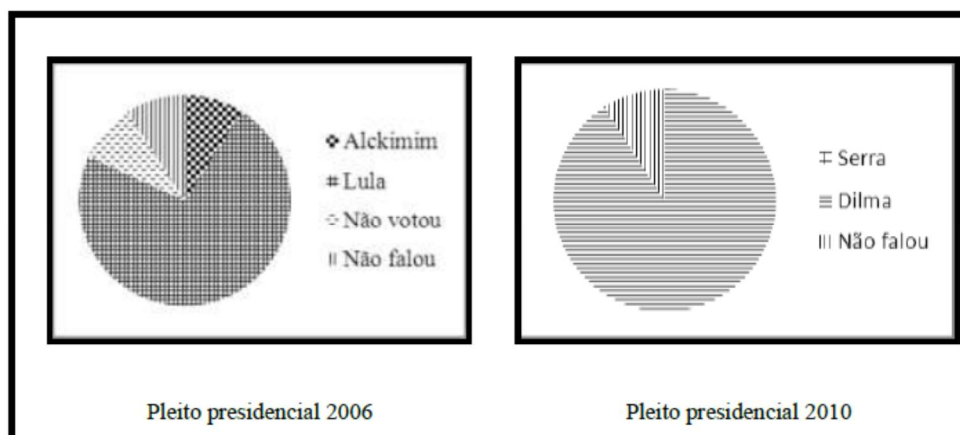


Gráfico 2 - Resultado do pleito presidencial para associados da Coopalmeia.

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Conforme se vê, o pleito presidencial de 2006, as informações demonstram a preferência pelo pela reeleição do candidato situacionista. Para o pleito de 2010, com o processo de universalização em curso no Bairro e a Agroindústria já inaugurada, a posição situacionista dos interlocutores é a mais enfatizada.

É possível estabelecer a relação entre o PLPT e a resposta do eleitor beneficiado na urna. Para o pleito presidencial de 2006, a preferência pela reeleição pode ser respondida a partir do envolvimento do Bairro com a economia solidária e as políticas de incentivo à agricultura familiar. Para o pleito de 2010, a escolha pela candidata situacionista pode ser identificada como a resposta do Bairro Palmeia às políticas de universalização e de construção da agroindústria.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

CENTRO COMUNITÁRIO DE PRODUÇÃO COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS FAMILIARES DO BAIRRO MACAÚBAS

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais Familiares no Bairro Rural de Macaúbas, distante 23 km ao norte do centro da cidade de Muzambinho/MG, desenvolve atividades relacionadas à lavoura da mandioca para a produção do polvilho, matéria prima para o biscoito de polvilho e o pão de queijo.

A pesquisa de campo contou com a contribuição de 11 famílias interlocutoras associadas à Agroindústria de Polvilho de Macaúbas. O perfil das atividades desenvolvidas nas propriedades das famílias cooperadas envolve: galinha, milho, porco (esses três integram a dieta familiar), verduras, arroz, mandioca, cereais.

8 (oito) famílias recebem recursos do PRONAF, e 3 (três) famílias não o recebem.

A Agroindústria de Polvilho do CCP de Macaúbas

A Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Macaúbas nasceu em 1996 como uma das demandas do Bairro, e no ano 2002 foram iniciadas as tratativas do projeto Agroindústria Comunitária Macaúbas.

A construção da agroindústria de polvilho do Bairro Macaúbas contou com diferentes recursos, que se seguem.

- Terras. Área de 1 hectare na comunidade doada por dois irmãos para construir a agroindústria.
- Programa Minas Sem Fome, Governo do Estado de Minas Gerais. Por intermédio do Programa Minas Sem Fome, a Emater repassou recursos para finalizar a construção do galpão da agroindústria. Foram adquiridos cimento, tinta, blocos, e outros equipamentos (máquinas para embalar e homogeneizar, seladora, balanças).
- Participação política do Senador Hélio Costa para liberação dos recursos Sincov (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos do Governo Federal), e do Deputado Estadual Almir Paraca. Aquisição de trator e implementos agrícolas.
- Furnas. Concessão de recursos para construção do galpão e aquisição de máquinas beneficiadoras do polvilho (lavador, condutor, ralador, centrífuga, bombas d'água). Doação de trator e caminhonete. Política de responsabilidade de Furnas concedeu R\$80.000,000 para aquisição de infraestrutura física e acabamento da Agroindústria.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

- 21 famílias da comunidade fizeram empréstimo bancário para finalizar a construção do galpão. O total de R\$130.200,00. Foram R\$6.200,00 para cada família.
- Fundação Banco do Brasil. Financiamento da estrutura física da Agroindústria (estoque, refeitório e dependências administrativas). R\$36.022,00.
- Emater. Assessoria técnica e financeira, curso de gestão.
- Prefeitura. Terraplanagem da propriedade.
- Instituto Federal Sul de Minas, Muzambinho. Análise da água utilizada no processo de produção do polvilho. Pesquisa domiciliar na área urbana de Muzambinho para conhecer o perfil domiciliar do consumidor;
- Recursos PRONAF para produção do polvilho.

A lavoura de mandioca e a comercialização do polvilho

As etapas do processamento e da manipulação da mandioca ocorrem entre os meses de maio e setembro, e a secagem natural do polvilho no período de outubro até abril.

Com o início da produção comercial do polvilho houve a demanda pela extensão da propriedade para o cultivo da mandioca. As famílias cooperadas fizeram acordo para cultivar ½ hectare do tubérculo na própria propriedade. A segunda etapa desta proposta, dependendo dos resultados iniciais, foi arrendar propriedades para ampliar a lavoura da mandioca.

A lavoura da mandioca da Agroindústria produziu 22 toneladas por hectare, em 2009, e 35 toneladas por hectare, em 2010. A partir de 2010, com a Agroindústria em funcionamento e o arrendamento de 7 alqueires de terras, a produção do polvilho atingiu 50 toneladas, e até setembro de 2011 o total de 130 toneladas. Importante destacar que a média nacional equivale a 10 toneladas por hectare.

Da produção do polvilho são extraídos resíduos com valor comercial. Um deles é comercializado, com sucesso, para alimentação bovina. A água do tanque de decantação é outro resíduo com potencial comercial.

O consumo da eletricidade na Agroindústria é caracterizado pela alta e a baixa produção. Na alta produção a infraestrutura funciona plenamente. Na baixa produção a infraestrutura Agroindustrial não é utilizada integralmente porque é o período para secar o amido de polvilho (com iluminação natural). Na alta produção do polvilho (de maio até setembro), quando a infraestrutura funciona plenamente, o consumo de eletricidade equivale a 1.500kwh, a um custo



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

de R\$450,00. Na baixa produção do polvilho (de outubro a abril), quando a infraestrutura não é utilizada integralmente, o consumo de eletricidade equivale a 250kwh, a um custo de R\$80,00 (Pesquisa de campo, 2011).

Legalização da agroindústria, comercialização do polvilho e renda no contexto familiar.

A legalização da Agroindústria é uma das questões que demandam preocupações. Trata das relações entre as Agroindustriais e o poder público. Aí se encontram os custos para a legalização, a demora para viabilizar a documentação, as visitas da vigilância sanitária e as avaliações técnicas pautadas em questões de alteridade.

Segundo Silva (2011) a Cooperativa vem sendo implantada desde 2005 e os principais custos ocorrem com a papelada, a legalização, os documentos, e não sobrava nada para a gente.

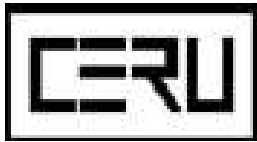
A inscrição estadual e o CNPJ já foram entregues, mas os documentos da ANVISA são difíceis. Alguns dos conflitos entre associados e técnicos foram apresentados e aqui são relatados. Um dos problemas da vigilância sanitária é o envio de técnico pouco preparado ou não preparado para analisar a produção de polvilho azedo.

A seguir serão apresentadas questionamentos e propostas dos técnicos da ANVISA para a Agroindústria.

1. Durante visita técnica feita pela ANVISA foi relatado o mau cheiro do polvilho, originado pelo processo de fermentação. O profissional responsável pela visita questionou sobre a possibilidade de encontrar algum produto (ou algo semelhante) que reduzisse o forte odor, isto é, sem saber que a natureza da fermentação do polvilho provoca o odor.
2. Outro técnico da ANVISA não aceitou a presença de telas envolvendo os tanques de fermentação. A recomendação foi a seguinte: substituir as telas por vidros. O problema, segundo associados da Agroindústria, é que o tanque de fermentação não trocaria os gases do processo de fermentação com a atmosfera.

Diante da recomendação técnica da ANVISA a posição da Agroindústria era a seguinte:

1. diferentes técnicos avaliando com diferentes formas e metodologias.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

O consumo residencial de eletricidade e a valorização econômica das propriedades no Bairro Macaúbas

Quando as famílias entrevistadas são questionadas sobre a valorização econômica do Bairro Rural após o fornecimento de energia elétrica, as respostas confirmam a valorização.

As famílias confirmam que o acesso a eletricidade trouxe:

- Antena parabólica.
- Transformador próprio.
- As propriedades valem muito mais que antes.
- Tem muita gente vindo aqui. Passam, olham, especulam e vão embora.
- As casas melhoraram muito e já tem bastante casa com laje.

A aquisição de parabólicas sugere maior informação, a valorização econômica das propriedades corresponde à valorização de cada imóvel do Bairro e dos investimentos na infraestrutura residencial (aquisição de material para a construção civil).

Há, ainda, o interesse em investir no próprio imóvel e na aquisição de equipamentos.

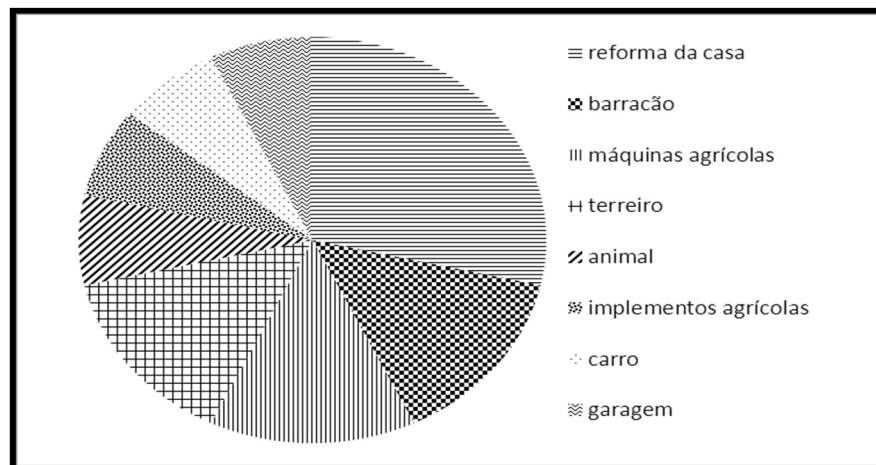


Gráfico 3 – Investimento na infra-estrutura residencial. Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Quando os associados são questionados sobre a maior ou menor presença de eletrodomésticos na residência, as respostas admitem a maior quantidade de equipamentos e destacam o interesse em continuar comprando. Os equipamentos eletro-eletrônicos mais comentados são: geladeira, TV e Ferro, rádio, celular e tanquinho, forno (Pesquisa de campo, 2011).

A aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, investimentos na infraestrutura residencial, máquinas e implementos agrícolas indicam a presença de maior capacidade de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

renda, de trabalho e de pagamento. Os 11 (onze) cooperados reconhecem a contribuição decisiva da Agroindústria com a renda familiar.

A conta de consumo de energia elétrica não representa preocupação familiar é reduzida. O valor médio da conta de consumo de energia elétrica é apresentado a seguir.

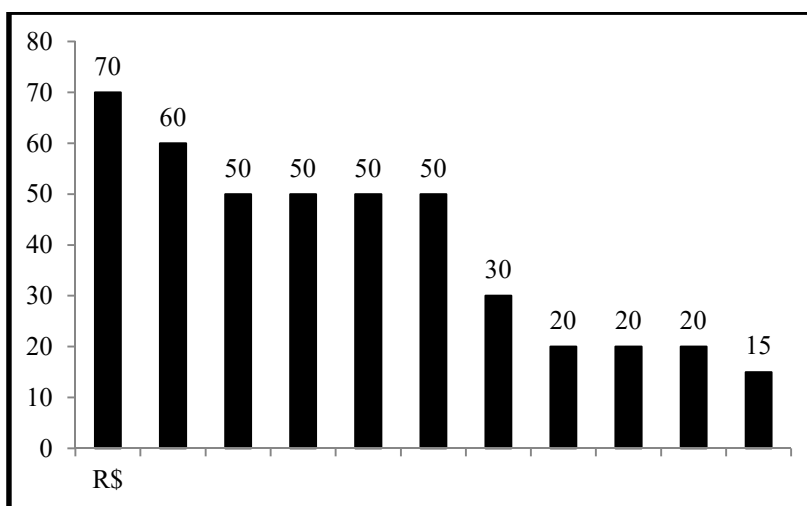


Gráfico 4 – Valor médio do custo da conta de energia elétrica residencial, bairro Macaúbas.

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

No plano da representação política, a orientação do eleitor associado à Agroindústria de Macaúbas não necessariamente corresponde aos propósitos do governo que intervem no Bairro com políticas públicas. Tais associados seriam os mais interessados em compor a base aliada do governo. O acesso à energia elétrica e à infraestrutura da Agroindústria poderiam ser determinantes para os associados elegerem representante que compõem o quadro político situacional. Quando os cooperados são questionados sobre os candidatos escolhidos nas duas últimas eleições presidenciais, as respostas são apresentados nos gráficos a seguir.

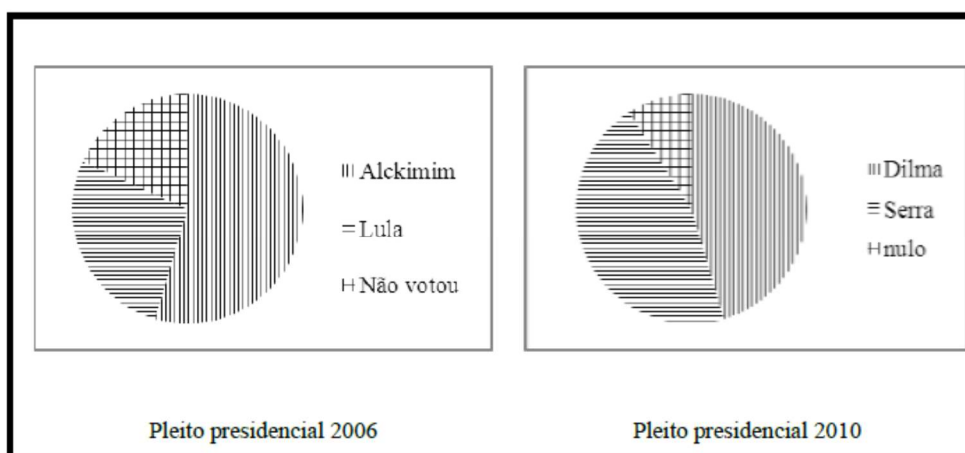
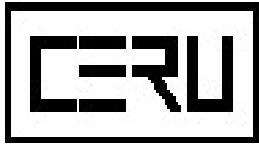


Gráfico 5 - Resultado do pleito presidencial para associados da Agroindústria de Macaúbas, 2006 e 2010. Fonte: Pesquisa de campo (2011).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

O resultado encontrado para as duas últimas eleições presidenciais são distintos daquilo que poderia ser classificado como ação natural. É fato que ao longo da primeira gestão do governo do Partido dos Trabalhadores, a execução do PLPT ainda não alcançava a cidade de Muzambinho e isto, possivelmente, seja o elemento determinante para a escolha do representante político presidencial. Dado que a história da ausência de eletrificação rural no país é extensa, não será estranha a presença de dúvidas e desconfiâncias sobre a execução da política de universalização. Reconhecer a presença desta política poderá ocorrer somente a partir da sua materialização. No pleito presidencial de 2006, para os associados da Agroindústria, este posicionamento é aceito porque não existia a agroindústria e o PLPT ainda não havia iniciado em Muzambinho.

Para o pleito presidencial de 2010, o resultado das escolhas do candidato ainda contrastam com o que seria natural, ou seja, a maior presença de eleitores da situação. A política de universalização estendida até o Bairro Rural Macaúbas e a materialização da Agroindústria de Polvilho não foram suficientes para transformar os cidadãos beneficiados em eleitores da situação.

PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS E MORANGO NO BAIRRO SERRINHA

A pesquisa com hortaliças e morango no Bairro Rural Serrinha, distante 5 km do centro municipal. O trabalho com as hortaliças ocorre desde os anos 1980 e o trabalho com o plantio do morango foi iniciado recentemente.

Durante o período que a propriedade não dispunha de eletricidade havia o uso do ferro a carvão, rádio de pilha, TV que funcionava com motor diesel, chuveiro a gás, lamparina a querosene. Existia na propriedade animais domésticos (cachorros, gatos) e animais que compunham a dieta alimentar (porco, galinha, vaca).

Uma característica da produção agrícola de hortaliças é o consumo alto de água. A ausência de eletricidade na propriedade conduziu o proprietário a manter a atividade utilizando o motor diesel para bombear água para a lavoura de hortaliças.

O custo da produção de hortaliças anterior ao fornecimento de energia elétrica era, majoritariamente, o consumo do diesel para bombear água.

A instalação do transformador do Luz Para Todos ocorreu em dezembro de 2007.

O consumo de energia elétrica é o seguinte.

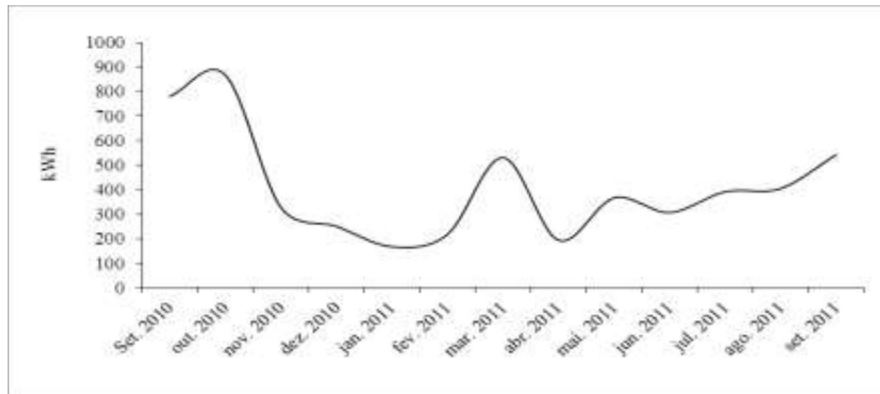


Gráfico 6 - Consumo de energia elétrica da produção de hortaliças. Fonte: Pesquisa de campo (2011). PS: Foi consultada a conta de energia elétrica da propriedade.

As culturas trabalhadas na propriedade são as seguintes: alface, chicória, almeirão, acelga, couve, almeirão, pimentão, abobrinha, mandioca, cujas sementes e mudas são adquiridas no CEASA, em Poços de Caldas. Além de a eletricidade incrementar a produção de hortaliças, decorrente dos resultados satisfatórios para o proprietário, foi iniciado um teste com o cultivo do morango, em março de 2011.

A comercialização das hortaliças e da fruta ocorre em duas quitandas próprias. Uma delas é a extensão da garagem da residência urbana do proprietário e a outra é alugada, em frente à rodoviária municipal. Para cada uma das quitandas existe um funcionário (uma irmã e um filho) e na lavoura três outros (proprietário, filho e ajudante).

A produção de hortaliças é comercializada em duas quitandas próprias, tal fato, indica que o acesso à energia elétrica promoveu modificações substanciais nos quotidianos profissional e familiar, e na ampliação do poder de consumo familiar.

No plano político, o pequeno produtor rural compartilha das pesquisas que relacionam a presença da política pública com as respostas do eleitor nas urnas. A candidata de Dias (2011b) na última eleição presidencial foi Dilma e na penúltima o voto foi dedicado ao candidato Lula. Vale recordar que a eleição presidencial de 2006 ocorreu sem que houvesse eletricidade na propriedade do entrevistado, a qual foi instalada em dezembro de 2007. O eleitor entrevistado, neste caso, escolheu Lula por conta do próprio histórico de eleições anteriores. No caso da escolha da candidata Dilma, a referência é o padrinho político Lula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O histórico da expansão da rede de distribuição de energia elétrica nos bairros rurais



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

envolveu muitos e diferentes projetos de eletrificação rural, privados e públicos, em implementação simultânea e utilizando como o principal critério para as expansões a cobrança das instalações. As experiências com arranjos institucionais entre o poder público (governos federal, estadual, municipal), empresas concessionárias de energia elétrica, bancos de financiamento e cooperativas rurais contribuíram para a evolução da eletrificação rural no Brasil.

Precisamente, com relação ao PLPT, no contexto da crise do fornecimento de energia elétrica, 2001, há articulação entre os agentes econômicos (indústria brasileira de energia elétrica) e o agente político (governo federal) que originou o Acordo Geral do setor elétrico para recompor o mercado de eletricidade em crise e, somente enquanto moeda de troca, as Concessionárias concordaram em cumprir lei nº 10.438/2.002 de universalização do atendimento e iniciar o acesso gratuito ao fornecimento de energia elétrica.

A política de universalização e o PLPT romperam com a concepção que determinava a compra da infraestrutura para a prestação do serviço de energia elétrica rural, e finalizaram com a estratificação que definia as famílias que podiam e aquelas que não podiam comprar e acessar o fornecimento. Ainda, as ações multissetoriais e programas sociais integrados ao PLPT, contribuíram com a oferta de políticas de desenvolvimento rural, e com a presença de políticas sociais junto aos bairros rurais e famílias beneficiadas pela universalização do acesso e uso da energia elétrica.

É necessário destacar a ocorrência dos limites das Cooperativas (Palmeia e Macaúbas) para atender as determinações os procedimentos administrativos que requerem os órgãos públicos. São obrigações que, em muitos casos, saem das mãos desses trabalhadores e trabalhadoras pela falta de instrução.

As Cooperativas encontraram dificuldades com as legislações trabalhista, legal, tributária, e ausência de assessoria que oriente sobre os impostos a serem pagos pelas atividades cooperativas, bem como os impostos pagos pelas cooperativas que utilizam matéria prima da produção agrícola familiar.

A coleta de dados primários no CCP de Macaúbas, CCP da Palmeia e na produção agrícola familiar de hortaliças apresentaram diferenças substanciais ao longo da tabulação de dados. A coleta constatou para cada uma das três gerações de renda um grau diferente de satisfação, que se seguem.

- Rendimentos satisfatórios → Produção de hortaliças.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

- Rendimentos satisfatórios e questões legais a serem respondidas → CCP Macaúbas.
- Rendimentos insatisfatórios e questões legais a serem respondidas → CCP Palmeia.

O problema de comunicação com a ANVISA acontece na Cooperativa da Palmeia e de Macaúbas.

O histórico para produção agrícola familiar que aponta dificuldade para comercialização da mercadoria não foi identificado nas Cooperativas e na produção agrícola de hortaliças. Apenas a Agroindústria da Palmeia deixou de produzir porque faltou documentação, mas o que estava produzido foi comercializado.

As relações produtivas e comerciais das duas cooperativas e a produção de hortaliças estudadas encerram o circuito iniciado pela política de universalização e respondem pela expansão do Estado capitalista. Simultânea à satisfação das pessoas, famílias e Bairros rurais beneficiados pela política de universalização está o forjar da legitimidade do Estado capitalista, e a sua expansão, em espaços historicamente marginalizados pela própria economia capitalista.

Finalmente, o acesso ao fornecimento de eletricidade produziu, produz e produzirá modificações nas dinâmicas sociais, ambientais, culturais, econômicas, características que determinam a necessária prospecção de informações nos territórios beneficiados pelo PLPT.

REFERÊNCIAS

ANTONIO. Informação verbal. Entrevistador: Alexandre Jeronymo. Muzambinho, 2011.

BETIOL, Genésio. Programa Luz Para Todos em São Paulo: Planos de obras confrontados com a prática das distribuidoras, visando redução de custos com a eletrificação rural. 2005. Dissertação (Mestrado em Energia) Programa de Pós Graduação em Energia da Universidade de São Paulo.

BRASIL. Decreto Federal. Institui o Programa Nacional de Eletrificação Rural Luz no Campo e dá outras providências. Brasília, DOU, 3. dez. 1999.

_____. Decreto Federal nº 4.873. Institui o Programa Nacional de Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz Para Todos” e dá outras providências. Brasília, DOU, 12 de nov. 2003.

_____. Decreto Federal nº 41.019. Obrigatoriedade das concessionárias fornecerem energia elétrica regional. Brasília, DOU, 12. mar. 1957.

_____. Decreto Federal nº 67.052. Institui o Fundo de Eletrificação Rural e dá outras providências. Brasília, DOU, 14 ago. 1970.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

_____. Lei Federal nº 10.438. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Proinfa e a CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica [...]. Brasília, DOU, 29 abr. 2002.

_____. Medida Provisória nº 14, Dispõe sobre a expansão da oferta de energia emergencial e dá outras providências. Brasília, DOU, 21 dez. 2001.

CAMARGO, Edinaldo; SELLES, Fernando; GUERRA, Sinclair Mallet Guy. O Programa Luz Para Todos: metas e resultados, Revista Espaço e Energia, Curitiba, nº 9, out., 2008.

CONGRESSO NACIONAL. Comissão Especial Mista destinada a estudar as causas da crise de abastecimento de energia no país, bem como propor alternativas ao seu equacionamento. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2002.

DOMINGOS, C.. Informação verbal. Entrevistador: Alexandre Jeronymo. Muzambinho, 2011.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS. Centros Comunitários de Produção. 2015. Furnas Centrais Elétricas. Disponível em: <<http://www1.furnas.com.br/luzparatodos/CCP.htm>>. Acesso em jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aspectos socioeconômicos: índice de atendimento. 2012. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/aspectos_socioeconomicos/11_2_1.htm>. Acesso em; 10. mai. 2016.

JERONYMO, Alexandre Cosme José; GUERRA, Sinclair Mallet – Guy. Caracterizando a evolução da eletrificação rural na brasileira. Redes, v. 23, nº 1, jan./abr. 2018.

PESQUISA DE CAMPO. Pesquisa de campo: Cooperativa da Palmeia, Cooperativa de Macaúbas, Produção agrícola familiar. Muzambinho, 2011.

PIZA, M.. Informação verbal. Entrevistador: Alexandre Jeronymo. Muzambinho, 2011.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS. O Programa: resultados. 2016. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em jan. 2018.

SÃO PAULO. Decreto nº 41.187. Institui o Programa de Eletrificação Rural Luz da Terra e a Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo. São Paulo, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 25. set. 1996.

SILVA, M. A.. Informação verbal. Entrevistador: Alexandre Jeronymo. Muzambinho, MG. 2011.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

A GRANDE FAZENDA CAFFEEIRA DO OESTE NOVO PAULISTA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: ESTRUTURA PRODUTIVA E RELAÇÕES DE TRABALHO⁶³

SANTOS, Anderson Pereira dos⁶⁴

Resumo: Este artigo tem por objetivo debater as principais características da produção cafeeira no Oeste Novo Paulista na primeira metade do século XX. Discutiremos o processo de expansão cafeeira e de ocupação da terra, que constituiu a cisão entre grandes e pequenas propriedades, entre fazendeiros e sítiantes. Posteriormente, focalizamos o estudo da estrutura produtiva das fazendas cafeeiras e de suas relações de produção.

Palavras-chave: Expansão cafeeira. Oeste Paulista. Estrutura produtiva. Relações de produção.

Abstract: This article aims to discuss the main characteristics of coffee production in the Oeste Novo Paulista in the first half of the 20th century. We will discuss the process of coffee expansion and occupation of the land, which constituted the split between large and small farms, between farmers and small owners. Subsequently, we focused on the study of the productive structure of the coffee farms and their production relations.

Key-words: Coffe expansion. Oeste Paulista. Productive structure. Production relations.

Introdução

A chegada do café, em fins do século XIX, representa um ponto de inflexão na dinâmica econômica dos pequenos povoados do Oeste Novo Paulista, na medida em que suas atividades econômicas, que até aquele momento estavam voltadas para o abastecimento das regiões cafeeiras – principalmente através da pecuária e da produção de gêneros (milho, arroz, feijão etc.) e sustentadas pela exploração da mão-de-obra cativa –, serão então substituídas por um cultivo atrelado diretamente ao abastecimento do mercado mundial, e baseado na exploração de uma mão-de-obra livre, familiar, migrante. Este artigo tem por objetivo debater as principais características da produção cafeeira no Oeste Novo Paulista na primeira metade do século XX. Discutiremos o processo de expansão cafeeira e de ocupação da terra, que constituiu a cisão

⁶³ Este trabalho tem origem na pesquisa de mestrado, intitulada *Modernização Periférica e Agricultura: crise agrária e contradição campo/cidade no Oeste Paulista – Itápolis (1940-1970)*, que desenvolvemos junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP), sob orientação do Prof. Dr. Anselmo Alfredo.

⁶⁴ Mestrando PPGH-USP. E-mail: anderson.pereira.santos@usp.br



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

entre grandes e pequenas propriedades, entre fazendeiros e sitiantes. Posteriormente, focalizamos o estudo da estrutura produtiva das fazendas cafeeiras e de suas relações de produção.

A expansão cafeeira no Oeste Novo Paulista e o capital financeiro mundial

A cafeicultura constituiu-se, na primeira metade do século XX, como uma produção agroexportadora, produtora de mais-valor (lucro) através da exploração do trabalho de colonos e das relações familiares de sitiantes, que permitia importar aquilo que a sociedade brasileira não produzia: máquinas, óleos, remédios, alimentos, roupas etc., especialmente produtos ingleses, ou seja, os bens de produção e de consumo necessários à reprodução dos sujeitos do campo e das cidades. Ademais, nesse movimento de importações e de exportações de café, mas também através das taxas e impostos que incidiam sobre a produção cafeeira, o Estado Nacional extraía os recursos necessários à sua sustentação e de seus projetos de modernização, além dos capitais necessários para pagar as dívidas contraídas no exterior (DELFIN NETTO, 2009; PRADO JR, 2006). Por sustentar essas trocas e dívidas internacionais, podemos dizer que a cafeicultura reproduzia-se, na primeira metade do século XX, de forma deficitária, ou seja, ainda que produzisse uma grande massa de mais-valor pela exploração extensiva do trabalho livre, permitia, em verdade, a transferência de massas de mais-valia aos países do centro do sistema capitalista, o que remete à noção de *trocas desiguais*⁶⁵. Desta forma, a expansão cafeeira, na primeira metade do século XX, não possibilitava um processo de acumulação de riqueza endógeno, mas sim a transferência internacional de valores, que ocorria em função da desigualdade do tempo social de trabalho das fazendas e sítios do café – menor desenvolvimento das forças produtivas e extensividade em força de trabalho (ALFREDO, 2013) –, em relação à capacidade produtiva das indústrias europeia e americana⁶⁶. Desta forma, o Estado Nacional Brasileiro revelaria sua incapacidade de acumulação, pois não era capaz de reverter para si o mais-valor extraído na exploração do trabalho livre do campo (ALFREDO, 2013; LIMA, 2017), pois, como periferia, se inseria na reprodução mundial do capital.

⁶⁵ Sobre o conceito de trocas desiguais, cf. Grossman (1979), Mandel (1982) e Marx (2017). Nossa perspectiva difere da apresentada por Ruy Mauro Marini (2005) em *Dialética da Dependência*.

⁶⁶ Para muitos autores, a expansão cafeeira, baseada na exploração de relações não-especificamente capitalistas produção, foi o processo acumulativo-expansivo que teria permitido a passagem de um padrão de acumulação agrário-exportador para outro urbano-industrial (MARTINS, 2010).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Sem um processo significativo de acumulação interno, “[...] a expansão do agrário [na primeira metade do século XX] se tornaria imperativa para a manutenção das trocas com as economias centrais, haja visto que esse agrário se constituiria na única fonte de produção de valor” (LIMA, 2017, p. 158), ou seja, a expansão constantemente da produção dos gêneros exportáveis (café, açúcar, algodão etc.) tornou-se necessária para a reprodução da economia periférica como um todo, pois buscava-se compensar, através da ampliação das exportações agrícolas, a tendência à queda dos preços internacionais das matérias primas e, ao mesmo tempo, pagar os saldos negativos nas trocas internacionais e os empréstimos realizados no exterior e seus juros. No entanto, a superação deste processo espoliativo, através da ampliação das exportações agrícolas, revelava-se impossível na medida em que observamos o Estado Nacional lançar mão do expediente dos empréstimos estrangeiros a fim de complementar o mais-valor que não se retinha internamente. Lima (2017) ressalta que, nesse contexto, a economia periférica brasileira agroexportadora se reproduziria se e somente se os déficits gerados nas trocas internacionais fossem encobertos através de empréstimos ao estrangeiro, garantindo a reprodução da economia, a importação de produtos industrializados e o pagamento das dívidas com as casas financeiras inglesas, francesas, americanas etc. Parte desses capitais foram utilizados para retirar o excedente de café existente no mercado mundial, que, segundo consenso governista, depreciava os preços do produto agrícola. Constituíam-se, desta forma, as políticas de sustentação dos preços do café, conhecidas como políticas de valorização do café⁶⁷, as quais permitiram a *reprodução crítica* da cafeicultura durante toda a primeira metade do século XX. Desta forma, podemos dizer que a cafeicultura se expandiu, na primeira metade do século XX, na dependência de empréstimos internacionais, que viabilizaram as políticas governamentais de manutenção dos preços (PRADO JR., 2006; DELFIM NETTO, 2009). Caio Prado Jr, em *História Econômica do Brasil* (2006), ressalta que a expansão cafeeira se entrelaçou com a reprodução internacional de capitais estrangeiros, na fase imperialista do capital (LÊNIN, 2012). São capitais ociosos que, com a queda das taxas de lucro nas economias industriais, passam a buscar remuneração na periferia através da renda da terra e juros. De forma complementar, Sérgio Silva (1976) indica que as políticas de valorização marcaram a entrada definitiva do capital estrangeiro na comercialização do café nacional, ao mesmo tempo em que se ampliaram o número de filiais dos bancos estrangeiros no Brasil, de forma que “[...] a partir da valorização, a realização da mais-valia torna-se praticamente impossível sem o

⁶⁷ Sobre as políticas de valorização, cf. Prado Jr (2006) e Delfim Netto (2009).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

financiamento dos bancos estrangeiros” (SILVA, 1976, p. 68), ou seja, a cafeicultura se reproduziria cada vez mais dependente do consumo dos excedentes produtivos estrangeiros. Portanto, na primeira metade do século XX, a incapacidade de acumulação endógena de capitais determinava, como condição para a reprodução da economia periférica, a expansão das fronteiras do agrário, e, de forma particular, da atividade cafeeira. Nesse contexto espoliativo ampliava-se a entrada do capital financeiro estrangeiro, através de investimentos diretos, mas principalmente através dos empréstimos internacionais. Dívida externa que seria paga, posteriormente, por toda a sociedade, através dos impostos e taxas sobre exportações (de café) e importações.

As políticas de valorização não garantiram, no entanto, a acumulação de grandes massas de capitais através do setor cafeeiro, pois os preços estabelecidos em patamares baixos apenas cobriam a reprodução da maioria dos produtores (lucro médio)⁶⁸ (LIMA, 2017). Nesse contexto, o ônus da sustentação das políticas de valorização e os custos numerosos que incidiam sobre os produtores de café – como por exemplo a importação de maquinário, o pagamento de fretes de transporte (principalmente o ferroviário), o pagamento das empresas beneficiamento, o pagamento de empréstimos etc. – espoliavam a maior parte de seus lucros. Nesse sentido, podemos dizer que a cafeicultura se caracterizou mais pelo endividamento de fazendeiros e sitiantes e menos pela formação de grandes fortunas, o que punha dificuldades para investimentos no desenvolvimento das forças produtivas de fazendas e sítios. Como veremos, poucas foram as fazendas nas quais se fizeram grandes investimentos em capital constante, pois eram necessários, em contrapartida, volumes enormes de produção para pagar o capital investido. Portanto, os processos espoliativos e de transferência de mais-valia que marcam a economia brasileira na primeira metade do século XX não permitiram, ao nosso ver, um volume de acumulação tal que levasse ao revolucionamento das forças produtivas no e a partir do café. Por isso, na realização das atividades do campo se aproveitaram ao máximo os fatores produtivos disponíveis: terra e trabalhadores.

Expansão cafeeira e formação das fazendas e sítios do café no Oeste Novo Paulista

A queda dos rendimentos das antigas fazendas produtoras das regiões do Oeste Velho Paulista e do Vale do Paraíba é uma componente importante para compreendermos a migração

⁶⁸ O pagamento aos produtores garantido por essas políticas representaria apenas 50% do valor produzido no campo (DELFIN NETTO, 2009; LIMA, 2017).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

da *franja pioneira* em direção ao Oeste Novo Paulista na primeira metade do século XX. No contexto espoliativo que traçamos anteriormente e que incidia sobre as atividades produtivas de fazendeiros e sitiantes e no contexto de queda dos preços internacionais do café na primeira metade do século XX, apenas a ampliação da produção de fazendas e sítios garantiria a reprodução desses sujeitos, ou seja, a ampliação da produção das fazendas agiria como contratendência à redução de seus lucros, por isso, como dissemos, a expansão do agrário tornar-se-ia fundamental para a reprodução da economia cafeeira como um todo. No entanto, no interior da expansão cafeeira, problemas com a fertilidade dos solos e com o seu desgaste e problemas com a produtividade dos cafeeiros foram constantes⁶⁹. Ademais, as inovações tecnológicas aplicadas na agricultura não eram comuns à época, pois, como vimos, representavam um grande volume de investimentos e um grande volume de produção agrícola para pagá-los. Desta forma, dada a impossibilidade de aumentar a produção interna de suas fazendas e também de contrabalancear a queda da produtividade do campo através do uso de fertilizantes, adubos ou maquinários, os produtores de café buscaram manter ou aumentar a sua produção agrícola (volume de produção) através da expansão das plantações, ou seja, abrindo fazendas em novas áreas. Portanto, num contexto de dificuldades de acumulação de capitais através do setor agroexportador e de queda dos rendimentos das propriedades das regiões mais antigas de produção, o acesso à renda da terra diferencial encontrada nessas regiões de terra roxa do Oeste Novo Paulista tornou-se crucial para a reprodução da economia cafeeira como um todo. As fazendas cafeeiras tendiam, portanto, a um fenômeno crítico de reprodução através da *subprodutividade dos novos investimentos de capital na terra* (MARX, 2017), ou seja, com o passar dos anos os capitais vertidos nas fazendas tendiam a render menos; esgotavam-se as frações de renda da terra extraídas dos solos nas regiões do Vale do Paraíba e Oeste Velho Paulista, levando a cultura a se reproduzir mais à frente, a se expandir na forma da franja pioneira, em direção ao Extremo Oeste Paulista. Para compor seus lucros, decadentes ou estagnados nas regiões já exploradas e, ao mesmo tempo, espoliados através dos processos que descrevemos, muitos fazendeiros, impossibilitados de ampliar a produtividade da terra, expandiam suas produções buscando nas novas regiões sobrelucros na forma da renda da terra

⁶⁹ Martins (2010), citando dados da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, observa que no período de 1918 a 1928 houve uma queda de 15% a 30% na produtividade dos cafezais paulistas: “Nas regiões do antigo oeste novo, como a Mogiana, a produtividade caiu de 62,64 arrobas por mil pés de café para 38,30” (MARTINS, 2010, p. 113).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

(diferencial I)⁷⁰. Sob o baixo desenvolvimento das forças produtivas característico do campo brasileiro até meados do século XX, a obtenção do sobrelucro pelo capital agrário dependeria, desta forma, de maiores extensões de terras férteis incorporadas ao processo produtivo, de modo a se extrair do solo o excedente sobre o lucro médio na forma da renda da terra.

De forma complementar a este processo, José de Souza Martins (2010), encontrou na abertura das fazendas cafeeiras no Oeste Novo Paulista, através das relações de empreitadas⁷¹, o “[...] segredo da acumulação [primitiva] do capital na economia do café” (MARTINS, 2010, p. 66), ou seja, a migração de fazendeiros, saindo do Vale do Paraíba e do Oeste Velho em direção ao Oeste Novo, realizava-se, para o autor, pois ali naquelas terras novas poderiam acumular capitais através da abertura de fazendas. Na medida em que a terra era barata, o capital cristalizado na forma da fazenda, em plantios e também na infraestrutura (cercas, estradas etc.), aparecia nas mãos do fazendeiro como acumulação de capital, pois a montagem da estrutura produtiva da fazenda era relegada aos colonos, comprometendo-se o fazendeiro apenas com o pagamento de uma quantia irrisória de dinheiro aos trabalhadores no ato do recebimento do cafezal formado, quantia que “[...] representava o dispêndio monetário [realizado pelos trabalhadores] com o estabelecimento da plantação” (MARTINS, 2010, p. 65). Daí, para ao autor, a abertura constante de fazendas e a reprodução extensiva do capital cafeeiro, implicando, também, na incorporação constante mão-de-obra, ou seja, em Martins (2010), a expansão das fronteiras do café aparece como um processo acumulativo, no qual a exploração do colonato cumpria a função de produção de valor, e as relações de empreitada, de formação de fazendas, permitiam a reposição constante da acumulação primitiva nacional do capital através do campo.

Nesse sentido é que a grande lavoura se transformou numa indústria de produção de fazendas de café, além de produzir o próprio café. Desse modo, é que na economia cafeeira a reprodução do capital assumiu a forma de reprodução extensiva de capital, pela incorporação contínua e progressiva de novas terras à produção (MARTINS, 2010, p. 66).

Como vemos, a abertura de fazendas era de fato um ato poupador de capital para o fazendeiro do café; no entanto, não estamos certos de que este capital formado acumulava-se constituindo grandes fortunas. A história do café foi uma história de crises e de queda de preços, o que implicava endividamento e falência de fazendeiros e sitiantes. No limite, a cafeicultura

⁷⁰ Sobre as noções de rendas diferenciais I e II, cf. Marx (2017).

⁷¹ Tratava-se, para Martins (2010), de forma cafeeiras através da abertura de novas fazendas ou da ampliação de antigas, onde o fazendeiro atribuía ao trabalhador – imigrantes, caboclos, caipiras etc. –, num período de quatro a seis anos, as funções de: derrubada da mata virgem, limpa, preparação do terreno, plantio e formação dos pés de café, com direito à primeira colheita, remuneração por mudas formadas e permissão para o plantio de gêneros entre os pés de café (feijão, milho, arroz e algodão).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

apenas permitia a reprodução destes sujeitos, e não o acúmulo de grandes fortunas no setor, a não ser em raros casos. Na verdade, este capital formado através da abertura das fazendas no Oeste Novo Paulista não se acumulava nacionalmente, encontrando a sua realização na importação de mercadorias estrangeiras e nos gastos com a manutenção das fazendas (infraestrutura, beneficiamento, mão-de-obra etc.) e com o pagamento de impostos e dívidas. Não se trata, portanto, de um processo de acumulação primitiva nacional.

A partir do Vale do Paraíba, a cafeicultura seguiu em direção ao extremo Oeste Paulista, deixando, por onde passava, cafezais em queda de produtividade, cidades decadentes e fazendas convertendo-se ao algodão ou à pecuária ou fracionando-se em pequenos sítios (MONBEIG, 1998). Desta forma, na migração da franja pioneira as fazendas foram deixando de ser exclusivamente cafeeiras. Monbeig (1998) assinala que após a crise de 1929, no Extremo Oeste Paulista, o parcelamento da terra na forma de pequenos sítios, a criação de patrimônios urbanos, a expansão da pecuária e a extensão dos trilhos das ferrovias seriam os fundamentos da expansão da franja pioneira. Nas regiões mais antigas de produção (Vale do Paraíba, Oeste Velho e Oeste Novo), as crises recorrentes da economia cafeeira, e particularmente a grande crise de 1929, impulsionaram certa diversificação agrícola, levando à ocupação das terras menos produtivas por outras culturas de exportação – como o algodão, a cana-de-açúcar e a citricultura – ou pela pecuária; ao mesmo tempo, toma vulto o parcelamento das fazendas de café, expandindo as relações de produção baseadas no trabalho familiar dos sitiantes. Para parte dos grandes fazendeiros do café a diversificação agrícola permitiu contornar a forte crise pela qual passava o principal produto de exportação brasileira. Para muitos outros, a crise significou falência e o parcelamento de terras; buscaram na venda dos fragmentos de suas propriedades compensar em parte as grandes perdas acumuladas durante o longo período de preços baixos do café. Nesse contexto, expandiu-se, a partir da crise de 1930, o número de sitiantes no estado de São Paulo, grupo composto geralmente por antigos colonos que, de posse de algumas economias, mas principalmente através de empréstimos à grandes fazendeiros ou através da atuação de empresas de colonização, conseguiram a propriedade de pequenas parcelas de terra.

A grande fazenda cafeeira do Oeste Novo Paulista: estrutura produtiva.

Em meados do século XIX, Marx (2013) indicou o surgimento de “agriculturas capitalistas” na Europa, originadas do revolucionamento que a *grande indústria* impunha ao campo e caracterizadas pela mecanização dos cultivos, pela produção de uma superpopulação



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

de trabalhadores assalariados, pela aplicação tecnológica da ciência na agricultura etc. Diferentemente desta realidade, a cafeicultura praticada no Oeste Novo Paulista, na primeira metade do século XX, se definia como uma realidade extensiva em força-de-trabalho, com menor composição orgânica do capital, ou seja, apresentava incipiente mecanização e baixa produtividade do trabalho. A respeito do baixo desenvolvimento das forças produtivas na cafeicultura, Martins (2010) assinala que “[...] a produção de café se baseava numa aparente alta composição orgânica do capital” (MARTINS, 2010, p. 83), com grandes investimentos em maquinários e instalações de beneficiamento, ao passo que os dispêndios com capital variável eram baixos – porque, de forma geral, a força de trabalho produzia grande parte de seus alimentos através dos plantios de subsistência (arroz, feijão, batata, milho, legumes etc.). No entanto, “[...] a composição orgânica do capital era baixa, já que o peso da atividade da fazenda não estava no beneficiamento do café, mas no trato e, principalmente, na colheita” (MARTINS, 2010, p. 83). Portanto, até meados do século XX a agricultura paulista – na forma de seu principal produto de exportação, o café – reproduzia-se baseada no uso extensivo da força de trabalho e na baixa mecanização dos cultivos, configurando uma baixa composição orgânica do capital. Isso não significa dizer que se estava frente à uma realidade atrasada; trata-se de simultaneidade, como vimos, a expansão mundial do capital financeiro realizou-se na periferia capitalista expandindo as fronteiras do agrário paulista (LIMA, 2017; ALFREDO, 2013).

As fazendas cafeeiras do Oeste Novos Paulista, não mais autárquicas como às do Vale do Paraíba, apoiavam-se em um complexo de relações que entrelaçavam: fazendeiros, trabalhadores (assalariados, colonos, parceiros, etc.), Estado, grupos financeiros, bancos e seguradoras, compradores de café, empresas de energia elétrica e transportes (ferrovias), empresas de máquinas e ferramentas agrícolas, casas de exportação, etc. Em função deste novo padrão de reprodução do capital cafeeiro no Oeste Novo Paulista (MARTINS, 2010), também a arquitetura interna da fazenda se modificou.

As grandes empresas agroindustriais produtoras de café instalaram-se principalmente na região de Ribeirão Preto, dispo de usinas de beneficiamento sofisticadas, cujo maquinário era movido a vapor e, posteriormente, a eletricidade. Aí a senzala deu lugar à colônia, e a moradia do fazendeiro, menos suntuosa, afasta-se num jardim, pois hospedava o fazendeiro apenas durante algumas temporadas no ano, especialmente na época da colheita. O núcleo industrial, englobando as tulhas, a casa de máquinas e os terreiros, este, sim, representava a característica mais marcante da arquitetura das fazendas do Oeste Paulista (ARGOLLO FERRÃO, 2015, p. 206).

No entanto, mesmo essas as mudanças técnicas introduzidas nas fases de beneficiamento dos grãos do café, tidas como indícios de uma ampla modernização do sistema produtivo cafeeiro, como quer Frederico (2017), não permitiram ao próprio sistema superar as determinações de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

uma forma produtiva que se reproduzia a partir da exploração extensiva da força de trabalho do colonato e dependente do uso dos fatores naturais (água, clima, relevo etc.) como forma de compor suas forças produtivas. Reconhecemos, no entanto, a modernização do processo produtivo da fazenda cafeeira no Oeste Novo Paulista. A expansão cafeeira para o Oeste Novo Paulista coincide com o fim da escravidão e com a imigração subvencionada pelo governo. No Oeste Paulista, a parcela de capital da fazenda de café antes imobilizada no cativo estaria em parte liberta para funcionar como verdadeiro capital, ou seja, livre para ser aplicada produtivamente em máquinas modernas de beneficiamento do café ou gasta em salários. Daí, segundo Martins (2010), o desenvolvimento das forças produtivas que presenciamos na cafeicultura em fins do século XIX. Dentre as atividades produtivas da fazenda cafeeira (plantio, trato, colheita e beneficiamento), o beneficiamento apresentou o maior grau de mecanização, com a introdução de máquinas a vapor, ventiladores, vagonetas de transporte do café no terreiro, secadores, canais de transporte por gravidade, tanques de lavagem etc. (MARTINS, 2010, p. 130), modernização que não encontramos nas outras fases do processo produtivo da fazenda cafeeira⁷².

Esses investimentos no beneficiamento do café certamente se fizeram a nível da concorrência: aceleravam o processo produtivo, dispensavam certa quantidade de força de trabalho, permitiam secar completamente as cerejas etc., ou seja, diminuíram custos e permitiram o acesso a sobrelucros aos fazendeiros que os possuíam. Entretanto, salienta Sérgio Silva (1976, p. 55), “[...] o funcionamento desses equipamentos supunha grandes plantações, capazes de fornecer uma produção suficiente para tornar rentável esses investimentos”, e isso certamente foi um fator impeditivo para a disseminação dessas tecnologias. Ressaltamos, portanto, que essas inovações não se disseminaram, em função dos elevados investimentos para aquisição e manutenção que requeriam, ficando restritas apenas aos grandes fazendeiros⁷³. Para a maior parte dos produtores, particularmente para sitiantes, o acesso a essas inovações não era possível, ou seja, para a realidade produtiva do Oeste Paulista, a disseminação dessas tecnologias não foi ampla. Ademais, a mecanização da produção na fazenda cafeeira era, em realidade, incipiente, pois incorporava “[...] forças produtivas em momentos da produção do café” (ALFREDO, 2013, p. 385), de forma que a maioria das inovações se limitavam às

⁷² Sobre a modernização das outras fases do processo produtivo da fazenda, cf. Martins (2010), p. 131.

⁷³ Em nossas pesquisas sobre a produção cafeeira no município de Itápolis-SP na década de 1940, encontramos apenas 18 produtores de café, dos mais de 840 existentes naquele período, que possuíam máquinas de beneficiar café em suas propriedades.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

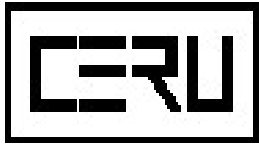
São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

operações de beneficiamento e transporte, ao passo que o plantio, o trato e principalmente a colheita, as atividades que punham o peso dentro da realidade produtiva da fazenda, ainda continuaram inferiores no sentido do desenvolvimento das forças produtivas e pouco intensivas na exploração da força-de-trabalho (SILVA, 1976). Desta forma, encontramos uma cisão dentro da estrutura produtiva da fazenda cafeeira do Oeste Novo Paulista, dois estágios de desenvolvimento das forças produtivas: dessa estrutura é possível identificar a incorporação da mecanização nos momentos de beneficiamento, conformando a forma relativamente industrial de beneficiamento do café proposta por Argollo Ferrão (2015) (terreiro de tijolos, tulha, maquinário agrícola, ferraria, secadoras, despoldadoras, turbinas de produção de energia elétrica, moinho etc.); mas é necessário reconhecer que, quando miramos os processos que se desenvolviam dentro da área propriamente agrícola, ponto nevrálgico da estrutura produtiva da fazenda de café, encontramos uma gama de trabalhadores livres e outros sujeitos que conformam a extensividade em força de trabalho que viemos apontando, com incipiente mecanização. Portanto, ao mesmo tempo em que a produção do café na fazenda do Oeste Novo Paulista aparece como um enorme desenvolvimento da capacidade produtiva em relação à fazenda autárquica do Vale do Paraíba, em essência, incorporavam-se as condições naturais (fertilidade do solo, água, relevo etc.) e um sem-número de trabalhadores ao processo produtivo, o que nos revela um problema no interior da unidade cafeeira, na medida em que ela não conseguia transcender as determinações da natureza e não atingia um revolucionamento interno ampliando a composição orgânica de seus capitais, o que teria lhe permitido atingir uma produtividade superior, determinações já superadas na agricultura dos países industriais.

As relações de trabalho na fazenda cafeeira do Oeste Novo Paulista

As etapas principais do trabalho na grande fazenda cafeeira do Oeste Novo Paulista – plantio, trato, colheita e beneficiamento –, foram marcadas por relações de trabalho distintas, mas que se constituíram como formas de trabalho livres (MARTINS, 2010; PRADO JR., 2014). O colonato, incumbido do trato e da colheita, caracterizou-se pelo trabalho coletivo nucleado em famílias e pelo acesso parcial aos meios de produção (MARTINS, 2010; STOLCKE,



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

1986)⁷⁴. Dentro da fazenda cafeeira, no plantio e na colheita, trabalhavam inúmeras famílias de colonos⁷⁵.

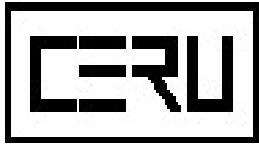
No livro *O Cativo da Terra* (2010), Martins identifica uma dissociação no processo de trabalho do colono: de um lado, o tempo de trabalho necessário, nos roçados, na produção direta dos meios de vida; de outro, o tempo de trabalho excedente, não-pago, nos cafezais. Ao explorar o trabalho do colono, o fazendeiro extrairia, segundo Martins (2010), o trabalho excedente na forma de *renda capitalizada*⁷⁶, pois o café apareceria nas suas mãos como renda paga, pelo colono, pelo direito de realizar seus roçados; já o trabalho nas lavouras de subsistência, tempo de trabalho necessário para o colono, era feito de forma residual. Mas, mesmo trabalhando em seus roçados, compondo parte do “salário” que não recebia na produção do café, em verdade, o colono trabalhava para o fazendeiro, pois transferia renda para o capitalista ao desonerá-lo da responsabilidade pelo pagamento dos salários, ou seja, “[...] quanto mais o colono trabalhava para si mesmo [...] mais ele trabalhava para o fazendeiro” (MARTINS, 2010, p. 76). Portanto, o colonato constituiria, para o trabalhador migrante, uma forma de arrendamento para o trabalho de subsistência, visando a reprodução camponesa; para o fazendeiro, uma forma de superexploração do trabalho que permitia a produção ampla de valor (MARTINS, 2010).

Centrados no acesso, ainda que parcial, aos meios de produção e baseados na produção familiar; livres, mas não totalmente expropriados, o colonato, a parceria e a empreitada configuravam para Martins (2010), relações sociais de produção não especificamente capitalistas, criadas, entretanto, no movimento de expansão do modo de produção capitalista. Para o autor, “[...] a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar” (MARTINS, 2010, p. 36) impossibilitaria definir tais relações como assalariadas, propriamente capitalistas, como propõe Prado Jr (2014). No entender de Martins (2010), na sua expansão, o capitalismo “não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 2010, p. 36). Dito de outra forma, o capitalismo produziria e reproduziria relações sociais de produção não especificamente capitalistas como condição de

⁷⁴ Sobre as relações de trabalho na fazenda cafeeira ver Martins (2010), p. 129.

⁷⁵ Havia ainda uma divisão familiar do trabalho na realização das tarefas dos colonos no cafezal. Na colheita, por exemplo, “[...] o homem, sobre uma escada de tripé, colhia nas partes altas do cafeeiro, a mulher nas médias e as crianças nas partes mais baixas, na saia da planta” (MARTINS, 2010, p. 72).

⁷⁶ Sobre o conceito de renda capitalizada ver mais profundamente em Martins (2010) e Martins (1983).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

sua sobrevivência e acumulação contínua, mas, nessas relações produzidas, não se apropriaria diretamente do processo produtivo, ou seja, não se assenhorava diretamente do processo de produção de capital, mas o fazia indiretamente, convertendo o produto dessas relações de trabalho em mercadoria, em renda capitalizada, controlando a circulação e a realização das mercadorias produzidas.

Abordar essas sociabilidades ditas não-capitalistas na perspectiva de uma forma camponesa de reprodução, ou seja, como relações de sociabilidade pensada como reprodução fechada, numa totalidade à parte da reprodução de uma outra totalidade, a capitalista, levou Martins (2010; 1983) à romantização do que constituiria a sociabilidade camponesa, como um universo fechado, de moral não-capitalista. Essa cisão capitalista/camponês só seria plausível caso fosse possível, no universo da reprodução capitalista, a constituição de consciências monetarizadas, capitalistas, e a constituição de consciências não-monetarizadas, camponesas, que não constituiriam a troca, baseadas no valor de uso. Ao nosso ver, é fundamental salientar que a produção destas realidades “[...] inserem-nas no percurso da modernidade pelas determinações da forma valor” (ALFREDO, 2008, p. 04), ou seja, ainda que apareçam como não-especificamente capitalistas, é o capital quem as produz. Neste sentido, a crítica da ontologia do trabalho camponês proposta por Martins (2010; 1983) estabelece-se aqui como necessidade para que possamos “[...] desvendar as distinções entre o aparecer e o ser do capital” (ALFREDO, 2008, p. 03), ou seja, as formas de apresentação do real, determinadas pela forma do valor, distinguem-se de seus sentidos imanentes e essenciais, sendo esta contradição essência/aparência a forma real (ALFREDO, 2008). Nesse sentido, apontaríamos para o fato de que a expansão da forma-valor pode produzir sociabilidades distintas, camponesas no entender de Martins (2010), no entanto, a produção dessas sociabilidades, no interior da expansão do capital cafeeiro, não deixaria de ser um fenômeno que constitui a própria reprodução pela mercadoria (ALFREDO, 2008).

Como vimos, no centro do processo produtivo cafeeiro duas figuras se defrontavam: a figura do fazendeiro, proprietário da terra e dos meios de produção, e a figura do trabalhador livre, proprietário da sua força-de-trabalho e de alguns implementos agrícolas. A *troca* entre equivalentes (MARX, 2013) – juridicamente iguais (livres) – está pressuposta na relação: o colono produzia uma mercadoria (o café) que era alienada pelo fazendeiro e em *troca* tinha o direito de realizar seus cultivos e recebia também uma quantia em dinheiro pelo trabalho realizado – assim, o valor de troca mediava todo o processo. Trata-se, portanto, de uma



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

realidade que pressupõe a “igualdade humana” como forma de consciência e implica na troca entre equivalentes, igualando os proprietários como proprietários de mercadorias e igualando os produtos trocados (MARX, 2013). Segundo Ruy Fausto (2015), somente como abstração o produto de um trabalho útil pode efetivamente passar para as mãos de outro sujeito, recebendo em troca uma certa quantia de dinheiro, ou seja, realiza-se um movimento de redução das qualidades das coisas, abstraindo-se suas utilidades e os diferentes trabalhos úteis que as constituíram, para um mínimo comum, portanto, realiza-se a redução ao quantum de trabalho abstrato objetivado. Nessa sociabilidade específica, capitalista, “[...] onde todo ato social tem por objetivo realizar o valor” (ALFREDO, 2001, p. 11), a essência do valor de uso contido nas mercadorias é apenas o de ser o suporte onde se expressam os distintos valores destas mercadorias, permitindo, desta forma, a realização do próprio valor. Portanto, a produção de valores de uso, no interior da atividade cafeeira, o roçado, só poderia ser entendida como aparência dessas relações de produção consideradas não especificamente capitalistas por Martins (2010), quando em essência é já valorização do valor que se põe. Nesse contexto, a realização dos roçados só adquiria sentido como possibilidade de redução dos custos com salário para o fazendeiro do café, e não pode ser pensada como atividade à parte, como produção camponesa.

A forma valor mediava todas as relações sociais na cafeicultura, expressando-se inclusive na consciência de enriquecimento dos colonos através do trabalho. Segundo Faleiros (2010), no movimento de expansão da franja pioneira, as regiões fronteiriças se tornavam mais atrativas para os trabalhadores migrantes, não pela maior disponibilidade de espaço e fertilidade do solo para plantio de alimentos, como quer Martins (2010), mas sim porque nessas regiões de fronteiras estabeleciam-se contratos de formação de cafezais (as empreitadas) que, em comparação à parceria – predominante nas regiões mais antigas –, eram mais rentáveis aos trabalhadores, pois estes, além de poderem receber o valor da produção na primeira colheita, vendendo-a, podiam receber até 62% do valor recebido pela cova formada (FALEIROS, 2010). Os pagamentos em dinheiro, evidentemente, eram atrativos de mão-de-obra, ou seja, a expectativa de ganhos punha esses sujeitos em movimento em direção ao Oeste Novo Paulista. Essa mobilidade do trabalhador na cafeicultura, em direção às regiões da franja pioneira, como mostram Monbeig (1998) e Faleiros (2010), indica que se realizavam movimentos de circulação de força-de-trabalho. Poderia se objetar que, ao ter acesso parcial aos meios de produção, o colonato, negaria a dupla liberdade para o trabalho (MARX, 2013), ou ainda, não estariam



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

completamente autonomizados dos meios de produção (BOECHAT, 2013), ao que lembramos que esse acesso constituía-se, em parte, como forma encontrada pelos fazendeiros das regiões mais antigas para restringir a própria mobilidade do trabalho (MARTINS, 2010).

A partir do que debatemos, podemos dizer que o colonato, como relação de trabalho não especificamente capitalista, não constituía uma negação do capital, pois estava no universo da acumulação através do café. A reprodução simples do colonato só pode ser entendida como aparência sob o capitalismo, quando em essência era a reprodução ampliada, a valorização tautológica do valor, que se punha. Caberia então analisar, a partir daqui, como a crise da realização da forma valor na atividade cafeeira impunha, como solucionamento, essas formas não especificamente capitalistas na cafeicultura.

Para Verena Stolcke (1986), o regime de colonato cumpria a função de depreciar o salário dos trabalhadores do campo através da reprodução pela subsistência, ou seja, em certo sentido, o colonato cumpria a função de produzir o seu próprio salário para que este não aparecesse como dedução dos ganhos do fazendeiro. Para Stolcke (1986), a exploração do trabalho no colonato permitiria salvaguardar os rendimentos do fazendeiro nos momentos de crise internacional do café, quando os preços se tornavam insuficientes para o pagamento dos investimentos realizados na cafeicultura e quando não possuíam condições de cumprir com as obrigações assumidas com os colonos. Já nos momentos de melhora dos preços, havia uma tendência de restrição aos plantios de subsistência, permitindo a transferência do tempo de trabalho para o trato e colheita na grande lavoura. Se estamos de acordo que havia transferência de valor entre os plantios de subsistência e a grande lavoura cafeeira, discordamos, no entanto, no fato de que a constituição dessas relações de trabalho respondia às crises internacionais do café. No limite, a proposição de Stolck (1986) leva à conclusão de que, se não ocorressem crises internacionais, dificilmente se configurariam essas relações de trabalho no campo brasileiro. Ademais, por que os fazendeiros optavam pela mão-de-obra de colonos nos períodos de auge cafeeiro e não puderam investir no desenvolvimento das forças produtivas de suas fazendas?

Para nós, a manutenção dessas relações de trabalho caracterizadas pelo acesso parcial à terra foi fundamental para os fazendeiros do café do Oeste Novo Paulista, pois permitiram a redução dos custos com força de trabalho num contexto onde os lucros com a atividade cafeeira tendiam a ser açambarcados pela inflação, pelas crises de superprodução, pela compra de produtos importados, pela queda dos preços internacionais de exportação, pelo pagamento de impostos etc., ou seja, pelas contradições da economia periférica brasileira. A crise de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

acumulação que perpassava a produção cafeeira, como buscamos demonstrar nos primeiros momentos deste trabalho, era impeditiva para o desenvolvimento das forças produtivas do campo, e expressa-se na constituição dessas relações de trabalho como meio para a reprodução do capital privado de fazendeiros. A concessão da casa, da área de plantio, de implementos, etc., em áreas de solos menos férteis no interior das fazendas do café do Oeste Novo Paulista, se realizava pois o fazendeiro, ao contratar o núcleo familiar, não tinha condições de pagar por tantos trabalhadores. Desta forma, os indivíduos permaneceriam aparentemente presos a terra pois o trabalho familiar se constituiria em um custo que deveria ser reduzido por meio da produção de sua subsistência. Ao mesmo tempo, ao permitir o cultivo dos roçados, o fazendeiro açambarcava o capital materializado na forma do cafezal. Portanto, o colonato se constituía como função de ampliação dos lucros do fazendeiro, como transferência de mais-valor no contexto de incapacidade de acumulação através do setor cafeeiro, e não simplesmente como produção de subsistência camponesa.

Considerações finais

Durante todo o artigo, buscamos debater as principais características da produção cafeeira no Oeste Novo Paulista. Passamos pela expansão cafeeira na sua interação com a crise de acumulação na periferia, debatendo, ademais, seu entrelaçamento com o capital financeiro internacional. Posteriormente, desenvolvemos uma interpretação sobre a expansão das fronteiras do café, a partir da crise da reprodução das fazendas nas regiões mais antigas de produção. O estudo da estrutura produtivas das fazendas do café também foi tratado, e buscamos demonstrar que esta estrutura, caracterizada pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas e pela extensividade do trabalho, era determinada pela incapacidade de acumulação de capitais através do setor cafeeiro, o que punha dificuldades de investimentos para fazendeiros. Por último, debatemos as relações de produção na fazenda cafeeira do Oeste Novo Paulista. Trouxemos algumas reflexões para debater a teoria do campesinato de José de Souza Martins e, por fim, propusemos uma interpretação dessas relações de trabalho atrelando as contradições da reprodução da economia cafeeira, sua incapacidade de acumulação, à constituição destas formas de trabalho. Como demonstrou Marx (2013; 2017), a forma do conceito do capital deve ser uma contradição entre acumulação e crise, e não apenas acumulação. Esse sentido nos mobilizou nas páginas anteriores, onde buscamos demonstrar como o movimento do capital é crítico, na periferia ou no centro do sistema capitalista. A crise,



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

como vimos, aparece na periferia como incapacidade de acumulação (ALFREDO, 2013). A partir deste aparato teórico chegamos à conclusão de que os processos econômicos e sociais são gestados, na periferia, pela crise da reprodução capitalista.

Referências

- ALFREDO, Anselmo. Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação. In: *Geosp – Espaço e Tempo*, Revista de Pós-Graduação, DG-FFLCH-USP, n. 24, 2008, p. 63-108.
- _____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2013.
- ARGOLLO FERRÃO, André M. *Arquitetura do café*. Campinas, SP: Edunicamp; São Paulo: Imesp, 2015.
- BOECHAT, Cássio A. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 2013.
- DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Campinas: UNESP/FACAMP, 2009.
- FALEIROS, Rogério N. *Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010.
- FAUSTO, Ruy. *Sentido da Dialética. Marx: Lógica e Política*. São Paulo: Vozes, 2015.
- FREDERICO, Samuel. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. In: _____. *Geosp – Espaço e Tempo*, Revista de Pós-Graduação, DG-FFLCH-USP, v. 21, n. 1, p. 73-101, abril. 2017.
- GAUDEMAR, Jean P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GROSSMANN, Henryk. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. Una teoría de la crisis*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo - Estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LIMA, Silvio M. *Colonização e Crise: A racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista*. Mestrado, FFLCH-USP. São Paulo, 2017.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Expressão Popular, 2005.
- MARTINS, José de S. *Os camponeses e a Política no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1983.
- _____. *O cativo da terra*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital*. Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: Livro III: O processo global da produção capitalista*. Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, Polis, 1998.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *A Revolução Brasileira/A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STOLCKE, V. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital, (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

O AGRONEGÓCIO E OS CONFLITOS SOCIAMBIENTAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO CHUMBO NO CERRADO DO PANTANAL MATO-GROSSENSE⁷⁷

MENDES, Giovana Rosangela Ferreira⁷⁸

Resumo: O artigo trata de um estudo que teve como proposta estudar e analisar os impactos da expansão do agronegócio, em especial da soja, sobre os modos de vida da Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo, localizada no município de Poconé-MT, situada na Região Norte do Pantanal Mato-grossense, local conhecido como “Cerrado do Pantanal”. Buscou-se apresentar os diversos conflitos e impactos de natureza ambiental e social vivenciado por esses moradores, sobretudo, aqueles decorrentes da entrada do agronegócio na Região, o avanço acelerado dos latifúndios das monoculturas, da mineração e da usina, que têm colocado em risco a existência da Comunidade. A Região é conhecida por suas belezas naturais e sua rica biodiversidade que contrastam com a busca pelo crescimento econômico.

Palavra chave: Agronegócio. Quilombola. Injustiça Ambiental.

Abstract: The article is about a study that had the aim to study and analyze the impacts of the expansion of agribusiness, especially soybeans culture, about the ways of life of the Community Quilombola Nossa Senhora do Chumbo, located in the municipality of Poconé Pantanal-MT, which is located in the Northern region of The Pantanal Mato-grossense, a place known as “Savana of Pantanal”. It aimed to introduce the various conflicts and impacts of social and environmental nature experienced by those residents, especially those arising from the agribusiness activity in the region, the accelerated advancement of large estates of monocultures, mining and the plant, which have put at risk the existence of the community. The region is known for its natural beauty and its rich biodiversity which contrast with the search for economic growth.

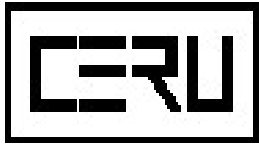
Keywords: Agribusiness. Quilombola. Environmental Injustice.

Introdução

Este artigo trata de uma análise sociológica vivenciada pela Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo a partir da chegada da mineração, da usina e, em especial da soja, nas áreas de cerrado, e, por conseguinte, o desdobramento de tais impactos sociais e ambientais na Região do Pantanal Mato-grossense. A Comunidade está localizada em uma área de

⁷⁷ O presente artigo tem seu tema associado à tese em andamento de Giovana Rosangela Ferreira Mendes, A expansão do agronegócio e os conflitos socioambientais nas comunidades locais do cerrado do Pantanal Mato-grossense, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar.

⁷⁸ Professora de Direito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT, doutoranda em Sociologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar. Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro, Indígena e de Fronteira do IFMT. E-mail: giovanaferreiramendes@gmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

transição entre o Bioma Cerrado e o Bioma Pantanal, destacando-se pela diversidade de sua fauna e flora.

A expansão do agronegócio ocasionou, também na Região Centro-Oeste, a exclusão, expropriação e dominação de grande contingente de trabalhadores, que vieram em busca de trabalho ou da ilusão de outras terras, o que serviu para intensificar os conflitos e a violência instauradas pelas grandes empresas e latifundiários.

Nesse sentido, este estudo teve como objetivo analisar, estudar, investigar os impactos sociais e ambientais naquela Comunidade em decorrência do modelo de desenvolvimento econômico trazido pelo agronegócio, e como afetou os modos de viver dos atores pantaneiros da Região, averiguando as percepções daquela população local.

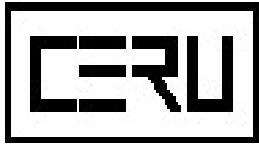
Como hipótese, partiu-se da premissa de que os grupos sociais locais, em decorrência da inserção do agronegócio na região pantaneira, tornaram-se populações vulneráveis. Presumiu-se que os moradores locais mais próximos das áreas/fazendas de cultivo são os principais atingidos por esse modelo, e portanto, em locais onde os conflitos são mais intensos, as táticas de resistência e formas organizativas são também mais expressivas.

No intuito da problematização da questão ambiental inserida no conceito da justiça ambiental, busca-se abarcar os problemas decorrentes do tipo de intervenção e/ou apropriação que o homem realiza sobre a natureza a partir das mais diversificadas relações de produção, trabalho e apropriação, fator preponderante na criação das instabilidades e desigualdades que irão influenciar as relações sociais e ambientais.

Para a realização do estudo delineado, optou-se pela metodologia proposta pela história oral, composta por levantamento de histórias de vida e pela memória dos entrevistados, seguidos de outros dados secundários, bibliográficos, entrevistas, acervo de fotos e levantamento documental.

1. Área de Estudo e Metodologia

O lócus da pesquisa se localiza no município de Poconé/MT, e o recorte específico do estudo trata da dimensão social e ambiental na Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo. Poconé é um município localizado na porção centro-sul do Estado de Mato Grosso, na microrregião do Alto Pantanal (IBGE, 2008), compõe-se por uma área de aproximadamente 17.260,861 km² e uma população estimada em 32.214 habitantes, de acordo com dados do



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Essa cidade também é conhecida como Portal do Pantanal Mato-grossense.

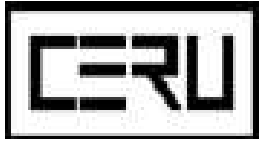
O município teve o seu processo de ocupação iniciado em 1777, com a descoberta de minas de ouro, quando recebeu o nome de Beripoconé – nome da tribo indígena que habitava a região, e, posteriormente, apenas Poconé. Naquela época, as notícias sobre a existência de ouro em abundância atraíram novos habitantes, dentre os quais, mercadores e aventureiros, embora a região já abrigasse ao longo do seu território povos indígenas. Pela Lei Provincial nº 1, de 01/06/1863 o vilarejo foi elevado à categoria de cidade.

No final do século XVIII, com a decadência da atividade garimpeira, instalaram-se fazendas de criação de gado, considerando-se, para isso, a área de planície que recobre a região pantaneira e os férteis campos que foram transformados em grandes pastagens, instituindo-se, então, a atividade da pecuária extensiva como principal atividade econômica dessa região pantaneira. O município ocupa na atualidade uma destacada posição de produtor de bovinos no Estado e é conhecido também pela produção e comercialização do cavalo pantaneiro, que, atualmente, divide espaço com a mineração e o plantio de soja. A zona rural do município tem uma população formada predominantemente por: quilombolas, ribeirinhos, assentados, acampados e indígenas, bem como por seus descendentes (SIQUEIRA, 2002).

Quanto à estruturação do artigo, pretendeu-se produzir o trabalho e suas subdivisões em quatro seções, as quais visam abordar o objeto de investigação. Nas subdivisões da primeira seção, apresentam-se os objetivos da pesquisa, as hipóteses iniciais, a caracterização da área da pesquisa e as considerações metodológicas. Na segunda seção, abordam-se a Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo, o seu surgimento e desenvolvimento frente à chegada do agronegócio na região. Na terceira, quarta e quinta seções, respectivamente, discorre-se sobre a implantação da usina de açúcar, álcool e biodiesel, da mineração e da soja, revelando de que forma essa implantação afetou o modo de vida da população local, as alterações provocadas na natureza, e, finalmente, apresenta-se a conclusão do estudo.

2. Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo

A Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo, conhecida também por Comunidade do Chumbo, *locus* desta pesquisa, está localizada a, aproximadamente, 30 km do município de Poconé/MT e a 110 km de Cuiabá, seguindo-se pela rodovia MT 451 (Rodovia



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Adauto Leite), e é habitada por cerca de 300 famílias. A Comunidade vivenciou, nas suas cercanias, a implementação do agronegócio da soja, da mineração e, também, a implantação de uma usina de álcool, as quais trouxeram transformações no ritmo da vida daquela coletiva local.

Figura 1 - Quintal da casa do “Seu Juca” – Seu Juca e sua esposa Dona Ana.



Foto tirada pela pesquisadora em 26/02/2018.

O Senhor José Atanázio de Lima, conhecido como “Seu Juca”, nascido em 02 de maio de 1948, é o líder da Comunidade. Ele é neto do Senhor Manoel Metelo de Campos, que foi o primeiro morador da Comunidade. É filho do Senhor Sebastião Rosa de Lima e de Dona Florência Francisca da Silva Lima, veio de uma família de 14 irmãos, da qual sobreviveram 9 irmãos. Casou-se com Dona Ana Luiza de Almeida Lima em 1971 e, com ela, teve quatro filhos: dois homens e duas mulheres, militantes na Comunidade.

O Senhor Juca é considerado o guardião da história da Comunidade do Chumbo, e líder comunitário, participou e, ainda, participa ativamente de movimentos em prol da melhoria de vida para todas as Comunidades negras da região. A Comunidade é constituída pelos descendentes de seu avô, Manoel Metelo, que veio trazido como escravo da Cidade de Patos de Minas/MG para trabalhar na Comunidade de Morraria, na Região de Poconé/MT, por volta da década de 1880. O seu avô veio ainda criança, trabalhava na senzala em Mata Cavallo no município de Nossa Senhora do Livramento/MT, época em que havia lá uma grande quantidade de escravos. Com o falecimento do seu o bisavô, o seu avô foi criado dentro da senzala. Afirmou seu Juca na entrevista do dia 26 de agosto de 2017⁷⁹: *“Olha, aqui foi meu avô que comprou, meu pai ajudou a pagar, meu avô era de Minas, mas ele veio de Minas pequeno, meu bisavô morreu na senzala – morreu na Morraria, morro seco fica para o lado de lá da rodovia”*⁸⁰.

⁷⁹ Entrevista autorizada para publicação. José Atanázio de Lima, Seu Juca, 71 anos de idade, trabalhador rural, cururueiro, líder da Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo, relata sobre a origem da Comunidade.

⁸⁰Comunidade Quilombola da Região de Poconé-MT.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

No caso de Mato Grosso, não há registros da data precisa da chegada dos africanos. É o que assegura Siqueira (2002):

A data precisa do ingresso de africanos em Mato Grosso é de difícil demarcação, porém sabemos que, nos primeiros tempos de mineração, ainda quando ela se restringia às minas de Cuiabá, o número de escravos já era significativo. Quando foi instalada em 1751 – a capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, esse número dobrou. Isso se deve à instalação da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão que, sob os auspícios do Marquês de Pombal, manteve um comércio regular entre a África, o Brasil e Portugal. Levando-se em conta que o escravo africano constituía num símbolo de poder dos colonizadores, muitos elementos vindos da Europa adquiriram negros africanos para trabalhar na mineração, agricultura e junto aos serviços domésticos (SIQUEIRA, 2002, p. 120).

Em Mato Grosso, como destaca a Profa. Dra. Luiza R. Volpato (1993), os negros africanos exerciam atividades diversas, que iam desde os trabalhos de mineração, passando pelos agrícolas (plantio de feijão, milho, café, mandioca e cana-de-açúcar), até feitura de toucinho, condução de tropas, cargueiros e carretos. Ligados diretamente ao sistema produtivo, eles eram chamados de “escravos eitos”, morando nas fazendas e residindo em senzalas.

Siqueira (2002), em relação aos escravos, esclarece que

O tratamento dado ao escravo – considerado uma mercadoria – era revestido de extrema violência, sendo por qualquer motivo, espancado e, em caso de reincidência, era amarrado em tronco e açoitado, muitas vezes até a morte. Foi devido a esses maltratos e ao desrespeito como eram tratados que surgiram reações, marcadas por assassinatos de feitores, [...] Outras vezes, devido a intensos castigos corporais e morais, eles fugiam para locais mais distantes [...] (SIQUEIRA, 2002, p. 122).

A presença de escravos na Região de Poconé-MT se confirma na tese de doutoramento de Almeida (2012). Segundo o autor, com o final do período escravocrata e a decadência de ouro nas terras de Mato Grosso, os fazendeiros, com o intuito de ampliar a produção da lavoura e a criação de gado, contavam com os escravos, no entanto, para obterem esses serviços, entregavam parte da área cultivada para eles suprirem suas necessidades, o que demonstra algum tipo de atividade autônoma da população negra nessa região.

Relata o Senhor Juca que as estruturas das casas eram de pau a pique, pois, como a produção realizada nas terras era somente para subsistência familiar, os moradores não dispunham de recursos financeiros para adquirir materiais para a construção das residências em alvenaria. Disse ele:

Aqui na comunidade nasci e criei, meu pai chegou aqui em 1912, meu avô já estava aqui, a comunidade começou com uma minoria, aqui só no início tinha só a família do meu pai, era meu avô, aí com duas filhas e daí tinha mais algumas pessoas que veio morar com ele. Aqui era de um pessoal que tinha trecho de terra lá no Buriti, um velho chamado Manoel Tobias, a mãe dele chamava Dona Nanhá. O negócio que meu avô saiu da senzala ele já era homem, casado já tinha dois casais de filhos, nós éramos em 14 filhos, criou 9 aí foi morrendo, hoje em dia já somos só dois o mais velho já tá com 90 anos, eu que sou o caçulo tenho 71 anos, aqui a gente criou eu só



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

*saio daqui quando eu morrer vou para o milho branco*⁸¹ (Seu Juca, entrevista em 26/08/2017)⁸².

Essa prática do uso comum da terra, permaneceu por um longo período na Comunidade. Daqueles que ali chegavam não era cobrado nenhum valor, tendo eles o direito a um pedaço de terra para plantio e criação de pequenos animais.

Bauman (2003), numa visão social, assim descreve o sentido de comunidade:

‘Comunidade’ produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega. A comunidade é um lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Aqui, na comunidade, podemos relaxar, estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (BAUMAN, 2003, p. 7).

Para o autor, o espaço da comunidade é um lugar aconchegante, seguro, caso alguém esteja em dificuldades, terá sempre outro para lhe segurar a mão, não há perigos escondidos. Haverá, uma atitude de ajuda mútua e um sentimento de coletividade.

Segundo relatos do Senhor Juca, retratado também por outros moradores da Comunidade, no início da formação da Comunidade, na década de 1900, havia muita fartura. Eram produzidos arroz, milho, mandioca, feijão e banana e todos os produtos colhidos eram destinados ao consumo familiar. Por sua vez, criavam-se vacas, mas vendiam os bezerros. A produção referida era trabalhada em comum, sem definição de espaços e proporções.

“[...] consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-los a enfrentar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Esses iam servir o vizinho de bom agrado” (CÂNDIDO, 1975, p. 68).

De acordo com Cândido (1975), o mutirão é um ato solidário que envolve práticas que implicam uma oferta e, igualmente, que aquele, que a recebeu, sinta-se moralmente devedor.

3. A usina de açúcar, álcool e biodiesel

A usina de açúcar, álcool e biodiesel, fundada por uma cooperativa em 1985, Alcopan, posteriormente, vendida ao Grupo Zulli, está situada na Comunidade Nossa Senhora do Chumbo no município de Poconé-MT. Noticiou-se, por muito tempo, nos meios de

⁸¹Milho Branco é o nome do cemitério das comunidades locais do cerrado do Pantanal.

⁸²Entrevista autorizada para publicação. José Atanázio de Lima, Seu Juca, 71 anos de idade, trabalhador rural, cururueiro, líder da Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo, relata sobre a soja no cerrado do Pantanal Mato-grossense.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

comunicação, as acusações de questões trabalhistas por exploração da mão de obra barata de nordestinos, sobretudo de alagoanos, e dos próprios moradores da Comunidade do Chumbo. Nos relatos dos moradores, a maioria deles, mulheres e homens, trabalhou na roça da usina⁸³.

A Usina foi instalada em 1985 e teve declarada sua falência em 2005, por terem sido detectadas, pelo Tribunal Regional do Trabalho, muitas irregularidades, dentre elas, trabalho análogo a escravo. Atualmente, a monocultura de soja compartilha espaço com a pecuária provocando alteração na paisagem e expandindo para o território das comunidades locais do pantanal do cerrado⁸⁴.

Atualmente, o modo de produção segue um modelo extremamente questionável, pois se desenvolve por meio de técnicas que causam ao meio natural e social impactos negativos. Assim, em consequência das técnicas nada sustentáveis as populações são afetadas, sobretudo, aquelas consideradas mais vulneráveis, tais como, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outras. Nesse sentido, essas populações sofrem Injustiça Ambiental, compreendida como

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ASCELRAD, 2009, p. 41).

Esse modelo é também caracterizado pela violência de suas práticas de concentração de terras, convertendo gigantescas áreas de matas em monoculturas, em pecuária, em usinas e em outras atividades que visam o favorecimento de poucos, sem a mínima preocupação com o desaparecimento de comunidades locais, expulsas compulsoriamente de suas terras, e com os danos ambientais irreversíveis.

Porto *et al.* (2013) destacam que as situações de injustiça ambiental são consequências de disputas políticas e simbólicas pelo território, quando um determinado grupo se utiliza do poder para impor projetos e aplicações de recursos nos territórios, à medida que os grupos atingidos vão instaurando resistência e mobilização, essas injustiças ambientais tendem a se transformar em conflitos que permanecem invisíveis para a sociedade diante das assimetrias de poder.

Por Justiça Ambiental, compreende-se:

⁸³Disponível em: <<http://midianews.com.br/judiciario/justica-decreta-falencia-de-usina-de-alcool-em-mato-grosso/131640>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

⁸⁴Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/08/justica-decreta-falencia-de-usina-que-mantinha-trabalhadores-escravos-em-tm.html>>. Acesso em: 09 nov. 2017.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

A reivindicação por ambiental - compreendida como o tratamento justo e o envolvimento justiça pleno dos grupos sociais, dependentemente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, a ocupação e o uso dos recursos ambientais em seus territórios – alterou a configuração de forças envolvidas nas lutas ambientais ao considerar o caráter indissociável de ambiente e sociedade politizando a questão do racismo e das desigualdades ambientais (ASCELRAD, 2009, p.25).

A implantação da usina de açúcar, álcool e biodiesel nas proximidades da Comunidade, percebe-se, nos relatos dos moradores, alterou muito o modo de vida deles, nos aspectos sociais, e também na paisagem, pois a usina trouxe sérias consequências ambientais e de saúde, conforme relata Marinete⁸⁵.

Hoje em dia não tem mais isso, com a implantação da usina, tudo começou a ser transformado. Tinha um tio que morreu depressivo, ele não queria que tio Benedito vendesse aqui para a usina, o mesmo vendeu a troco de nada, porque não entendia a importância da mata para a Comunidade, da nossa qualidade de vida, não tinha essa formação e esse meu tio que se chamava José, eram dois irmãos do meu avô, um era José e o outro Jacób. Tio José falava pra tio Benedito: 'Não vende, não vende, esse povo vai acabar com nossa comunidade'. A usina ficou muito tempo no início era COCAPO, no começo foi até bom, depois da COCAPO que veio a ALCOPAN (Alcool do Pantanal), a COCAPO era uma cooperativa, vários donos, depois veio ALCOPAN, depois o grupo ZULLI, nessa época começou a abrir as ruas e veio água encanada, vamos dizer que o poder público olhou um pouquinho mais pra cá, foi bom na infraestrutura, mas na parte da usina teve muito malefícios, além da destruição da mata, teve muitas doenças, por causa da fuligem causava alergia, problemas respiratórios, pressão arterial. Com a implantação da usina veio a prostituição, os homens vinham na época da safra e depois iam embora e deixavam muitas mulheres grávidas. A usina traziam de 400 a 700 homens, principalmente do nordeste, tinha muitos alagoanos, tinham muita violência entre eles, depois que a usina abriu falência ficavam de três a cinco meses sem pagar os funcionários, tinha trabalho escravo, os alojamentos eram péssimos, muitos deixavam a família lá no nordeste, nesse meio tem de tudo, tem os homens casados que deixavam a família, aí ficavam três, quatro, cinco meses sem receber, eles passavam necessidade aqui e a família passava necessidade lá, eles ficavam esperando esse dinheiro que nunca chegava. Nós também sofremos, o meu esposo veio de alagoas para trabalhar na usina, ele era mecânico, quando eu engravidei, depois do quinto mês não saiu mais pagamento pra ele até nascer nossa filha, a gente só não passou necessidade porque tinha minha mãe, tinha minha família que nos ajudava, mas muitos passavam fome, muitas vezes o marido e a mulher trabalhava na usina, tinha cantina industrial e tinha cantina agrícola, teve muita gente que aprendeu algumas profissões, temos pessoas que se formaram em química, começou a trabalhar na usina na área de laboratório e até hoje trabalha nas usinas fora daqui, só não recebiam salário, até hoje tem gente na justiça pra receber,. Depois que a usina abriu falência pagaram uma parte dos funcionários, mas fizemos muitas manifestações no Tribunal Regional do Trabalho, passávamos semanas na

⁸⁵ Entrevista autorizada para publicação. Marinete de Almeida, 37 anos de idade, professora na escola quilombola que funciona na Comunidade Nossa Senhora do Chumbo, retrata sobre o funcionamento da usina na região.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

porta, cozinhando embaixo de árvores para pressionarem a pagar os salários (Marinete, entrevista em 05/10/2017)⁸⁶.

Na maioria dos relatos dos ex-trabalhadores da usina açúcar, álcool e biodiesel, percebeu-se que vários atores possuíam dívidas com a Usina, fossem pela comida, fossem pelos vestimentas, enfim foram homens e mulheres transformados em mercadorias, incorporados, tudo passa a pertencer à propriedade do capitalismo.

4. Garimpos no município de Poconé-MT

Os moradores da Comunidade e da cidade se mostraram favoráveis ao funcionamento dos garimpos na região, porque, embora tenham consciência de que muitos garimpos funcionam dentro da ilegalidade, por proporcionarem trabalho aos moradores, tornam-se importantes para a região, conforme mostra a fala de Marinete nesta entrevista⁸⁷:

Muitos dos homens da comunidade estão trabalhando nos garimpos de Poconé, do distrito de Cangas e Livramento⁸⁸. A gente pensa que é malefício, mas o garimpo está empregando. Hoje nós temos muitas mulheres trabalhando com arte, um grupo de mulheres tentando fazer bananas chips, procurando alternativas para não irem embora, porque aqui só fica gente que está trabalhando nos garimpos e também e você pensa assim....o garimpo é um malefício, mas se fechar os garimpos e daí, o que fazer? Sabemos do malefício do mercúrio só que se fechar os garimpos muitos vão passar fome, porque vão viver de que? Os garimpos de Poconé tem mais de 2.500 homens trabalhando, sendo que 1.200 homens tem carteiras assinadas, a violência em Poconé está muito alta se fechar os garimpos aí sim vira o caos, 2.500 homens desempregados a violência vai aumentar muito mais, os homens aqui do chumbo quando não estão trabalhando, inclusive, com a soja em outros municípios, porque a soja plantada aqui não emprega nenhum morador da comunidade, estão trabalhando nos garimpos, muitos ficam fora trabalhando trinta dias e ficam quatro dias com a família, meu marido mesmo trabalha no garimpo em Livramento⁸⁹, passa a semana e vem final de semana e nós só estamos aqui porque somos funcionários públicos⁹⁰ (Marinete, entrevista em 05/10/2017).

A questão dos garimpos na região já provocou, e ainda provoca, muitos conflitos sociais e ambientais; existem garimpos funcionando dentro do município de Poconé em áreas consideradas urbanas, o que vem provocando repercussões nas mídias, pois atingem casas de muitos moradores que vivem nas periferias do município, outros funcionam em fazendas dentro

⁸⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/videos/v/flagrante-de-trabalho-escravo-em-usina-de-alcool-em-pocone/2061694/.Acesso> 23 set 2017

⁸⁷ Entrevista autorizada para publicação. Marinete de Almeida, 37 anos de idade, professora na escola quilombola da Comunidade, retrata sobre o funcionamento dos garimpos na região.

⁸⁸ Município Nossa Senhora do Livramento localizado a 70 km de Poconé-MT.

⁸⁹ Município Nossa Senhora do Livramento-MT.

⁹⁰ Professora na escola da Comunidade.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

do Pantanal. Muitos garimpos são de propriedade de moradores do município, outros estão sendo geridos por empresas estrangeiras. Existe uma dicotomia, por um lado, ofertam muitos empregos, por outro, destroem e causam consequências ambientais de grande potencial ofensivo, prejudicando o bioma pantanal e a saúde da população pantaneira⁹¹.

5. A soja no Cerrado do Pantanal Mato-grossense

Mato Grosso (MT) se destaca no cenário mundial como o celeiro do mundo pela sua capacidade de exportar grande quantidade de grãos, o que o torna o Estado do Agronegócio.

O plantio da soja nesta área de baixada e, em especial, no município de Poconé, vem sendo estimulado por representantes do setor. Em março de 2014, o Grupo Bom Futuro promoveu, em Cuiabá, o “Dia de Campo da Soja na Baixada Cuiabana: Quebrando Paradigmas”. Nesse mesmo evento, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) apresentou estudo apontando que, na Baixada Cuiabana, há 586 mil hectares com algum tipo de aptidão para o cultivo da soja. E Poconé foi o município mais citado em termos de potencial para esse cultivo⁹² (SCHLESINGER, 2014).

Os dados da Pesquisa Agrícola municipal do IBGE indicam que, até recentemente, a soja não era cultivada em Poconé. Em 2011, no entanto, teve início ali o plantio em pequenas proporções. Paulo Gaspararotto, produtor de soja no município de Campo Verde, o primeiro a cultivar soja em Poconé, iniciou a produção em uma área de 200 hectares, que se tornou cinco vezes maior em 2014. A área está situada na região das nascentes do Córrego Piranema, que desemboca no Rio Bento Gomes, maior fonte de abastecimento d’água de Poconé (SCHLESINGER, 2014).

O ponto culminante de expansão da produção da soja, em MT, foi o aumento de preço no cenário econômico mundial e a descoberta simultânea da fertilidade das terras do centro-oeste brasileiro, assim como sua grande extensão de solo “disponível” para a produção, levando essa cultura aos mais “improváveis” lugares para seu cultivo. Tudo isso no intuito de atender a uma demanda crescente, mundialmente, a qual se pode resumir como ganho de escala. É, nesse processo de expansão de solo para produção da soja, que soja chega ao Cerrado do Pantanal Mato-grossense incluindo nesse aporte de produção as terras do povoado de Poconé.

⁹¹Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ne5aG2s3zR0> – acessado em 23/09/2017

⁹²Disponível em: <<http://www.poconet.com.br/?pg=noticia&id=12580>>. Acesso em: 23 out 2017



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Como quase todo sistema de produção atual, é raro o que não provoca externalidades negativas, tais como degradação do meio ambiente e, muitas vezes, degradação social e cultural.

“O desmatamento para a introdução da monocultura de soja se junta à pecuária e ao garimpo, como atividades com alto grau de impacto ambiental. Nessas atividades, o ônus recai de forma desproporcional aos atores envolvidos”.

As desigualdades e os conflitos socioambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento brasileiro fazem parte do universo chamado injustiça ambiental. Para a Justiça Ambiental um meio ambiente seguro e saudável como um direito básico para todas as pessoas e comunidades. É definido como (ALCERLRAD, 2009, p. 16).

O processo da expansão da lavoura da soja no cerrado do pantanal tem sido construído pelo emprego de diferentes tipos de recursos para aquisição de terras e meios de produção. A região do cerrado do pantanal vem-se tornando parte das discussões contemporâneas, tal como as que se relacionam com as questões ambientais na valorização do seu espaço. Em decorrência das questões geradas pelos conflitos fundiários, pela expansão da soja inclusive, ocorreram entre os moradores, os conflitos sobre a demarcação dos lotes para regularização dos títulos da terra.

A maioria do moradores reconhece que a soja, no entorno da Comunidade, só provocou danos ambientais, tais como desmatamento e uso intensivo de agrotóxico, provocando danos à saúde dos moradores, além de não ofertar emprego a eles. Marinete alega que alguns homens da Comunidade estão trabalhando com a soja em outros municípios do Estado de Mato Grosso, porque o do Cerrado não oferta trabalho no plantio da soja⁹³:

Atualmente ficamos no meio do caos, todo desmatamento que foi feito, a soja que é plantada aqui não abre mercado de trabalho para a Comunidade, quando abre dois, três empregos, tem muita gente daqui indo embora, muita gente daqui em Campo Novo dos Parecis, porque lá tem mais mercado de trabalho, infelizmente é também pra soja, mas lá tem oportunidades para as pessoas das comunidades, porque aqui eles não tem as máquinas próprias, contratam mão de obra só dos que tem os maquinários, só nessa época, já vem os profissionais que coletam a soja e vão embora e pra nós nada", a prefeitura sempre vai ficar do lado deles (Marinete, entrevista em 05/10/2017).

Ela relatou que Gasparotto foi quem iniciou o plantio da soja na BR, por volta de 2013, mas acrescentou que ele já plantava há uns seis anos na região. Depois o Senhor Ailton e o Senhor Raul começaram o plantio e já tem em média uns três anos que iniciaram a plantação:

Agora veio a soja, uns quatro, cinco anos começou a plantação da soja, como nós temos alguma formação, a gente tem absoluta certeza que é só malefício para a

⁹³Entrevista autorizada para publicação. Marinete de Almeida, 37 anos de idade, professora na escola quilombola que funciona na Comunidade, retrata sobre o funcionamento do plantio da soja na região.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

comunidade, benefícios só para o bolso deles, mas infelizmente tem alguns que acham que vai ser bom, não sabem dos malefícios com os venenos, inclusive, tem fazendeiro que começou a plantar aqui mesmo, na frente da escola (Marinete, entrevista em 05/10/2017).

Marinete relata, ainda, que, em 2010, os moradores da Comunidade, juntamente com o Ministério do Trabalho, plantaram muitas árvores na frente da escola da Comunidade, do outro lado da rodovia, e que, em 2016, as árvores foram derrubadas por fazendeiro para expandirem o plantio da soja. Assim disse ela:

Em 2010, veio um grupo do Ministério do Trabalho e ajudamos a plantar árvores, arborizamos na frente da comunidade, quando foi no ano de 2016, já vimos só máquinas derrubando as árvores que plantamos, já estavam todos grandes, começamos a fazer manifestação na frente da escola, mas sabe o que acontece, quando é esses fazendeiros que tem grande poder aquisitivo, o poder público não faz nada, a gente perde. Nós sabemos que estamos sendo infectados pelos venenos e que isso vai nos matar pouco a pouco, infelizmente, não podemos fazer nada, porque eles tem dinheiro e, nesse país, infelizmente, quem tem dinheiro tem a força, veio imprensa aqui quando perguntaram quem era o fazendeiro entraram no carro e foram embora e tem um outro fazendeiro que chamou a gente até pra fazer barganha, a gente falou que não se vende: 'Se vocês estão acostumado a comprar pessoas aqui a gente não se vende, nossa vida não tem preço' (Marinete, entrevista em 05/10/2017).

Para Marx, os homens divididos em proprietários e não proprietários, passam a se relacionar a partir o eixo da produção, e, nessa relação, uns são dominados e outros são dominadores.

Considerações Finais

A partir do levantamento de dados e análise das entrevistas com os atores sociais da Comunidade Nossa Senhora do Chumbo foi possível comprovar que as injustiças ambientais, sejam no processo de extração dos elementos naturais, sejam na disposição de resíduos no ambiente, afetam mais diretamente os moradores locais mais próximos das áreas de cultivos da monocultura e dos funcionamentos de garimpos que recaem desproporcionalmente sobre essa população formada na sua maioria por grupos étnicos desprovidos de poder, também demonstrou alterações significativas no modo de vida desses atores.

A Comunidade vem se organizando e criando mecanismos de resistência para evitar a expropriação e dominação de uma classe dominante que tem intuito apenas econômico, não se



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

importando com a cultura e tradições dessas populações que mantém uma resistência frente a esse modelo de capitalismo.

Referências

- ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, Cristóvão Domingues de. **Comunicação e cultura:** práticas cotidianas e construção da cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra, município de Poconé- MT. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.
- BARROS, Edir Pina De. **Quilombos:** Resistência negra em Mato Grosso. **Recanto das letras**, Cuiabá-MT, v.3, n.4, p. 32-36, nov. 1989.
- BAUMAN, Zygmunt, 1925- B341c **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual;** tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3. ed. São Paulo: Duas Livrarias, 1975.
- GRAZIANO S. J. **O que é questão agrária.** 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).
- LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001
- MARTINS, Rodrigo Constante. **Fronteiras entre desigualdade e diferença na governança das águas.** Ambiente & Sociedade, vol.18, n.1, p.221-238, jan-mar 2015a.
- MARX, k. O Capital: **Sociedade rural e capitalismo agrário.** In. _____. **Crítica da economia política.** (Livro III). São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 123-172; 219-235.
- MATO GROSSO. Ministério Público do Trabalho. **Caso Alcopan:** MPT recorre de decisão que reduziu valor de dano moral coletivo. Publicado em 03 de Dezembro de 2014.
- PORTO, M. F.. po. **Injustiça Ambiental e saúde no Brasil:** o Mapa de Conflitos. / organizado por Marcelo Firpo, Tania Pacheco e Jean Pierre Leroy. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.
- RAMOS, P. *et al.* **Dimensões do agronegócio brasileiro:** Política, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.
- SILVA, M.A.M. **Errantes do Fim do Século.** São Paulo: Ed Unesp, 1999.
- SIQUEIRA, E. M. **O Processo Histórico de Mato Grosso.** Cuiabá: Editora Entrelinhas, 1990.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do Sertão:** vida cotidiana e escravidão em Cuiabá 1850-1888. São Paulo: Editora M



**ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

PARTE V
QUESTÕES URBANAS



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

A HOSPITALIDADE NO TEATRO CONTEMPORÂNEO PAULISTANO

SANTOS, Reinaldo Rodrigo dos⁹⁴

CAVENAGHI, Airton José⁹⁵

Resumo: Neste trabalho apresenta-se uma proposta de análise do teatro na contemporaneidade da cidade de São Paulo sobre a ótica da hospitalidade. Desde os primórdios da antiguidade, o teatro representa o cotidiano do ser humano através de suas necessidades, em rituais de celebração, agradecimento ou perda, os quais eram comungados em coletividade. Mas foi na antiga Grécia que esses rituais evoluíram para as encenações com as características similares as atuais, as quais passaram a abranger falas e com isso surgiram os primeiros textos teatrais. De lá para cá, já fora usado como instrumento de catequização pela igreja, elevou-se ao gosto dos nobres e intelectuais e serviu de ponto de manifestações para as diversas mazelas do meio social (BERTHOLD, 2004). Desta forma, esta pesquisa objetiva compreender e dispor da concepção da hospitalidade, em sua dimensão de acolhimento, cativando e nutrindo no público a sensação de pertencimento, a partir do acesso as dependências do espaço cênico. Observando-se, porém, a perspectiva de (LASHLEY; MORRISON, 2004) sobre a mercantilização dos serviços de entretenimento ofertados nestes locais. Questiona-se inicialmente: como a Hospitalidade é percebida no atual cenário teatral paulistano? Objetiva-se: compreender o real cenário teatral paulistano e o setor de serviços associados a ele. Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado a ser entregue posteriormente e possui caráter bibliográfico e exploratório a priori.

Palavras-chave: Hospitalidade; Dádiva; Acolhimento; Pertencimento; Teatro; Espaço teatral.

Abstract: In this work one presents a proposal of analysis of the theater in the contemporaneidade of the city of São Paulo on the optics of the hospitality. Since the primórdios of the antiquity, the theater represents the daily one of the human being through its necessities, in rituals of celebration, gratefulness or loss, which were comungados in collective. But it was in old Greece that these rituals had evolved for the stages with the similar characteristics the current ones, which had started to enclose you speak and with this the first teatrais texts had appeared. Since then, already it are used as instrument of catequização for the church, one raised it the taste of the noblemen and intellectuals and served of point of manifestations for diverse mazelas of the social environment (BERTHOLD, 2004). In such a way, this objective research to understand and to make use of the conception of the hospitality, in its dimension of shelter, captivating and nourishing in the public the belonging sensation, from the access the dependences of the scenic space. Observing itself, however, the perspective of (LASHLEY; MORRISON, 2004) on the mercantilização of the offered services of entertainment in these places. It is questioned initially: how the Hospitality is perceived in the current paulistano teatral scene? Objective: to understand the real paulistano teatral scene and the sector of services associates it. This article is part of a dissertação of mestrado to be delivers later and possesss a priori bibliographical and exploratório character.

Keywords: Hospitality; Gift; Shelter; Belonging; Theater; Theater space.

⁹⁴ Mestrando em Hospitalidade (UAM), Especialista em Gestão Escolar, Licenciado em Sociologia (UPSJ), Bacharel em Administração de Empresas (UNINOVE). Tutor pelo EAD Laureate. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8111062126410065>. E-mail: reinaldorodrigo1983@gmail.com

⁹⁵ Doutor e Mestre em História Social (USP), pertencente ao PPG em Hospitalidade da UAM (SP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/845372088403504>. E-mail: acavenaghi@gmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

1. Introdução

A cultura está presente em nossas vidas desde os primórdios da civilização, tanto nas ações quanto nas falas, assim como nos costumes, nos ritos, nos saberes e nos fazeres (Calcagnotto, 2016). Existem certas particularidades provenientes da cultura de cada lugar que definem os aspectos que diferenciam uma pessoa da outra. White e Dillingham (2009), comentam: “Homem e cultura são inseparáveis. Por definição, não há cultura sem homem e nem homem sem cultura” (WHITE E DILLINGHAM, 2009, p. 23).

Ainda segundo Calcagnotto (2016), notando-se que a cultura está em toda a parte, assim como as suas mais variadas definições, dependendo do ponto de vista e dos diferentes âmbitos culturais, é necessária certa responsabilidade em relação a sua preservação. Oliveira (2008), destaca:

Os bens (materiais e imateriais) culturais, ou seja, aqueles que foram ou são valorados positivamente continuam exigindo uma análise que contribua para o nosso conhecimento de campo. Os bens culturais devem receber um tratamento que dê conta de sua historicidade, da atuação das pessoas e grupos responsáveis pela criação de instituições e políticas públicas direcionadas ao seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 2008, p. 189).

Calcagnotto (2016) afirma ainda: “que a cultura é uma constante experiência que deve ser percebida como um negócio que atenda os desejos, anseios e necessidades de uma sociedade e garanta o cumprimento da sua demanda” (CALCAGNOTTO, 2016, p.100). Por este ponto de vista, o incentivo as ações que valorizem a cultura surgem como necessidade crucial, pois isso influi na própria identidade de determinado país. White e Dillingham (2009), salientam:

Em que consiste a cultura? Genericamente, ela consiste em ideia, atitudes, atos e objetos. Qual o locus da cultura? Onde a cultura existe? Cultura, onde estarás? Esta tem sido uma pergunta difícil para muitos antropólogos. Alguns dizem que ela existe na mente, outros dizem que ela existe na cultura material exposta nas prateleiras de museus, outros dizem que ela é comportamento, outros dizem que ela é uma abstração do comportamento e há quem diga que ela não existe. Parece ser difícil dizer onde ela existe. Se, como afirmamos, cultura consiste em coisas e eventos reais e observáveis, precisamos ser capazes de localizá-la. Nossa resposta é que a cultura existe em organismos (como ideias, sentimentos, etc.), no comportamento interpessoal e em objetos. Esses são os três loci da cultura (WHITE e DILLINGHAM, 2009, p. 61).

Mais uma vez, Calcagnotto diz: “Portanto, ao que parece, o ser humano produz cultura e dela escreve uma história, cultiva suas raízes e preserva sua memória” (CALCAGNOTTO, 2016, p.100). Neste aspecto Brant (2002), comenta a respeito da democratização do acesso à cultura no Brasil:



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

A manifestação cultural torna-se um bem fundamental quando acessível a todos. Numa realidade social como a do Brasil é fundamental inserir ou identificar a produção cultural com ações comunitárias, não apenas como processo de construção da marca cultural e seus parceiros, mas também como parte do processo de sensibilização e formação de novos públicos consumidores de cultura (BRANT, 2002, p. 33).

A partir do raciocínio de Brant (2012), chegamos ao ponto de discussão deste artigo: o teatro é uma manifestação cultural, que emerge em suas encenações histórias contendo sentimentos de emoção, diversão e reflexão ao público presente. Uma arte antiga que reflete a cultura de determinado país, mas que além das políticas de democratização de acesso necessita de um olhar mais aprofundado com relação a formação de público. Obter a fidelização de uma plateia implica em medidas que vão além da qualidade do trabalho artístico. Portanto, nas seções a seguir serão incluídos aspectos relacionados a hospitalidade, base primordial e pesquisa foco do presente artigo.

Segundo Aguiar (2014): “Hospitalidade e espaço cultural estão intimamente ligados, uma vez que a hospitalidade se dá através do “bem-receber” e que o espaço cultural é um local de acolhimento” (AGUIAR, 2014, p.1). Ou seja, a problemática envolvendo este artigo, não é a respeito do que determinada peça de teatro retrata e no que isso interfere na permanência do espectador, mas sim como os espaços cênicos recebem o seu público.

São Paulo, foi a cidade escolhida como ponto de análise deste artigo, que contém citações de estudiosos da área da hospitalidade, como Camargo (2015). Já na área teatral veremos comentários do diretor Flávio Rangel, segundo Siqueira (2005) e do diretor de teatro e cinema: Peter Brook (1970). Este artigo é de caráter bibliográfico e exploratório.

2. Hospitalidade

Para Camargo (2015), a hospitalidade, vai além de um fato observável, é uma virtude que se espera quando nos defrontamos com o estranho, e segundo o pesquisador todo estranho é também um estrangeiro, um indivíduo que ainda não é, mas deve ser reconhecido como o outro, assim como menciona abaixo:

Tudo se passa como se o sentido mais importante da noção seja perguntar-se se esse encontro resultou em estreitamento ou esgarçamento do vínculo social de início buscado. Ao deslocar-se de sua casa, o anfitrião torna-se um hóspede nos espaços em que transita. (CAMARGO, 2015, p.44).

Camargo ainda exemplifica que a hospitalidade é a proximidade gerada através de um encontro, sendo este provavelmente seu principal significado “face às lógicas da globalização



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

e do individualismo” (CAMARGO, 2015, p.44). E complementa:

Pode-se dizer que a hospitalidade acontece nas frestas da inhospitalidade dominante. Por isso, surpreendemo-nos diante de atitudes carregadas de calor humano, seja de pessoas que dedicam suas vidas a reconhecer o outro, a servi-lo, seja do estranho que não apenas nos dá uma informação, mas que ainda perde alguns minutos auxiliando, seja do vendedor numa loja, seja do recepcionista de um hotel que reconhecem uma situação particular e mostra tanta gentileza que nos confunde, inesperada que é! (CAMARGO, 2015, p.44-45).

A hospitalidade é o ato de receber e tratar bem determinada visita e dentro disso existem diversos aspectos e características, sendo que a boa acolhida é termo de discussão até mesmo na literatura. Um exemplo clássico de como compreender os conceitos da hospitalidade é o livro “A Odisseia” de Homero. De acordo com Cabral (2018), a obra narra a história de Ulisses, que após passar dez anos na “Guerra de Tróia” demora 17 anos para retornar ao seu lar, passando por muitas aventuras no caminho. E nesta jornada, a forma como é recebido pelos anfitriões de outras civilizações torna-se um dos principais fatores que fundamentam a relevância deste enredo. Camargo (2015) reforça a importância das obras de ficção ao fortalecimento da hospitalidade:

Sem as peripécias das diferentes formas de cena hospitaleira, a comédia e todo tipo de ficção perderiam boa parte de seus enredos. Estes seriam fatalmente diferentes. Inversamente, não é por acaso que os principais terrenos de observação da hospitalidade sejam romances, contos, filmes, etc. que exploram psicologicamente as reações interpessoais das personagens (CAMARGO, 2015, p.58).

Já para Montandon (2011), o diálogo torna-se a condição essencial para a ocorrência da hospitalidade, explicando: “[...] para dialogar, é preciso ter reconhecido o outro como este ser radicalmente distinto de mim, porém meu igual; ele também é a manifestação mais imediata da hospitalidade, na medida em que faz nascer um “nós”, que partilha em modo de pensar” (MONTANDON, 2011, p.1267). No entanto, afirma que o diálogo também pode ser um perigo a hospitalidade, questionando: “os fracassos repetidos dos diálogos (político, teatral, psicanalítico) não confirmam a impossibilidade de uma acolhida sincera de outrem?” (MONTANDON, 2011, p.1267-1268).

Montandon ainda comenta que no diálogo ocorre uma tripla atitude de acolhimento, salientando:

Em primeiro lugar, ele sempre se abre para um convite ao diálogo, e isso desde os diálogos de Platão, paradigmáticos e ainda modelos desse de escrita filosófica. É preciso, portanto, que um diálogo se estabeleça entre duas pessoas ou dois grupos de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

peçoas, que todos estejam de acordo em partilhar um espaço e um tempo comuns (MONTANDON, 2011, p. 1268).

Para Camargo (2015), a hospitalidade é uma análise das relações interpessoais, como sugere a seguir:

A hospitalidade analisa a relação interpessoal como o resgate, a troca do calor humano num ambiente social cada vez mais inóspito, quando não hostil, ressaltando as possibilidades que restam no mundo contemporâneo, de manifestação ou de recriação dos vínculos sociais” (CAMARGO, 2015, p.45).

Numa atitude que assegura uma boa acolhida, a presença de um diálogo pode denotar que o visitante compreendeu as necessidades da visita, tratando-a com afabilidade, fazendo ela se sentir pertencida ao local visitado, seja o hóspede um turista num país desconhecido, ou alguém que está visitando a residência de algum amigo ou parente.

Para Grinover (2014) o sentimento de pertencimento é essencial para a hospitalidade, na qual o desejo de pertencer a um grupo, a uma cidade, ou até mesmo a um espaço cultural tem fomentado movimentos sociais e ações culturais.

E mais além, entra uma vertente fundamental ao entendimento da hospitalidade: a dádiva.

2.1 Dádiva

A dádiva pode ser compreendida como o privilégio de ofertar algo, sem esperar nada em troca. Não existe recompensa, mas sim a satisfação do agrado ao próximo. Godbout (1998), complementa: “Na sociedade moderna, a dádiva circula também entre desconhecidos: doações de sangue, de órgãos, filantropia, doações humanitárias, benevolência etc.” (GODBOUT, 1998, p.7). O autor ainda comenta que a retribuição não é o objetivo da dádiva, exemplificando:

É um equívoco aplicar a ela o modelo linear fins-meios e dizer: ele recebeu depois de ter dado, portanto deu para receber; o objetivo era receber, e a dádiva era um meio. A dádiva não funciona assim. Dá-se, recebe-se muitas vezes mais, mas a relação entre os dois é muito mais complexa e desmonta o modelo linear da racionalidade instrumental (GODBOUT, 1998, p.7).

Godbout também discorre que uma dádiva realizada por obrigação, por obediência a uma norma, é considerada de qualidade inferior, destacando:

A moral do dever não se aplica à dádiva. Vimos que ela era fundamental para a Socioeconomia. Além disso, a relação da dádiva com as regras torna-a diferente do paradigma holista, e igualmente do modelo individualista. Pois os membros de um



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

sistema de dádiva possuem uma relação muito particular com as regras. Antes de mais nada, as regras devem estar implícitas (GODBOUT, 1998, p.8).

A hospitalidade, segundo Godbout (1998) é uma dádiva, nisso surge um novo paradigma no estudo das relações humanas. Mauss (2003) complementa conceituando a hospitalidade pela política dar-receber-retribuir, proveniente da dádiva, alegando que a visita passa a sentir-se pertencida ao local onde está hospedada, inserindo-se pela cultura e costumes locais. Já Camargo (2015), comenta que a cena hospitaleira é cercada por uma troca de dádivas e contradádivas, mencionando que um convite feito é um acolhimento, sendo ele aceito torna-se a primeira dádiva do anfitrião, complementando:

A contradádiva do hóspede é de si mesmo: “estou honrado (grato) pela sua presença!”, dirá o anfitrião. Este dirá “obrigado pelo convite!”. A nova contradádiva do anfitrião é a promessa de comensalidade e entretenimento. A comensalidade é o ponto alto da cena. O anfitrião deve oferecer a seu (s) hóspede (s) o que ele tem de melhor, de comida e bebida. Estes, por sua vez, devem confraternizar entre si e proporcionar esta experiência, é a maior dádiva do anfitrião. Para o hóspede, a dádiva final é a oferta do leito, da hospedagem, quando, no pequeno espaço que lhe é reservado, ele receberá de presente um pequeno, mas íntimo espaço, quase uma nova casa. Ele, mais uma vez deverá hesitar e aceitar somente com muita insistência dos anfitriões (CAMARGO, 2015, p.57).

Camargo ainda defende os limites que devem existir dentro da hospitalidade, mesmo havendo a dádiva na relação de hospedeiro e hóspede, reforçando que o bom senso deve prevalecer, afirmando:

Cabe ao anfitrião delimitar o espaço no qual o seu hóspede deverá transitar e este não deve se iludir com o “faça de conta que está em sua casa!” e respeitar a regra estabelecida de ocupação do espaço. Contudo, embora na grande cena hospitaleira, a superioridade do anfitrião permaneça, cada retribuição, cada contradádiva marca uma mudança de posição, numa assimetria complexa e, ainda que momentaneamente, o hóspede retoma sua posição de superioridade. Tudo se passa como se a cena hospitaleira fosse, na verdade, o cenário bizarro de uma gangorra com anfitrião e hóspede invertendo-se nas suas posições (CAMARGO, 2015, p.57).

Todavia, existe a possibilidade de ofertar a dádiva dentro do comércio? Mesmo o seu conceito indo contra a política do lucro, como é possível estabelecer a relação de oferecer algo sem esperar nada em troca, em um estabelecimento que oferta um serviço e necessita do poder aquisitivo da compra para sustentar o seu negócio? Lembrando, que o teatro, também é um comércio, ainda mais em espaços cênicos localizados numa metrópole com alto grau de consumo como São Paulo. Entretanto, Godbout (1998), relaciona a arte teatral com a dádiva:



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Paga-se por um espetáculo. Em troca o artista apresenta seu espetáculo. É a inserção de uma troca humana na equivalência monetária. Mas constata-se que isso não basta. Se algo realmente "passou" na noite do espetáculo, os espectadores aplaudem, manifestam-se para além do pagamento. Dão algo ao artista, algo a mais, um suplemento situado fora do sistema de mercado. Em contrapartida, o artista oferece um "bis", dá aos espectadores algo não previsto, independente de contrato, isto é, livremente. Cria ou mantém um laço vivo entre ele e os espectadores (GODBOUT, 1998, p.12).

Dentro disso é necessário o entendimento da hospitalidade dentro dos comércios. De acordo com Telfer (2004), a maximização do lucro nem sempre é a motivação principal do comerciante, conforme abaixo:

Não se pode considerar que um hospedeiro comercial se comporta com hospitalidade só pelo fato de ser pago pelo seu trabalho como não se pode considerar que um médico apenas se comporta com compaixão porque ele é pago pelo serviço que presta. Ambos podem ter escolhido essa profissão apenas pelo trabalho que prestam (TELFER, 2004, p. 63).

Gotman (2009), declara: “Hospitalidade e relação comercial estão em oposição constante, mas, simultaneamente uma se referindo à outra” (Gotman, 2009, p.4). A autora também comenta a respeito da generosidade proveniente da hospitalidade dentro do comércio, relacionando à dádiva.

Honrar o hóspede, fazer o máximo por ele, confere simultaneamente prestígio àquele que convida. Na esfera comercial, “fazer sempre mais” pelo cliente é tentar capturá-lo, mas também realça o prestígio do estabelecimento anfitrião. Esta obrigação de excelência, de “plus”, que recomenda ir além da simples equivalência qualidade-preço, já vimos, é uma característica da dádiva em virtude da qual não basta simplesmente dar conta dos deveres, mas fazer mais, fazer um sacrifício, e assim marcar claramente a ausência de hostilidade. É a razão de ser da decoração com a qual se recebe um hóspede, de todas as formas diferente da funcionalidade prática da vida cotidiana. A dádiva e, portanto, a hospitalidade exige “extras” (GOTMAN, 2009, p.12).

Compreendendo a hospitalidade comercial, é possível inseri-la nos espaços cênicos, ampliando assim o seu público? Aguiar (2014), alega:

Hospitalidade e espaço cultural estão intimamente ligados, uma vez que a hospitalidade se dá através do “bem-receber” aquele que nos é estranho, independente de qualquer adversidade. O espaço cultural é um exemplo de um local no qual este fenômeno acontece, pois é um ambiente em que a todo tempo pessoas de diversos lugares, países, culturas, classes sociais, etc. chegam para conhecer e compartilhar diversas experiências e formas de cultura com pessoas e realidades desconhecidas (AGUIAR, 2014, p.4).

A seguir, as considerações relacionadas a cena teatral e suas relações hospitaleiras.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

3. O Teatro e a Hospitalidade

Freire (2016), comenta que a especificidade da linguagem artística teatral, depende, em essência, do diálogo com o espectador no momento presente, ao vivo. Já Féral, acrescenta: “A teatralidade não é, ela é para alguém, quer dizer que ela é para o outro” (FÉRAL, 2015, p. 165). De qualquer forma, o teatro identifica-se com a necessidade de dialogar com o cidadão comum, o chamado espectador não especializado, não se contentando apenas com a apreciação dos profissionais da área, segundo Freire, novamente.

O teatro no Brasil passou por diversas fases, desde o surgimento do TBC (Teatro Brasileiro de Comédia), que estabeleceu a importância de produções teatrais comerciais, até o momento em que passou a vigorar no país a ditadura militar (1964-1985). Flávio Rangel, renomado diretor teatral, segundo Siqueira (2005) explica a situação das artes cênicas nos tempos da repressão militar:

Dizia-se que o teatro estava morto, que a palavra tinha acabado. Tempos difíceis para quem queria fazer um teatro baseado na razão, em conceitos lógicos, como eu sempre quis fazer. Embora nós todos achássemos que aquilo era uma coisa passageira, foi um tempo muito desanimador. Acontecia nesse período uma coisa que costuma acontecer no Brasil, nas artes, que é se fazer tábua rasa de tudo. Tudo o que tinha sido feito antes não tinha importância. E era uma coisa surrealista porque você ia ao teatro, comprava um ingresso num teatro, para sentar numa poltrona de teatro, abrir o pano de um palco de teatro, ver atores num teatro dizer à plateia dentro do teatro que o teatro estava morto. Era uma coisa muito estranha, uma fase muito ruim (SIQUEIRA, 1995, p.208-209).

Flávio Rangel é considerado um dos diretores teatrais de grande importância da história do teatro Brasileiro. Morto em 1988, em decorrência de um câncer, sempre destacou a importância do público nos espetáculos. Mais uma vez, de acordo com Siqueira (1995), Rangel comenta que sempre procurou trabalhar na emoção da plateia, no gosto da plateia. Desde o começo para ele, o teatro é uma festa, o espetáculo tem de ser uma alegria, tem de ser uma participação emocional e intelectual intensa entre o palco e a plateia, entre o espectador e o artista. Siqueira destaca que Flávio Rangel já pensava na formação do público teatral, afirmando: “que é preciso criar um público de teatro em nosso país e isso, só poderá ser conseguido na medida em que o público se reconheça no teatro” (SIQUEIRA, 1995, p.76).

Com a popularidade da televisão no Brasil, inaugurada em 18 de setembro de 1950, pelo jornalista Assis Chateaubriand, pode ter ocorrido a fuga do público dos teatros, que preferiu o conforto do seu lar para assistir as atrações exibidas nas mais diversas programações televisivas. De acordo com Siqueira (1995), em 1956: “[...] a televisão ainda não se havia constituído numa



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

rival temível do teatro na disputa do público, mas, ao contrário, uma aliada valiosa. Reservava bons horários para o teleteatro feito por artistas de teatro” (SIQUEIRA, 1995, p.52). A televisão pode ofertar a comodidade que faz o público sentir-se pertencido a sua programação, isso poderia explicar o seu grande sucesso, no caso o teatro não estaria ofertando esta hospitalidade?

Brook (1970), fala a respeito do surgimento do cinema e sua relação com o suposto enfraquecimento do teatro, num âmbito mundial:

Falamos do cinema matando o teatro, e nesta frase nos referimos ao teatro tal como era na época em que o cinema nasceu: um teatro de bilheteria, salões de espera, strapontins, ribalta, mudanças de cenários, intervalos, música, como se o teatro fosse, por definição, apenas isso e pouca coisa mais” (BROOK, 1970, p. 3).

Rosseto (2009), comenta que diante do cenário atual de compra e venda de espetáculos, companhias teatrais travam verdadeiras batalhas, esquecendo-se do primordial: a importância na formação da plateia. Desgranges (2003), reforça:

Educar o espectador para que não se contente em ser apenas o receptáculo de um discurso que lhe proponha um silêncio passivo. A formação do olhar e a aquisição de instrumentos linguísticos capacitam o espectador para o diálogo que se estabelece nas salas de espetáculo, além de lhe fornecer instrumentos para enfrentar o duelo que se trava no dia-a-dia (DESGRANGES, 2003, p.288).

Assistir a uma peça de teatro, constitui uma atividade de lazer, mas existem problemáticas relacionadas a isso e a outras questões, comentadas por Freire (2016):

Se a realidade econômica e os problemas sociais com toda a certeza interferem nas escolhas de tempo livre do cidadão, outros fatores, que envolvem as propostas artísticas, oferta e demanda, divulgação, postura dos profissionais da área, concorrência, e muitos outros, devem ser levados em conta (FREIRE, 2016, p.205).

Freire também destaca, que o foco de fazer teatro é atualmente dominante em São Paulo, no entanto ressalta, que apesar da grandeza da oferta teatral na cidade, não é mais possível perceber qualquer potente projeto de formação de plateia. Brook (1970), acredita numa situação de morte para o teatro mundial, conforme discorre:

A situação do teatro Morto é bastante óbvia. No mundo inteiro o público de teatro está definhando. Existem movimentos novos ocasionais, bons escritores novos e assim por diante, entretanto, como um toso, o teatro não só fracassa em elevar ou instruir, mas raramente distrai. O teatro tem sido frequentemente chamado de prostituta, no sentido de que se trata de uma arte impura (BROOK, 1970, p. 3).

Para Brook, “O público procura avidamente no teatro algo que possa considerar melhor que a vida” (BROOK, 1970, p. 4). Por esta ótica, a boa receptividade nos espaços cênicos pode



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

contribuir para uma melhoria em termos de público a esta arte, formando assim uma plateia sólida. Aguiar (2014), destaca a importância da hospitalidade nos espaços culturais:

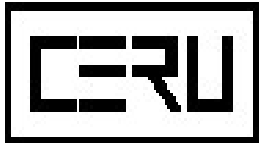
Para que um espaço cultural seja considerado hospitaleiro, é necessário que haja acolhimento, assim como prestação de serviços eficiente que combine não somente receptividade, mas também profissionalismo por parte daqueles que recebem. Outro fator importante para que a hospitalidade ocorra é o oferecimento de infraestrutura adequada por parte desses espaços para que as pessoas tenham acesso somente ao meio físico, mas também à cultura, à educação, e à informação (AGUIAR, 2014,p.21).

Existem medidas que podem ser adotadas pelos espaços cênicos que possibilitam contribuir numa melhoria na hospitalidade do espectador, como a comensalidade. Boutaud (2011) exemplifica que o ato de comer em público implica em partilhar a mesa com mais pessoas, ou seja, sob o olhar do outro. Nos espaços de convivência e alimentação do teatro não seria essa a vivência esperada antes do início do espetáculo? Boutaud também declara que na comensalidade, as pessoas formam uma comunidade, e elas se encontram, se reconhecem, expressam seus vínculos e unidades, além de suas capacidades de realizarem um intercâmbio entre si, de relaxarem, e se divertirem. Mas só isso bastaria? A acessibilidade a pessoas com deficiências, é uma medida que deve ser levada em consideração, assim o espaço cênico perde o risco de torna-se um não-lugar, termo denominado por Augé (1994), mencionando os shoppings centers, como exemplos. Ou seja, o bem-estar do público pode ser considerada a maior dívida do teatro.

4. Considerações Finais

Neste artigo pôde-se perceber, que a hospitalidade é inerente a todas as relações humanas, ou seja, está presente tanto na vida pessoal do indivíduo, quanto no comércio. Ninguém almeja ser mal recebido quando visita determinado local pela primeira vez. Não é fácil ser hóspede em nenhuma circunstância, por isso existem medidas hospitaleiras, que devem ser seguidas para o bom convívio social. Já a dívida é parceira da hospitalidade em privilegiar o visitante, com a boa educação, com a gentileza, com a simpatia e cordialidade. É uma troca, e nem sempre almejamos algo em retribuição a este gesto, porém na hospitalidade comercial, o que o proprietário do negócio almeja é que a boa tratativa ao seu público, traga retorno do mesmo ao seu espaço, gerando assim rentabilidade.

No caso dos espaços cênicos, o entendimento da relevância da cultura de forma geral, traz a compreensão da importância do teatro como manifestação cultural, sendo que através de



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

suas encenações contam a história de muitas vidas, simbolizam sonhos, desejos e até mesmo frustrações, que remetem a uma reflexão. Os artistas têm a obrigação de oferecer uma arte de qualidade ao seu público, porém um espetáculo teatral vai além de belos talentos, é necessário que os gestores teatrais pensem em formas de acolher o público antes e depois da sua entrada no espaço cênico.

Não adianta o melhor elenco, o melhor cenário, os melhores figurinos e maquiagens, sendo que ao chegar no teatro, os lugares não são confortáveis, não há acesso para pessoas com deficiências, os funcionários tratam mal o cliente e não existe uma preocupação com a comensalidade, mesmo sendo mínima, mas que é um gesto louvável que denota uma preocupação do gestor teatral com o bem-estar do espectador. A plateia deve sentir-se pertencida, e o pertencimento não é, como já mencionado, privilégio de uma encenação somente. O indivíduo em sua residência, ao assistir televisão, sente-se à vontade para fazer tal atividade, pois tem na privacidade de seu lar, o conforto necessário. Entretanto, como Camargo (2015) comentou, o hóspede não deve interpretar de forma literal o “faça de conta que está em sua casa!”, portanto é necessário o respeito a regra estabelecida de ocupação do espaço.

Numa cidade como São Paulo, existem diversos teatros, alguns maiores, outros menores, sendo estes os que têm maiores dificuldades em se manter devido a ausência de um público cativo. Muitos editais contemplam companhias teatrais, exigindo adequações aos seus espaços para a acolhida democrática do público, todavia nem todos os artistas conseguem isso. O teatro vive numa posição delicada, mas possui no Brasil uma rica trajetória de ascensão nos tempos do TBC e sobrevivência, destacado por sua eloquente atuação na era da ditadura militar (1964-1985), no entanto trabalhando com os aspectos da hospitalidade, por livre iniciativa, poderá ver os seus resultados mudarem, e visando este aspecto que o artigo pretende dar seguimento a sua pesquisa para novas conclusões.

Referências

AGUIAR, Mayara. **Análise sistemática da hospitalidade do Centro Cultural Banco do Brasil RJ**. 2016.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus Editora, 2012.

BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

BOUTAUD, Jean Jacques. **Compartilhar a mesa**. In: MONTANDON, Alain. O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. São Paulo: Editora Senac. 2011. p.1213-1230.

BRANT, Leonardo. **Mercado Cultural. Panorama crítico com dados e pesquisas e guia prático para gestão e venda de projetos**. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

BROOK, Peter. **O teatro e seu espaço**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CALCAGNOTTO, Cristina Nora; DE ÁVILA, Newton Fernandes; OSMAINSCHI, Ramon. **O TURISMO SOB O OLHAR DA CULTURA, DA GESTÃO CULTURAL, DA HOSPITALIDADE E DO TURISMO URBANO E SUA RELAÇÃO COM O LAZER**. Revista Brasileira de Estudos do Lazer, v. 3, n. 2, p. 97-112, 2017.

CABRAL, João Francisco Pereira. "Odisséia de Homero"; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/odisseia-homero.htm>>. Acesso em 13 de maio de 2018.

DE LIMA CAMARGO, Luiz Octávio. **Os interstícios da hospitalidade**. Revista Hospitalidade, p. 42-69, 2015.

DESGRANGES, F. **Mediação teatral: anotações sobre o projeto formação de público**. In: Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas. Florianópolis, v. 10, 2008.

FÉRAL, J. **Além dos limites – teoria e prática do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FREIRE, Vítor. **Reflexões sobre os esforços na formação de plateia para o teatro paulistano**. Sala Preta, v. 17, n. 1, p. 203-216, 2017.

GODBOUT, Jacques T. **Introdução à dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38, p. 07-12, 1998.

GOTMAN, Anne. **O comercio da hospitalidade é possível?** Revista Hospitalidade, v. 6, n. 2, p. 3-27, 2009.

Grinover, Lucio (2014): **“A cidade à procura da hospitalidade”**. Ed. Aleph.
Lashley, Conrad e Morrison, Alison.(2014): **“Em busca da hospitalidade. Perspectivas para um mundo globalizado”**. Ed Manole.

LASHLEY; MORRISON. **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Barueri: Manoele, 2004.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia: o ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 535 p.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

MONTANDON, Alain. **O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas.** São Paulo: SENAC, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ROSSETO, Robson. **A plateia da cena teatral: objetivos pedagógicos.** Revista Científica/FAP, 2009.

SIQUEIRA, José Rubens. **Viver de teatro.** São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

TELFER, E. **A filosofia da “hospitabilidade”.** In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado.* São Paulo: Manole, 2004, p. 53-78.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. Tradução: Teresa Dias Carneiro. **O conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

A DENGUE ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA ESTRUTURAL DO SANEAMENTO BÁSICO BRASILEIRO: O CASO DO LITORAL NORTE PAULISTA.

SANTOS, Micael Henrique da Silva⁹⁶
GOMES, Cilene⁹⁷
MACIEL, Lidiane⁹⁸

Resumo: Este artigo busca circunstanciar a problemática do saneamento no contexto das insuficiências estruturais da formação socioespacial brasileira e das políticas territoriais e urbanas, ressaltando as especificidades da urbanização costeira, no Litoral Norte Paulista, e dimensionando o problema recente da epidemia da dengue como evidência dessa problemática estrutural, dentre outras evidências. O estudo envereda-se pela compreensão histórica de processos incidentes na constituição da problemática da urbanização litorânea e na questão específica do saneamento básico; e em caráter exploratório, baseia-se em levantamentos bibliográficos, documentais e estatísticos, e também, em análises espaciais apoiadas no uso do geoprocessamento.

Palavras-chave: Dengue. Formação socioespacial. Saneamento Básico. Litoral Norte Paulista. Saúde Pública.

Abstract: This article aims to describe the problem of sanitation in the context of the structural insufficiencies of Brazilian socio-spatial formation and of territorial and urban policies, highlighting the specificities of coastal urbanization in the North Coast of São Paulo, and sizing the recent problem of the dengue epidemic as evidence of that structural problem, among other evidences. The study is based on the historical understanding of processes involved in the constitution of the problem of coastal urbanization and, too, on the specific issue of basic sanitation; and, finally, on an exploratory basis, this search is rooted on bibliographical, documentary and statistical sources, as well as spatial analysis are based on the use of geoprocessing.

Keywords: Dengue. Socio-spatial formation. Basic sanitation. North Coast of São Paulo. Public Health.

Introdução

No mundo contemporâneo, especialmente nas cidades brasileiras, a questão do saneamento básico, em suas relações com a saúde pública, é de suma importância às políticas

⁹⁶ Universidade do Vale do Paraíba, Mestrando em Planejamento Urbano e Regional. E-mail: santos.micael@outlook.com.br

⁹⁷ Universidade do Vale do Paraíba, Profª do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. E-mail: cilenegs@univap.br

⁹⁸ Universidade do Vale do Paraíba, Profª do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. E-mail: lidiani.maciell@gmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

públicas de caráter territorial e social e, especificamente, às ações do planejamento urbano e regional. É sabido que as relações da sociedade com o espaço são indissociáveis e estão na base dessas ações e políticas. Daí o interesse na geografia da saúde, ou seja, a busca de observar e entender as razões da distribuição espacial dos equipamentos, serviços e eventos da saúde e seus desdobramentos sociais.

No entendimento de Santos (1982), a Geografia, em sua condição de disciplina preocupada com o espaço humano, habitualmente, preocupou-se mais pela forma das coisas do que pela sua produção, ou seja, seu domínio era o das coisas já feitas, cristalizadas; no entanto, entende-se que a realidade é um produto histórico oriundo de ações humanas estabelecidas pelo sistema social e econômico. Nesse contexto, busca-se analisar as formas não apenas como elementos estáticos da paisagem urbana, mas como produto espacial derivado de fatores sociais e econômicos, visíveis ou invisíveis.

Por conseguinte, o autor preconiza o entendimento da formação socioespacial como teoria e método, propondo que se examinem as formas produzidas no espaço, a partir de três categorias que a constituem: modo de produção, formação social e espaço.

Assessa óptica, podem-se compreender as insuficiências estruturais da formação socioespacial brasileira e melhor circunstanciar, dentre elas, as insuficiências crônicas ligadas ao saneamento básico, em suas relações sistêmicas com a problemática geral da urbanização contemporânea, alicerçada na questão da desigualdade socioespacial.

Nesse caso, fazem-se necessários os aportes teórico-metodológicos no campo da Saúde Pública a fim de entender o processo saúde-doença como manifestação social e territorial. E para isso, o estudo dos processos constitutivos da urbanização e a organização do espaço das cidades devem ser realizados de forma imbricada, pois são fatores condicionantes dos processos epidêmico-pandêmicos em diferentes lugares.

Nesse artigo, tal proposta interdisciplinar está sendo encaminhada em caráter exploratório, tendo o Litoral Norte Paulista como área de estudo. A região apresenta, hoje, afluxos populacionais de turistas, em altas temporadas, oriundos não só da Região do Vale do Paraíba, como também de outras regiões, facilitando a dispersão da doença.

Verifica-se segundo dados do DATASUS, que a região em estudo registrou 9.830 casos de dengue entre 2010 e 2012, tendo o município de Caraguatatuba registrado o maior número, 4.497 no mesmo período (DATASUS, 2018).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Para a compreensão da epidemia da dengue no contexto da urbanização litorânea serão necessários estudos particularizados dos municípios sob o viés histórico, demográfico, socioeconômico e territorial, para recontextualizar suas dinâmicas na microrregião em que se localizam, assim como, das políticas públicas e do impacto da falta de planejamento urbano e regional adequado.

A pesquisa tem o objetivo geral de circunstanciar a problemática do saneamento no contexto das insuficiências estruturais da formação socioespacial brasileira e das políticas territoriais e urbanas, ressaltando as especificidades da urbanização costeira, no Litoral Norte Paulista, e dimensionando o problema recente da epidemia da dengue como evidência dessa problemática estrutural, que em si mesma, encerra a grande questão das desigualdades socioespaciais.

Urbanização e insuficiência estrutural do saneamento básico e marcos regulatórios: universalização e ações de interesse comum

Entende-se por saneamento do meio “o controle de todos os fatores do meio físico do Homem que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre seu bem-estar físico, mental e social.” (WHO, 1992 apud PHILIPPI JÚNIOR; MALHEIROS, 2005, p. 62).

No que tange ao saneamento básico, Philippi Júnior e Malheiros (2005) ressaltam a imprescindibilidade do uso de tecnologias adequadas em comunidades situadas às margens de áreas urbanas, dado que essas regiões comumente exprimem déficit de estrutura básica associado à baixa renda (OLIVEIRA; CARVALHO, 2010) e à desinformação. A falta de saneamento tornam os ambientes inabitáveis, com ocorrência simultânea de habitações inadequadas, alimentação precária, assistência deficiente no campo da saúde etc.

Segundo Oliveira e Carvalho (2010), a falta de saneamento básico é um fator coadjuvante no aumento de doenças físicas e mentais, atrelado às desigualdades sociais e econômicas de uma população, promovidas pela segregação social e urbana.

No decorrer da história, diversas doenças foram erradicadas, todavia, as aglomerações urbanas com ausência de serviços básicos, como o saneamento, provocaram a eclosão e a recidiva de zoonoses. Em 2000, dados do IBGE revelaram precariedade no esgotamento sanitário, tendo atendido apenas 52,2% dos municípios e 33,5% dos domicílios brasileiros, o



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

que desencadeou o retorno de algumas epidemias (SALDIVA et al., 2010 apud MARICATO, 2011).

Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), dentre as adversidades no combate à Dengue, destacam-se as irregularidades no abastecimento de água, com o uso de caixas d'água e outros recipientes, que na ausência de tampas, servem de criadouros para o *Aedes aegypti*; na coleta irregular de resíduos sólidos, que, quando amontoados, ficam propensos ao acúmulo de água (ABES, 2016). Oliveira e Carvalho (2010, p. 198) acrescentam que “o abastecimento de água, a coleta de esgotos e do lixo, a garantia de condições de moradia e trabalho saudáveis e adequadas” são essenciais para a prevenção de doenças e controle do mosquito.

As ações de contenção do mosquito devem balizar as políticas públicas de saúde e de saneamento, entretanto, ainda há controvérsias em relação à ação individual ou comunitária (ABES, 2016), pois o Estado não pode assumir para si a responsabilidade dos indivíduos, quanto a conter, no âmbito doméstico, o acúmulo de lixo, a falta de higiene e a propagação de doenças, questões também de natureza eminentemente cultural.

No entendimento de Johansen, Carmo e Alves (2016), o célere processo de urbanização no Brasil teve seu apogeu marcado pela segmentação de grupos sociais. Segundo os autores, tal desigualdade significa dissemelhança no acesso aos serviços urbanos, sobretudo ao saneamento ambiental, e reverbera sobre o padrão de distribuição das doenças no tecido urbano. Logo, as Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental (DRSAI) ainda geram afecções e óbitos nas cidades brasileiras, incluindo as regiões metropolitanas, afetando os grupos mais pobres (VILANI; MACHADO; ROCHA, 2014).

A metropolização pode ser interpretada como o processo de concentração e urbanização intensa que ressaltam “as funções econômicas superiores em matéria de decisão, de direção e de gestão dos sistemas econômicos e de sua concentração em alguns centros urbanos maiores” (LEROY, 2000, p. 79). Subentende também a gradativa afluência de “homens, atividades e riquezas nas aglomerações de várias centenas de milhares de habitantes, multifuncionais, fortemente integradas na economia internacional” (ASCHER, 1995, p. 33).

Em razão da complexificação da urbanização, dando origem a metrópoles e grandes regiões urbanas, desde os anos de 1970, durante o regime militar, instituíram-se as primeiras regiões metropolitanas do país. Diversos planos, programas e projetos foram fomentados pelos governos, para enfrentar os problemas da urbanização desordenada. Mediante a Lei



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Complementar 14/73, criaram-se nove regiões metropolitanas (RMs) nas principais capitais do país, visando “promover o planejamento integrado e a prestação de serviços comuns de interesse metropolitano” (SOUZA, 2003, p. 137).

Já em 1988, no art. 25, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil, os Estados tiveram autonomia para instituir regiões metropolitanas, objetivando a integração da organização, do planejamento e execução de funções públicas de interesse comum (BRASIL, 1988).

No art. 7º da Lei Complementar nº 760 de 1994, o estado paulista dispõe sobre os campos funcionais de interesse comum das entidades regionais, dentre eles o planejamento e uso do solo, transporte e sistema viário regional, habitação, saneamento básico, meio ambiente, desenvolvimento econômico, e atendimento social (SÃO PAULO, 1994).

Em 2007, sancionou-se a Lei Federal do Saneamento Básico, na qual garantiu-se, teoricamente, no art. 2º a diretriz da universalização do acesso.

A partir de 2015, por meio do estabelecimento do Estatuto da MetrÓpole, de acordo com o art. 3º da Lei nº 13.089, os Estados puderam instituir regiões metropolitanas no intuito de organizar, planejar e executar funções públicas de interesse comum (BRASIL, 2015).

Constituída por 39 municípios, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), institucionalizada em 2012, concentra 2,5 milhões de habitantes. Essa concentração populacional se explica, historicamente, pela intensa e diversificada atividade econômica, predominando em municípios localizados no eixo da Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra os setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico; no Litoral Norte, as atividades petroleiras e portuárias; e o turismo na Serra da Mantiqueira e Litoral (EMPLASA, 2016).

Desta maneira, a concentração populacional requer evolução e ampliação dos sistemas de saneamento básico, buscando atender à demanda, e sobretudo preservar a qualidade do ambiente e da saúde das populações. Não faltam marcos regulatórios para a garantia dos direitos de cidadania à saúde e aos benefícios da vida urbana.

Saúde Pública e dengue no Brasil

No entendimento de Souza (2003), o Brasil encontra-se urbanizado em sua plenitude, mas a consolidação de políticas integradas é fundamental no combate aos problemas urbanos gerados, e envolve as três esferas de governo (PHILIPPI JÚNIOR; MALHEIROS, 2005).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

No tocante aos impactos na saúde gerados pela urbanização, na reunião realizada em 1970 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), constatou-se que “a cidade não é apenas um ambiente em que as pessoas vivem, mas também é um sistema físico-social com efeitos diretos e indiretos na saúde” (WHO, 1972, p. 7). “Os conceitos de espaço geográfico propostos por Milton Santos constituem uma das referências mais importantes para as análises da relação entre espaço e doença, especialmente as produzidas no Brasil” (CZERESNIA; RIBEIRO, 2000, p. 602).

Ao falar em Saúde Pública no Brasil, pode-se fazer alusão a Milton Santos por dois aspectos principais atrelados às novas questões sociais e científicas que surgiram a datar 1970. O primeiro seria a inépcia da ciência epidemiológica no entendimento do processo saúde-doença no âmbito de demasiadas mudanças sociais, como a mudança do perfil epidemiológico; do processo de urbanização e intensificação das relações sociais; das novas possibilidades epidêmicas geradas pelo processo de globalização, com o aparecimento de novas doenças e a emersão de doenças possivelmente controladas. No entendimento de Silva (1985), o segundo aspecto seria a remodelação do pensamento geográfico no mesmo período, em busca da superação da visão de espaço tão-somente físico. Incluindo o espaço geográfico, a Epidemiologia pôde compreender os fatores socioeconômicos, políticos e culturais causadores das doenças endêmico-epidêmicas.

Philippi Júnior e Malheiros (2005) atribuem a proliferação exacerbada de vetores de doenças à crise socioambiental: ausência de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo inapropriado dos resíduos sólidos. A eclosão de cidades não planejadas viabiliza, concomitantemente, ambientes suscetíveis a riscos de calamidades e problemas de saúde pública (MENDONÇA; SOUZA; DUTRA, 2009).

Segundo Silva (2003), é provável que a renovação urbana tenha sido o grande legado da resposta sanitária ao Brasil do início do século XX, com destaque às obras de saneamento. A dinâmica do saneamento, desencadeada ao longo da Primeira República (1889-1930), evidenciou as precárias condições de saúde das populações como óbice preponderante ao desenvolvimento do país, sob o lema da “ordem e progresso”. O foco da atenção das alterações político-sanitaristas era a constituição física e moral do brasileiro, e tinham no cerne a evolução da raça e das condições de vida da população brasileira. O país se encontrava em meio ao problema da integração da população à condição de cidadãos. A identidade brasileira era



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

geralmente representada por desnutridos e mórbidos. Lima e Hochman (1996) afirmam que o retrato do Brasil mostrava um povo doente e analfabeto, abandonado pelo Estado.

Para os sanitaristas era necessário integrar esses indivíduos nos marcos da cidadania, outorgando-lhes condições de lutar por melhores condições de vida. A Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada em 1918 e presidida por Belisário Penna, tinha como finalidade lutar pela institucionalização de uma política nacional de saneamento. Acreditavam que a ausência do poder público era responsável pela insalubridade e o abandono a que estava submetida boa parte da população brasileira. E que, mesmo que um estado ou município tivesse um plano eficaz contra os problemas, seus moradores ainda estariam expostos às doenças oriundas de regiões circunscritas que não tivessem recebido a mesma atenção por parte do poder público (Hochman, 1998).

Do período dos sanitaristas à criação do SUS, fica entendido que, de acordo com Penna

a reforma sanitária brasileira em um primeiro momento priorizou a ampliação da cobertura dos serviços básicos de saúde, de modo a atender o princípio da universalidade de acesso à saúde, e não ações de controle de doenças específicas, principalmente aquelas ações que não tivessem efeito sinérgico para a atenção básica. O desenvolvimento do SUS envolveu a construção de consensos em torno de modelos de financiamento, modelo gerencial, de organização dos serviços de saúde e de atenção. A discussão sobre o controle vetorial foi sempre completamente periférica porque essa atividade não se realiza na rede de atenção à saúde, arcabouço principal do SUS. A situação do dengue reflete, portanto, a decisão política de não priorizar o controle vetorial no país no primeiro momento da construção do SUS. O custo desse controle realizado por meio da estratégia tradicional é muito alto, com um custo benefício baixo comparado à expansão da cobertura das ações básicas de saúde. (PENNA, 2003, p. 306).

Transmitida pela fêmea do mosquito *Aedes (Stegomyia) aegypti*, infectada com o sorotipo DENV-1, 2, 3 ou 4, a dengue é considerada uma doença oriunda da urbanização desenfreada, máxime em países subdesenvolvidos. Segundo a OMS, cerca de 2,5 bilhões de pessoas residem em áreas de risco (SES-SP, 2014) e a taxa de incidência global de infecções é de 50 a 100 milhões ao ano. Em 2016, em nível continental, 64% dos casos foram notificados no Brasil, preponderantemente na região Sudeste. No mesmo período, o Estado de São Paulo (ESP) recebeu aproximadamente 290 mil notificações (SES-SP, 2017).

O que mais preocupa Andrade (2009 apud JOHANSEN; CARMO; ALVES, 2016), é que para que o *Aedes aegypti* se desenvolva é necessário que haja água parada e limpa. Entretanto, já foi comprovada sua capacidade de adaptação, tendo já encontrado ovos do mosquito em água suja.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

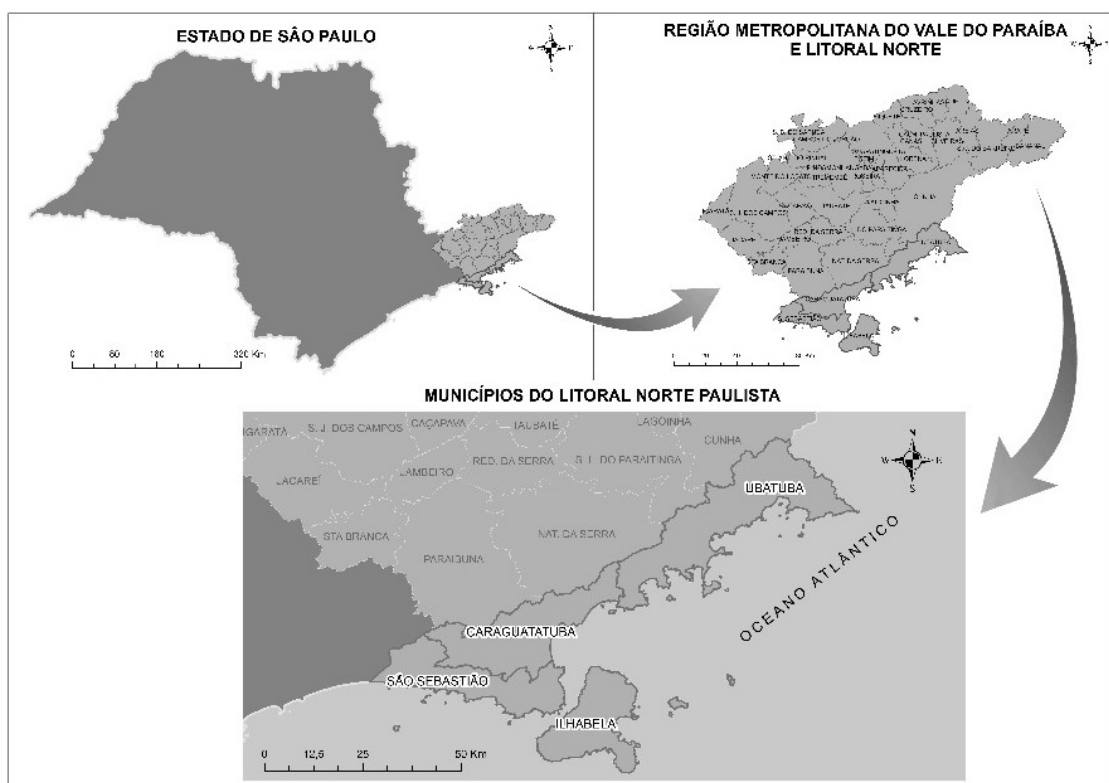
Analizando o caso do Litoral Norte de São Paulo

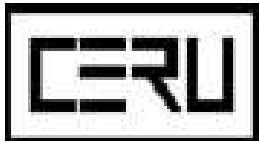
Segundo Kajiya (2015), o célere processo de industrialização e urbanização afeta a qualidade social e ambiental. O crescimento demográfico, o surgimento de novas dinâmicas produtivas e de consumo, o aumento das necessidades de infraestruturas são apenas alguns dos problemas associados às transformações históricas das cidades. Junto a estes, surgem as epidemias, e, dentre estas, a dengue, com alto índice de casos, preocupando as populações, os órgãos administradores e pesquisadores.

O processo de urbanização no Brasil é caracterizado, em boa medida, por “ocupações irregulares em encostas ou nas margens dos corpos de água; precariedade de abastecimento de água potável e de saneamento básico”, dentre outros indícios de serviços e infraestrutura incongruentes e mal distribuídos (RIBEIRO, 2008; CARMO; SILVA, 2009 apud MELLO et al., 2010, p. 2).

Conforme observado na Figura 1, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba localizam-se no extremo leste do Estado de São Paulo (ESP), na Sub-Região 5 da recém instituída RMVPLN, tendo os municípios de Paraibuna, Natividade da Serra, São Sebastião e Ubatuba fazendo fronteira com Caraguatatuba, e os municípios de Caraguatatuba, Natividade da Serra, São Luiz do Paraitinga e Cunha fazendo fronteira com Ubatuba (EMPLASA, 2016).

Figura 1 – Localização do Litoral Norte Paulista.





ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

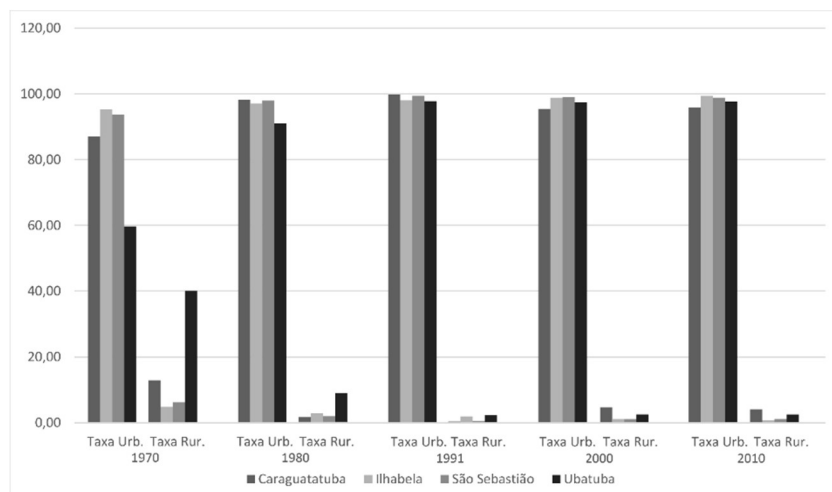
São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Fonte: IBGE, 2010.

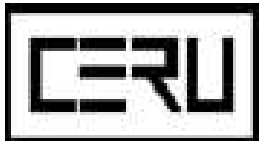
A expansão urbana do Litoral Norte Paulista tornou-se acentuada após a década de 1970, e pode ser constatada inicialmente pelos dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Gráfico 1 apresenta a evolução das taxas de população urbana e rural em relação à população total dos municípios. É possível observar, no período, a ascensão da taxa de população urbana em relação à taxa de população rural.

Gráfico 1 – Evolução percentual da população urbana e rural no total da população nos municípios do Litoral Norte Paulista, de 1970 a 2010.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Essa maior concentração da população em áreas urbanas reflete-se na situação socioeconômica dos municípios, que pode ser observada na primeira década do século XXI, por meio dos dados referentes às pessoas ocupadas por setores de atividades econômicas. Considerando a distribuição das pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas nos setores primário, secundário e terciário das economias municipais, notou-se em 2000 e 2010 a maior concentração em atividades terciárias (incluindo comércios, serviços de alojamento, alimentação, transporte, comunicação, finanças, atividade imobiliária, educação e saúde). Conforme observa-se no Gráfico 2, o segmento do setor secundário decresce de 2000 para 2010 nos quatro municípios.

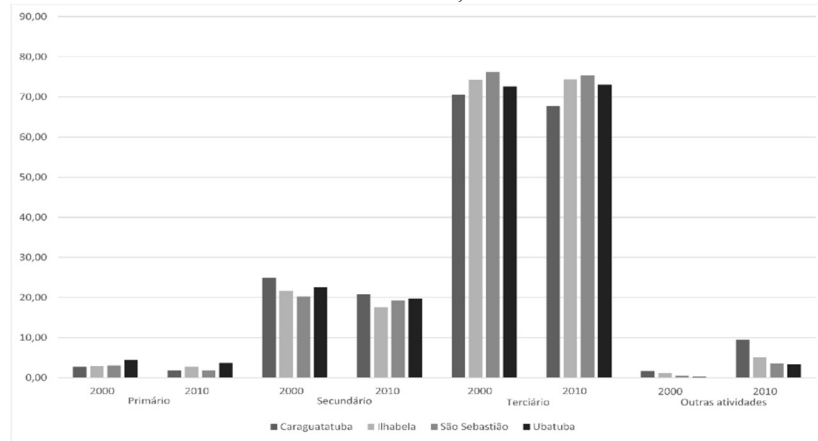


ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Gráfico 2 – Distribuição (%) de pessoas de 10 anos ou mais ocupadas, nos setores econômicos, nos municípios do Litoral Norte Paulista, em 2000 e 2010.

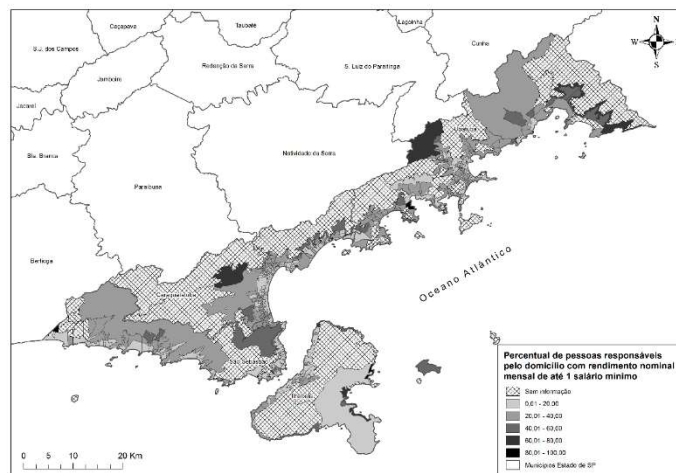


Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Costa e Monte-Mor (2002) associam a restrição à infraestrutura urbana aos grupos populacionais em piores condições socioeconômicas, que, na maioria das vezes, residem em áreas ocupadas. Tal relação pode ser observada na distribuição da renda no Litoral Norte Paulista, conforme mostra a Figura 2. Constata-se que grande parte da população que recebe até 1 salário mínimo reside em áreas periféricas, afastadas da orla marítima, o que evidencia uma urbanização excludente.

Maricato (1996) argumenta que o crescimento das periferias no Brasil resulta da lógica da ação especulativa do mercado imobiliário, sendo as áreas com melhor infraestrutura e mais bem localizadas ocupadas por camadas de poder aquisitivo mais elevado, e grupos de menor renda empurrados para locais periféricos.

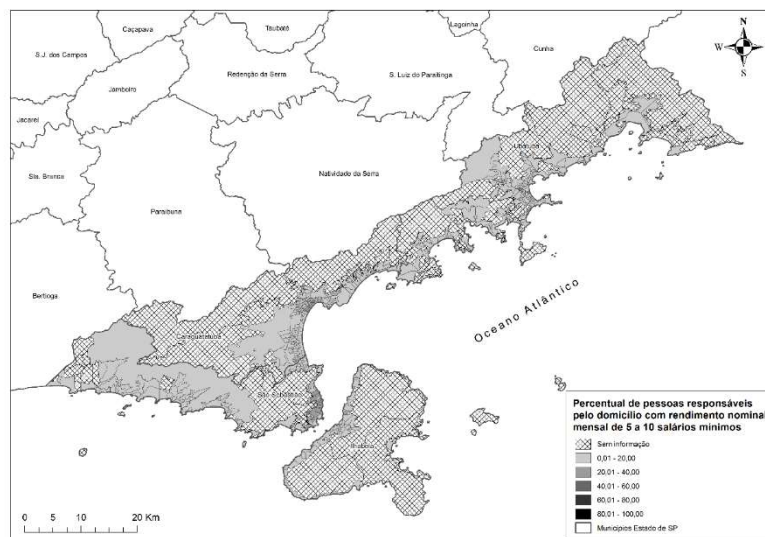
Figura 2 – Percentual de pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo.



Adaptado de EMPLASA, 2010. Elaborado pelo autor.

De acordo com a Figura 3, o percentual de pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal mensal de 5 a 10 salários mínimos é menor.

Figura 3 – Percentual de pessoas responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal mensal de 5 a 10 salários mínimos.



Adaptado de EMPLASA, 2010. Elaborado pelo autor.

Segundo dados do Observatório Litoral Sustentável, há uma relação entre a distribuição da renda e a infraestrutura disposta nos municípios do Litoral Norte Paulista. Quanto à água, apenas dois municípios possuem menos de 80% dos domicílios ligados às redes de abastecimento, São Sebastião e Ubatuba. As áreas com menos oferta localizam-se em áreas distantes da orla. O esgotamento sanitário ainda é bastante insuficiente e deficitário nos municípios de Ilhabela e Ubatuba. Grande parte dos municípios, que não tem acesso a este serviço, jogam seus esgotos em fossas sépticas, muitas vezes sem manutenção adequada. Um fator intrigante é que a infraestrutura está localizada em maior número nas áreas próximas à orla, onde se encontram os domicílios com maiores rendas e de uso ocasional, ou seja, enquanto existe ociosidade nesta infraestrutura instalada, a população de baixa renda, que mora nos municípios, não tem acesso à mesma. Em relação à geração de resíduos sólidos, o maior problema está na alta temporada, quando a quantidade de lixo pode duplicar e, em alguns casos, triplicar, com o afluxo de turistas (OBSERVATÓRIO, 2012).

Uma primeira etapa de levantamentos estatísticos no Censo Demográfico do IBGE 2010 mostrou que em São Sebastião, de uma população total de 73.942 habitantes, 82,1% contavam com esgotamento sanitário adequado, ou seja, domicílios ligados à rede geral ou com fossas sépticas; Caraguatatuba, de 100.840 habitantes, 88% dispunha de esgotamento sanitário



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

adequado; Ubatuba, de 78.801 habitantes, 60,3% usufruíam do esgotamento adequado e Ilhabela, município que apresentou menor percentual de atendimento adequado, de um total de 28.196 habitantes, apenas 36% encontrava-se nessa situação.

Além disso, Kajiya (2015) nos mostra que, no Litoral Norte Paulista os quatro municípios citados apresentaram altos índices de casos de dengue entre 2001 e 2010, tendo Caraguatatuba registrado 3.580 casos em 10 anos; Ilhabela, 1.380 no mesmo período; São Sebastião, 1.725 em 2010; e Ubatuba, 3.287 casos no ano de 2007. Percebeu-se que, em todos os municípios, os serviços de saneamento estão comprometidos, pois possuem baixos níveis de coleta de esgoto, sobretudo os municípios de São Sebastião e Ubatuba, que também apresentam baixas taxas de abastecimento de água. Considerando os níveis de ocorrência da doença por 100 mil habitantes em 2010, os municípios litorâneos citados, do mesmo modo que Caçapava, Cachoeira Paulista, Taubaté e Tremembé relatam o maior teor.

Considerações finais

Há uma restrição na universalização dos serviços de saneamento básico em determinados municípios, fazendo objeção à Lei de Saneamento de 2007 (BRASIL, 2007b apud MELLO et al., 2010).

Verificou-se por meio de análise dos planos que, desde a autonomia outorgada ao Estado para a institucionalização de regiões metropolitanas, os campos funcionais, como habitação, saúde, e sobretudo, saneamento básico são pensados isoladamente, de forma desconexa. Todavia, observa-se que o saneamento tem relação direta com a localização das moradias em meios urbanos ou rurais. O meio espacial é, portanto, fundamental para perscrutar o plexo existente entre saneamento e urbanização, e, a partir disso, doenças, como é o caso da dengue, ora estudada.

No caso do Litoral Norte Paulista, o saneamento básico está atrelado à habitação, saúde e até mesmo ao meio ambiente, portanto, torna-se necessário, antes de criar os planos municipais e estaduais, consagrar um visão integrada quanto aos campos funcionais, visto que existe uma correlação contundente entre eles. Sabe-se que todos os municípios possuem seus planos de saneamento, mas preveem ações integradas aos seus planos diretores? E ações intermunicipais no contexto da região litorânea ou da região metropolitana em seu todo?



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Notou-se a insuficiência estrutural do saneamento básico brasileiro, tendo como caso concreto de análise o Litoral Norte Paulista, oriunda da formação socioespacial perpassada pela região em foco.

Constatou-se que os quatro municípios litorâneos da região em referência sofreram processo de migração, e que tal processo acarretou a formação de assentamentos precários próximos à Serra do Mar.

Tendo em vista a disposição demográfica do Litoral Norte, pensar em saneamento básico, saúde e meio ambiente de maneira conjunta certamente alteraria a hodierna situação, melhorando as condições de vida da população.

REFERÊNCIAS

ASCHER, F. **Metápolis ou l'avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (ABES). Dengue e zika: Abes alerta sobre a importância do saneamento básico no combate às doenças. 2016. Disponível em: <<http://abes-dn.org.br/?p=923>>. Acesso em: 05 maio 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>. Acesso em: 16 maio 2015.

COSTA, H. S. M.; MONTE-MOR, R. L. M. Urbanization & Environment: trends and patterns in contemporary Brazil. In: HOGAN, D. J.; BERQUÓ; COSTA, H. S. M. (Orgs.). **Population and environment in Brazil**: Rio + 10. Campinas: CNPD, Abep, Nepo, 2015. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/181/179>>. Acesso em: 15 maio 2018.

CZERESNIA, D.; RIBEIRO, A. M. O Conceito de Espaço em Epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 595-613, jul./set., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n3/2947.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS (DATASUS). 2018. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 12 maio 2018.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A (EMPLASA). 2016. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/>>. Acesso: 15 maio 2018.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em:

JOHANSEN, I. C.; CARMO, R. L.; ALVES, L. C. Desigualdade social intraurbana: implicações sobre a epidemia de dengue em Campinas, SP, em 2014. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 36. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2016-3606/19910>>. Acesso em: 07 maio 2018.

PHILIPPI JÚNIOR, A.; MALHEIROS, T. F. Saneamento Ambiental e Saúde Pública. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; ALVES, A. C. (Orgs.). **Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental**. Barueri: Manole, 2005, p. 47-82.

KAJIYA, F. T. **Dengue na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo**: Condições Socioambientais e Dinâmica da Doença. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-19012016-135406/pt-br.php>>. Acesso em: 05 maio 2018.

LEROY, S. Sémanthiques de la métropolisation. **L'espace géographique**, Montpellier, Éditions Belin, v. 29, n.1, p. 78-89, 2000.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 25, n. 71, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10595/12337>>. Acesso em: 15 maio 2018.

MENDONÇA, F. A.; SOUZA, A. V., DUTRA, D. A. Saúde pública, urbanização e dengue no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 257-269, dez, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9606/5783>>. Acesso em 06 maio 2018.

OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL. Resumo executivo: dinâmicas regionais. 2012. Disponível em: <<http://litoralsustentavel.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Resumo-Executivo-Regional-Litoral-Sustentavel.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

OLIVEIRA, M. V. C.; CARVALHO, A. R. **Princípios Básicos de Saneamento do Meio**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2010.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SÃO PAULO. Lei Complementar nº 760, de 01 de agosto de 1994. Estabelece diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1994/lei.complementar-760-01.08.1994.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES-SP). **Diretrizes para a prevenção e controle das arboviroses urbanas no estado de São Paulo**, 2017. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/publicacoes/diretrizes2017_arboviroses_esp.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.

SILVA, L. J. Organização do Espaço e Doença. In: CARVALHEIRO, J. R (Org.). **Textos de Apoio: Epidemiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1985, p. 159-185, 1985. v. 1.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, C. Regiões metropolitanas: condicionantes do regime político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 59, p. 136-158, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a07n59.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2018.

VILANI, R. M.; MACHADO, C. J. S.; ROCHA, É. T. S. Saneamento, dengue e demandas sociais na maior favela do Estado do Rio de Janeiro: a Rocinha. **Vigilância Sanitária em Debate**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 18-29, 2014. Disponível em: <<https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/viewFile/163/131>>. Acesso em: 06 maio 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Development of environmental health criteria for urban planning**. Genebra. 1972. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/41012/1/WHO_TRS_511.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

HOSPITALIDADE EM UMA ESTÂNCIA TURÍSTICA PAULISTA: A CIDADE DE CAMPOS DO JORDÃO

MENDES, Bruna de Castro⁹⁹
CAVENAGHI, Airton José¹⁰⁰

Resumo: Hammerl (2011) destaca enfaticamente que a história do turismo no Brasil, desde o início do seu desenvolvimento, partilha das influências europeias. Esta é uma das principais razões para o desenvolvimento das chamadas estâncias, como é o caso de Campos do Jordão e foco deste trabalho. Embora o termo estância seja utilizado em diversos documentos legais, é somente nos fins da década de 1940 que a terminologia é oficialmente posta como parâmetro legal. Nota-se que existem quatro grandes grupos de estâncias: as hidrominerais, as climáticas, as balneárias e as turísticas. Receber este tipo de nomenclatura sempre foi interessante, principalmente pelo fato do município poder obter recursos financeiros visando a melhoria das atividades na localidade, já que os aspectos de cuidados com a saúde sempre estiveram atrelados ao lazer nos espaços classificados como estâncias. Neste espaço, Campos do Jordão foi reconhecida em 1926 como Estância Hidromineral, classificação alterada em 1978, quando a cidade, a partir da lei nº 1.844, passa oficialmente a ser reconhecida como Estância Turística e em 1986 quando também passa a ser classificada como Estância Climática, sendo essa última a classificação prevalecente. Neste aspecto, o presente trabalho procura discutir sobre a ocupação e a utilização territorial diferenciada quando se contrapõe o turista e o cidadão na Estância Climática de Campos do Jordão, entendendo esta relação como essencial para a caracterização da hospitalidade (ou hostilidade). Como objetivo geral, definiu-se reconhecer o processo de ocupação territorial da Estância Climática de Campos do Jordão, sob a perspectiva do morador, sendo os específicos contrapor a ocupação territorial do morador e do turista; resgatar memórias esquecidas do jordanense; projetar um mapa indicativo do turismo local sob a visão do morador. Neste contexto, a partir de um procedimento metodológico constituído por observações *in loco*, levantamentos de documentos históricos e entrevistas semiestruturadas, pautando-se nas discussões e contribuições de Berger e Luckmann (2014), autores que abordam o reconhecimento do morador enquanto cidadão; Camargo (2005) que explora as bases da hospitalidade; assim como Baptista (2008) que discute a respeito dos lugares de hospitalidade, além de Barreira (2003) que agrega ao se explorar os imaginários que envolvem as cidades, pretende-se reconhecer o processo de ocupação territorial de Campos do Jordão, sob a perspectiva do morador, descrevendo como a transformação de Campos do Jordão influenciou a organização da cidade enquanto espaço turístico e como isso influenciou o desenvolvimento da cidade e a formação dos cidadãos. Nesta etapa do trabalho já pode-se evidenciar a separação espacial entre os moradores e os turistas, podendo, futuramente, gerar mais ações de hospitalidade do que hostilidade.

Palavras-chave: Turismo. Estâncias. Estância Turística. Hospitalidade

⁹⁹ Doutoranda em Hospitalidade (UAM); Mestre em Hospitalidade (UAM), Bacharel em Turismo (Puc-Campinas) e Licenciada em Pedagogia (UFSCAR). Docente do IFSP-Campos do Jordão.

<http://lattes.cnpq.br/7527344793231311>. Email: brunamendes@ifsp.edu.br

¹⁰⁰ Doutor e Mestre em História Social (USP), pertencente ao PPG em Hospitalidade da UAM (SP).

<http://lattes.cnpq.br/8415372088403504>. Email: acavenaghi@gmail.com



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Abstract: Hammerl (2011) emphatically emphasizes that the history of tourism in Brazil, from the beginning at its development, shares European influences. This is one of the main reasons for the development of so-called resorts, as is the case of Campos do Jordão and focus of this work. Although the term resorts is used in several legal documents, it is only in 1940 decade, that terminology is officially cited as a legal parameter. Note that there are four large groups of resorts: the hydrominerals, the climatic, the seaside and the tourist. Receiving this kind of nomenclature has always been interesting mainly, because the municipality can obtain financial resources aiming at improving activities in the locality, since the aspects of health care have been always linked to leisure in spaces classified as resorts. Campos do Jordão was recognized in 1926 as a Hidromineral Resort, but this classification changed in 1978, when the city, according to the Law N°. 1.844, was officially recognized as a Tourist Resort and in 1986 when it was also classified as a Resort Climate, the latter being the prevailing classification. About this aspect, the present work tries to discuss the occupation, and the territorial use when the tourist and the citizen are contrasted in the Campos do Jordão Climatic Resort, understanding this relationship as essential for the characterization of hospitality (or hostility). As the main objective, it was decided to recognize the process of territorial occupation of the Resort of Campos do Jordão, from the perspective of the resident, being the specifics to oppose the territorial occupation of the resident and the tourist; to rescue forgotten memories of the people who lives in the city; design an indicative map of local tourism under the villager's perception. In this context, based on a methodological procedure consisting of *in loco* observations, surveys of historical documents and semi-structured interviews, based on the discussions and contributions of Berger and Luckmann (2014), authors that discuss about recognition of the resident as a citizen; Camargo (2005) that explores the bases of hospitality; as well as Baptista (2008), who discusses the places of hospitality, in this perspective Barreira (2003) explores the imagery that surrounds the cities, is intended to recognize the process of territorial occupation of Campos do Jordão, from the perspective describing how the transformation of Campos do Jordão influenced the organization of the city as a tourist space and how this could had influenced the development of the city and the formation of citizens. In this part of the work already can be evidenced the space separation between the residents and the tourists, possibly generating actions of hostility than hospitality.

Keywords: Tourism. Resorts. Climate Resort. Hospitality

INTRODUÇÃO

O turismo pode ser visto como o resultado das ações de seus diferentes grupos de agentes sociais produtores, constituindo-se em um sistema complexo, aberto, dinâmico e em eterno movimento, já que cada agente social age e interage com os outros de maneira sempre diferente, sendo daí que decorrem as categorias de espaço e território, permeados por lugar e região (FRATUCCI, 2014). Para Colantuono (2015), ao se analisar o espaço, bem como as relações sociais que se desenvolveram em seu âmbito ao longo do processo histórico, pode-se



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

compreender melhor a natureza das diferenças regionais que existem entre as diversas escalas espaciais, isto é, entre o local e o regional, entre o regional e o global e entre o local e o global.

Transpondo esse conceito e relacionando-o ao desenvolvimento da atividade turística no Brasil, considera-se o turismo como um transformador de espaços, podendo resultar em benefícios (ou até malefícios) dependendo do seu processo de planejamento. Diante da complexidade desta atividade e de seu extenso processo de segmentação, o presente artigo concentra-se na análise do turismo sob a perspectiva das chamadas estâncias (e sua tipologia), tendo como base a cidade de Campos do Jordão. Cunha (2006) explica que durante muitos anos, os conceitos para designar e identificar as atividades relacionadas com os tratamentos baseados em recursos naturais localizados em sítios caracterizados pela existência de fatores ou elementos específicos não sofriram contestação e estavam bem estabelecidos: termalismo, talassoterapia e climatismo.

Segundo Araujo (2009, p.48), o termalismo pode ser entendido como “um conjunto de atividades que têm como agente terapêutico a água termal e que ocorre no espaço de um estabelecimento balnear”, enquanto talassoterapia refere-se ao tratamento pela água do mar. Já o conceito do climatismo envolve o processo de cura pelas condições climáticas, seguindo tendência europeia que buscava nas montanhas a recuperação para diversas doenças, com destaque para a tuberculose.

Atualmente, concentrando-se no Estado de São Paulo, existem quatro categorias de estâncias: balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas, todas elas também respaldadas por legislação específica. As estâncias hidrominerais, climáticas e balneárias, pela Lei 10.426/71 e as estâncias turísticas, pela Lei 1.457/77, leis que definiram e complementaram a legislação da década de 1940 (RAIMUNDO et. al., 2010).

As primeiras estâncias, as balneárias, estão diretamente conectadas à evolução do turismo de praia no Brasil, e por isso os espaços assim classificados estão localizados em nosso litoral. A hidromineral segue os preceitos do termalismo e representa lugares que possuem águas termais, ou águas com “poder de cura”. Já as climáticas mantêm o padrão inicial e caracteriza os espaços que possuem o clima como potencial apoio na cura de doenças, enquanto as turísticas representam os espaços com grande atratividade turística, sendo reconhecidos pelo seu potencial de atração de turistas e visitantes. Ressalta-se que ser reconhecido como estância garante ao município recursos que devem ser empregados para desenvolver a capacidade local, mantendo e preservando as suas características originais.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

No caso específico de Campos do Jordão, a cidade já recebeu as nomenclaturas de estância hidromineral e climática, sendo esta última, a oficial atualmente, apesar de ser divulgada como uma estância turística nas diversas propagandas da cidade. Tendo sua história diretamente conectada à cura da tuberculose, destaca-se que até a década de 1920 Campos do Jordão era uma estação de cura e seus hotéis e pensões destinavam-se ao repouso, mas a partir dos anos 1940, com as medidas adotadas pelo Governador Adhemar de Barros, foram construídos os primeiros hotéis de turismo, com o Hotel Toriba, o Grande Hotel e o Hotel Rancho Alegre. Posteriormente, o surto de atividades turísticas criou poderosa atração para que se instalassem novos moradores, chegando a 38 mil pessoas (ACADEMIA, 1988). Estas ações culminaram no incentivo para o desenvolvimento da cidade em questão, gerando mudanças no espaço social e na ocupação do mesmo, como será explorado.

A partir do exposto, o objetivo geral deste artigo foi o de reconhecer o processo de ocupação territorial da Estância Turística de Campos do Jordão, sob a perspectiva do morador, sendo os específicos, de contrapor a ocupação territorial do morador e do turista; resgatar memórias esquecidas do jordanense; projetar um mapa indicativo do turismo local sob a visão do morador. A pesquisa completa pauta-se em observações *in loco*, levantamentos de documentos históricos e entrevistas semiestruturadas, sendo que os resultados apresentados correspondem aos dois primeiros procedimentos metodológicos.

TURISMO E AS ESTÂNCIAS

A evolução do turismo no Brasil e especificamente no Estado de São Paulo está atrelada ao turismo de praia, principalmente com o crescimento das chamadas segundas residências (com ênfase nas décadas de 1930 e 1940), afetando o processo evolutivo dos espaços turísticos que passariam a serem reconhecidos como estâncias. Desta maneira, apesar de o Decreto-Lei 7.841 tratar das estâncias e principalmente das Hidrominerais, o primeiro município a receber o reconhecimento de estância foi Caraguatatuba, porém com o termo estância balneária, como destacam Raimundo et. Al. (2010). Cunha foi a primeira cidade a receber o reconhecimento de estância climática, enquanto Aparecida recebe a de estância turística, e onze cidades recebem no mesmo ano o reconhecimento de estância hidromineral (como Águas de São Pedro, Serra Negra, Socorro, entre outras).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

A legislação pertinente às estâncias balneárias (Lei 10.426/71) considera como estância balneária os municípios que sejam voltados para o mar e que apresentem praia. Já a estância climática (segundo a mesma legislação) é alvo de intensos debates já que as oscilações climáticas não são tão intensas como na Europa, local em que nasce o processo de classificação, mantendo a mesma no Estado de São Paulo em função dos padrões europeus adotados pelos paulistas, atrelado ao interesse dos governos locais em receber aporte de verbas, assim como as balneárias. A legislação que define as estâncias hidrominerais (a mesma que as anteriores) indica que para ser uma estância hidromineral é preciso apresentar fonte de água mineral, natural ou artificialmente captada, devendo esta fonte ser legalizada por decreto de concessão de lavra, emitido pelo Governo Federal, e ter vazão mínima de 96.000 litros por 24 horas. Com relação às Estâncias Turísticas, instituídas pela Lei 1457/77, elas devem apresentar atrativos históricos, artísticos ou religiosos, ou recursos naturais e paisagísticos (Raimundo et al, 2010). A tabela 01 expõe acerca das evoluções das estâncias a partir da sua tipologia, considerando-se a classificação oficial.

Criação das Estâncias					
Tipologia	Ano	Total	Tipologia	Ano	Total
Balneária	1947	01	Turística	1978	01
	1948	07		1979	04
	1974	01		1987	01
	1977	02		1990	02
	1979	02		1993	02
	1993	01		1994	02
	1995	01		1995	01
Climática	1948	01		1997	01
	1950	01		1998	03
	1955	01		1999	01
	1962	01		2000	03
	1964	01		2001	03
	1966	02		2002	03
	1967	02	2003	02	
	1986	02			
	1994	01	Hidromineral	1986	11

Tabela 01: Relação de criação das estâncias do Estado de São Paulo

Fonte: Adaptado de Harmmel e Raimundo et al (2010), pelos autores (2018)



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Das cidades reconhecidas como Estância Balneária, destacam-se (na sequência da tabela), Caraguatatuba, Cananéia, Guarujá, Iguape, Ilhabela, Itanhaém, São Sebastião, Ubatuba, Peruíbe, São Vicente, Mongaguá, Santos, Praia Grande, Bertioga, Ilha Comprida. Raimundo et al (2010) explicam que os municípios litorâneos se nutrem do imaginário do descanso, sol, praia, paisagens paradisíacas, consolidando nesses municípios um forte apelo turístico, sendo que a chancela de “estância” reforçava esse apelo e, nesse sentido, justificam as estâncias balneárias como as primeiras a serem criadas no Estado de São Paulo.

Já nas Estâncias Climáticas, destacam-se Cunha, Santa Rita do Passa Quatro, Campos Novos Paulista, Nuporanga, Bragança Paulista, Caconde, Analândia. Destaca-se que em 1967, as duas cidades a receberem o reconhecimento de Estância climática foram São Bento do Sapucaí e Santo Antônio do Pinhal, cidades próximas a Campos do Jordão, que é reconhecida com a mesma classificação em 1986, junto com Atibaia, sendo a última a receber essa nomenclatura a cidade de Morungaba.

Como Estância Turística, destacam-se Aparecida, Barra Bonita, Itu, São Pedro, Embu das Artes, Bananal, São Roque, Presidente Epitácio, Ibitinga, Tremembé, Igarapu do Tiete, Batatais, Eldorado, Paraguaçu Paulista, Ribeirão Pires, São José do Barreiro, Holambra, Salto, Ilha Solteira, Pereira Barreto, Ibiúna, Joanópolis, Salesópolis, Paranapanema, Avaré, São Luiz do Paraitinga, Piraju, Santa Fé do Sul, Tupã. Já como Estância Hidromineral, tem-se Águas de Lindóia, Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Amparo, Ibirá, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Poá, Serra Negra e Socorro.

A análise desse artigo, concentra-se em Campos do Jordão, cidade veiculada como uma estância turística, mas oficialmente reconhecida como estância climática. A seguir destaca-se a história local, demonstrando como a ocupação do espaço pode se dar de forma segregada quando a atividade turística é pensada apenas sob a perspectiva econômica, esquecendo-se dos seus impactos ambientais e, principalmente, sociais.

Estância climática de Campos do Jordão

Araujo (2009) destaca a importância de se compreender que é nos núcleos receptores que se dá o consumo e a apropriação do espaço, surgindo conflitos em consequência deste consumo e desta apropriação, como a segregação funcional do espaço que pode resultar em exclusão e segregação socioespacial, como é o caso de Campos do Jordão. Neste sentido, resume-se que a cidade passou por uma fase de descoberta do destino turístico, desenvolvendo-



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

o e explorando-o; mas com a massificação do turismo e também por este ser sazonal começa a haver uma fase de saturação dessa atividade, resultando na diminuição da qualidade do espaço urbano, e em decorrência, o aumento da concentração de pessoas acabou por provocar danos ambientais, devido à insuficiência de infraestrutura urbana para atender a todas as solicitações (DUARTE; BARBOSA; BRUNA, 2007).

A região da Serra da Mantiqueira é detentora de importantes atributos naturais e de elevada diversidade vegetal e animal, sendo que a região tem sofrido com as interferências negativas geradas pela facilidade de acesso à região, pela intensificação do turismo e pela demanda de áreas para construções residenciais, que elevam o preço da terra e a especulação imobiliária. Essas interferências já ocasionaram a fragmentação de duas importantes fisionomias florestais ocorrentes na região, a Floresta Ombrófila Densa Alto Montana e a Floresta Ombrófila Mista Alto Montana, segmentadas atualmente em 954 remanescentes (PEREIRA-SILVA; HARDT; FRANCISCO, 2007).

Rosa Filho e Cortez (2010) detalham que o município de Campos do Jordão com cerca de 269km², localiza-se numa das áreas de interesse especial do Estado de São Paulo: o planalto que se desenvolve no reverso da Serra da Mantiqueira, elevando-se em escarpa abrupta sobre o Vale do Paraíba, que desce suavemente em direção ao Estado de Minas Gerais. Limita-se com os municípios de São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, em São Paulo, e com os municípios de Piranguçu, Wenceslau Brás e Delfim Moreira, em Minas Gerais. Suas altitudes, que variam entre 1600 e 2000m, as características climáticas, a flora, suas configurações geomorfológicas e paisagísticas definem um conjunto significativo e que marcou a origem e o destino da cidade. O relevo acidentado, o clima e a altitude elevada comandam a dinâmica desse sistema. Registra-se temperatura média anual de 16 a 18°C. A média das máximas é de 24°C e das mínimas é de 6 a 8°C.

O Município de Campos do Jordão abriga 32,3% dos fragmentos de vegetação natural de Floresta Ombrófila Mista Alto Montana da Serra da Mantiqueira, sendo que a maioria dos fragmentos está em processo de descaracterização, com áreas inferiores a 200 hectares (ha) e compõem a Área de Proteção Ambiental (APA) de Campos do Jordão (PEREIRA-SILVA; HARDT; FRANCISCO, 2007). Segundo Pinto e Ricci (2006) Campos do Jordão é considerada uma área de proteção ambiental — APA, nos três níveis, Municipal, Estadual e Federal. A Lei Municipal de 09/04/85 declarou o município Área de Proteção Ambiental, em 03/06/85. O Decreto Federal número 91.304, implantou a Área de Proteção Ambiental da Serra da



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Mantiqueira, abrangendo cerca de 500.000 ha, atingindo os municípios de Campos do Jordão, Cruzeiro, Lavrinhas, Pindamonhangaba, Piquete, Santo Antônio do Pinhal e Queluz, fato que restringe a economia local basicamente ao turismo, com oportunidades de emprego, principalmente na área do turismo, estendendo-se para a gastronomia e a hoteleira.

Para chegar até a formação atual, diversos acontecimentos provocaram intensas alterações que culminaram na cidade turística de Campos do Jordão, sendo que a história completa pode ser consultada em Harmmel (2011); Mendes, Panza & Araújo (2016); Fedrizzi, Mendes & Schliemann (2017). No geral, pode-se destacar que a localidade passa por quatro grandes ciclos. O primeiro denominada Ciclo do Ouro é representado pelos registros das primeiras pessoas que passaram pela região, mas com pouca influência no desenvolvimento local. O segundo Ciclo, o da Cura, torna a cidade conhecida nacionalmente pelo poder de cura do seu clima, principalmente para os tuberculosos. Esta é a etapa mais importante para a formação da cidade, pois neste período começam a serem montadas as estruturas dos meios de hospedagens, pensões e sistema ferroviário para receber as pessoas em tratamento (fato que será explorado posteriormente). Com a descoberta da cura para a tuberculose, e com a estrutura montada, a cidade começa a receber pessoas em busca da tranquilidade, dando início ao terceiro ciclo, o do Turismo, aspecto presente até os dias atuais, convivendo concomitantemente com o quarto ciclo, o do Meio ambiente (este não sendo unânime entre os acadêmicos).

Retomando a relação com as estâncias, torna-se importante destacar que em 1926, através da Lei 2.140, o local foi elevado à categoria de Prefeitura Sanitária. Esta criação deve-se ao fato de que, com a chegada cada vez mais intensa dos doentes, entre os anos 1925 a 1930, atraídos pela fama de conseguir curar a tuberculose, alguns sanatórios populares começam ser montados, substituindo as pensões, sendo necessário uma intervenção pública para organizar os espaços, recebendo o apoio do então Governador Adhemar de Barros.

Dono de algumas terras na cidade, o governador estava preocupado com os rumos de Campos do Jordão e em 1930 cria o primeiro processo de divisão social da cidade, incentivando que os tuberculosos ficassem na região da Abernécia e Jaguaribe, deixando a região do Capivari para a população com melhores condições de tratamento. Como o incentivo não surtiu efeito, em 1932, com o decreto nº 11.781, a cidade é dividida em duas zonas: Capivari e Jaguaribe, que apresentou grande crescimento no último ano, ficaram proibidos de terem estabelecimentos que cuidassem de tuberculosos, direcionando os doentes para as demais áreas da cidade.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Contudo, Campos do Jordão não é divulgada apenas por suas virtudes climáticas, mas também por suas características hidrominerais, haja vista que a associação entre água e cura não era novidade nesse período. Conhecida pelas propriedades de suas águas radioativas e, por força da Lei nº 2140, de 01 de outubro de 1926, a cidade transformou-se em Estância Hidromineral. (HAMMERL, 2011). A autora ainda complementa destacando que as atribuições de valores terapêuticos tanto do clima, quanto das águas jordanenses acabam por modelar, condicionar e constituir comportamentos diante da sociedade, pois os visitantes buscavam suas águas radioativas e, principalmente, pelo “ar puro” das montanhas, dando origem à famosa *Suíça brasileira*, por seu clima similar ao de Davos Platz, na Suíça.

Com o crescimento da cidade, e a procura pela cura da tuberculose atraindo cada vez mais pessoas, Emílio Ribas e Victor Godinho, que já haviam elaborado o projeto da Vila Sanitária, desejando facilitar o acesso a Campos do Jordão para todos os que necessitavam de seu clima, criaram a S.A. Estrada de Ferro Campos do Jordão na primeira metade do século. Junto com o empreiteiro de obras Sebastião de Oliveira Damas, a estrada chegou a ser quase concluída, restando poucos quilômetros, quando, em 1915, em razão das dificuldades financeiras de seus fundadores, foi a ferrovia encampada pelo Governo do Estado de São Paulo. Em 1922, o Dr. José Carlos de Macedo Soares, adquire as terras de Emílio Ribas e Victor Godinho, fundando a Vila Campos do Jordão, que veio a transformar-se, mais tarde, em Vila Capivari, a vila turística. (PAULO FILHO, 1988).

Objetivando incentivar o processo de desenvolvimento turístico de Campos do Jordão, o então governador Adhemar de Barros, novamente utiliza-se de um decreto para tentar atingir o seu objetivo. Pelo Decreto 11.891, o governo autorizava a Prefeitura Sanitária a fiscalizar hotéis e pensões da cidade, expulsando os tuberculosos. A Academia (1988) ainda explica que as pensões começam a ser desativadas a partir de 1941, por força da legislação de zoneamento sanitário implantado na cidade, como anteriormente já citado.

Em Campos do Jordão, influenciados pelo zoneamento realizado, se estabeleceram diversos empreendimentos no setor de turismo, dentre eles, a sede do Campos do Jordão Tênis Clube Turismo e os hotéis Toriba, Augusta, Refúgio Alpino, Rancho Alegre e também o Grande Hotel. (HARMMEEL, 2011). A autora complementa ao explicar que a elite, na medida em que percebe que também está predisposta ao contágio (perde sua imunidade social), colabora não apenas com as formas de tratamento dos menos favorecidos com doações para a manutenção de leitos nos sanatórios populares (filantropia higiênica), mas também determina os espaços



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

que esses podem frequentar, havendo uma aparente separação não só entre doentes ricos e pobres, mas nessa nova fase, a separação se dá entre os portadores do bacilo e os sãos, independentemente da classe social.

É sob a égide da separação entre turistas e doentes e sob o incentivo do tratamento quimioterápico e ambulatorial que se fortalecem as iniciativas que dão origem ao ciclo do turismo. No entanto, deve-se lembrar que as iniciativas de divulgação como destino de lazer já vêm ocorrendo desde o início dos anos 1940, ou seja, seis anos antes do início da Campanha Nacional Contra a Tuberculose. Trata-se, portanto, de um processo contínuo, um desdobramento de uma função de cidade-lazer que já existia, mas ganha ainda mais força em virtude do gradativo declínio da função senatorial (HARMMEL, 2011).

Neste período, o processo de formação do espaço urbano de Campos do Jordão, era influenciado pela atividade de cura em contraposição com a atividade turística, visto que o município era composto de sanatórios e pensões voltadas para o atendimento de enfermos, e ao mesmo tempo, por hotéis e pousadas para turistas. Uma situação que acabou por criar duas cidades com cenários divergentes, passando do cenário de uma cidade “enferme” para uma “estância turística” (DUARTE; BARBOSA; BRUNA, 2007).

Em fins da década de 1930, em Campos do Jordão, Macedo Soares - com sua Companhia de Melhoramentos de Campos do Jordão - realiza diversas obras de melhoramento e embelezamento da estância, em parceria com seu aliado do Governo Estadual (Adhemar de Barros) que completa os investimentos no município construindo vias de acesso e estruturas necessárias para a evolução urbanística da cidade com verbas do referido órgão (HARMMEL, 2011). O início do terceiro ciclo só foi possível, também, com as melhorias de acesso. A primeira ligação rodoviária de Campos do Jordão com o Vale do Paraíba foi a antiga estrada de rodagem de Pindamonhangaba, caminho construído a mando de Matheus da Costa Pinto. Entretanto, esta estrada foi coberta pelo mato e durante anos ficou fechada ao tráfego. Em 1932 é criada a principal ligação rodoviária, conectando Campos do Jordão a São José dos Campos, que apesar das curvas, permitiu acesso aos turistas interessados. Em 1978 é inaugurada a Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro, interligando Campos de Jordão à Rodovia Presidente Dutra (ACADEMIA, 1988).

Observa-se, no caso de Campos do Jordão, que não apenas a iniciativa privada investe em empreendimentos no setor do turismo, mas também o setor público. Comprovando esse interesse, o Governo do Estado inaugura, em 1944, o Grande Hotel, onde funcionava um



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

cassino que só podia ser frequentado por pessoas sadias, tal qual regia o Decreto-Lei nº.11.891 de 1941. Seguindo o exemplo do Grande Hotel, outros estabelecimentos de alto padrão começam a ser edificados, encontrando a mesma estrutura Hotel Toriba (1943), do Hotel Rancho Alegre (1946), do Hotel dos Lagos (1946), do Hotel Vila Inglesa (1947) e do Refúgio Alpino (1947) (HARMMEL, 2011).

A autora ainda complementa que, além do luxo, esses hotéis têm outros pontos em comum, a começar pelas datas de construção muito próximas. O período representa a prosperidade dos empreendimentos hoteleiros no município, possivelmente em razão dos crescentes investimentos do Governo Estadual no setor, além do incentivo financeiro dado pelo Governo Federal através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, além do mais precioso atrativo: o cassino.

Assim como na Europa, os cassinos – extremamente lucrativos – são recorrentes em estâncias hidrominerais no Brasil. Os estancieiros, respaldavam-se na Lei das Estâncias de Águas Hidrominerais, baseada no Decreto nº. 3.987 de 1920, que concedia autorização temporariamente para que vigorassem os jogos de azar em clubes e cassinos das estações balneárias, termais e climáticas. O convívio social nas estâncias, proporcionado pelos bailes, banquetes e cassinos indicam claramente a tendência de transição de uma cidade de cura para um destino de lazer, o que também ocorreu em diversas estâncias na Europa. Dessa forma, os caminhos que indicam o início do processo de construção de um cenário em que a atividade turística se tornaria a principal fonte de renda, podem ser constados desde os anos de 1920, embora ainda elitizados e realizados empiricamente (HARMMEL, 2011; DUARTE; BABROSA; BRUNA, 2007).

Em Campos do Jordão, o cassinismo é explorado pelo próprio Governo no Grande Hotel, sendo esta uma realidade nacional nos anos de 1940. A elite, frequentadora dos hotéis-cassinos nas estâncias já há duas décadas, fortalecia seus vínculos sociais nos elegantes bailes e shows que ocorriam nesses estabelecimentos. Muitos deles, inclusive, organizados como forma de arrecadar fundos para ações sociais, como muitas vezes realizado pela primeira dama Darcy Vargas nos cassinos do Rio de Janeiro. Sob o pretexto da benemerência e como uma forma de incentivo à jogatina realizada de forma organizada, o Governo Vargas é responsável pela liberação do jogo oficializado no Brasil, sem deixar de lado, no entanto, os interesses financeiros relativos à lucratividade desses empreendimentos (PAIXÃO, 2010, s.n apud HARMMEL, 2011, p.12).



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

O autor ainda explica que os governos dos estados que mantinham casas de jogos foram beneficiados pelas participações nas finanças desses empreendimentos. Em alguns casos, o próprio governo investia e lucrava integralmente com os cassinos, como foi o caso de Campos do Jordão. Adhemar de Barros foi um grande entusiasta e muito incentivou esses empreendimentos em todo o Estado de São Paulo. Posteriormente foi acusado de se beneficiar dos cassinos para ganho pessoal, afastando-se do cargo que ocupava. Apesar desta reviravolta, Harmmel (2011) ressalta que a obra do Grande Hotel, iniciada em 1938, continuaria até a sua inauguração, em 1944.

Em 1945, o hotel, até então pertencente ao Estado, é arrendado pela Companhia de Hotéis de Campos do Jordão, que igualmente dirigia o Hotel Toriba e a Caverna Paulista, famoso restaurante. (PAULO FILHO, 1988). Contudo, em 1946, por ocasião da mudança do Governo, o Decreto-Lei nº. 9.215 manda fechar todas as casas, centros e cassinos que mantinham os jogos de azar, até mesmo aqueles que se inseriam dentro da Lei das Estâncias de Águas Hidrominerais. Trata-se de um processo político-autoritário que vislumbra manter a “moralidade do povo brasileiro”. O jogo, ainda que elitizado, é considerado em diversos discursos, sobretudo os religiosos, como uma ameaça às boas práticas da família, pois seu exercício é ligado à boemia, sendo considerados pelos mais conservadores, como um atentado aos bons costumes. Imbuído desse discurso, Dutra assina o Decreto- Lei que proíbe o jogo e resiste às muitas reclamações dos empreendedores do setor e de seus frequentadores (HARMMEL, 2011).

A proibição da principal atividade geradora de renda do município, aliada ao declínio em relação à fase sanatorial, configuram um cenário onde os proprietários dos empreendimentos hoteleiros deveriam lutar para que seus investimentos não fossem perdidos. Inicia-se, portanto, a necessidade não só de fomento, mas, sobretudo, de planejamento da atividade turística na estância, explica a autora supracitada. Assim, o estilo arquitetônico diferenciado (características portuguesas e alemãs) e os serviços especializados passam a ser o principal atrativo turístico. A cidade passa, portanto, por uma mudança em sua função: de um destino de saúde a um destino turístico. A arquitetura utilizada nas residências, no comércio e nos hotéis começou a chamar a atenção dos turistas. Os hotéis Toriba e Vila Inglesa construídos nos anos 1940 adotaram uma arquitetura típica de chalés encontrados nos Alpes Suíços. Depois, em 1985, o Boulevard Gêneve é construído na Vila Capivari, inspirado num prédio da cidade



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

de Gotemburgo, Alemanha, utilizando-se da técnica de Chaiméll, que consiste no travamento das madeiras sem a presença de materiais metálicos (DUARTE; BARBOSA; BRUNA, 2007).

Contudo, o desenvolvimento do espaço de Campos do Jordão não foi realizado de forma organizada e orientada. Durante os anos 1970 outros hotéis começam a serem montados na cidade, invadindo áreas verdes, além da formação de loteamentos e áreas particulares. Já nos anos 1980, a ascensão social de uma parcela da população brasileira fez com que sonhos começassem a serem buscados, sendo ter uma casa nas montanhas um destes ideais. Contudo, a cidade de Campos do Jordão não possuía mão-de-obra suficiente para atender a esta demanda, ocorrendo um processo migratório intenso, principalmente de pessoas oriundas do nordeste. Estes migrantes permaneceram na cidade, construindo suas próprias casas nos morros da cidade, sem orientação e planejamento da Prefeitura.

É em 1986, pela Lei nº 5.091, que a cidade se torna reconhecida como Estância Climática. Contudo, Raimundo et. al. (2010) alertam que as estâncias climáticas no Estado de São Paulo foram instituídas com critérios de classificação climática ultrapassados, baseados em médias de temperatura, o que não consegue explicar variações climáticas no Estado de São Paulo.

Nas décadas seguintes, Duarte, Barbosa e Bruna (2007) explicam que a forma de fazer turismo mudou, já que o destino se tornou um produto comercializável no meio de tantos outros, tornando a cidade uma mera mercadoria e não um destino. Rezende (2004 *apud* DUARTE; BARBOSA; BRUNA, 2007, p. 10) reforça que a procura dos turistas pelos eventos e pela atividade noturna passou a caracterizar-se por certo abandono dos espaços histórico-culturais, em favor da maior valorização do comércio.

Alguns eventos turísticos são promovidos como o Festival de Inverno, iniciado na década de 1970, com a intenção de promover em campos do Jordão programas idênticos aos dos grandes centros turísticos da Europa e Estados Unidos. Tais iniciativas obtiveram rápida repercussão nacional e internacional, fornecendo, assim, uma nova identidade a cidade, apontam os autores destacados anteriormente.

Para atender o turista, a cidade se modifica, se tornando uma mercadoria, fazendo com que as ofertas se adaptassem ao perfil do consumidor. Neste sentido, Duarte, Barbosa e Bruna (2007) apontam que Campos do Jordão, assim como outras localidades, passaram a integrar-se em vários roteiros turísticos que ofereciam vários segmentos: turismo ecológico, devido às suas reservas florestais como o Horto Florestal, suas trilhas e cachoeiras; turismo de negócios,



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

devido á qualidade de seu complexo hoteleiro, com salas para congressos e férias; turismo cultural, devido ao sucesso dos festivais de Inverno e apresentações de artistas nacionais e internacionais.

Nas décadas seguintes, Rezende (2004 apud Duarte, Barbosa e Bruna, 2007, p. 10) destaca que a principal procura dos turistas pelos grandes eventos e atividades noturnas passou a caracterizar-se por um certo abandono dos espaços histórico-culturais, em favor de uma maior valorização do comércio. O desafio passa então, a ser o de manter a cidade com suas características de Suíça Brasileira, devido à arquitetura de suas edificações e também por ser uma cidade hospitaleira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser reconhecido como uma estância era uma forma do município receber mais verbas (que deveriam ser aplicadas no desenvolvimento do espaço), contudo percebe-se uma confusão no processo de classificação da cidade de Campos do Jordão, pois primeiramente recebeu a classificação de hidromineral e posteriormente a climática, sendo que a mais usada no contexto mercadológico é a turística. Pelo contexto descrito, pode-se perceber como a constituição do espaço se deu mediante uma divisão social, impulsionada por decisões políticas do até então governador Adhemar de Barros. Este fato se aprofunda quando se analisa os espaços ocupados para a construção das casas, já que as reconhecidas como segundas residências estão em espaços maiores, com demarcação de terreno, acesso facilitado; enquanto a construção das casas dos moradores ocupa os morros, não podendo contar com o desenho urbano de casas e avenidas.

A construção do espaço turístico se deu nas regiões do Capivari e do Jaguaribe, sendo que os jordanenses ocupam o espaço da Abernédia, compartilhando o acesso que ocorre por uma única avenida central. Essa separação torna-se preocupante pois afasta o anfitrião do turista, limitando a experiência da viagem apenas sob a perspectiva comercial. Percebe-se, ainda, um distanciamento do morador dos locais frequentados pelos turistas, como se estes não pudessem ser frequentados pelo cidadão. Diante desta realidade, percebe-se a existência de dois espaços completamente diferentes na cidade de Campos do Jordão: um organizado de modo a lembrar cidades europeias, com diversos restaurantes, lojas, carros importados e o outro, organizado pelo comércio local, com venda de produtos cotidianos. Inclusive essa diferença



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

pode ser percebida a partir do calçamento e das árvores, aspectos que ganham melhor estrutura ao se aproximar dos bairros turísticos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE LETRAS DE CAMPOS DO JORDÃO. *Imagens Jordanenses: iconografia histórica de Campos do Jordão*. Campos do Jordão (SP): 1988.

ARAUJO, A.S. O ciclo de vida do fenômeno turístico em São Lourenço (MG): de estância hidromineral a destino de lazer e bem-estar. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais – Mestre em Geografia). 2009, p.177.

COLANTUONO, A.C.S. O processo histórico da atividade turística mundial e nacional. *Cadernos da Funcamp*. V.14, n.21, p.30-41, 2015.

CUNHA, L. Turismo de saúde: conceitos e mercados. *Revista Lusófona de humanidades e tecnologias*. p. 79-84. 2016.

DUARTE, R.F.; BARBOSA, A.S.; BRUNA, G.C. (2007). O turismo e a transformação de cidades: o caso de Campos do Jordão. *Ae Ensaios*. V. II, nº 01, fev. 07, p.1-26.

FEDRIZZI, V.L.P.; MENDES, B.C.; SCHLIEMANN, M. Tourism of events in Campos do Jordão: CJCVB strategies to attract events. *Revista de Turismo Contemporâneo*. Natal, v.5, Ed. Especial, p.55-70, ago. 2017.

FRATUCCI, A.C. Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 14, s.87-96, nov. 2014.

HAMMERL, P.C. (2011). Campos do Jordão (SP): de estância de saúde à estância turística. *XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH. Jul.

MENDES, B.C.; PANZA, T.M.; ARAÚJO, T.S.N. Um olhar sobre a formação identitária em cidades turísticas: breve análise sobre Campos do Jordão. *Anais do Seminário da Anptur*. 2016.

PAULO FILHO, P. *Estórias e lendas do Povo de Campos do Jordão*. São Paulo: O Recado, 1988.

PEREIRA-SILVA, E.F.L.; HARDT, E.; FRANCISCO, C.E. da S. Caracterização florística da vegetação lenhosa de um fragmento urbano de floresta ombrófila mista alto montana, Campos do Jordão, SP. *Holos Environment*. V.7, n.2, 2007.

PINTO, L.A.S.; RICCI, F. Qualificação profissional e turismo: uma discussão sobre as questões sociais e o espaço turístico construído na cidade de Campos do Jordão. *IV Seminário de Pesquisa do Turismo do MERCOSUL*. Caxias do Sul, 7 e 9 jul. 2006.

RAIMUNDO, S.; ALMEIDA, M; SOLHA, K., ALDRIGUI, M. Análise da cronologia de criação das estâncias turísticas no estado de São Paulo. *VII Seminário da Anptur*. 20-21 set. 2010, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo - SP.

ROSA FILHO, A.; CORTEZ, A.T.C. (2010). A problemática socioambiental da ocupação urbana em áreas de risco de deslizamento da “Suíça Brasileira”. *Revista Brasileira de Geografia Física*. Ano 3, 2010, p. 33-40.



**ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS**

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

PARTE VI
MIGRAÇÕES E FRONTEIRAS



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

REFUGIADOS, ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E EDUCAÇÃO SUPERIOR

GÓMEZ, Margarita Victoria¹⁰¹

Resumo: A temática das relações internacionais necessárias para a oferta e acolhimento de refugiados na educação superior, presencial e a distância é estudada no contexto das teorias das migrações e da análise das teorias das relações internacionais contemporâneas. Consulta à legislação e às orientações das instituições internacionais, a Lei Migração n. 13.445 de 2017, e à CSVN-ACNUR, para cuidar da mobilidade humana e acadêmica no contexto mundial e proteger um dos Direitos Humanos fundamentais dos refugiados, observando um sistema de procedimentos dos quais possam se valer para resguardar sua integridade.

Palavras-chave: Migrante. Refugiado. Relações Internacionais. Mobilidade Humana. Mobilidade Acadêmica Internacional. Educação superior. Educação a distância.

Abstract: The theme of international relations required for the provision and reception of refugees in higher education, both face-to-face and distance, is studied in the context of migration theories and of theories of contemporary international relations. Consultation of legislation and guidelines of international institutions, Migration Law n. 13.445 of 2017, of CSVN-ACNUR, for to take care of human and academic mobility in the world context to protect one of the fundamental Human Rights of refugees observing a system of procedures that they can use to protect their integrity.

Keywords: Migrant. Refugee. International Relations. Human Mobility. Academic International Mobility. Higher Education. Distance Education.

INTRODUÇÃO

Segundo Filippo Grandi, atual Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados:

Um dos desafios do ACNUR é manter a gestão dos recursos internacionais acessíveis de forma inteligente, ágil e eficiente para concretizar o planejamento, a coordenação e as ações endereçadas à causa dos refugiados, contribuindo para que os Estados encontrem soluções duradouras diante das dificuldades dos deslocados e apátridas. (ACNUR, 2016-2020)¹⁰²

Na atualidade, o fluxo de refugiados/as que chegam ao Brasil apresenta mudanças culturais significativas e certos grupos demandam por educação superior, amparados pelo

¹⁰¹ Doutora em Educação. Universidade de São Paulo. Pesquisadora: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Centro de Estudos Rurais e Urbanos-USP. Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: mvgomez07@gmail.com.

¹⁰² <http://www.acnur.org/portugues/alto-comissario/> <04.05.2018>



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Estatuto dos Refugiados, a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, de Migração, e o Decreto n. 9.199/2017. Considera-se que a Educação é direito humano internacional dos refugiados e que as relações Internacionais e Nacionais sustentam a educação superior presencial ou a distância.

De acordo com a Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados^{103/104}:

Um refugiado ou uma refugiada é toda pessoa que por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo.

No Art. 22, o Estatuto considera a Educação pública como direito dos refugiados:

§ 2º. Os Estados Contratantes darão aos refugiados um tratamento tão favorável quanto possível, e em todo caso não menos favorável do que o que é dado aos estrangeiros em geral, nas mesmas circunstâncias, quanto aos graus de ensino além do primário e notadamente no que concerne ao acesso aos estudos, ao reconhecimento de certificados de estudos, de diplomas e títulos universitários estrangeiros, à isenção de direitos e taxas e à concessão de bolsas de estudo.

O Art. 119, § 4º do Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração considera:

§ 4º O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, considerada a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados.

Esse movimento que envolve o tratamento favorável e o reconhecimento de certificados de estudo dos refugiados implica as relações internacionais entre países soberanos para o acolhimento inicial, também, na educação superior. Relações exteriores que, segundo Celso Amorim, passaram de “ativas e altivas” para “desassombradas e solidárias”.

Perspectiva que permite elaborar uma compreensão crítica da temática estudada no contexto das teorias das migrações contemporâneas (BARTLETT, RODRÍGUEZ, OLIVEIRA, 2015; CASTLES, 2010; PEIXOTO, 2004; ROMERO, 2013) e das teorias das relações internacionais (FERREIRA ALVES, 2014; SCHMITH, 1996), além das voltadas à segurança nacional e à defesa de certos setores da economia, no âmbito educacional.

¹⁰³http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados&view <05.05.2018>

¹⁰⁴ <http://www.dhnet.org.br/abc/onu/acnur.htm> <05.05.2018>



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

No marco da redemocratização do Brasil, da Constituição Federal “cidadã” de 1988, da Lei n. 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil, de 20 de dezembro de 1996, se garante o direito à educação e se abrem espaços para ações no contexto dos convênios e programas de mobilidade humana.

A Mobilidade Humana, segundo o *Diccionario de Asilo Cear*¹⁰⁵, é compreendida a partir da definição da OIM:

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) define-a como a mobilização de pessoas de um lugar para outro no exercício do seu direito de livre circulação. É um processo complexo e motivado por várias razões (voluntárias ou involuntárias), que é realizado com a intenção de permanecer no lugar de destino por períodos curtos ou longos, ou mesmo para desenvolver uma mobilidade circular. Este processo envolve cruzar as fronteiras de uma divisão geográfica ou política, dentro de um país ou no exterior.

Os aspetos políticos, públicos, privados, geopolíticos requerem lidar com o diálogo interdisciplinar, intercultural e de gênero. Neste sentido, “a mobilidade humana e o direito à livre circulação estão estreitamente relacionados com o ‘direito à imobilidade’”. Segundo Eduardo Romero (2013), implica “o direito a permanecer no próprio território em condições de dignidade e liberdade”.

A atuação nesse sentido dos organismos internacionais como Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a orientação da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável (2015)¹⁰⁶, entre outros, está permitindo atender essas questões em uma sociedade interconectada, ‘aberta’. A análise e sistematização de alguns aspectos práticos e teóricos, na perspectiva de uma matriz epistemológica crítica, já mostra possível abrir a Educação pública aos refugiados.

TRAÇAR UM CENÁRIO

Metodologicamente o trabalho aproveita-se da flexibilidade das metodologias das ciências sociais e das fontes de dados quanti-qualitativos. Neste momento do trabalho, e a partir de uma perspectiva crítica de educação, do estudo e da sistematização teórica, a pesquisa bibliográfica está sendo realizada nas bases de dados/sites específicas dos organismos acima mencionados. O contexto do Projeto “Migração e Identidade” do CERU e do estudo realizado

¹⁰⁵ <http://diccionario.cear-euskadi.org/movilidad-humana/> <05.05.2018>

¹⁰⁶ <https://nacoesunidas.org/pos2015/> <05.05.2018>



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

no Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais (NUPRI), ambos da USP, dão o sustento para conhecer as relações internacionais que se estabelecem nas instituições que acolhem refugiados na educação superior no Brasil. Num momento posterior do estudo, a sistematização dos dados permitirá desenvolver um círculo de cultura ou grupo focal para identificar temas que permitam desenvolver uma entrevista presencial/online. Por isso, recorreremos ao diálogo e a uma entrevista com coordenadores, professores, gestores e estudantes refugiados.

Até o momento foram sistematizados dados legais e outros específicos da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM-ACNUR), que no seu Relatório Anual 2017 apresenta ações que integram quase vinte universidades brasileiras, na maioria federais, que oferecem conjuntamente sustento para políticas de ingresso e permanência de refugiados nas Instituições de Educação Superior (IES). Também, identificaram-se dados referentes à ação da Kiron University, a primeira universidade para estudantes refugiados, com sede em Berlin, a qual oferece educação superior por meio de plataforma virtual.

Considera-se fundamental traçar um cenário, caracterizar, examinar e analisar as condições dos refugiados e migrantes que buscam e se inserem no sistema educativo para entender as relações internacionais no âmbito da cultura e da educação superior; para isso, examinar as ações da CSVM-ACNUR e da Kiron University que dão consistência as políticas públicas e à vida dos refugiados, por meio do acolhimento e da hospitalidade dignas.

ABRIR A UNIVERSIDADE COM REFUGIADOS

As mudanças nas políticas públicas e as ações que visam abrir a universidade consideram o refugiado como toda pessoa assim reconhecida pelo ACNUR, conforme definido em seu estatuto e nas resoluções pertinentes da Assembleia Geral das Nações Unidas. É uma pessoa com os direitos básicos garantidos, à mobilidade humana, à Educação Superior Pública, seja esta presencial ou Aberta e a Distância.

Tradicionalmente a universidade atendia uma reduzida elite. Mas, no ano do centenário da Reforma Universitária de Córdoba (1918-2018) se reconhecem os avanços significativos da universidade ao aceitar migrantes e refugiados, o que é coerente com as Conferências Regionais de Educação Superior¹⁰⁷ que entendem que a educação é um “bem público social” com pertinência cultural e educacional.

¹⁰⁷ <http://www.andifes.org.br/conferencia-regional-de-educacao-superior-cres2018/<05.05.2018>>



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Nas universidades públicas brasileiras abrir a educação superior a refugiados é uma iniciativa relativamente recente. Observa-se que o refugiado também chega ao país com formação e demanda educação superior e profissionalização. As pessoas escolhem a educação formal tradicional ou a distância, como mostra a Kiron University. Embora não se tenha clareza do tipo de investimento e riscos acadêmicos para uma formação de interesse cultural e economicamente sustentável, o Brasil está investindo visando alcançar essa população.

A sociedade aberta e as relações internacionais francas e solidárias, no marco legal e humanitário, protegem o direito de ir e vir das pessoas. A diferença e a diversidade cultural das pessoas, manifestadas no pensamento e na liberdade de expressão, são vivenciadas na situação/condição sócio-histórica da comunidade.

Os refugiados, na sociedade aberta, planetária, são, desse modo, pessoas ou fluxos protegidos por legislações, nacionais e internacionais, e por ações de organismos e instituições específicas. A Convenção Europeia dos Direitos Humanos, por exemplo, se expressa por um documento que tem por objetivo “proteger os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais, permitindo um controle judiciário do respeito desses direitos individuais” (1950). Este documento internacional observa um sistema de direitos e procedimentos dos quais as pessoas podem se valer para resguardar sua integridade.

No Brasil, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) são organismos que cuidam desses assuntos. Com a nova Lei de Migração, de 24 de maio de 2017, o Brasil busca dar consistência à proteção dessa população ao garantir, também, o direito à educação gratuita.

Segundo dados do ACNUR, o Brasil recebeu 28.670 solicitações de refúgio em 2015, apresentando um aumento de 2.868% em relação ao ano de 2010. Na atualidade, o país abriga cerca de 8.863 refugiados reconhecidos, pertencentes a 79 nacionalidades distintas. Entre os anos de 2010 e 2016 houve um aumento de 127% na população de refugiados. A faixa etária entre 18 e 29 anos representa 42,6% dos refugiados registrados, seguidos por 32,6% que pertencem a uma faixa etária entre 30 e 59 anos. Os cinco países que reúnem maior número de refugiados registrados no Brasil são: Síria, Angola, Colômbia, República Democrática do Congo e Palestina. E, ainda, segundo o ACNUR (2017), entre as cinco nacionalidades com maior número de solicitações de refúgio estão haitianos, senegaleses, sírios, bengaleses e nigerianos, e, recentemente, há a presença importante de venezuelanos. Os dados revelam uma realidade em permanente mudança pela elevada mobilidade humana.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

Trata-se de uma população importante no âmbito da cultura e da educação, que a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), acolhe para garantir seus direitos como cidadãos íntegros. No seu Relatório Anual 2017 (ACNUR-CSVM, 2017) considera:

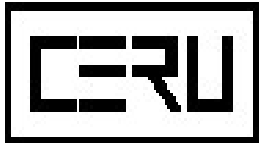
A CSVM foi criada em 2004 com o objetivo inicial de promover o direito internacional das pessoas refugiadas. Após 13 anos, a Cátedra tem se revelado um ator fundamental para garantir que pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio tenham acesso a direitos e serviços no Brasil, oferecendo valioso apoio ao processo de integração local. “[...] Promover a educação, pesquisa e extensão acadêmica, voltadas à população em condição de refúgio, é um dos objetivos da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Desde 2004, o ACNUR implementa a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) em cooperação com centros universitários nacionais e com o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). (ACNUR CSVM, 2017, p.5)

Conforme o Relatório da CSVM (ACNUR/CSVM, 2017, p.6), são já quase vinte instituições com vínculo ativo no Brasil que oferecem cursos nas diversas áreas do conhecimento.

Esta Cátedra integra universidades, a maioria federais, atuando no âmbito nacional e local. Em 2017, expandiu as ações para as pessoas já refugiadas ou com solicitação em andamento através de cursos de língua portuguesa, assistência jurídica e de saúde, e da implementação de políticas de ingresso e permanência nas Instituições de Educação Superior (IES).

Neste acordo de cooperação com as universidades interessadas, o ACNUR estabelece um Termo de Referência com objetivos, responsabilidades e critérios para adesão à iniciativa dentro das três linhas de ação: Educação, pesquisa e extensão. Além de difundir o ensino universitário sobre temas relacionados ao refúgio, a Cátedra também visa promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro desta temática. O trabalho direto com os refugiados em projetos de extensão também é tido como uma grande prioridade. Como exemplos de iniciativas, diversas universidades têm desenvolvido ações para fomentar o acesso e permanência ao ensino, a revalidação de diplomas, assim como o ensino da língua portuguesa à população de refugiados. A importância desta iniciativa foi reconhecida pela Declaração e Plano de Ação do México para fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, assinada em 2004 por 20 países da região e que recomenda a investigação interdisciplinar da promoção e da formação do direito internacional dos refugiados. A Cátedra, como seu nome indica, é uma homenagem ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello, morto no Iraque em 2003 e que dedicou grande parte da sua carreira profissional nas Nações Unidas trabalhando com refugiados, como funcionário do ACNUR. (CSVM-ACNUR, 2017, p.5)

Garantir o direito à educação, previsto na Lei Migração n. 13.445, abre espaço para ações no contexto dos convênios e programas em prol da mobilidade-migração cidadã



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

internacional. Particularmente, os processos de integração educacional dos refugiados em universidades respeitam o direito de retomarem suas profissões e melhorarem suas condições de vida. As universidades nacionais, valendo-se deste tipo de convênios, garantem a formação e a certificação de saberes que permitam às pessoas a mobilidade em outros territórios. A mobilidade humana é uma questão que requer cuidados, especialmente neste momento em que tem-se instalado uma guerra cultural e econômica no mundo, com jogos de poder a que o povo é exposto.

TRAÇANDO UM CAMINHO

A ampla mobilidade humana e acadêmica, é coerente com a grave crise socioeconômica e política mundial. Afirmar que o Brasil necessita consolidar políticas e ações para aproximar a população à educação superior, pareceria uma obviedade, ainda mais quando se trata de refugiados. Mas, é nesse sentido que continuaremos este trabalho, problematizando o óbvio, identificando elementos que nos permitam afirmar que a modalidade de educação superior aberta presencial e/ou a distância é uma possibilidade importante para a população em situação de migração ou refugiados. Uma compreensão crítica da situação poderá contribuir com o processo da abertura educacional e orientar ações no sentido de democratizar a cultura e a produção social de conhecimento com refugiados. Considera-se que é uma maneira de proteger um dos Direitos Humanos fundamentais dos refugiados, observando um sistema de procedimentos dos quais eles possam se valer para resguardar sua integridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTLETT, L.; RODRÍGUEZ, D.; OLIVEIRA, G. *Migração e educação: perspectivas socioculturais*. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, dez., 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC (2007). Regulamentação da educação a distância no Brasil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia>>. Acesso em: 20 de fev de 2018.

BRASIL. Senado Federal. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 18 mar. 2018.



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO (CSVM). Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/> Acesso em: 03 mar. 2018.

CASTLES, S. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XVIII, No 35, p. 11-43, jul./dez. 2010

EDUCAÇÃO para refugiados precisa estar no ‘topo da agenda’. Disponível em :

<<http://www.acnur.org/portugues/2018/04/16/educacao-para-refugiados-precisa-estar-no-topo-da-agenda-diz-muzoon/>>. Acesso 16 abril 2018.

EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. São Paulo, UNESP, 2005.

FRERE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1981. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG: UNESCO, 2003.

KIRON OPEN HIGHER EDUCATION gGmbH. Disponível em: <https://kiron.ngo>. Acesso em: 19 abril. 2018

OGLEY, R. *Relações internacionais*. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS - ONU. Agenda 2030. <<https://nacoesunidas.org/tema/agenda2030/>> Acesso: fev. 2018]

PEIXOTO, J. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*. Lisboa: Socius, 2004.

ROMERO, E. En Colombia las empresas españolas ocupan territorios previamente vaciados con violencia. 2013. Em *eldiario.es*. Disponível em: http://www.eldiario.es/quehacemos/que_hacemos_con_las_fronteras_migraciones_CIE_redad_as_6_177492272.html Acesso em: 19 abril. 2018.

SMITH, Steve. Positivism and Beyond. In S. Smith, K. Booth and M. Zalewski (eds.) *International Theory: Positivism and Beyond*, New York: Cambridge University Press, 1996.

WATKINS, J. W. N. Sociedade Aberta. In: *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SÍTIOS ELETRÔNICOS DE CONSULTA

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), <http://www.acnur.org/portugues/>

Banco Mundial

<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>

Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM)

<http://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/>



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

CONARE (Comitê Nacional para Refugiados)

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>

Conferencias Regionais de Educação Superior de 1996 e 2008 e a Agenda 2030.

<http://www.andifes.org.br/conferencia-regional-de-educacao-superior-cres2018/>

Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resoluções temáticas.

<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/>

Decreto de 1961 - “Promulga a Convenção” relativa ao “Estatuto dos Refugiados”, concluída em Genebra, em 12 de julho de 1951.

http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1

Decreto de 1972 - Promulga o Protocolo sobre o “Estatuto dos Refugiados”.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70946-7-agosto-1972-419532-publicacaooriginal-1-pe.html>

Lei de 1997 que define mecanismos para a implementação do “Estatuto dos Refugiados” de 1951 e determina outras providências.

<http://www.adus.org.br/2014/10/lei-no-9474-1997-a-lei-do-refugio-portugues-frances/>

Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais (Forinter),

<http://forinter.conif.org.br/pt/forinter/forinter-e-a-câmara-de-relações-internacionais.html>

Ministério das Relações Internacionais^[1]_[2]

<http://www.mre.gov.br>

Organização das Nações Unidas

^[1]_[2] <http://un.org>

International Organization for Migration (IOM)

<https://www.iom.int>

Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI)

^[1]_[2] <http://www.wipo.int>

Organização Mundial do Comércio (OMC)^[1]_[2]

<http://www.wto.org>

Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE)^[1]_[2] <http://oecd.org>

Pacto Global sobre Refugiados^[1]_[2]

<https://nacoesunidas.org/onu-divulgacao-proposta-para-pacto-global-sobre-refugiados/>

Scientific Electronic Library Online (scielo)^[1]_[2] <http://www.scielo.br>



ANAIS DO 45º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

São Paulo, 23 a 25 de maio de 2018

ISBN: 978-85-92777-02-9

UNESCO <http://www.unesco-ci.org>;

UNESCO-IESALC <http://www.iesalc.unesco.org.ve>